



A dramatic sky with a bright blue patch and white clouds. The sky is filled with white, fluffy clouds, and a large, bright blue patch is visible in the upper right quadrant. The overall scene is bright and clear, suggesting a sunny day.

smart **energy** world

Um mundo inteligente e eficiente, onde a energia da natureza é a nossa energia. Onde a sustentabilidade e competitividade são a essência da autonomia e produção energética. Onde a liderança na inovação e tecnologia respeita o futuro do planeta. É este o nosso mundo. O mundo EDP.





Índice

a edp

- 6 MENSAGEM AOS ACCIONISTAS
- 8 VISÃO, COMPROMISSOS E VALORES
- 9 A EDP NO MUNDO
- 10 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
- 12 ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP
- 16 SÍNTESE DE INDICADORES
- 20 AGENDA ESTRATÉGICA

negócios

- 24 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 26 ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE
- 36 SÍNTESE DE ACTIVIDADE

contributo para a sustentabilidade

- 66 RECONHECIMENTO
- 68 ABORDAGEM CORPORATIVA
- 71 I&D E INOVAÇÃO
- 73 COMUNICAÇÃO
- 75 COLABORADORES
- 81 CLIENTES
- 86 FORNECEDORES
- 89 COMUNIDADE
- 96 DESEMPENHO AMBIENTAL

relatório do governo da sociedade

- 106 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
- 112 ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO
- 126 ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP
- 142 ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS
- 146 REMUNERAÇÕES
- 150 ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS
- 154 RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO

informação financeira

- 158 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO EDP
- 166 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

anexos

- 274 REFERÊNCIAS FINAIS
- 275 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 276 AVALIAÇÃO GRI
- 280 RELATÓRIO, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES
- 294 EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL





a edp



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Senhores Accionistas,

Imaginem por uns segundos o seguinte.

Um mundo que não se preocupa. Um mundo onde achamos que o petróleo não vai acabar, onde as alterações climáticas não são mais que uma moda, onde criar valor significa exclusivamente aumentar valor económico. Em que escolhemos não desligar a luz quando esta não faz falta. Um mundo em que os nossos filhos vão herdar os problemas que não tivemos a capacidade de resolver.

Se não actuarmos, se nada fizermos, será inevitável que esta imagem se torne realidade. Seguramente que não queremos que o mundo vá por aí.

A EDP já escolheu outro caminho e o ano de 2010 traduz, com sucesso, os resultados das opções tomadas.

Um momento para celebrar os resultados do crescimento e da solidez

Os resultados de 2010 traduzem o valor da estratégia e opções seguidas, em termos de crescimento, de alocação de activos, de diversificação de geografias, do enfoque na eficiência, da política de financiamento, do valor das nossas pessoas. A prioridade foi dada à manutenção do perfil de baixo risco em simultâneo com o crescimento sustentado do grupo.

Esta estratégia diferenciadora tem sido particularmente importante num sector como o das “utilities”, capital intensivo com um “time to market” muito longo, e onde se verificou uma destruição (sem precedentes num passado próximo) da procura desde 2008.

Num contexto muito exigente – fraco crescimento económico, aumento do risco soberano, maior pressão regulatória e manutenção de preços baixos nos mercados de energia – alcançámos os melhores resultados operacionais e maior resultado líquido recorrente de sempre. O resultado operacional bruto (EBITDA) cresceu 7% para 3.613 milhões de euros, e o resultado líquido cresceu 5% para 1.079 milhões de euros.

Alguns exemplos nas diferentes áreas da nossa capacidade de execução em termos de mercado. A implementação do maior programa de investimento hídrico em toda a Europa, respeitando prazos e conseguindo reduzir custos em relação ao previsto. A posição da empresa que maior número de contratos de venda de energia renovável a longo prazo (PPAs) realizou nos EUA. Uma nova melhoria na qualidade de serviço na distribuição em Portugal e a melhor de sempre em Espanha. A capacidade de manutenção de uma quota de mercado em clientes duas vezes superior à da produção no mercado espanhol. O crescimento na quota de gás no mercado Ibérico. O melhor resultado operacional de sempre no mercado brasileiro.

Em termos de eficiência, alcançámos o objectivo de redução de 160 milhões de euros de custos dois anos antes do previsto, tendo este enfoque constante na eficiência colocado a EDP como a “utility” mais eficiente da Península Ibérica.

Em simultâneo, reforçámos a solidez do Grupo. Mantivemos o “Rating” A, assegurámos liquidez financeira suficiente até ao início de 2013 e apresentámos melhorias nos principais rácios de endividamento que nos colocam numa posição mais sólida do que antes de iniciarmos a execução deste Plano Estratégico.

Sem alterar a essência da nossa visão, o ano de 2010 revelou já uma diminuição do investimento e anunciámos uma redução média de aproximadamente 600 milhões de euros por ano no investimento para 2011 e 2012. Demonstração da capacidade de antecipação e da abordagem pragmática ao novo mundo em que vivemos.

Estes exemplos traduzem o valor da nossa estratégia. Indicam o caminho que a EDP deve seguir e conferem a solidez e a flexibilidade para o grupo se ajustar a um contexto onde o custo de oportunidade é cada vez mais elevado.

Líder mundial no novo paradigma do sector energético

Em Portugal, a EDP está em plena fase de execução do maior plano hídrico da Europa com 10 frentes de obra em simultâneo. Lançámos igualmente a primeira cidade inteligente com o Projecto InovCity em Évora. Criámos novas estruturas para o apoio aos clientes na área de eficiência energética e microgeração. Estamos envolvidos em todos os aspectos do desenvolvimento da Mobilidade Eléctrica. Apostamos na inovação aberta à sociedade, nomeadamente com a criação do primeiro FabLab em Portugal. Estamos a liderar o desenvolvimento de uma tecnologia de produção eólica em águas profundas com o objectivo de aproveitar mais este recurso do mar português. Multiplicámos por 10 o investimento em I&D nos últimos 5 anos.

Exemplos do nosso compromisso com a revolução que se verifica no sector energético, com o papel que este tem na qualidade de vida e competitividade das economias em que operamos. Somos quem mais tem investido em Portugal e o maior investidor português no mundo. A nossa actuação tem hoje um impacto significativo na resolução dos maiores desafios do país: crescimento económico, criação de emprego e redução do défice externo.

A nível global, 64% da energia que produzimos veio de fontes renováveis, o que nos coloca em posição privilegiada para alcançar a meta de 70% em 2020.

Marcámos igualmente a diferença em vários outros domínios. Em 2010 fomos reconhecidos como a empresa número 1 a nível mundial no sector eléctrico nos índices Dow Jones de Sustentabilidade, com a liderança no mundo em temas como a gestão de risco de preço, sistemas de controlo, a gestão integrada de risco, o envolvimento de stakeholders, o reporte social, o desenvolvimento do capital humano, a biodiversidade. Entre mais de 500 empresas, a EDP foi igualmente a primeira empresa a

nível mundial em termos de transparência na disponibilização de informação financeira.

Criámos oportunidades para aqueles que mais precisam. As fundações da EDP, em Portugal, Espanha e no Brasil, são um exemplo de inovação social que, só no nosso país, tocaram a vida de mais de 1,7 milhões de pessoas. Para além do aprofundamento das acções em Portugal, no campo de refugiados de Kakuma em África, desenvolvemos com o ACNUR um projecto ímpar a nível global que mostra como podemos ser mais eficazes no apoio a quem mais precisa.

O desafio continua

2011 será de novo um ano muito exigente. Criámos as condições para ter sucesso neste contexto económico e de mercado da energia. A nossa carteira de activos tem uma vida útil residual média de mais de 22 anos. Temos em construção 3,1 mil MW que gerarão importantes receitas em 2011 e sobretudo a partir de 2012. Somos das companhias europeias menos expostas ao risco de CO₂. Estamos estruturalmente financiados para os próximos 2 anos, com uma posição de liquidez de 5,8 mil milhões de euros no final de Fevereiro de 2011. Temos um programa de investimento adequado à nova realidade do mercado. Temos um programa ambicioso de formação das pessoas da nossa equipa com qualidade única nos diferentes mercados.

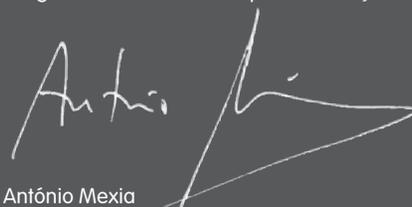
No início de 2011 a EDP passou a integrar o índice Europe Select Dividend, composto pelas 30 empresas cotadas europeias com o dividendo mais elevado. Este resultado deve-se a uma política sustentada de crescimento de dividendos, em que a proposta aos nossos accionistas em Assembleia Geral será de 17 cêntimos por acção e que representa um crescimento de 10% face a 2010.

Aos accionistas, clientes, fornecedores, parceiros de negócio, entidades governamentais, entidades reguladoras e órgãos sociais, em particular ao Conselho Geral e de Supervisão, uma palavra de agradecimento pelo apoio e confiança dada a toda a equipa ao longo do ano.

Por último uma palavra especial aos 12.096 colaboradores de 28 nacionalidades presentes em 13 países que formam a EDP. A vossa energia é decisiva para o sucesso alcançado.

Em 2011, o desafio continua. Maior exigência. Maior disciplina. Maior envolvimento. Conto com a colaboração e apoio de todos para prosseguirmos este caminho de sucesso.

Imaginamos e contribuímos para construção de um mundo melhor.



António Mexia
Presidente do Conselho de Administração Executivo

Lisboa, 3 de Março de 2011



a edp

VISÃO, COMPROMISSOS E VALORES

valores

Confiança

Dos accionistas, clientes, fornecedores e demais "stakeholders".

Excelência

Na forma como executamos.

Iniciativa

Manifestada através dos comportamentos e atitudes das nossas pessoas.

Inovação

Com o intuito de criar valor nas diversas áreas em que actuamos.

Sustentabilidade

Visando a melhoria da qualidade de vida das gerações actuais e futuras.

visão

Uma empresa global de energia, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade.

compromissos

Pessoas

- Aliamos uma conduta ética e de rigor profissional, ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa.
- Promovemos o desenvolvimento das competências e o mérito.
- Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é fundamental para sermos bem sucedidos.

Clientes

- Colocamo-nos no lugar dos nossos Clientes sempre que tomamos uma decisão.
- Ouvimos os nossos Clientes e respondemos de uma forma simples e transparente.
- Surpreendemos os nossos Clientes, antecipando as suas necessidades.

Resultados

- Cumprimos com os compromissos que assumimos perante os nossos accionistas.
- Lideramos através da capacidade de antecipação e execução.
- Exigimos a excelência em tudo o que fazemos.

Sustentabilidade

- Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam da nossa actuação, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes.
- Reduzimos, de forma sustentável, as emissões específicas de gases com efeito de estufa da energia que produzimos.
- Promovemos activamente a eficiência energética.

A EDP NO MUNDO

Colaboradores **332**
 Potência instalada (MW)* **3.224**
 Produção líquida (GWh) **7.689**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**

edp renováveis

**EUA
Canadá**

Colaboradores **23**
 Potência instalada (MW)* **341**
 Produção líquida (GWh) **595**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**

edp renováveis

Reino Unido

Portugal

**França
Bélgica**

**Polónia
Roménia**

Espanha

Itália

China

Brasil

Angola

Colaboradores **2.430**
 Clientes de electricidade **2.740.431**
 Potência instalada (MW)* **1.749**
 Produção líquida (GWh) **7.293**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**
 Distribuição de electricidade (GWh) **23.749**

edp
edp renováveis

Colaboradores **7.243**
 Clientes de electricidade **6.105.291**
 Clientes de gás **245.335**
 Potência instalada (MW)* **10.781**
 Produção líquida (GWh) **27.565**
 Produção a partir de fontes renováveis** **60%**
 Distribuição de electricidade (GWh) **47.836**
 Distribuição de Gás (GWh) **6.843**

edp
edp gás
edp renováveis

Colaboradores **11**
edp renováveis

Colaboradores **32**
 Potência instalada (MW)* **210**
 Produção líquida (GWh) **209**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**

edp renováveis

Colaboradores **14**

edp renováveis

Colaboradores **2.011**
 Clientes de electricidade **1.010.005**
 Clientes de gás **823.792**
 Potência instalada (MW)* **5.025**
 Produção líquida (GWh) **16.214**
 Produção a partir de fontes renováveis** **37%**
 Distribuição de electricidade (GWh) **9.320**
 Distribuição de Gás (GWh) **45.644**

hc energia
naturgas energia
edp renováveis

* MW EBITDA
 **Inclui hídrica, eólica, biomassa e resíduos

a edp
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
13 JAN – EDP adjudica construção da nova central hidroelétrica Venda Nova III

A EDP adjudicou as obras de construção civil do reforço de potência da central hidroelétrica de Venda Nova, denominada Venda Nova III, ao consórcio MSF/Somaguez/Mota-Engil/Spie Batignolles pelo valor de 131 milhões de euros. A entrada em operação da central está planeada para o 1º semestre de 2015. O investimento total estimado para o projecto é de 349 milhões de euros neste período.

26 JAN – EDP é “Gold class SAM 2010”

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integrou o conjunto de 15% das empresas com melhor desempenho em sustentabilidade em cada um dos 58 sectores avaliados pela Sustainable Asset Management, obtendo a classificação “Gold class SAM 2010” no “The Sustainability Yearbook 2010”.

27 JAN – EDP Renováveis entra no mercado eólico italiano através da aquisição de 520 MW em desenvolvimento

A EDP Renováveis adquiriu uma participação accionista de 85% na Italian Wind srl, empresa do grupo Co-Ver (um conglomerado industrial situado no norte de Itália), juntando assim ao seu portfólio de projectos eólicos 520 MW no mercado italiano. O montante pago pela participação accionista acima mencionada foi de 12 milhões de euros.

10 FEV – Substituição do representante da Sonatrach no Conselho Geral e de Supervisão

O membro do Conselho Geral e de Supervisão Sonatrach indicou o Senhor Farid Boukhalfa como seu representante naquele órgão, em substituição do Senhor Mohamed Meziane que renunciou ao cargo.

06 ABR – EDP apresenta conceito InovCity

Évora é a primeira cidade a receber as redes inteligentes de energia, potenciando a eficiência energética, microprodução e mobilidade eléctrica.

16 ABR – Assembleia Geral Anual de accionistas

Aprovação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2009 e da proposta de aplicação de resultados.

23 ABR – Indicação do representante da Senfora no Conselho Geral e de Supervisão

O membro do Conselho Geral e de Supervisão Senfora SARL, eleito na Assembleia Geral Anual de 16 de Abril de 2010, indicou o Senhor Mohamed Al Fahim como seu representante naquele órgão, para exercer o cargo em nome próprio, devido à renúncia ao cargo do membro Khalifa Abdulla Khamis Al Romaihi.

26 ABR – EDP Renováveis selecciona Vestas para contratar o fornecimento de aerogeradores relativos a um máximo de 2,1 GW de capacidade eólica
15 JUN – Moody’s mantém “rating” de longo prazo da EDP em ‘A3’ atribuindo “outlook” estável
17 JUN – Fitch mantém “rating” de longo prazo da EDP em ‘A-’ com “outlook” estável
jan
fev
abr
jun
mar
mai
jul
09 MAR – EDP emite obrigações no montante de mil milhões de euros a 5 anos

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de 1.000 milhões de euros com vencimento em Março de 2015 e cupão de 3,25%.

13 MAI – Pagamento de dividendo bruto de 0,155 euros por acção relativo ao exercício de 2009 (dividendo líquido de 0,124 euros)
28 JUL – EDP reforça controlo da Naturgas

No âmbito do processo de privatização da Naturgas ocorrido em 2003, a HC Energia (detida a 96,86% pela EDP) adquiriu uma participação de controlo na Naturgas e celebrou com o Ente Vasco De La Energia (“EVE”) um acordo parassocial válido até 30 de Julho de 2010, que inclui uma opção de venda de parte ou da totalidade da participação do EVE no capital da Naturgas a ser exercida a valor de mercado, até 30 Julho de 2010. No seguimento da decisão do EVE de exercer a referida opção de venda, foi assinado um acordo entre o EVE e a HC que estipula entre outras condições a compra pela HC ao EVE de 29,43% do capital social da Naturgas por 617 milhões de euros.

29 JUL – EDP vende activos de transporte de electricidade em Espanha à REE

De acordo com o estabelecido na Lei nº17/2007 de 4 de Julho, as empresas distribuidoras têm de vender os seus activos de transporte à Red Eléctrica de España, S.A.U. (“REE”). A Hidrocantábrico Distribución eléctrica, S.A.U. (“HC Distribución”), subsidiária do Grupo EDP para a distribuição de electricidade em Espanha, assinou um acordo para a venda dos seus activos de transporte de electricidade à REE por 58 milhões de euros. Esta operação encontra-se sujeita a aprovação por parte das autoridades competentes.

04 AGO – ANEEL aprova revisão tarifária da EDP Escelsa

A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da Escelsa em 7,19%, para o período entre 7 de Agosto de 2010 e 6 de Agosto de 2011.

23 AGO – Atribuição de garantia de potência para a produção de energia eléctrica em Portugal

O incentivo ao investimento em capacidade de produção será fixado com base numa metodologia prevista na portaria, embora se estabeleça desde já que, até à sua aprovação, o valor atribuído é de 20.000 euros/MW instalado quer para os novos centros electroprodutores quer para aqueles que tenham entrado em funcionamento há menos de 10 anos.

09 SET – Tarifa social de energia eléctrica no Brasil sofre mudanças

Nova resolução Aneel 414/2010 consolida os regulamentos sobre as condições de fornecimento de energia eléctrica e os direitos e deveres dos consumidores.

20 SET – EDP integra Carbon Disclosure Leadership Index

A EDP ficou em 2º lugar na classificação Carbon Disclosure Project no sector das utilities, integrando, pela primeira vez, o CDLI – Carbon Disclosure Leadership Index - constituído pelas empresas com o melhor relato de carbono a nível mundial. Pelo primeiro ano foi lançado inquérito relativo à Performance, no qual a EDP foi classificada como classe B.

03 NOV – EDP contrata linha de crédito de 2 mil milhões de euros

A EDP assinou um contrato de financiamento na modalidade “revolving”, no montante de 2 mil milhões de euros e com o prazo de cinco anos. A nova linha de crédito substitui uma linha de 1,6 mil milhões de euros contratada pela EDP em 2009 e que vence em Março de 2012, mantendo o seu propósito: suporte de liquidez do Grupo.

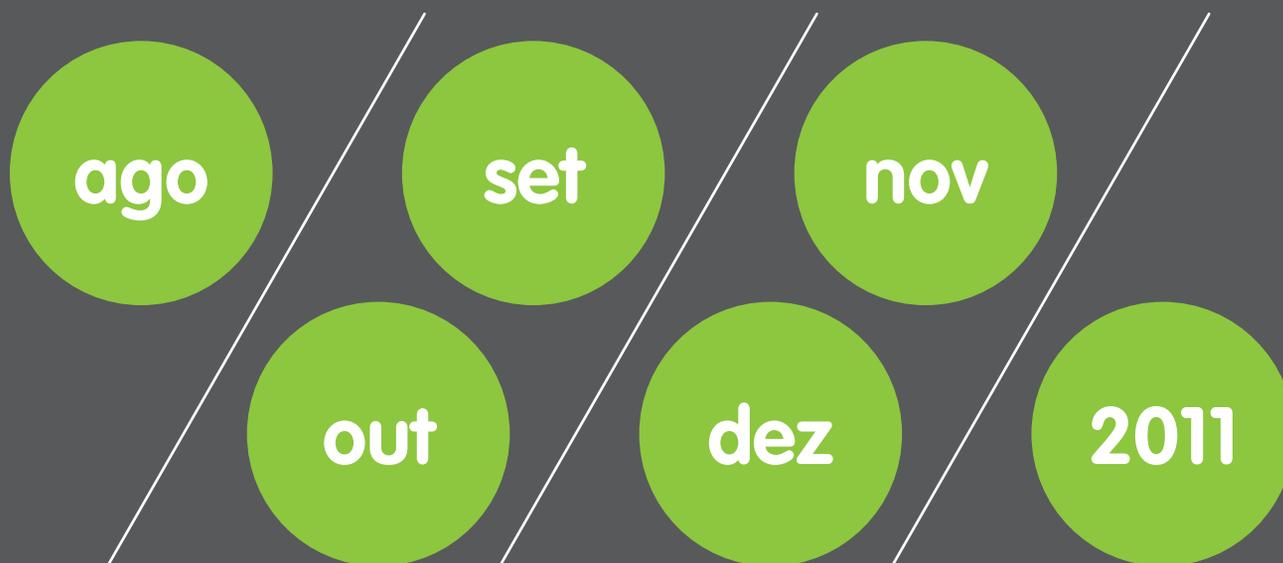
04 NOV – EDP é líder mundial no sector eléctrico do índice Dow Jones de Sustentabilidade 2010/2011

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integra os Índices DJSI World e DJSI Europe, sendo considerado, pela primeira vez, líder mundial do sector.

07 NOV – EDP e CPI celebram memorando de entendimento para uma possível parceria de cooperação empresarial

A EDP e a empresa China Power International Holding Ltd alcançaram um acordo para o eventual estabelecimento de uma parceria de cooperação empresarial relativa à Companhia de electricidade de Macau e ao aproveitamento de oportunidades de negócio por ambos os grupos económicos no domínio energético, tanto nos mercados asiáticos como nos mercados em que a EDP actualmente actua.

29 NOV – EDP no Brasil integra, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE)



07 OUT – Aneel aprova reajustamento tarifário anual da EDP Bandeirante em 10,70%

A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da EDP Bandeirante em 10,70%, para o período entre 23 de Outubro de 2010 e 22 de Outubro de 2011.

21 OUT – EDP aliena a sua participação na DECA II

A EDP celebrou com a Empresas Públicas de Medellín, uma empresa pública colombiana, um contrato de compra e venda de acções para alienar a sua participação de 21% no capital social da Distribuidora eléctrica de Centro America Dos (DECA II). A DECA II é uma empresa Guatemalteca, que opera, através das suas subsidiárias, nas áreas de distribuição, transporte e comercialização de electricidade naquele país. O preço pago pela participação de 21% no capital social da DECA II foi de 127 milhões de dólares.

29 OUT – Standard & Poor’s mantém o “rating” de longo prazo da EDP em ‘A-’ com “outlook” negativo

03 DEZ – Standard & Poor’s coloca EDP em “creditwatch” negativo após acção idêntica à República Portuguesa

15 DEZ – ERSE define tarifas de electricidade para 2011, que estabelece um aumento médio de 3,8% para as tarifas de venda a clientes finais em Baixa Tensão Normal (BTN) em Portugal continental para 2011.

21 DEZ – Moody’s coloca EDP em revisão para possível baixa do “rating” após acção idêntica à República Portuguesa

27 DEZ – Renúncia de Membro do Conselho Geral e de Supervisão

O Dr. Vasco Maria Guimarães José de Mello apresentou, por razões de ordem profissional, a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão.

29 DEZ – Fitch considera que “rating” da EDP não é afectado pela baixa do “rating” da República Portuguesa

01 JAN – Novas Regras de aplicabilidade da tarifa social em Portugal, que garantem o acesso por todos os consumidores ao serviço essencial de fornecimento de energia eléctrica.

13 JAN – EDP recebe primeira parcela do fundo de amortização do défice de electricidade em Espanha

Em 11 de Janeiro de 2011, o Fundo de Amortização do Défice eléctrico Espanhol, lançou uma emissão de obrigações totalmente garantida pelo Reino de Espanha. Esta primeira parcela totaliza o montante de 2 mil milhões de euros. A EDP, através da sua filial espanhola Hidroeléctrica del Cantábrico, SA deida em 96,86%, deverá receber cerca de 102,5 milhões de euros.

25 JAN – EDP emite obrigações no montante de 750 milhões de euros a 5 anos

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de 750 milhões de euros com vencimento em Janeiro de 2016 e cupão de 5,875%.

31 JAN – EDP emite obrigações no montante de 230 milhões de francos suíços a 3 anos.

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de CHF 230 milhões com vencimento em Fevereiro de 2014 e cupão de 3,5%.

a edp

ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, Presidente
António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, Vice-Presidente
Maria Teresa Isabel Pereira, Secretário da Sociedade

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC, Fiscal Único Efectivo
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC, Fiscal Único Suplente

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

António de Almeida, PRESIDENTE Nasceu em 16 de Março de 1937. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1961). Em Moçambique, foi Técnico dos Serviços de Planeamento de Moçambique (1963-1965); Director Financeiro e Secretário-Geral da Maragra – Marracuene Agrícola Açucareira (1966-1971), e Administrador e Vice-Presidente do Instituto de Crédito de Moçambique (1971-1974). Administrador não executivo da Texlom – Têxteis de Moçambique, do Commercial Bank of Malawi e dos CFM – Caminhos-de-ferro de Moçambique (1972-1974). Em Portugal, foi Governador e Presidente do Banco de Angola (1974-1978); Administrador não executivo do The Bank of Lisbon and South Africa (1974-1988). Secretário de Estado do Tesouro (1978-1980) e, novamente, (1983-1985); Presidente da União de Bancos Portugueses até 1991; Consultor do Banco de Portugal até 1992; Consultor da Associação Industrial Portuense (1991-1996); Presidente do Conselho de Administração da EDP (1996-1998); Administrador do BERD (1998-2004); Presidente da Comissão de Auditoria da EDP de 2003 a 2004; Presidente do OMIP e da OMIClear (2004-2006). Professor convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Lourenço Marques (1971-1974) e da Universidade Autónoma de Lisboa (1992-1999). Desde 2009, é Presidente do Conselho de Escola do ISEG. Foi designado pela primeira vez Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Alberto João Coraceiro de Castro, VICE-PRESIDENTE Nasceu em 15 de Junho de 1952. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul, EUA. As suas áreas de especialização são economia industrial, economia e estratégia empresarial, economia do trabalho e internacionalização, nas quais tem várias publicações académicas e de divulgação. É Professor na Universidade Católica Portuguesa, onde é Director do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada. Presidente dos Conselhos Fiscais da Mota-Engil e da Unicer. Consultor da APICCAPS. É Membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal, da direcção da Associação Comercial do Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações. Preside à Comissão Justiça e Paz da Diocese do Porto. Foi designado pela primeira vez Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

António Sarmiento Gomes Mota Nasceu em 10 de Junho de 1958. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1981), MBA pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1984) e Doutorada em Gestão pelo ISCTE (2000). Professor catedrático do ISCTE Business School de que é Director (2003-). É ainda Presidente do INDEG/ISCTE (2005-) e do Conselho Geral do Fundo de Contragarantia Mútua (1999-). É Administrador não Executivo da Cimpor (2009-). É ainda Vogal da direcção do Instituto Português de Corporate Governance (2010-). Foi Presidente do Departamento de Finanças e Contabilidade do ISCTE (2001-2003) e do Centro de Investigação de Mercados e activos Financeiros do ISCTE (1995-2003). Foi Membro do Comité de Investimento da FINPRO-SGPS (2002-2004), Presidente do Conselho de Administração da SIEMCA – Sociedade Mediadora de Capitais (1990-1997) e Consultor da PME Investimentos

(1998-2000). Foi cofundador e primeiro Director da Revista Gestão e é autor de diversos livros e artigos nas áreas de corporate finance, mercados e instrumentos financeiros, estratégia e reestruturação empresarial. Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 15 de Abril de 2009.

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira Nasceu em 23 de Fevereiro de 1949. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1971). Foi Membro da Comissão da Reforma Fiscal (1984-1988), Deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Saúde (1976), Vogal do Conselho de Gerência da ANA (1977-1987) e Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1987-1989) e da Companhia do Aeroporto de Macau (1989-1991). Foi Administrador no Grupo Champalimaud (1992-1999), tendo presidido ao Conselho de Administração da Mundial Confiança e à Assembleia Geral do Banco Pinto & Sotto Mayor. Entre 1999 e 2003, assumiu, no Grupo BCP, funções de Administrador da Servibanca, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Seguros e Pensões Gere, Administrador e Presidente do Conselho de Administração da Império Bonança, das Companhias de Seguros Ocidental e Ocidental Vida, da Seguro Directo, da ICI-Império Comércio e Indústria, da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, da Autogere, da Pensões Gere, da Corretoresgest e Administrador da Eureka B.V. Foi ainda Vice-Presidente da Estoril Sol, Vice-Presidente da Finansol, Presidente não Executivo da Willis Portugal-Corretores de Seguros (2003-2005) e Administrador do Seng Heng Bank. Entre 2005 e 27 de Dezembro de 2007 foi Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa Banco de Investimento. Actualmente é Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Millenniumbank (Polónia) e do Conselho de Administração do BancSabadell e Presidente do Conselho de Administração do Banco Millennium Angola, S.A.. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 10 de Abril de 2008 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado Nasceu em 17 de Maio de 1961. Licenciado em Direito. Foi Management-Trainee na FIMA-LEVER-IGLO em 1986, Consultor Jurídico do Fundo de Turismo (1986-1988), Assessor do Secretário-Adjunto para a Administração e Justiça do Governo de Macau (1988-1990), Técnico Superior no Fundo de Turismo (1990-1992), Director de Interfina e Administrador de várias sociedades participadas (1992-1995). Entre 1995 e 1999 foi advogado e sócio da Sampaio Caramelo, Fonseca Santos & Lacerda Machado, Membro do Conselho Superior da Magistratura (1997-1999), Director Jurídico do Grupo Parque Expo'98 e Administrador de Sociedades participadas no ano de 1999, Secretário de Estado da Justiça do XIV Governo Constitucional (1999-2002). É Advogado em colaboração com a sociedade BAS, Membro da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, por designação do Governo, e Administrador não-executivo do Moza Banco e do Banco da África Ocidental. Desde de Fevereiro de 2010, exerce o cargo de Vice-Presidente da Caixa Económica de Cabo Verde. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Eduardo de Almeida Catroga Nasceu em 14 de Novembro de 1942. Licenciado em Finanças pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa) e pós-graduado pela Harvard Business School. Foi Ministro das Finanças do XII Governo Constitucional (1994-1995). É Professor Catedrático Convidado na área de Estratégia Empresarial do M.B.A. do ISEG. Tem feito carreira essencialmente no domínio da gestão e administração de empresas, nomeadamente na CUJ (antes de 25 de Abril de 1974), onde foi Administrador Financeiro, e no Grupo Belga SAPEC na qualidade de Administrador-Delegado. Actualmente é Presidente do Grupo SAPEC, Administrador da Nutrinveste, Administrador do Banco Finantia e Presidente do Comité de Investimentos do PVCI (Portugal Venture Capital Initiative), um fundo

de capital de risco promovido pelo Banco Europeu de Investimento. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Farid Boukhalifa Nasceu em 22 de Fevereiro de 1953. Possui um Bacharelato em Contabilidade (National Institute of Hydrocarbons Bourmerdes), uma licenciatura em Finanças (INPED Bourmerdes) e uma pós-graduação em Auditoria (Universidade de Argel). Entrou para a Sonatrach em 1975, tendo desenvolvido a sua actividade na elaboração de estudos técnico-económicos sobre os projectos definidos nos planos quinquenais da empresa. De 1992 a 1999, foi responsável pelo Departamento de Coordenação e Síntese. Em 1999, foi nomeado sub-Director do Departamento de Controlo de Gestão e Orçamento e em 2000 nomeado Director do Departamento de Controlo de Gestão da Sonatrach. Em 2007, tornou-se Director do Departamento de Consolidação Contabilística. Desde 2008, é administrador da Sonatrach, responsável pelo pelouro financeiro (CFO). Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Sonatrach, em 4 de Fevereiro de 2010.

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira Nasceu em 10 de Outubro de 1941. Licenciado em Engenharia Mecânica pelo IST. Foi Secretário de Estado do Comércio Externo (1980-1983), Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro Ministro (1985), Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro (1988-1989), Secretário de Estado Adjunto e das Finanças (1989-1990) e Ministro do Comércio e Turismo (1990-1995). Foi Membro Executivo dos Conselhos de Administração da Siderurgia Nacional (1980-1983), do IPE – Investimentos e Participações Empresariais (1983-2002), do BFE – Banco de Fomento e Exterior (1990), dos HPP – Hospitais Privados de Portugal (2003-2005), da Carlton Life (2003-2005), do Banca Caixa Geral-Espanha (Presidente da Comissão Executiva 2005-2007). Desde 2008, é o Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e da PARCAIXA, SGPS. Foi Administrador não-executivo da EGF – Empresa Geral de Fomento (1988), da CELBI – Celulose da Beira Industrial (1987-1988), do ICEP – Instituto do Comércio Externo de Portugal (1986-1988), da TAP – Air Portugal (1998-2006), Membro do Conselho Consultivo do INA – Instituto Nacional de Administração e da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (2000-2002), da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (2000-2002), Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação (2001-2005). Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 10 de Abril de 2008 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

José Manuel dos Santos Fernandes Nasceu em 23 de Setembro de 1945. Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1978). É Presidente do Conselho de Administração da FREZIGEST, SGPS, S.A. desde 2005. Foi Administrador da AFICOR, S.A. – Afiação e Reparação de Ferramentas (1983-2007), Director Geral da MIDA (1974-1990), Administrador da Metalúrgica Costa Nêry S.A. (1974-1975) e Director da mesma (1972-1974) e Chefe de Produção da CERLEI (1960-1972). É Presidente do Polo Produtividade da PRODUTECH (2009), Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Empresarial de Portugal (2008) onde desempenhou diversas funções desde 1999, Vice-Presidente da Assembleia Geral do Manufature Portugal (2005). Foi Vice-Presidente da direcção (2001-2004) e Presidente da Assembleia Geral (2004-2007) da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, de que foi representante no Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2000-2002), Vice-Presidente da Associação Industrial Portuense (1984-1998), de que foi representante no Conselho Nacional de Qualidade (1988-1998) e no Conselho da Ciência (1996) e Presidente da direcção da Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (1998-2004). É representante de Portugal no Comité Européen de L'Outillage (1998-). Foi Membro da direcção (1987-1990) e Vogal

da Assembleia Geral (1998-2008) da EXPONOR e Membro da Assembleia Geral do EUROPARQUE (1998-2009). É Vice-Presidente da Assembleia Geral da AEP (desde 2008). Foi coordenador da Missão Empresarial dos Bens de Equipamento à Venezuela (2008). É Presidente da Assembleia Geral da AIMMAP (desde 2010). Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 15 de Abril de 2009.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi Nasceu em 27 de Outubro de 1954. Licenciado em Sciences Economiques Appliquées pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Université Catholique de Louvain. Entre 1981 e 1983 desempenhou funções de financial controller na sede europeia do Grupo Espírito Santo (GES), assegurando a função de Assistente do General Financial Controller do GES, a nível mundial. A partir de Junho de 1983, foi Director Adjunto do Bank Espírito Santo International Limited e em 1987 foi nomeado Director da direcção do Merchant Banking do Banco Internacional de Crédito (BIC). Em 1990 foi Director Geral-Adjunto da direcção Geral de Empresas e Director da direcção de Mercado de Capitais do BIC. Em 1992 foi nomeado Administrador da Espírito Santo Sociedade de Investimentos e, em 1995, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento. Desde 1999 que exerce o cargo de Administrador da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo e, desde 2003, Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

José Maria Freire Brandão de Brito Nasceu em 10 de Janeiro de 1947. Licenciado, doutorado e agregado pelo ISCEF/ISEG. Professor Catedrático de Economia do ISEG, onde é Presidente do Departamento de Economia. Ocupou cargos e desempenhou funções dos quais se destacam os seguintes: Técnico do INII (1968-75); Vice-Presidente do Conselho Consultivo do IAPMEI (1975-80); Vice-Presidente (executivo) do Conselho de Administração da TAP (1996-98); Presidente (executivo) do Conselho de Administração da RTP (1999-2001); Vice-Presidente e Administrador Delegado da Portugal Global, SGPS, (2001-2002); Comissário da Exposição Engenho e Obra – Engenharia em Portugal no Séc. XX (Cordoaria Nacional, 2003); Administrador do IDEFE/ISEG – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos e Empresariais (2007-); Vogal do Conselho Geral da UTL (2009-). Está filiado em várias instituições científicas e participou em mais de meia centena de congressos, colóquios, seminários, nacionais e internacionais. Tem colaborado regularmente com artigos de opinião na comunicação social escrita. É autor de inúmeros livros e outras publicações sobre temas de economia teórica e aplicada. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Cajastur Inversiones, em 2 de Junho de 2008, e reconduzido nessas funções em 15 de Abril de 2009.

Mohamed Ali Al-Fahim Nasceu em 4 de Março de 1976. Licenciado em Finanças pela Universidade de Suffolk, Boston (1999). Começou a sua carreira profissional na Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC), onde trabalhou desde 2000 até 2008. A sua actividade centrou-se na identificação e na definição de estratégias de investimento para a ADNOC, de acordo com os parâmetros de retorno e liquidez definidos pela empresa. Durante esse tempo colaborou ainda como Consultor Financeiro para a KPMG-Dubai (2001-2002) e como Consultor da Área de “Project and Export Finance” do Banco HSBC. Desde Setembro de 2008, é Director de Finanças no Departamento de Finanças e Contabilidade da International Petroleum Investment Company (IPIC). Em Maio de 2010, foi nomeado Administrador da Aabar Investments PJS. Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Senfora, em 16 de Abril de 2010.

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro Nasceu em 12 de Abril de 1957. Licenciado em Direito. É Administrador das sociedades CIN, Novabase e AICEP. É Presidente das Comissões de Vencimentos das sociedades AICEP – Global Parques, SA, AICEP Capital, SA, Douro Azul, SGPS, SA e Sardinha & Leite, SGPS, SA. É Membro dos Conselhos Consultivos da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica – Porto e da sociedade Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana - Porto, SA. É membro do Conselho Geral da Ass. Portuguesa de Analistas Financeiros e Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta última entidade e da APC – Associação Portuguesa de Empresas de Investimento. Foi Administrador não executivo da Jerónimo Martins, SGPS, SA, Presidente da Euronext Lisbon e Membro dos Conselhos de Administração das Bolsas de Paris, Bruxelas e Amesterdão e da Euronext NV; foi CEO da BVLB - Bolsa de Lisboa e Porto e da Interbolsa. Foi Presidente da direcção do Instituto Português de Corporate Governance, Presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros, Vogal do Conselho Consultivo da CMVM, Presidente da Casa da Música / Porto 2001, S.A.. Desempenhou cargos em órgãos executivos de organizações internacionais ligadas ao mercado de capitais (Executive Board da FIABV - Federação Ibero-Americana de Bolsas, da ECOFEX - Federação Europeia de Bolsas de Futuros e Opções, do IFCI – International Finance and Commodities Institute e ECMI – European Capital Markets Institute). Agraciado com a distinção “Chevalier de l’Ordre Nationale de la Legion d’Honneur”, por Decreto do Presidente da República Francesa. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe Nasceu em 19 de Fevereiro de 1934. Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (1957) onde foi Professor Assistente de Geometria Descritiva (1958-1968). É Presidente da Secção Especializada para as Reprivatizações (SER) do Ministério das Finanças (1988-), e Presidente do Conselho Fiscal da CIMPOR (1992-). Foi Administrador da EDP electricidade de Portugal (1976-1988) com os pelouros do planeamento e estratégia da empresa, tendo participado activamente na reorganização e consolidação da EDP como empresa única, nos trabalhos de optimização da exploração do Sistema Electroprodutor Nacional, na contratação de fornecimentos ligados aos grandes empreendimentos eléctricos e nas negociações com o Banco Mundial de empréstimos ligados à expansão dos parques produtor e de transporte nacionais. Foi Membro da Comissão do Plano Energético Nacional e representante da CPE e depois da EDP na Union pour la Coordination de la Production et du Transport de l’Electricité - UCPE (1971-1988). Foi Membro da Comissão Administrativa da Companhia eléctrica do Alentejo e Algarve (1975-1976) e, integrado na CEOSE, participou na organização da empresa única nacionalizada. Entre 1957 e 1975, primeiro na Hidroeléctrica do Zêzere e posteriormente na CPE, dedicou-se a diversos trabalhos no âmbito da regularização de caudais e do estudo do potencial energético de diversas bacias hidrologicas, do planeamento e programação de centros electroprodutores e da economia dos custos de produção. Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 15 de Abril de 2009.

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena Nasceu em 25 de Dezembro de 1939. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado. Tem centrado a sua actividade profissional nos domínios do direito administrativo, comercial, financeiro e empresarial com particular ênfase em matérias dos chamados mercados regulados. É “senior partner” da Rui Pena, Arnaut & Associados, Sociedade de Advogados, R.L. de que foi fundador. Presidente do Conselho de Administração / Administrador executivo / Administrador não executivo em diversas empresas nacionais e estrangeiras (1973-2007). Ministro da Defesa Nacional (2001-2002). Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados (1987-1989). Professor de Direito Administrativo na Universidade Autónoma de Lisboa (1983-1987). Membro da Assembleia Municipal de Lisboa em 1986. Integra o corpo de árbitros e conciliadores do ICSID (International

Centre for Settlement of Investment Disputes). Presidente do grupo Português da União Interparlamentar (1980-1982). Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1977-1980). Professor de Direito Administrativo na Universidade Livre de Lisboa (1978-1981) e regente da mesma cadeira na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1978-1980). Ministro da Reforma Administrativa em 1978. Deputado da Assembleia da República (1976-1983). Entre 1964 e 1975 foi Consultor jurídico e Administrador de diversas empresas do Grupo SACOR. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 12 de Abril de 2007 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Vítor Fernando da Conceição Gonçalves Nasceu em 16 de Abril de 1955. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (1978). Doutorado em Ciências Empresariais pela FCEE da Universidade de Sevilha (1987). Agregado em Gestão pela Universidade Técnica de Lisboa (1993). Professor Catedrático de Gestão no ISEG (1994-). Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (2007-). Membro do Conselho Económico e Social (2007-). Membro do “Panel of Experts on World Competitiveness” do IMD World Competitiveness Center (2005-). Presidente do Conselho Directivo do ISEG (2003-2006). Presidente do Departamento de Gestão do ISEG (1992-2000). Tem dirigido vários programas de pós-graduação e de formação avançada para executivos. Professor Convidado em várias Universidades portuguesas e estrangeiras. Membro da Comissão de Avaliação das candidaturas a Doutoramento, Pós-Doutoramento e Cientistas convidados da Fundação para a Ciência e Tecnologia (1997-). Presidente da Comissão de Avaliação das licenciaturas em Gestão e Administração das Universidades Portuguesas (2001-2002). Membro da direcção do Conselho da Especialidade de Economia e Gestão Empresarial da Ordem dos Economistas (1999-2001) e membro do Conselho da Profissão. Administrador não executivo da Zon Multimédia e Presidente da sua Comissão de Auditoria (2007-). Presidente da direcção do Gaptec / UTL (2007-). Administrador da Promindústria - Sociedade de Investimento SA (1994-1996). Presidente do IDEFE - Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos Financeiros e Empresariais (2003-2007). Em 2001-2002 foi o Presidente do grupo de “peritos de alto nível” da Comissão Europeia que fez a avaliação do programa sobre a competitividade europeia - European Research Area. Autor de dezenas de trabalhos sobre temas de gestão em revistas e outras publicações nacionais e internacionais. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Mexia, PRESIDENTE Nasceu em 12 de Julho de 1957. Licenciado em Economia pela Universidade de Génève (1980), onde foi Assistente do Departamento de Economia. Foi Professor no curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, Regente na Universidade Nova e na Universidade Católica onde administrou entre 1982 e 1995. Foi Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo entre 1986 e 1988. Entre 1988 e 1990 foi Vice-Presidente do CA do ICEP – Instituto do Comércio Externo. Entre 1990 e 1998 foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos e, em 1998, foi nomeado Presidente do CA da Gás de Portugal e da Transgás. Em 2000 integrou a Galp Energia como Vice-Presidente do CA e entre 2001 e 2004 assumiu funções de Presidente Executivo da Galp Energia e Presidente dos CA da Petrolgal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004 foi nomeado Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVI Governo Constitucional. Foi ainda Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia (1999-2002), membro da Comissão Trilateral (1992-1998), Vice-Presidente da AIP – Associação Industrial Portuguesa, Presidente do Conselho Geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da União Europeia no Grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como Presidente do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

Ana Maria Fernandes Nasceu em 1 de Novembro de 1962. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986), Pós-Graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989). Foi Assistente na Faculdade de Economia do Porto (1986-1991). Iniciou a sua carreira profissional em 1986 na Conselho – Gestão e Investimentos, empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, nas áreas de mercado de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, assumiu funções na área de “Corporate Finance” da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente Directora do Banco EFISA. Em 1992 integrou o Grupo Banco de Fomento e Exterior como Administradora na área da Banca de Investimento e foi Directora de “Corporate Finance” no BPI (1996-1998). Em 1998, integrou a Gás de Portugal como Directora de Planeamento Estratégico e M&A e em 2000 assumiu as funções de Directora de Estratégia e Gestão do Portfólio de Negócios da Galp e, posteriormente, foi simultaneamente Presidente da Galp Power e Administradora da Transgás. Em 2004 foi nomeada Administradora da Galp Energia onde permaneceu até ao início de 2006. Foi eleita em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleita em 15 de Abril de 2009.

António Martins da Costa Nasceu em 13 de Dezembro de 1954. Licenciado em engenharia civil, pela Faculdade de Engenharia do Porto (1976) e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989), tem também formação executiva complementar no INSEAD (Fontainebleau, França – 1995), PADE da AESE (Lisboa 2000) e Advanced Management Program da Wharton School (Filadélfia, EUA – 2003). Foi Assistente do Instituto Superior de Engenharia do Porto (1976-1989). Em 1981 ingressou na produção hidráulica da EDP. Entre 1989 e 2003 foi Director Geral do Banco Millennium BCP, e Administrador Executivo de várias empresas de seguros, pensões e de gestão de activos financeiros do Grupo BCP. Foi Director Executivo da Eureka BV (Holanda), Presidente da Eureka Polska e Vice-Presidente Executivo da PZU (Polónia), (1999-2002). Foi Director Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil (2003-2007). Durante esse período, foi Vice-Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil e Presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia eléctrica. Em 2007, assumiu as funções de Chairman e CEO da Horizon Wind Energy nos EUA, sendo membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração da EDP Renováveis desde a sua constituição em 2008. Em 2009, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da EDP Internacional e da EDP Soluções Comerciais, tendo também o pelouro da EDP Distribuição a nível do CAE. É membro fundador do Instituto Português de Corporate Governance. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

António Pita de Abreu Nasceu em 17 de Março de 1950. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1972), onde foi Assistente e Professor Convidado no Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Assumiu funções no sector eléctrico em 1977. Até 2006 desempenhou as seguintes funções: Membro Executivo do CA da EDP; Presidente do CA da REN – Rede eléctrica Nacional; Presidente do CA da EDP Produção; Presidente do CA da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de electricidade; Presidente do CA da EDP Cogeração; Presidente do CA da TER – Termoeléctrica do Ribatejo; Vice-Presidente do CA da EDP Distribuição – Energia; Membro do CA da EDP Energia; Membro do CA da EDP Brasil; Membro Executivo do CA da REN – Rede eléctrica Nacional; Presidente do CA da ONItelecom; Presidente do CA da Edinfor; Vice-Presidente do CA da Turbogás e Vogal do CA da EDA – electricidade dos Açores. É actualmente Director Presidente da EDP – Energias do Brasil e membro do Conselho de Infra-estruturas da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (Brasil). Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do

Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

João Manso Neto Nasceu em 2 de Abril de 1958. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia (1981) e Pós-graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1982), completou ainda o Curso da “American Bankers Association” (1982), conclusão da componente académica do Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o “Advanced Management Program for Overseas Bankers” na Wharton School – Philadelphia. Entre 1981 e 1995 assumiu no Banco Português do Atlântico várias funções, tendo sido, designadamente, Director Central Adjunto da direcção Internacional e Director Central das Direcções Financeiras e Comercial Retalho Sul. Entre 1995 e 2002 assumiu no Banco Comercial Português as funções de Director Geral da direcção Financeira, direcção Geral de Grandes Empresas Institucionais, direcção Geral de Tesouraria, Membro do CA do BCP – Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk. Entre 2002 e 2003 foi Administrador no Grupo Banco Português de Negócios. Entre 2003 e 2005, assumiu funções na EDP como Director Geral e Administrador da EDP Produção. Em 2005, foi nomeado Conselheiro Delegado da HC Energia, Presidente da Genesa e Administrador da Naturgas Energia e do OMEL. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

Jorge Cruz Morais Nasceu em 17 de Outubro de 1957. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1980) e MBA pela Universidade Nova de Lisboa (1989). Iniciou a carreira na EDP, em 1983, no planeamento da rede de transporte. De 1991 a 1994, foi Assessor do CA da EDP, tendo sido coordenador do processo de reestruturação que culminou com a criação do Grupo EDP em 1994. Foi nomeado Director de Planeamento Estratégico, tendo sido responsável pela coordenação do processo de Privatização (IPO e 2.ª fase). Adicionalmente, foi Membro Não Executivo do CA da Turbogás (1998-2000), Membro Não Executivo do CA da electricidade dos Açores (1999-2000) e Administrador do Centro para a Conservação de Energia (1993-1996). Entre 2000 e 2004, foi Administrador Executivo da Oni SGPS e de outras empresas do Grupo ONI, tendo assumido, entre 2002 e 2004, as funções de CFO. Em 2005 e até Março de 2006 foi Administrador Executivo, com as funções de CFO, da HC Energia e da Naturgas Energia, empresas espanholas do Grupo EDP. É actualmente Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

Nuno Alves Nasceu em 1 de Abril de 1958. Licenciado em Engenharia e Construção Naval (1980) e MBA (1985) na Universidade de Michigan. Iniciou a sua carreira profissional em 1988, como Técnico na direcção de Estudos e Planeamento do Banco Comercial Português, onde em 1990 assumiu funções como Subdirector na direcção de Investimentos Financeiros e em 1991 assumiu o cargo de Director da direcção de Relações com Investidores (DRI). Em 1994 integrou a direcção de Coordenação de Retalho – Particulares, com função de Director. Em 1996, assumiu o cargo de Director na direcção de Mercado de Capitais do Banco CISF, Banco de Investimento do Banco Comercial Português, chegando a Director na direcção de Banca de Investimento no ano de 1997. Em 1999 assumiu o cargo de presidente do CA da CISF Dealer onde se manteve até 2000, ano em que assume o cargo de Administrador do Millennium bcp Investimento (anterior Banco CISF), com o pelouro de Mercado de Capitais e Tesouraria do Grupo BCP. Foi Director Geral do BCP de 2000 até 2006. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

SÍNTESE DE INDICADORES
INDICADORES FINANCEIROS

Milhares de euros	2010	2009	2008	2007
Grupo EDP				
Volume de Negócios	14.170.742	12.198.183	13.894.063	11.010.778
Resultados Operacionais Brutos	3.612.810	3.362.948	3.154.936	2.628.275
Resultados Operacionais	2.062.509	1.969.567	1.929.994	1.560.329
Resultado Líquido *	1.078.925	1.023.845	1.091.529	907.252
Cash-Flow Operacional	1.852.144	3.921.669	1.744.507	2.270.151
Investimento Operacional Líquido	2.667.341	3.234.740	3.618.187	2.700.166
Investimento/(Desinvestimento) Financeiro	184.265	-132.549	-1.362.987	-1.792.915
Activo Líquido	40.488.853	40.261.557	35.744.969	31.526.717
Capitais Próprios**	7.854.558	7.291.151	6.366.820	6.264.146
Dívida Líquida ***	16.344.678	14.006.568	13.889.511	11.692.247
Dívida Líquida/ Resultados Operacionais Brutos	4,5	4,2	4,4	4,4
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	227,8%	223,3%	230,7%	201,2%
Resultado por Acção (euros)	0,30	0,28	0,30	0,25
Dividend Yield	6,8%	5,0%	5,2%	2,8%
Capitalização Bolsista	9.108.435	11.364.519	9.854.369	16.344.724
Produção de Electricidade - Península Ibérica (excluí EDP Renováveis)				
Volume de Negócios	4.131.681	3.708.759	4.095.750	2.859.052
Resultados Operacionais Brutos	1.235.098	1.374.936	1.172.169	1.167.982
Resultados Operacionais	785.170	908.560	738.921	783.467
Resultado Líquido*	460.353	636.639	523.465	540.564
Investimento Operacional	556.033	879.579	685.688	739.940
Distribuição de Electricidade - Península Ibérica				
Volume de Negócios	5.282.933	4.987.805	6.213.227	4.797.443
Resultados Operacionais Brutos	697.758	694.041	769.809	455.482
Resultados Operacionais	415.516	391.292	496.768	183.795
Resultado Líquido*	309.132	272.166	304.116	108.772
Investimento Operacional	279.300	280.645	283.893	253.741
Comercialização de Electricidade - Península Ibérica				
Volume de Negócios	2.775.362	1.784.816	1.129.950	1.181.280
Resultados Operacionais Brutos	58.180	31.590	33.855	58.398
Resultados Operacionais	13.060	8.726	26.414	37.294
Resultado Líquido*	3.315	909	3.728	2.580
Investimento Operacional	6.055	8.148	6.246	3.536
EDP Renováveis				
Volume de Negócios	845.056	648.242	532.429	296.485
Resultados Operacionais Brutos	712.749	542.549	437.877	213.863
Resultados Operacionais	289.907	230.785	231.615	102.337
Resultado Líquido*	80.203	114.349	104.364	43.250
Investimento Operacional	1.231.711	1.690.384	2.090.862	1.388.603
Gás - Península Ibérica				
Volume de Negócios	1.686.786	1.189.024	1.442.422	994.200
Resultados Operacionais Brutos	272.959	217.518	208.518	188.470
Resultados Operacionais	163.236	171.021	165.462	145.049
Resultado Líquido*	100.216	121.625	127.979	103.353
Investimento Operacional	92.218	79.536	78.804	72.301
Energias do Brasil				
Volume de Negócios	2.147.630	1.680.006	1.844.908	1.854.529
Resultados Operacionais Brutos	674.000	550.221	562.277	586.091
Resultados Operacionais	505.116	419.233	379.558	456.416
Resultado Líquido*	246.933	240.786	149.684	253.058
Investimento Operacional	427.336	258.512	428.926	209.303

Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para o Investimento Operacional (Líquido de participações).

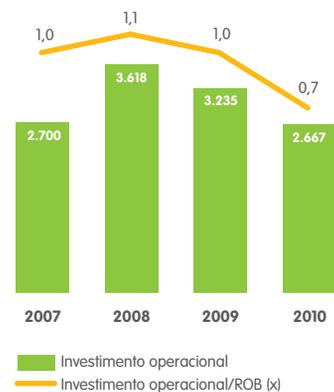
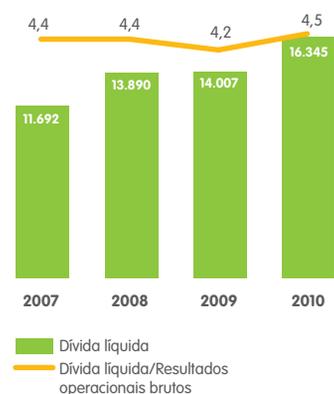
* Resultado Líquido atribuível a acionistas EDP

** Não inclui Interesses Minoritários

*** Inclui Dívida Bruta, Caixa e Equivalentes de Caixa e Activos de Curto Prazo ao Justo Valor

Resultados operacionais brutos (M€)

Resultado líquido* (M€)

Investimento operacional (M€)

Dívida líquida (M€)


INDICADORES OPERACIONAIS

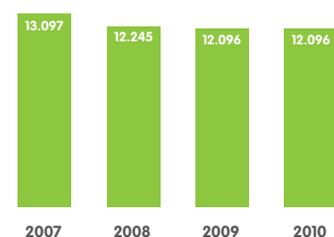
	2010	2009	2008	2007
Número de Colaboradores *	12.096	12.096	12.245	13.097
Negócio Eléctrico (exclui Brasil)	7.315	7.289	7.511	7.669
Produção de electricidade (exclui renováveis)	2.172	2.210	2.339	2.326
Renováveis	833	721	627	532
Distribuição de Electricidade	4.056	4.163	4.378	4.647
Comercialização de Electricidade	254	195	167	164
Negócio do Gás	519	537	422	411
Negócio Eléctrico no Brasil	2.325	2.291	2.278	2.980
Produção	262	260	231	231
Distribuição	2.040	2.014	2.033	2.734
Comercialização	23	17	14	15
Serviços de Suporte	1.346	1.383	1.450	1.562
Outros	591	596	584	475
Produção de Electricidade - Península Ibérica (exclui EDP Renováveis)**				
Potência Máxima (MW)	13.818	13.401	12.491	11.580
Portugal	9.943	9.974	9.091	9.015
Espanha	3.875	3.427	3.401	2.565
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	37.951	36.978	35.627	40.115
Portugal	26.093	24.736	22.511	25.625
Espanha**	11.858	12.242	13.117	14.489
Produção de Electricidade - EDP Renováveis				
Potência Máxima (MW EBITDA)	6.437	5.490	4.400	2.900
Portugal	599	595	553	424
Espanha	2.050	1.861	1.692	1.265
Resto da Europa	551	397	232	87
EUA	3.224	2.624	1.923	1.124
Brasil	14	14	0	0
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	14.352	10.907	7.807	3.777
Portugal	1.472	1.275	1.028	735
Espanha	4.355	3.275	2.634	2.056
Resto da Europa	805	426	238	119
EUA	7.689	5.905	3.907	866
Brasil	31	26	0	0
Distribuição de Electricidade - Península Ibérica				
Pontos de abastecimento	6.800.047	6.764.329	6.716.520	6.670.452
Portugal	6.149.046	6.119.805	6.088.179	6.053.875
Espanha	651.001	644.524	628.341	616.577
Vendas de Electricidade (GWh)	57.156	55.277	56.147	56.541
Portugal	47.836	46.146	46.468	46.919
Espanha	9.320	9.131	9.679	9.622
Comercialização de Electricidade - Península Ibérica***				
Número de Clientes	7.115.296	7.055.525	6.754.151	6.705.615
Portugal	6.105.291	6.102.495	6.087.578	6.051.114
Espanha	1.010.005	953.030	666.573	654.501
Vendas de Electricidade (GWh)	60.816	62.522	65.983	63.831
Portugal	39.375	43.154	46.236	44.556
Espanha	21.441	19.367	19.747	19.275
Negócio do Gás				
Distribuição de Gás - Portugal				
Pontos de Distribuição	245.347	221.388	200.988	179.802
Vendas de Gás (GWh)	6.843	6.133	5.952	2.554
Distribuição de Gás - Espanha				
Pontos de Distribuição	983.873	963.837	690.032	665.092
Vendas de Gás (GWh)	45.644	18.968	20.688	20.237
Comercialização de Gás - Espanha				
Número de Clientes	823.792	833.450	628.294	415.288
Vendas de Gás (GWh)	29.809	21.261	24.750	18.203
Negócio Eléctrico no Brasil				
Potência Máxima (MW)	1.735	1.733	1.697	1.044
Vendas de Electricidade (GWh)				
Produção	7.263	6.893	5.473	4.704
Distribuição	23.749	21.313	24.408	25.029
Comercialização	8.061	8.586	7.282	7.188
Número de Clientes	2.740.431	2.667.731	2.582.636	3.206.624

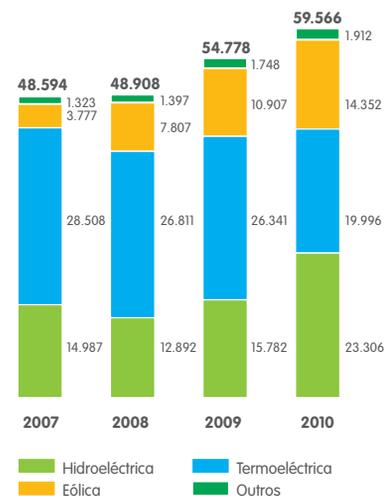
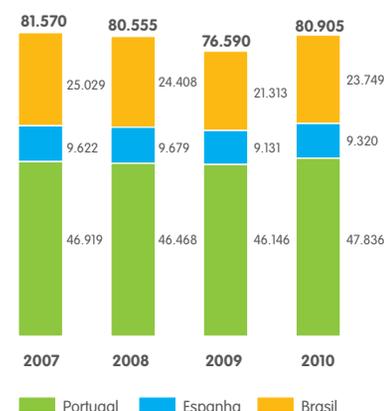
Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP.

* Inclui Órgãos Sociais (107 em 2010)

**Em 2010 inclui 284GWh produzidos no período de ensaios em Soto 5.

***Inclui comercialização de último recurso

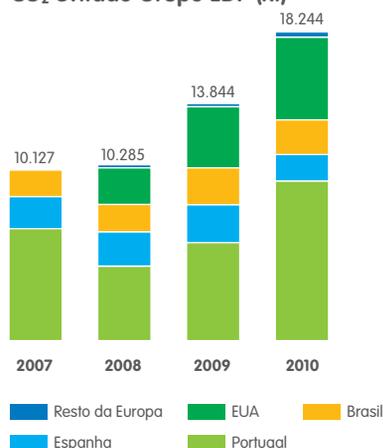
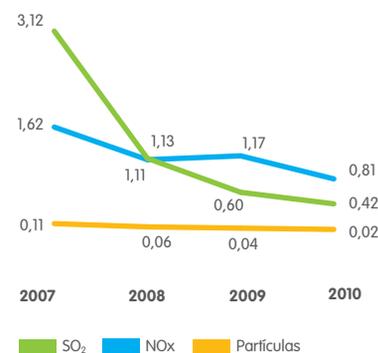
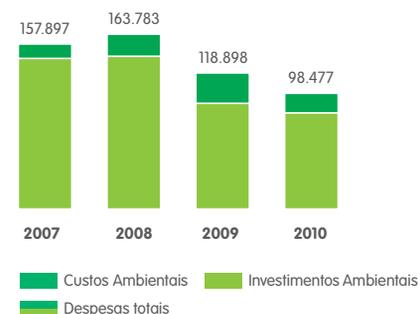
Número de colaboradores

Potência instalada (MW)

Produção líquida (GWh)

Electricidade distribuída (GWh)


a edp
INDICADORES AMBIENTAIS

	2010	2009	2008	2007
Consumo de energia primária (TJ)				
Total para actividade de Produção	176.519	242.878	237.259	261.157
Carvão	81.816	132.628	121.423	166.152
Fuelóleo	1.566	6.105	11.292	15.117
Gás natural	78.581	89.051	90.180	63.503
Outros combustíveis	10.996	10.618	13.411	14.669
Resíduos florestais	3.280	4.227	676	1.443
Combustível da frota automóvel	281	249	277	270
Consumos electricidade				
Consumos próprios da Produção (MWh)	1.815.385	2.429.843	2.244.466	1.457.748
Serviços administrativos (MWh)	36.370	33.256	31.138	33.411
Perdas nas redes (%)	8,6	8,3	8,4	7,2
Certificação Ambiental (ISO 14001)				
Certificação Ambiental (MW)	15.103	12.633	11.424	10.343
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	69	62	61	67
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	100	100
Emissões atmosféricas				
Emissões Totais (kt)				
CO ₂ (1)	14.699	20.007	19.783	23.422
SO ₂	9,5	17,1	34,0	100,7
NOx	18,3	33,3	33,3	52,3
Partículas	0,6	1,0	1,7	3,7
Emissões específicas globais de CO ₂ (g/kWh)	244,4	362,3	386,9	456,7
Emissões específicas de parque térmico (g/kWh)				
CO ₂	654	705	647	726
SO ₂	0,42	0,60	1,13	3,12
NOx	0,81	1,17	1,11	1,62
Partículas	0,02	0,04	0,06	0,11
CO ₂ Evitado pela utilização de energias renováveis (kt)	18.244	13.844	10.285	10.127
Intensidade CO ₂ (g/€)	1.037	1.640	1.424	2.127
Água				
Água captada				
Água de refrigeração (m ³ x10 ³)	1.150.342	1.726.053	1.700.122	1.851.183
Resíduos				
Total de resíduos (t)	765.340	929.642	835.922	958.988
Total de resíduos perigosos (t)	4.741	3.012	3.328	2.641
Resíduos valorizados (%)	92	94	85	84
Biodiversidade				
Rede de distribuição dentro de áreas protegidas (Km)	13.226	13.878	13.632	20.058
Subestações em áreas classificadas (n°)	40	42	41	62
Despesas Ambientais (mil €)	98.477	118.898	163.783	157.896

(1) Não inclui a frota automóvel.

CO₂ evitado Grupo EDP (kt)

Emissões Específicas Parque Térmico NOx, SO₂ e partículas (g/kWh)

Despesas Ambientais (mil €)


INDICADORES SOCIAIS

	2010	2009	2008	2007
Emprego				
Nº de colaboradores ⁽¹⁾	11.989	12.009	12.166	13.013
Colaboradores masculinos (%)	79	79	80	80
Índice de satisfação global	n.a ⁽²⁾	81	75	n.d.
Índice de rotatividade ou turnover	5,76	5,51	6,00	5,00
Idade média dos trabalhadores (anos)	46	45	45	45
Taxa de absentismo (%)	3,52	3,61	3,44	3,74
Custos com pessoal (mil euros)	575.408	540.036	573.674	574.406
Benefícios Sociais (mil euros)	153.362	158.353	161.200	291.926
Gratificações (mil euros) ⁽³⁾	33.763	39.254	34.000	29.557
Formação				
Total de horas de formação	419.737	353.205	487.111	464.807
Taxa de formação total	35,0	29,4	40,0	35,7
Colaboradores com formação (%)	96	75	82	91
Custos totais com formação (mil euros)	8.940	7.225	7.232	7.988
Produtividade do trabalho (€/h)	233	222	182	160
Prevenção e segurança				
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	60	55	46	56
Acidentes em serviço (nº)	44	47	76	84
Acidentes mortais em serviço (nº)	1	1	0	0
Índice de frequência EDP (Tf) ⁽³⁾	2,08	2,26	3,43	3,70
Índice de gravidade EDP (Tg)	117	144	176	225
Total de dias perdidos resultante de acidente (nº)	2.469	2.984	3.894	5.092
Acidentes mortais de subcontratados (nº)	24	10	6	5
Índice de frequência EDP e subcontratados (Tf_total) ⁽⁴⁾	4,92	5,00	6,18	4,29

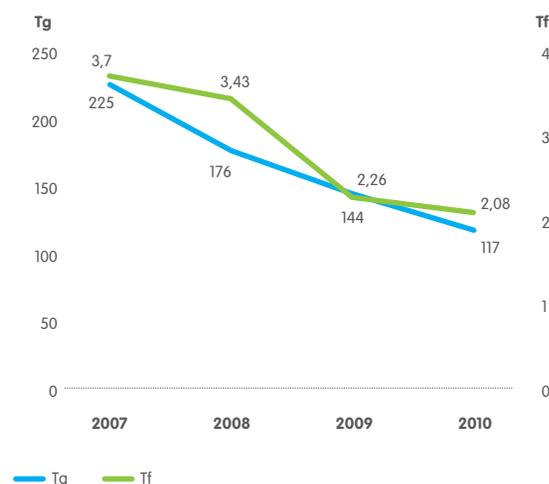
PSE - Prestadores de Serviço Externo

(1) Para efeitos de análise desagregada, o nº de colaboradores não inclui órgãos sociais (107)

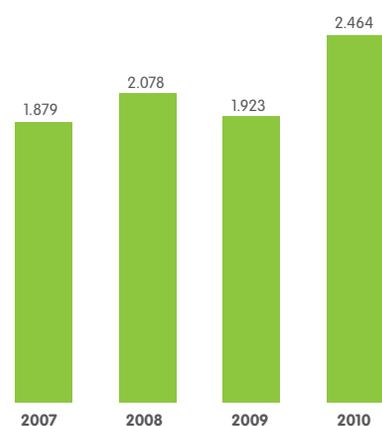
(2) Inquérito de satisfação de colaboradores com periodicidade de dois em dois anos

(3) Respeitante apenas a Portugal

(4) Em 2007, Tf_total só inclui Portugal

Índice de Frequência e de Gravidade EDP

INDICADORES ECONÓMICOS

	2010	2009	2008	2007
Índice de Sustentabilidade ^(a)	132,8	125,4	119,0	111,9
Indicadores Económicos				
Valor económico directo gerado ^(a) (mil €)	15.396.666	13.544.202	15.825.252	12.134.006
Valor económico distribuído ^(a) (mil €)	12.932.655	11.621.298	13.747.101	10.255.013
Custos com fornecedores	862.256	768.202	735.768	684.187
Custos com colaboradores	728.770	698.389	734.874	866.333
Atribuições às Fundações	14.254	14.459	12.282	9.569
Devolução à comunidade	186.303	531.037	195.563	88.348
Dividendos	561.819	507.153	454.937	401.385
Valor Económico Acumulado ^(a) (mil €)	2.464.011	1.922.904	2.078.152	1.878.993
Gastos em I&D (mil €)	36.527	31.035	23.690	13.306
Multas e Penalidades (mil €)	4.367	1.165	408	484
Apoios de organismos Públicos (mil €)	1.265	156	653	993
Facturação de serviços de energia (mil €)	22.515	12.386	12.658	5.435

Valor económico acumulado (M€)


(a) Os valores para 2007, 2008 e 2009 foram revistos de acordo com o estipulado no Global Reporting Initiative

a edp

AGENDA ESTRATÉGICA

A estratégia da EDP assenta em três eixos estratégicos, apresentados em 2006 – Risco Controlado, Eficiência Superior e Crescimento Orientado. A EDP acredita que estes três eixos são distintivos face aos seus competidores, conferindo-lhe a capacidade de crescimento associada a baixo risco e posicionando-se como uma referência em termos de eficiência.

Foi com base nestes eixos que a EDP apresentou em 2008 a sua agenda estratégica para o quadriénio 2009-2012, composta por dez pontos:

Risco Controlado:

1. Gestão da agenda regulatória com o objectivo de manter o baixo perfil de risco que caracteriza a actividade do Grupo EDP;
2. Gestão proactiva da exposição aos mercados energéticos através de estratégias de cobertura de risco;
3. Redução de emissões de CO₂ através de investimentos em capacidade de produção com baixos níveis de emissão de CO₂;
4. Estrutura de capital sólida, assente na contínua melhoria dos rácios de endividamento.

Eficiência Superior:

5. Política de investimento selectiva, privilegiando investimentos de maior retorno e baixo risco;
6. Promoção incremental da eficiência em todos os negócios e geografias;
7. Promoção de uma cultura integrada em todas as geografias;

Crescimento Orientado:

8. Energia Eólica: Enfoque em projectos de elevado retorno e execução do “pipeline” actual;
9. Energia Hidroelétrica: Aumento gradual de capacidade em Portugal com execução do “pipeline” actual;
10. Brasil: Execução dos actuais projectos de geração e análise rigorosa de novas oportunidades.

Depois do sucesso obtido em 2009 no cumprimento da agenda estratégica, o ano de 2010 fica, mais uma vez, marcado por acções de gestão com impacto decisivo na execução da agenda regulatória.

Risco Controlado

- Reforço do perfil de crédito, destacando-se a confirmação do “rating” da EDP no nível A, pela S&P, Moody’s e Fitch;
- Posição de liquidez confortável assegurada, com as necessidades de financiamento cobertas até 2012, através de 1.000 milhões de euros de emissões de obrigações e renovação da linha de crédito na modalidade “revolving” no montante de 2.000 milhões de euros;
- Maior flexibilidade e mais opções, como verificado no contrato da EDP Renováveis com a Vestas para o fornecimento de aerogeradores relativos a um máximo de 2,1GW de capacidade a instalar;
- Gestão regulatória de sucesso, nomeadamente através da introdução do pagamento de capacidade em Portugal e do acordo com o Governo espanhol relativo à remuneração nas eólicas.

Eficiência Superior

- Foco contínuo no controlo de custos. Captura de 159 milhões de euros de poupanças no Projecto OPEX, atingindo o objectivo de 160 milhões de euros fixado para 2012, com dois anos de antecedência;
- Integração operacional crescente, que se reflecte no lançamento da EDP Soluciones Comerciales Espana e do “Skipper”, um sistema integrado de gestão para centrais eléctricas (1 dos 4 melhores “European IT Excellence Awards 2010”);
- Programa de desinvestimento 50% acima do planeado em 2006 (800 milhões de euros), atingindo os 1.200 milhões de euros, através da venda da REE em Espanha (58 milhões de euros) e da DECA II na Guatemala (127 milhões de US dólares).

Crescimento Orientado

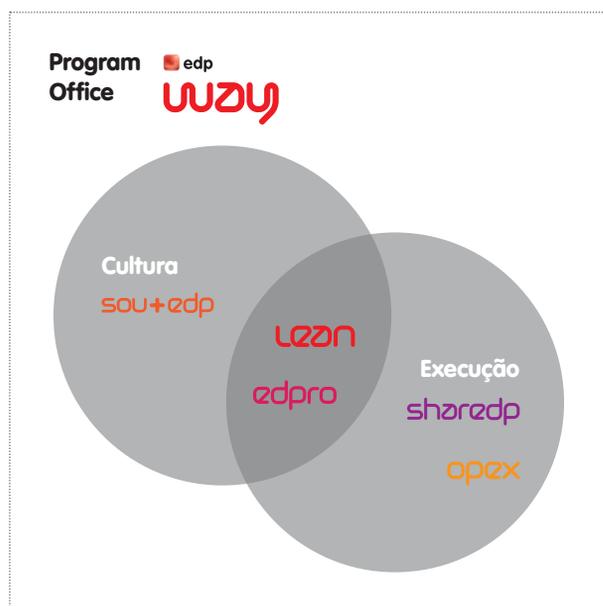
- Execução disciplinada. No hídrico, luz verde para a construção da central hidroelétrica de Fridão/Alvito e início da construção de Venda Nova III e Salomonde. No Gás, conclusão do “pipeline” de gás Bergara-Irún. Destaca-se ainda o início da construção do parque eólico Tramandá, no Brasil;
- Fortalecimento das oportunidades de crescimento, através do reforço do controlo da Naturgás em Espanha, da aquisição da pequena hídrica no Brasil e da celebração do memorando de entendimento com a CPI (China), para uma possível parceria de cooperação empresarial;
- Desenvolvimento de futuros negócios, destacando-se o desenvolvimento do projecto de Mobilidade eléctrica, do lançamento do InovCity em Évora e do negócio da EDP Serviços.

Em 20 de Maio de 2010, a EDP realizou o Investor's Day. Neste evento, a gestão da EDP destacou, por um lado, a adequação da estratégia definida e o rigoroso cumprimento da agenda estratégica, bem como novos compromissos para o período findo em 2012, tais como:

- Taxa composta de crescimento anual dos Resultados Operacionais Brutos entre 7% e 8% no período 2009-2012, sustentada pelo programa de redução de custos;
- Rácio Dívida Líquida/Resultados Operacionais Brutos com um valor aproximado de 3,5x em 2012;
- Taxa composta de crescimento anual do Resultado Líquido para o período de 2009-12 entre 6% e 8%;
- O dividendo por acção continuará a aumentar 0,015 euros por ano, atingindo os 0,20 euros em 2012.

Programa Office EDP Way

O ciclo de gestão em curso para o horizonte temporal 2009-2012 faz uma aposta clara na consolidação de uma cultura de grupo e no reforço da capacidade de execução das opções de investimento criadas no ciclo anterior. Esta aposta esteve na base da constituição em 2009 do "Program Office EDP Way", precisamente enquadrado num referencial que tem por eixos as alavancas da Cultura e da Execução. Os cinco projectos transversais e transformacionais que integram o "Program Office EDP Way", cujos desenvolvimentos são seguidamente referidos em síntese, ganharam particular relevância no quadro das alterações da envolvente macroeconómica ocorridas em 2010:



- **Sou+EDP:** neste projecto focalizado em potenciar a actuação dos colaboradores, foi implementado um conjunto de iniciativas visando incrementar a atractividade do Grupo EDP na vertente do recrutamento, tendo ainda sido aprovada a Política de Mobilidade Interna do Grupo e criada uma identidade única para toda a comunicação interna na vertente RH;
- **Lean:** a abordagem Lean encontra-se em desenvolvimento em 10 Unidades de Negócio do Grupo, tendo já sido concluídas as actividades a cargo de diversas equipas de trabalho lançadas em 2009;
- **EDPro:** este projecto, focalizado numa gestão efectiva dos processos-chave do Grupo, encontra-se progressivamente em transição para um "processo" a ser executado anualmente de forma transversal em todo o Grupo, nomeadamente através do ciclo de planeamento da optimização de processos, lançado pela 1ª vez este ano para execução em 2011;
- **Sharedp:** os diversos projectos que integram o Sharedp têm vindo a desenvolver-se como previsto, destacando-se na vertente ShareCom (Commercial Shared Services) o arranque da nova organização dos serviços de suporte comercial em Espanha, enquanto na vertente ShareCorp (Corporate Shared Services) é de destacar o arranque do projecto Lince, relativo à implementação do novo SAP multi-geografias, um dos projectos actualmente em curso com maior potencial transformador do Grupo;
- **OPEX:** este projecto focalizado na optimização da base de custos do Grupo EDP tem vindo sistematicamente a alcançar resultados acima dos objectivos que foram definidos, encerrando o ano de 2010 com uma poupança total de 159 milhões de euros, o que corresponde a 132% do objectivo anual que tinha sido fixado em 120 milhões de euros e ao atingimento com 2 anos de antecedência da meta de 160 milhões de euros fixada para 2012.



negócios

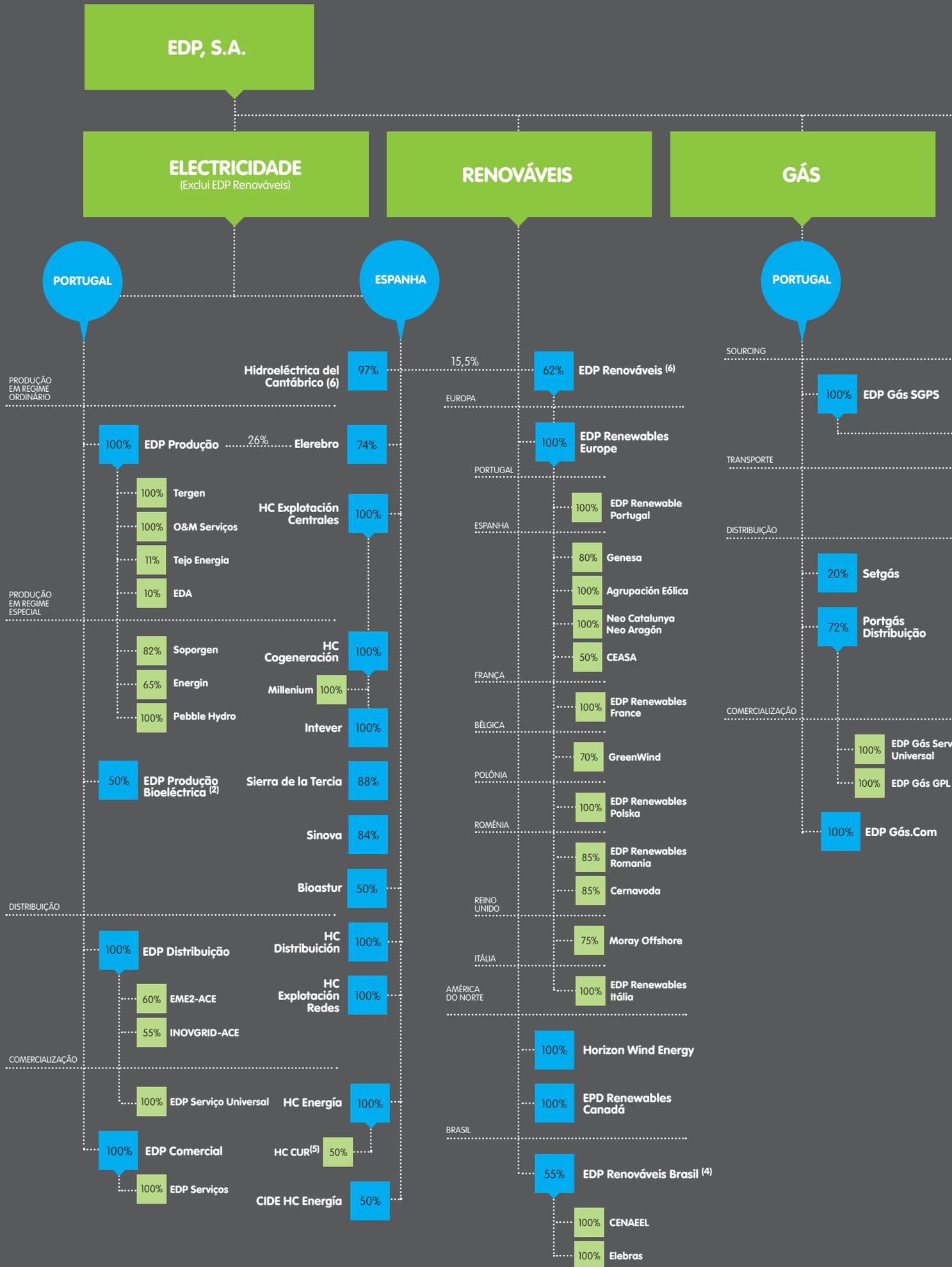
24	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
26	ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE
26	Enquadramento macroeconómico
28	Enquadramento energético
30	Enquadramento regulatório
36	SÍNTESE DE ACTIVIDADE
36	Negócio eléctrico (exclui Brasil)
44	EDP Renováveis
60	Negócio eléctrico no Brasil

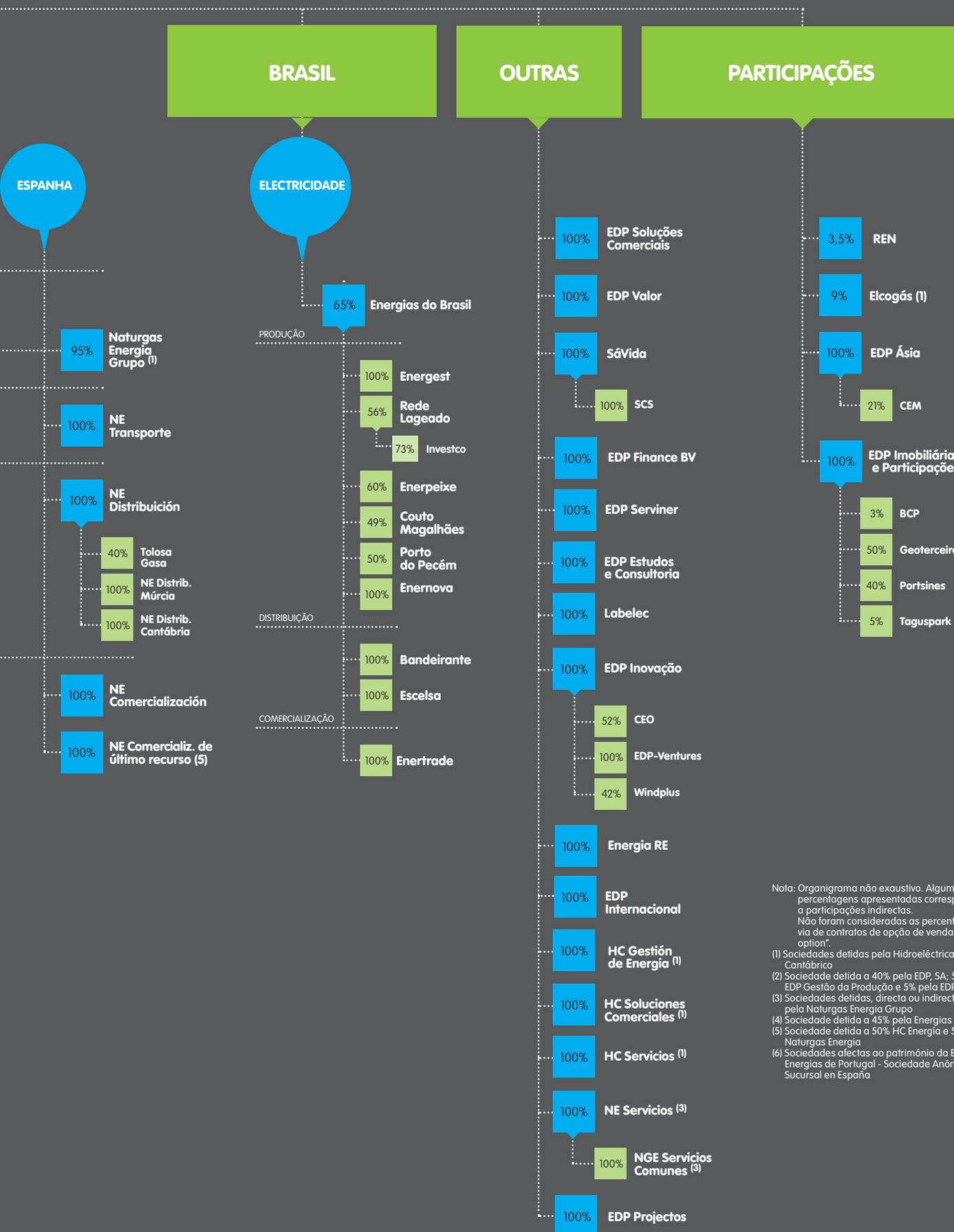




negócios

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





Nota: Organigrama não exaustivo. Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas. Não foram consideradas as percentagens por via de contratos de opção de venda "written put option".

(1) Sociedades detidas pela Hidroelétrica del Cantábria

(2) Sociedade detida a 40% pela EDP, SA; 5% pela EDP Gestão da Produção e 5% pela EDP Imobiliária

(3) Sociedades detidas, directa ou indirectamente, pela Naturgas Energia Grupo

(4) Sociedade detida a 45% pela Energias do Brasil

(5) Sociedade detida a 50% HC Energia e 50% pela Naturgas Energia

(6) Sociedades afectas ao património da EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España

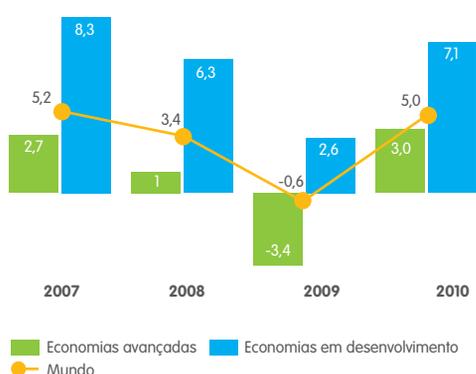
negócios

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A actividade económica mundial recuperou ao longo de 2010, com um forte contributo dos países em desenvolvimento e com uma melhoria progressiva das economias avançadas. Nas projecções económicas mais recentes, o FMI estima uma expansão da actividade económica mundial de 4,5% para 2011 contra 5,0% em 2010.

Desempenho Mundial (PIB Real)



A aplicação de políticas económicas fortemente expansionistas surtiu parcialmente os efeitos desejados mas criou outros desafios. Regressaram os receios inflacionistas, os desequilíbrios das finanças públicas não foram solucionados, despontaram assimetrias regionais relevantes e prevalecem tensões institucionais latentes. Passados mais de três anos sobre o início da crise no mercado "subprime" dos EUA, não se regista uma alteração substantiva dos desequilíbrios macroeconómicos globais. Quanto muito sofreram alteração de grau. Debelada a turbulência da crise é chegada a fase da sustentabilidade, tão ou mais complexa quanto a fase anterior.

Neste contexto, surgem estratégias distintas para a resolução do endividamento excessivo: nos EUA, optou-se pelo reforço dos estímulos ao crescimento nominal, congregando medidas inovadoras do lado da liquidez à economia com reforço da despesa pública; na Europa, pelo contrário, procede-se na senda da normalização da política monetária de par com austeridade orçamental; na Ásia, a política económica tem assumido um carácter mais restritivo, ante o risco de sobreaquecimento de alguns sectores de actividade. Para 2011 perspectiva-se a continuidade da retoma económica mundial, pese embora a um ritmo mais moderado. O nível de incerteza deverá ser menor do que o que caracterizou os últimos anos mas, ainda assim, perfilam-se numerosas acções e decisões que poderão ter grande relevância para o desenvolvimento dos países e para o comportamento dos mercados financeiros nos próximos anos, no âmbito das relações institucionais - designadamente no contexto europeu-, na actuação preventiva sobre os riscos sistémicos globais ou no quadro regulamentar.

Economia mundial recupera mas enfrenta desafios complexos

O ano de 2010 poderá ter assinalado o início de um novo ciclo de expansão da economia mundial. De assinalar a ligeira alteração nos contributos para o crescimento, desejável sob o ponto de vista da sustentabilidade mas ainda numa fase inicial, materializado na maior importância da despesa interna nas economias emergentes por contrapartida de um maior dinamismo dos sectores exportadores nas economias avançadas. No triénio 2010-2012 o FMI estima um ritmo de crescimento da economia mundial em linha com o seu crescimento potencial (4,5% a 5%), tal como para a área do euro, mas num patamar inferior (1,5 a 2,0%).

Os progressos verificados em termos de crescimento económico apresentam ainda uma fraca repercussão no mercado de emprego. O clima de incerteza, a elevada volatilidade e condições financeiras mais adversas têm aconselhado a prudência na avaliação das opções de investimento e na contratação de pessoal. Por essa, razão apenas recentemente se denota uma redução ténue nas taxas de desemprego.

Riscos deflacionistas reduzem-se e cedem lugar a pressões inflacionistas

O aumento muito expressivo no preço das matérias-primas repondo, ou até ultrapassando ligeiramente, os níveis no período pré-crise decorreu da procura global e da rigidez da oferta a curto prazo, mas também de factores atípicos, como a adversidade do clima ou catástrofes naturais, e de factores de índole mais estrutural, como a complexidade e os requisitos acrescidos na extracção, tratamento e expedição de matérias-primas. Estas condições ainda deverão prevalecer ao longo de 2011, conferindo alguma sustentação aos preços agora alcançados.

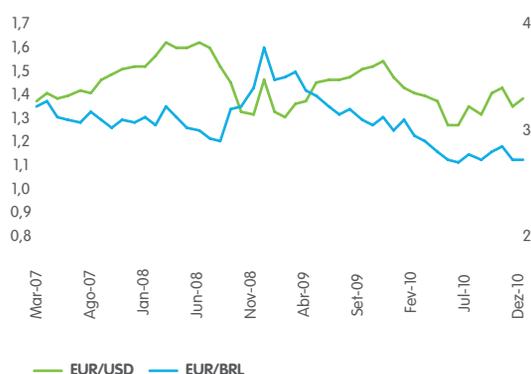
A manutenção e a intensificação do processo de crescimento nas economias emergentes facilitou a transmissão do aumento dos custos aos preços no consumidor, com maior intensidade nos países em desenvolvimento, onde a folga na utilização dos recursos produtivos é menor. Nas economias desenvolvidas, este efeito foi menos pronunciado e mais tardio. Na Europa, decorrente do processo de consolidação orçamental, o aumento dos preços foi ainda reforçado pelo impacto da alteração na tributação indirecta. A taxa de inflação evoluiu rapidamente, para 2,4% no início de 2011, um valor superior à definição do Banco Central Europeu para a estabilidade de preços.

Clima de aversão ao risco atenuou-se significativamente

A maior confiança na recuperação económica e o funcionamento mais regular dos mercados financeiros tem constituído incentivo para que os bancos centrais revejam os parâmetros da política monetária. Na Ásia e em algumas economias europeias, a natureza fortemente acomodatória da política monetária está a mudar. As taxas de juro voltaram a subir e alguns requisitos associados à concessão de crédito estão a tornar-se mais restritivos. No caso dos EUA, as medidas não convencionais de liquidez até foram reforçadas no final de 2010, mas, no caso da área do euro, procedeu-se em sentido inverso.

Sem ainda ter ocorrido qualquer alteração nas taxas de juro directoras, a transição de um clima de receios deflacionistas para um regime de tensões inflacionistas tem influenciado a as expectativas de evolução das taxas de juro. As taxas de juro Euribor subiram e as curvas de rendimento ganharam inclinação. Para o final de 2011, as cotações de mercado sugerem um aumento na taxa de refinanciamento do BCE em redor de 50 p.b.

Evolução Cambial Face ao Euro



O clima de aversão ao risco atenuou-se. Os índices accionistas têm vindo a valorizar-se, reflectindo a divulgação de resultados robustos por parte das empresas e valorizações atractivas pelos padrões históricos. A volatilidade cambial não correspondeu uma trajectória muito definida dos principais câmbios mas as moedas dos mercados emergentes tenderam a apreciar-se. O câmbio do euro-dólar tem oscilado em função do diferencial de taxas de juro e da instabilidade institucional na área do euro.

Mercados financeiros da área do euro prejudicados por indefinição institucional

A melhoria evidente na conjuntura económica mundial e no comportamento dos mercados financeiros contrasta com o microcosmos do seio da União Europeia. A revisão dos "ratings" soberanos no segundo trimestre de 2010, da Grécia, Portugal, Espanha, e num momento posterior da Irlanda, marca uma alteração de contexto. A aversão ao risco atingiu proporções dramáticas. Foi necessário instituir mecanismos especiais, no seio da União Europeia e com o apoio do FMI, para prover às necessidades de financiamento da Grécia e da Irlanda, evitando danos mais pronunciados sobre a actividade económica e as populações.

O cepticismo com a eficácia destes planos a médio prazo, relacionado com o carácter relativamente punitivo das contrapartidas negociadas e com a complexidade de financiamento dos fundos de assistência financeira, suportou o desenho de um novo Mecanismo Europeu de Estabilidade que deverá estar activo a partir de 2013 e que terá por objectivo salvaguardar a estabilidade financeira da área do euro. Em simultâneo está em curso a reformulação do "pacto de estabilidade e crescimento", sob a nova designação de "pacto para a competitividade" a submeter à apreciação dos estados membros no final do primeiro trimestre de 2011. O reforço do quadro institucional europeu, implícito na reformulação destes mecanismos de vigilância e assistência, poderá ter grande relevância para o futuro da área do euro.

Economia portuguesa intensifica processo de correcção do desequilíbrio externo

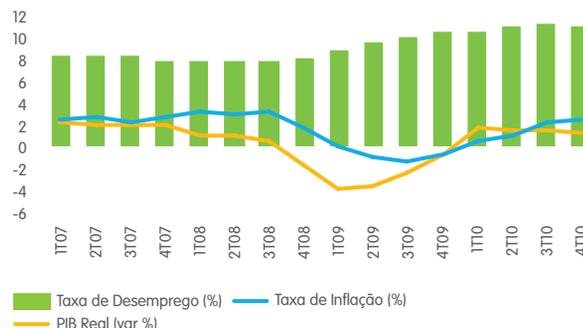
A economia portuguesa beneficiou da inflexão no ciclo económico mundial. Estima-se um crescimento médio do PIB em 2010 de 1,4%, com um contributo crescente da procura externa. O agravamento significativo das condições financeiras enfrentadas e as dificuldades na execução orçamental ao longo de 2010 determinaram a aceleração e o reforço da trajectória

de consolidação fiscal, de modo a que as metas de 7,3% de défice público em 2010 e de 4,6% em 2011 fossem exequíveis. Adoptaram-se medidas extraordinárias do lado da receita e da despesa, comportando aumento das taxas de imposto, limites às deduções fiscais e forte contenção da despesa, incluindo a redução dos salários da função pública.

Um programa de consolidação fiscal desta dimensão e intensidade tem repercussões negativas imediatas na evolução da actividade económica, designadamente por via do ajustamento no consumo, rubrica com o maior peso na despesa total. Como tal, e apesar de um enquadramento externo favorável, dificilmente a economia portuguesa evitará um novo período recessivo. Em 2011, e em menor grau em 2012, o desempenho económico português poderá divergir da média europeia, prejudicando o emprego e mantendo os preços moderados, factores de ajustamento disponíveis num regime da união monetária.

A taxa de desemprego tem vindo a aumentar, para perto de 11% no final de 2010. Mesmo nos sectores onde as vendas e as encomendas recuperaram, a apreciação prudente da conjuntura, privilegiando-se estratégias de potenciação da produtividade e/ou de utilização mais intensiva dos factores produtivos, conservando flexibilidade para acomodar alterações súbitas na procura. O desemprego de longa duração tem vindo a subir e representa cerca de metade da população desempregada.

Economia Portuguesa



No sector privado, o processo de reequilíbrio financeiro está mais avançado. O aumento da poupança das famílias permite prover às necessidades financeiras das empresas, já de si menores dada uma selecção mais rigorosa na despesa de investimento. A intensificação da consolidação orçamental das administrações públicas em 2011 poderá ter uma repercussão directa e importante na redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa.

Não obstante a redução expressiva no défice externo que se verificou em 2010, Portugal ainda se mantém numa situação de vulnerabilidade face ao clima de confiança, e reputação, no exterior. A conjugação de uma mensagem mais coerente e consistente a nível Europeu com a concretização gradual do plano de consolidação orçamental a nível doméstico é fundamental para assegurar o retorno de condições de financiamento mais favoráveis e consistentes com uma situação de equilíbrio financeiro sustentado a prazo.

Economia espanhola regressa a uma trajectória de crescimento moderado

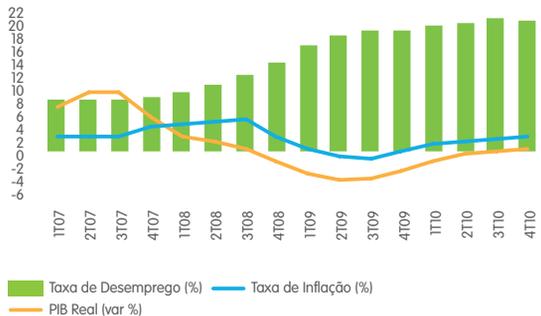
A economia espanhola retomou uma trajectória de crescimento ao longo do segundo semestre de 2010, e que permitiu quase compensar os efeitos desfasados da forte retracção registada em

negócios

2009 (-3,7%). Em termos médios anuais, registou-se uma queda marginal do produto de 0,1%. A procura interna contraiu-se em 1,2%, tendo o aumento da despesa do sector privado, ao nível do consumo privado e do investimento empresarial, sido insuficiente para compensar a forte retracção na despesa pública. O programa de consolidação das contas públicas, previa um défice público de 9,3% em 2010, que terá sido cumprido.

O sector da construção e residencial mantém-se em fase de ajustamento face aos excessos do passado, mas menos intensa do que em 2009. As dificuldades que impendem sobre importantes segmentos do sistema financeiro, com forte exposição ao mercado imobiliário, constituem novo foco de incerteza. A correcção na procura interna provocou uma redução significativa no défice externo (cerca de 25% em termos homólogos), evidenciando alguma flexibilidade e capacidade de resposta da economia espanhola aos desafios enfrentados.

Economia Espanhola



O retrocesso da actividade e a incerteza com efeitos de segunda ordem no mercado imobiliário e no quadro institucional europeu constitui uma envolvente que penaliza o emprego, que continua em retracção há cerca de 3 anos, pese embora o ritmo de deterioração evidencie moderação. A taxa de desemprego estabilizou em patamares muito elevados (superior a 20%), semelhantes aos valores do período anterior à adesão ao euro. Neste contexto, as pressões salariais são inexistentes. O aumento da tributação indirecta sobre o consumo e a pressão dos preços internacionais, como o preço do petróleo e de outras matérias-primas, foram as principais causas do aumento da taxa de inflação.

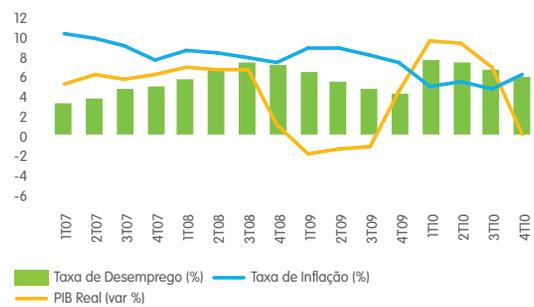
Os efeitos de contágio da crise na Grécia e no sistema financeiro irlandês manifestaram-se sob a forma dum aumento do prémio de risco soberano da economia espanhola (o spread face à dívida pública alemã atingiu os 250 p.b.), que prejudicou fortemente o desempenho dos activos mobiliários e a evolução da actividade económica em geral, por via do encarecimento do crédito e da disponibilidade de liquidez. No conjunto de 2010, o principal índice accionista espanhol acumulou uma desvalorização de cerca de 17%. A desvalorização de activos reais imobiliários ascende a 13% em termos médios desde o valor máximo alcançado no início de 2008, e a redução do investimento em construção residencial ascende a 45% desde 2007.

Brasil enfrenta o desafio da sustentabilidade na abundância

A economia brasileira terá alcançado um crescimento muito robusto em 2010, na ordem de 7,3% em termos reais, com destaque para o sector agrícola e industrial, cujo bom desempenho tem vindo a suportar uma elevada propensão à despesa em investimento. O contributo da procura interna para o crescimento de 10 pontos percentuais demonstra a dinâmica

interna e contrasta com o contributo negativo do sector externo. Esta composição e intensidade do crescimento sugere algum sobreaquecimento da economia brasileira que começa a justificar uma política económica de maior rigor para 2011. As projecções sugerem um abrandamento significativo, mas ainda assim com uma expansão da actividade económica robusta na ordem de 4 a 5%, destacando-se, em termos sectoriais, as perspectivas favoráveis para a indústria petrolífera, construção e tecnologias de informação, associadas a programas governamentais específicos.

Economia Brasileira



A evolução muito favorável da actividade, em parte decorrente do dinamismo do crédito, as políticas sociais de carácter expansionista, nomeadamente ao nível do mercado habitação e o clima de confiança muito favorável nas famílias e nas empresas, reflecte-se numa elevada propensão ao investimento e ao emprego. A taxa de desemprego tem vindo a descer estabelecendo-se no valor mais baixo desde 2002 (cerca de 5,5%) e os ganhos salariais tem sido substantivos, em parte alinhados pelos ganhos de produtividade.

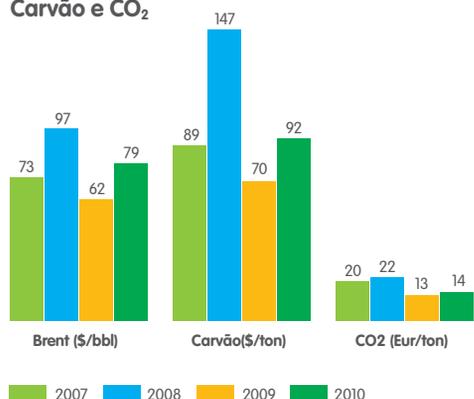
Neste contexto, as pressões inflacionistas têm vindo a aumentar. A taxa média anual de inflação para 2010 situou-se em 5,9%, mais 1,6 pontos percentuais do que em 2009 e superior em 1,4 pontos percentuais ao valor médio estabelecido para a meta de inflação que serve de orientação para a política monetária. O aumento da inflação ocorreu apesar do contexto de moderação decidido para os preços administrados. Os preços livres aumentaram 7,1% no período, nomeadamente no sector dos serviços.

ENQUADRAMENTO ENERGÉTICO

O ano de 2010 fica marcado pelo início da recuperação face à severa quebra na procura de energia a nível mundial verificada em 2009. Com efeito, quer o consumo de electricidade quer o consumo de gás apresentaram crescimentos significativos não só na Europa e Estados Unidos, mas principalmente nos países emergentes (China, Índia, Brasil). No entanto, este aumento da procura não foi suficiente para absorver a situação de sobrecapacidade nos mercados de electricidade e de gás verificada desde o ano passado.

Os preços das principais matérias-primas energéticas (petróleo e carvão) sofreram um aumento médio de cerca de 30% face aos níveis de 2009, sem que no entanto tenham chegado aos valores de pico verificados em 2008. Estes aumentos de preço estão associados à recuperação da procura após a recessão económica, em particular nos países emergentes.

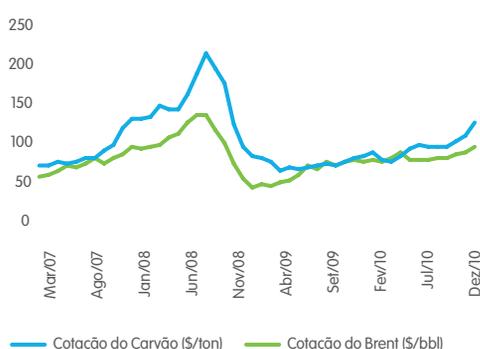
Evolução dos preços médios de Petróleo, Carvão e CO₂



O mercado de licenças de emissão de CO₂ sofreu uma evolução pouco significativa no último ano. O preço do CO₂ do ETS (Emissions Trading Scheme), passou de 13,1 Eur/ton (média de 2009) para 14,3 Eur/ton (média de 2010). Uma vez que existe a possibilidade dos agentes guardarem as licenças ao longo do período regulatório até 2020, este preço reflecte o balanço de procura-oferta de licenças não só de 2010 mas de todo o período.

Quanto ao gás natural, na Europa o índice Zeebrugge recuperou ao longo de 2010 a tradicional indexação do preço do gás ao preço do petróleo perdida em 2009, chegando ao final do ano a preços mais próximos dos verificados no final de 2008. Já nos Estados Unidos, o índice Henry Hub não acompanhou esta recuperação. De facto, as descobertas recentes de abundantes reservas de gás não convencional – “shale gas” – têm reduzido as necessidades de importações de GNL e mantido o preço do gás neste mercado em níveis bastante baixos.

Cotação do Brent e do Carvão

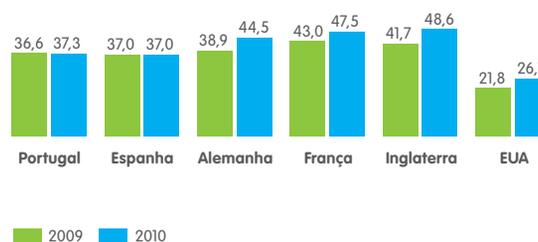


Cotação do Gás Natural (Zeebrugge e HH, €/MWh)



Em consequência da evolução do preço dos combustíveis, os preços dos mercados grossistas de electricidade (“pool”) na Europa e nos Estados Unidos aumentaram em 2010 face a 2009. Este aumento não se verificou na Península Ibérica. Por um lado, tal deveu-se à situação de maior sobrecapacidade face aos restantes mercados europeus, agravada pela existência de cláusulas “Take or Pay” forçando o escoamento do gás mesmo a preços de pool baixos. Por outro lado, a elevada produção hídrica e eólica no primeiro quadrimestre de 2010 reduziu a procura residual térmica, pressionando os preços da pool. Os preços entre Portugal e Espanha mantiveram o diferencial muito reduzido já verificado em 2009, o que se deve à crescente integração dos mercados ibéricos, em resultado da implementação do MIBEL, e à aproximação do portfólio de produção marginal de ambos os lados da fronteira. Nos Estados Unidos, o nível mais baixo do preço da electricidade face aos países europeus é explicado pelo baixo preço do gás, tecnologia marginal em muitos mercados, e pela inexistência de custo com as emissões de CO₂.

Evolução da Pool nos Mercados Europeus e Norte-americano (Eur/MWh)



No que respeita a balanço energético, a procura de electricidade registou crescimentos muito elevados face a 2009; 4,7% em Portugal (3,3% corrigidos de temperatura e laboralidade) e 3,3% em Espanha (2,9% corrigidos). Assim, o consumo superou em 2010 os valores de 2008 em Portugal, ficando ainda aquém em Espanha.

Do lado da oferta, os regimes de funcionamento das centrais térmicas na Península Ibérica prolongaram a queda já ocorrida em 2009, uma vez que o aumento da procura não foi suficiente para compensar a elevada produção renovável (+69% de hídrica e +17% de eólica, face a 2009).

Os custos marginais das centrais a gás de ciclo combinado (CCGT) estiveram mais elevados do que os das centrais a carvão durante o ano de 2010, devido essencialmente ao alto preço do gás nos contratos indexados ao petróleo, e aos preços moderados de CO₂. No entanto, o carvão apresentou regimes de funcionamento muito reduzidos, devido à pressão de escoamento de gás na pool causada pelas cláusulas de “Take or Pay” já referidas, o que absorveu grande parte da procura residual térmica.

A nível de potência, o sistema ibérico apresenta margens de reserva confortáveis, não se prevendo inclusive a necessidade de reforços adicionais na componente térmica nos próximos anos, dada a evolução prevista na componente renovável para o cumprimento dos objectivos de 2020. A este propósito, é de assinalar a entrega à Comissão Europeia dos PNAERs (Planos Nacionais de Acção para as Energias Renováveis) dos 27 Estados Membros. Estes planos detalham a estratégia de cada Estado Membro para atingir as metas de renováveis de 2020. Como principais conclusões da análise agregada destes PNAERs destacam-se o crescimento nulo do consumo total de energia

negócios

final durante a próxima década (apesar do crescimento na electricidade), e a duplicação prevista na capacidade de produção eléctrica a partir de energias renováveis, que em 2020 atingirá os 490 GW na EU-27 (face aos 253 GW de 2010).

No Brasil, o consumo de electricidade registou um aumento de 7,3% em 2010. Do lado da oferta foram comissionados cerca de 2 GW médios e leiloados para os próximos anos 7 GW médios, na sua maioria hídricos. O nível de armazenamento dos reservatórios hídricos começou o ano com valores muito elevados, tendo-se reduzido progressivamente devido a menores afluências, o que pressionou em alta os preços spot de electricidade.

Nos Estados Unidos, durante o ano de 2010 foram apresentadas novas propostas com vista à criação de um sistema de “cap-and-trade” para as emissões de CO₂ e ao estabelecimento de um objectivo federal para a incorporação de energias renováveis na produção de electricidade. No entanto, a sua discussão foi sendo sucessivamente adiada, não existindo visibilidade sobre a data da sua aprovação.

A ocorrência mais marcante deste ano no sector das renováveis prendeu-se com a extensão dos “cash-grants” (incentivo ao investimento) por mais um ano, como parte da aprovação do pacote fiscal.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

DESENVOLVIMENTOS NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

Política energética europeia

A energia é um dos principais desafios da União Europeia e o Conselho Europeu adoptou em Junho de 2010 objectivos ambiciosos para 2020: redução em 20% das emissões de gases com efeito de estufa, aumento para 20% da quota das energias renováveis e melhoria de 20% na eficiência energética.

A Comissão Europeia identificou cinco prioridades estratégicas para estes 10 anos, através da Comunicação «Energia 2020»:

- Poupança de energia: transportes, edifícios, sector público e certificados de eficiência;
- Mercado interno de energia: interligação entre os Estados-Membros até 2015;
- Política energética única face a países terceiros: actuação coordenada e alargamento ao exterior;
- Liderança em tecnologia e inovação: redes inteligentes e armazenamento de electricidade, biocombustíveis de segunda geração e «cidades inteligentes»;
- Segurança do abastecimento a bons preços para consumidores activos e informados.

Realização do mercado interno europeu da energia

Especificamente para os sectores da electricidade e do gás, foi preparado um conjunto de orientações (Notas Interpretativas) para a adequada transposição do designado “Terceiro pacote legislativo para o mercado energético” - Directivas 2009/72/CE e 2009/73/CE e Regulamentos 714, 714 e 715/2009/72/CE. Estas regras comuns para a produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e gás, bem como de protecção dos consumidores

e avaliação das redes inteligentes, visam promover e integrar os mercados de electricidade e gás na União Europeia, e instituir a Agência para a Cooperação de Reguladores de Energia – ACER. São definidos conceitos e opções relativamente à separação das actividades de transporte e distribuição (já antecipadas, no essencial, no caso do direito português) e um conjunto de regras respeitantes às atribuições dos reguladores e ao reforço da protecção dos consumidores.

SECTOR ELÉCTRICO

Mercado Ibérico de electricidade (MIBEL)

O sector eléctrico português aprofundou a harmonização de condições essenciais para o exercício das actividades no MIBEL.

No seguimento do Plano de Harmonização Regulatória entre Portugal e Espanha, em 2010 foi estabelecida a extinção de um conjunto de tarifas reguladas de venda a clientes finais, instituído o sistema de incentivos à capacidade (garantia de potência) e reformulado o modelo de gestão de interruptibilidade, de modo harmonizado com o sector eléctrico espanhol.

DESENVOLVIMENTOS DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR ELÉCTRICO EM PORTUGAL

Tarifa social

Foi instituída uma nova tarifa social de fornecimento de energia eléctrica, aplicável a partir de Janeiro de 2011, financiada proporcionalmente pelos produtores em regime ordinário e destinada a clientes finais economicamente vulneráveis, beneficiários de subvenções sociais titulares de contrato de fornecimento para habitação permanente, com potência contratada igual ou inferior a 4,6 kVA. A anterior tarifa social subsistirá até 30 de Junho de 2011.

Conta de Correção da Hidraulicidade

O regime do Fundo de Correção da Hidraulicidade foi substituído por um novo modelo de Correção de Hidraulicidade (CH), prevendo a sua extinção em 31/12/ 2016, em articulação com o sistema de Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) decorrente da cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) dos centros electroprodutores. A Conta de Correção de Hidraulicidade (CCH) mantém-se afecta às contas da EDP. A gestão do mecanismo da CCH compete à REN. O saldo da CCH tem dois níveis de referência, máximo e mínimo, e não poderá ser inferior a zero euros.

Extinção de Tarifas de Venda a Clientes Finais

Prosseguindo a liberalização e a harmonização ibérica, foram extintas as tarifas de venda aos clientes finais em MAT, AT, MT e BTE (> 41,4 kW) a partir de 1/1/ 2011. Mas desde 30/9/2010, o comercializador de último recurso deixou de celebrar novos contratos de fornecimento nestes segmentos de tensão. Até 31/12/2011 subsistirá um regime transitório, mediante uma tarifa agravada; depois, a ERSE definirá uma tarifa transitória para os Clientes que não tenham ainda contratado com um comercializador livre.

Interruptibilidade

Também no âmbito do esforço de harmonização regulatória no MIBEL, foi redefinido o regime de interruptibilidade, sob gestão

do operador da rede de transporte, em função das necessidades de segurança do sistema. Findo o período transitório em curso, a EDP SU deixará de ser parte dos contratos de interruptibilidade, restritos a clientes MT, AT e MAT em mercado, disponíveis para oferecer, no mínimo, 4 MW de potência interruptível, excluindo-se os serviços essenciais. Atentas as especificidades técnicas, foi estabelecido um regime temporário simplificado para clientes com potências entre os 250 kW e os 4 MW.

Garantia de Potência

O novo quadro regulamentar do sistema de garantia de potência, aplicável à Produção em Regime Ordinário, exceptua as centrais nos regimes de CAE ou de CMEC e prevê as seguintes modalidades:

- Incentivo ao investimento: centrais com funcionamento industrial após 1/1/2011 ou início menos de 10 anos antes e aumentos de capacidade hídricos com potência reversível; durante 10 anos; fixado com base no Índice de Cobertura (IC) do sistema, a aprovar - até à aprovação, o valor atribuído é de 20.000 euros/MW.
- Serviço de disponibilidade: gestão a cargo do operador do sistema, a contratar com os produtores, dentro de um montante global fixado anualmente; prevê-se a realização de leilões caso o IC seja inferior a 1,1 ou esteja em causa a segurança do abastecimento.

Cogeração

No sentido da promoção da produção eficiente baseada no consumo de calor, através da cogeração de elevada eficiência e atento o seu potencial de poupança de energia primária, bem como de redução de CO₂ e das perdas nas redes, reformulou-se o regime jurídico e remuneratório da cogeração, baseado na remuneração da energia térmica e eléctrica em mercado (com prémio temporário e com um factor de depreciação da tarifa de referência, a definir) para centrais até 100 MW; nas instalações até 100 MW, a electricidade é entregue à rede em contrapartida de uma tarifa de referência temporária.

Mini-hídricas

Para fomento das energias endógenas renováveis, foi regulamentado o lançamento de concursos, com procedimentos simplificados e contrapartida financeira ao Estado, para atribuição simultânea e coordenada de títulos de utilização dos recursos hídricos e de capacidade de injeção de potência na Rede Eléctrica e identificação dos pontos de recepção de electricidade de mini-hídricas, até 20 MW, também aplicável a empreendimentos de média dimensão. A meta é um total de 250 MW até ao final de 2011, com tarifário específico e tarifa média de referência indicativa de 95 euros/MWh por 25 anos, sendo de 45 anos o prazo de concessão.

Microprodução e miniprodução

O regime respeitante à microprodução (de 3,68 kW a 11,04 kW) foi ampliado até um total anual de 25 MW de potência, incluindo 2010. No novo modelo, os comercializadores de electricidade que fornecem os clientes/microprodutores deverão comprar a electricidade microgerada, podendo revendê-la ao comercializador de último recurso. O regime aplicável à mini-produção (até 250 kW) foi reformulado em moldes similares ao da microprodução – simplificação e desmaterialização de

procedimentos, bem como bonificação alinhada aos custos – com atribuição global de 500 MW, até 2020.

Eficiência Energética

Na sequência do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE), foi criado o Fundo de Eficiência Energética, para apoio a projectos do PNAEE ou outros projectos que comprovadamente contribuam para a eficiência energética.

Mobilidade eléctrica

Em concretização do Programa para a Mobilidade eléctrica, de 2009, o DL 39/2010, de 26/04, estabeleceu o enquadramento e regime jurídico da mobilidade eléctrica, assente em 3 grandes linhas: i) Incentivar a aquisição e utilização de veículos eléctricos, mediante subsídios; ii) Constituir uma rede integrada de carregamento de baterias; e iii) Conferir universalidade e equidade ao acesso aos serviços de mobilidade eléctrica. São definidas 3 actividades principais: a) comercialização de electricidade para a mobilidade eléctrica, com habilitação automática dos comercializadores de electricidade mas aberta a outras entidades; b) operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade eléctrica; e c) gestão de operações da rede de mobilidade eléctrica – assegurada pela EDP Distribuição, sob regulação da ERSE.

DESENVOLVIMENTO DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR ELÉCTRICO EM ESPANHA

Défi ce Tarifário

O Real Decreto 6/2010 alterou também a Lei 54/1997, estipulando: (i) que, a partir de 1 de Janeiro de 2013, as tarifas de acesso devem ser suficientes para recuperar todos os custos das actividades reguladas, sem défi ce ex-ante; (ii) um período de transição até essa data, o que limita a insuficiência nas receitas das actividades reguladas, e (iii) a transferência dos créditos para o Fundo de Titularização, avalizado pelo Estado. Do total de défi ce em 2009, de 14,6 mil milhões de euros, 742,8 mil milhões de euros respeitam à HC.

O calendário para eliminação do défi ce é o seguinte:

Ano	Défi ce máximo
2010	5.500 milhões de euros (antes, 3.000 milhões de euros)
2011	3.000 milhões de euros (antes, 2.000 milhões de euros)
2012	1.500 milhões de euros (antes, 1.000 milhões de euros)

O Real Decreto-Lei 14/2010 fixou uma taxa de 0,5€/MWh, a suportar pelos produtores (regimes ordinário e especial), a título de contribuição para o equilíbrio dos custos de construção das ligações. Os produtores deverão também assumir o custo das políticas de poupança e eficiência energética (à HC corresponde 4,38% do total) no período 2011-2014, bem como o custo com o “bono social” (tarifa social) até 2013.

A retribuição da produção fotovoltaica limita, no período 2011-2013, as horas equivalentes de funcionamento com direito a bonificação. O subsídio para esta tecnologia foi prorrogado de 25 para 28 anos. Também decorrente da preocupação com o défi ce, o Real Decreto 1202/2010 estabelece a possibilidade de revisões trimestrais das tarifas de acesso e de último recurso, em derrogação da actualização anual.

negócios

Carvão nacional

Num contexto de redução da procura de electricidade, em conjugação com o aumento da produção a partir de fontes renováveis e da capacidade instalada em centrais a gás natural de ciclo combinado, em que a participação no mercado por parte das centrais a carvão autóctone foi diminuta, o Real Decreto 134/2010 estabeleceu um procedimento de restrições por segurança do abastecimento. O sistema impõe o funcionamento de certas centrais que utilizam carvão nacional e envolve a criação de um novo mercado de restrições, tendo sido modificado após o processo de pré-notificação à Comissão Europeia. Este procedimento é transitório (2011-2014) e será financiado a partir do saldo resultante da diferença entre as receitas decorrentes do sistema de garantia de potência e os custos correspondentes à sua retribuição antes da sua liquidação à Comissão Nacional da Energia. As centrais obrigadas a participar neste procedimento de restrições, incluindo o grupo 3 de Soto de Ribera, têm limites máximos de produção, sendo regulado o preço por MWh produzido.

Gases siderúrgicos

A Lei 40/2010, respeitante ao armazenamento geológico de CO₂, inclui uma disposição que permite aproveitar a biomassa ou gases residuais industriais com valorização energética como combustível secundário. A central de Aboño poderá beneficiar desta bonificação por utilizar o gás siderúrgico da Arcelor.

Carregamento de veículos eléctricos

Com o objectivo de promover o crescimento da economia espanhola e a criação de emprego, o Real Decreto 6/2010 incluiu reformas no sector da energia, designadamente a criação de “empresas de serviços energéticos”, do “gestor de cargas” e o estabelecimento de serviços de carregamento.

EVOLUÇÃO TARIFÁRIA EM PORTUGAL E ESPANHA

Em Portugal, nos últimos quatro anos, os preços médios de venda da electricidade registaram, na baixa tensão, um acréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 2,1% e registaram uma subida média anual de 0,8% no conjunto dos restantes níveis de tensão.

Varição Nominal e Real dos Preços Médios de Electricidade em Portugal (%)



Em 2010, as tarifas de venda a clientes finais (TVCF) subiram, em média, 2,9% face às tarifas de 2009. Em Espanha, em Janeiro as tarifas de acesso aumentaram 14,9% (11,9% em baixa tensão e 25,0% em alta tensão). As tarifas de último recurso (TUR) para consumidores domésticos subiram em média 2,5%. No entanto, em Julho as tarifas de acesso domésticas desceram 4,3%. Este facto permitiu manter os preços das tarifas de último recurso até

Setembro. Em Outubro, devido ao aumento dos custos de energia, as tarifas de último recurso registaram nova subida de cerca de 5,0%.

Preços Médios de Electricidade (Cent. Euro/KWh)



Fonte: Eurostat. Dados do 1º semestre de 2010
Consumidores domésticos na banda de consumo Dc
(Consumo anual entre 2500 e 5000 kWh)

Quando comparados, os preços da electricidade em Portugal, no 1º semestre de 2010, para consumidores domésticos na banda de consumo anual entre 2.500 e 5.000 kWh, encontram-se 10,2% abaixo da média dos 16 países da Euro Área e 5,5% abaixo da média da União Europeia dos 27. No caso de Espanha, os preços da electricidade estão 2,1% abaixo da média da Euro Área dos 16 e 3,1% acima da média da UE27.

DESENVOLVIMENTOS DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR ELÉCTRICO NO BRASIL

Na Distribuição, destaca-se a Revisão Tarifária da Escelsa: aumento médio das tarifas de 7,19% para o período de Agosto de 2010 a Agosto de 2011. Outro factor importante foi a Audiência Pública nº 40/2010, com proposta de metodologia para as revisões tarifárias do 3º ciclo, incluindo análise de metodologias de cálculos para WACC, factor X, perdas não técnicas e base de remuneração. As regras definitivas, ainda não homologadas pela ANEEL, serão aplicadas na Revisão Tarifária Periódica da Bandeirante em Outubro de 2011 e da Escelsa em Agosto de 2013. Na Produção, a metodologia de Revisão Extraordinária de Garantia Física de empreendimentos hidroeléctricos com potência superior a 30 MW, permitiu obter novos parâmetros técnicos, com elevações de potência e rendimento, para os nossos empreendimentos de Peixe Angical e Mascarenhas. Foi também definido procedimento relativo a aproveitamentos de potencial hidráulico entre 1 MW e 50 MW sem característica de PCH, permitindo à EDP realizar o aporte de garantia de registo das UHE Escada Grande e Gamela.

SECTOR DO GÁS

DESENVOLVIMENTO DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR DO GÁS EM PORTUGAL

Com a liberalização do sector para os clientes com consumos iguais ou inferiores a 10 mil m³/ano, em 1 de Janeiro de 2010, concluiu-se o processo de abertura do mercado do gás natural em Portugal e todos os consumidores de gás natural podem escolher livremente o seu fornecedor. O segundo período regulatório, de Julho de 2010 a Junho de 2013, foi precedido da revisão pela ERSE, em Março de 2010, dos regulamentos aplicáveis ao sector do gás natural. Os novos regulamentos inovaram em algumas matérias, designadamente nos indicadores de qualidade de serviço, a incorporar pelas empresas reguladas do sector. Além das novas regras tarifárias, foi melhorado o acesso ao terminal de GNL de Sines, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista económico, contribuindo para a decisão da EDP Gás de

descarregar dois navios de GNL em Portugal em 2010, as primeiras descargas realizadas em Sines por um comercializador distinto do incumbente.

DESENVOLVIMENTO DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR DO GÁS EM ESPANHA

Desde 1 de Janeiro de 2010, e na sequência da permissão, pelo Real Decreto 485/2009, do exercício de actividades de fornecimento de último recurso de electricidade e gás através da mesma comercializadora, criou-se uma fornecedora de último recurso de gás e electricidade, a HCNGCUR. A Tarifa de último recurso (TUR) de gás, em 1/1/2010, passou do regime de preço máximo a tarifa fixa, impossibilitando os comercializadores de último recurso de praticar descontos à tarifa. No mercado grossista, a CNE apresentou uma proposta e um calendário de implementação de um mercado organizado de gás, com o objectivo de aumentar a liquidez e a transparência. Como consequência da "Open Season", de desenvolvimento de capacidade de interconexão Espanha - França em 2015, realizada no verão de 2010, ficou definido que se irá desenvolver do lado francês a interconexão de Bariatou, pertencente à Naturgas Energia Transporte no lado Espanhol. No âmbito desta "Open Season", as comercializadoras de gás natural do grupo EDP contrataram capacidade que lhes permitirá transaccionar gás natural nos mercados do norte europeu.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

RESENHA REGULATÓRIA A NÍVEL MUNDIAL

Na Cimeira das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de Cancun, no México, no final de 2010, a Conferência das Partes adoptou decisões formais em domínios fundamentais como o financiamento, a transferência tecnológica e processos de adaptação. O novo Fundo Climático Verde, a gerir pelo Banco Mundial no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas, tem por objectivo alocar fundos de ajuda aos países em desenvolvimento em temas do clima. As Nações Unidas reconheceram os compromissos de redução acordados em Copenhaga, de limitar o aumento da temperatura em menos de 2°C relativamente aos níveis pré-industriais. Apesar do protelamento de um acordo global de emissões por falta de entendimento entre os EUA e a China, preconiza-se o prosseguimento de negociações. E confirmou-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), após o termo do Protocolo de Quioto (31/12/2012), incluindo, pela primeira vez, a captura e armazenamento de carbono. O acordo inclui, ainda, o incentivo ao mecanismo de REDD+, de protecção florestal em países em desenvolvimento.

RESENHA REGULATÓRIA A NÍVEL EUROPEU

Na sequência da aprovação da Directiva das Energias Renováveis 2009/28/CE, os Estados-Membros foram convidados a apresentar um Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER) em 30/6/2010, indicando como tencionam atingir os seus objectivos vinculativos em energias renováveis até 2020, bem como as metas intermédias.

MEDIDAS REGULATÓRIAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, EM PAÍSES ONDE A EDP OPERA

Portugal

Os procedimentos de instalação de equipamento adicional em parques eólicos (sobrecapacidade) foram simplificados pelo DL 51/2010, de 20/5. Mas obriga-se a dotar as máquinas de equipamentos para atenuar as quedas de tensão e para fornecimento de energia reactiva; foi eliminado o prémio para o fornecimento de energia reactiva, penalizando-se as perturbações para além de parâmetros definidos.

Espanha

Na sequência do acordo alcançado em Julho de 2010 entre o Ministério da Indústria e as principais associações do sector (Associação Espanhola de Energia Eólica e PROTERMOSOLAR), foi aprovado o RD 1614/2010, estabelecendo o seguinte quadro regulatório:

- Um corte temporário de 35% do prémio de referência aplicável à potência eólica, em 2011 e 2012, cujos limites não foram revistos e continuam indexados ao IPC-X;
- Uma alteração ao RD 661/2007, clarificando que eventuais revisões ao valor do prémio de referência só seriam aplicadas a projectos que se prefigurem a partir de 2012;
- Um tecto de horas anuais com direito a subsídio.

A potência eólica anterior a 2008 mantém-se sob o RD 436/2004, transitando, em 2013, para o regime do RD 661/2007. Assim, o novo quadro regulatório não afecta a maior parte dos activos eólicos espanhóis. Com impacto no sector eólico foi alterado o regime de energia reactiva e, com vista a reduzir o défice tarifário, instituída uma taxa de 0,5 euros/MWh aplicável aos produtores em regime ordinário e especial.

França

Na sequência da cimeira nacional «Grenelle de l'Environnement», de 2007, que formulou a política ambiental francesa, o "Grenelle 2", aprovado em 29 de Junho de 2010, estabeleceu - se um novo quadro para a energia eólica, com um limiar mínimo de cinco turbinas por parque e estipulando um afastamento de 500 metros das habitações. Em articulação com a legislação sobre Áreas de Desenvolvimento Eólico, o "Grenelle 2" introduz novos requisitos, exigindo também a inclusão dos parques eólicos em "Áreas de Desenvolvimento Regional". Os parques eólicos estarão ainda sujeitos à regulamentação ICPE ("indústrias classificadas para a protecção do ambiente"), com requisitos adicionais de licenciamento. Para atingir 19 GW de energia eólica "onshore", em 2020, prevê-se a instalação de pelo menos 500 turbinas por ano, com revisão trienal.

Bélgica

A região da Valónia aprovou novas quotas de produção renovável, consideravelmente acima das metas anteriores: 13,50% em 2011 e 15,75% em 2012. A partir de 2013, o regulador (CWAPE) recomendou ao Governo um aumento de 2,25 pp ao ano, até 33,75% em 2020.

negócios

Polónia

De acordo com o novo enquadramento legal da energia, de Janeiro de 2010, compete ao operador de rede a preparação da avaliação do impacto das instalações de produção. O promotor que requer a ligação à rede paga antecipadamente a taxa de interconexão de 30 PLN (1 zloty= 0,26 euros) por kW. O operador de rede tem a obrigação de proporcionar a ligação à rede (ou rejeitar, em caso de limitações técnicas) no prazo de 150 dias a contar da apresentação do pedido.

Roménia

Reforçando o apoio ao sector das energias renováveis, foi prorrogado, de 2015 para 2017, o direito dos produtores eólicos a receber dois certificados verdes por MWh. Além disso, a quota de certificados verdes para 2012 passou de 8,3% para 12%, e aumentará 1 pp todos os anos (excepto em 2019, em que só crescerá 0,5 pp) até atingir 20% em 2020. Foi também estabelecido o valor mínimo para negociação de certificados verdes de 27 euros/MWh e o máximo de 55 euros/MWh. E aumentada a penalização, de 70 euros a 110 euros por certificado verde, aplicável aos fornecedores que não atinjam os objectivos. Por último, a fim de incutir mais confiança aos investidores e uma maior visibilidade ao mercado de energia eólica, o regime dos certificados verdes foi prorrogado de 2014 para 2025. O regime de duplo certificado verde, previsto na Lei 220/2008, ainda não tem aplicação prática, por não ter sido notificado à Comissão Europeia.

Reino Unido

Com a ambição de ser o “mais verde de sempre”, o novo Governo britânico manifestou a vontade de estabelecer um sistema de tarifas “feed in” para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis, mantendo simultaneamente os certificados renováveis (ROC), pelo menos até 2017. O tema consta da reforma do mercado de energia apresentada em Dezembro de 2010 e submetida a consulta pública. O Governo também afectou mil milhões de libras à criação do Banco de Investimento Verde e nomeou uma comissão independente que deverá lançar a nova instituição a breve prazo.

Brasil

Em Agosto de 2010, o Brasil realizou dois leilões, um de reserva e um de energia alternativa, totalizando 2,05 GW. No leilão de reserva foram atribuídos 528 MW de potência eólica ao preço médio de 70,4 USD/MWh e os 1.519 MW de energia alternativa foram adjudicados ao preço médio de 76,6 USD/ MWh. A forte concorrência baixou os preços médios, preocupando os promotores e os comercializadores, atento o risco de insucesso de alguns projectos, especialmente os atribuídos a promotores inexperientes. Em Dezembro de 2010, foi aprovado o novo Plano Decenal de Expansão de Energia 2019, que prevê um grande impulso nas energias renováveis, porquanto não está prevista a construção, após 2014, de novas centrais convencionais a combustíveis fósseis. Com esta estratégia, estima-se mais de 6 GW de potência eólica instalada em 2019 (actualmente ~1,5 GW), admitindo a indústria valores mais elevados.

Estados Unidos da América

Embora sem nova legislação Federal sobre temas climáticos, a Agência de Protecção Ambiental elaborou um plano para estabelecer limites de emissões de gases com efeito estufa sob o “Clean Air Act”. O “Tax Relief Bill”, de Dezembro de 2010, desenvolve políticas de energia limpa, no âmbito de um projecto mais amplo de incentivos fiscais para estimular o desenvolvimento de energias renováveis, incluindo: uma prorrogação por um ano do Programa 1603 de subvenção do Tesouro, autorizando, assim, projectos que receberão subsídio equivalente a 30% dos custos elegíveis do projecto; e a possibilidade de dedução de 100% do valor do projecto num ano, para operações com início em 2011, e de 50% para os projectos que iniciem a operação em 2012. Em 2010, doze Estados propuseram e cinco aprovaram a criação ou o aumento da quota das energias renováveis. Na Califórnia, as empresas de serviços essenciais poderão usar créditos de energia renovável para dar cumprimento à meta de 33%, aguardando-se a regulamentação.



negócios / síntese de actividade

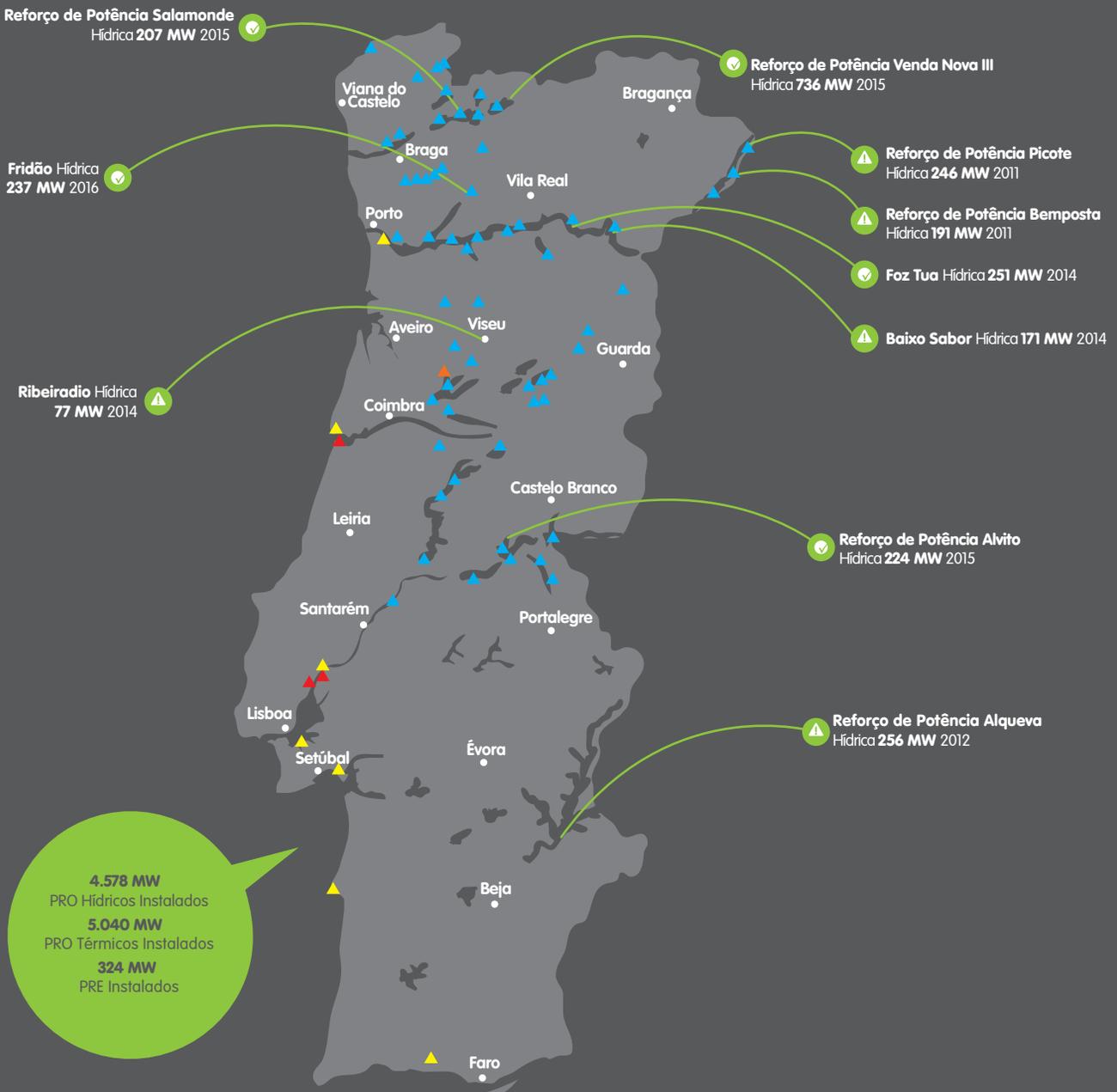
NEGÓCIO ELÉCTRICO (EXCLUÍ BRASIL)

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - PORTUGAL

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM PORTUGAL

*Exclui eólicas

- ▲ Centrais hidroeléctricas
- ▲ Centrais de cogeração e gás natural
- ▲ Centrais termoeléctricas
- ▲ Central biomassa
- ⚙ Entradas em Serviço
- ▲ Em construção
- Ⓢ Em fase de licenciamento



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM PORTUGAL EM 2010

O Grupo EDP está presente em Portugal na actividade de produção de electricidade através da EDP Produção, tanto no Regime Ordinário como no Regime Especial, e das empresas EDP Produção Bioelétrica, Soporgen, Energin, Fisigen e Pebble Hydro, no Regime Especial.

No final de 2010 a potência instalada total era de 9.943 MW os quais 4.735 MW (48%) em aproveitamentos hidroelétricos e 5.208 MW em centrais termoelétricas.

O ano de 2010 foi caracterizado por afluências muito favoráveis ao longo do ano, tendo resultado numa hidraulicidade bastante acima dos valores médios, com o coeficiente de produtividade hidroelétrica a atingir 1,31 o que representa um dos valores mais elevado dos últimos anos (1,33 em 2003).

A produção do parque hidroelétrico PRO da EDP Produção atingiu o valor mais elevado de sempre (14.376 GWh), tendo o nível de armazenamento das albufeiras no final do ano, apesar da elevada produção, registado um valor próximo dos 63% da sua capacidade máxima.

Por sua vez, a produção termoelétrica PRO da EDP Produção, situou-se em 10.092 GWh, o valor mais baixo dos últimos anos.

A produção líquida PRE da EDP Produção (1.625 GWh) cresceu 33%, relativamente a 2009, como resultado da contribuição hídrica (+69%), da biomassa (+57%) e da cogeração (+10%).

Em 2010 a potência solicitada à rede no continente atingiu um novo máximo histórico em 11 de Janeiro, com 9.403 MW, cerca de 185 MW acima do anterior máximo ocorrido em 2009.

Em 31 de Março, a Central Termoelétrica do Barreiro cessou a sua actividade de produção de energia eléctrica e térmica, que dispunha de 56 MW de potência.

Em 1 de Abril entrou em serviço industrial a nova central de cogeração da Fisigen, dotada de dois grupos geradores - turbinas a gás natural, caldeiras recuperativas e alternadores - totalizando cerca de 24 MW de potência instalada.

No que respeita à construção de novos aproveitamentos hidroelétricos, realça-se o prosseguimento em bom ritmo da construção dos reforços de potência de Picote (246 MW), Bemposta (191 MW), a entrar em serviço em 2011 e de Alqueva (256 MW), com entrada programada para 2012, assim como os trabalhos do Aproveitamento do Baixo Sabor (171 MW), com conclusão prevista para meados de 2014.

No mesmo âmbito, salienta-se, igualmente, a adjudicação dos fornecimentos dos equipamentos e o início das obras de construção do Aproveitamento de Ribeiradio/Ermida (77 MW) e do Reforço de Potência de Venda Nova III (736 MW), com entradas em serviço previstas para 2014 e 2015, respectivamente.

Em termos de licenciamento de novos projectos hídricos, refere-se a obtenção das DIA's, com decisão Favorável Condicionada, relativas aos Aproveitamentos do Fridão e do Alvito e ao Reforço de Potência de Salamonde, este último já com a empreitada de civil adjudicada. De salientar também a atribuição à EDP Produção, pela ARH do Norte, do título de utilização do domínio hídrico do Aproveitamento de Bombagem Pura de Carvão Ribeira (rio Távora), no âmbito de concurso público.

Ao nível da certificação de centrais, salienta-se a obtenção do registo no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) de Sines com o seguinte âmbito: "Central de Sines - Produção de electricidade através da combustão de carvão e gestão das respectivas cinzas e gesso" e também do registo de mais um conjunto de instalações do parque hidroelétrico da EDP Produção (Alto Rabagão, Touvedo, Vila Nova, Frades, Rêgua, Vilar Tabuaço, Varosa, Caldeirão, Agueira e Raiva).

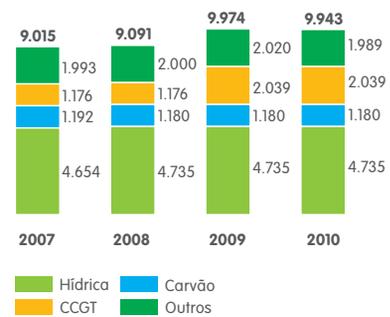
negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - PORTUGAL

	Unid	2010	2009	2008	2007
Capacidade Instalada Portugal *	MW	14.215	13.304	12.262	12.147
Capacidade Instalada EDP *	MW	9.943	9.974	9.091	9.015
Quota EDP *	%	69,9	75,0	74,1	74,2
Fonte: Dados Técnicos REN					
Nº de Grupos Geradores*	#	190	190	186	160
Produção em Regime Ordinário	#	114	116	114	114
Centrais Hidroeléctricas	#	93	93	93	93
Centro de telecommando	#	1	1	1	1
Centros de Produção	#	3	3	3	3
Centrais	#	35	35	35	35
Centrais Termoeléctricas	#	21	23	21	21
Carvão	#	4	4	4	4
CCGT	#	5	5	3	3
Fuelóleo	#	10	12	12	12
Gasóleo	#	2	2	2	2
Produção em Regime Especial	#	76	74	72	46
Mini-Hídricas	#	67	67	67	42
Biomassa	#	4	4	2	1
Cogeração	#	5	3	3	3
Potência Máxima em 31 de Dezembro*					
Potência em Regime Ordinário	MW	9.619	9.675	8.812	8.824
Centrais Hidroeléctricas	MW	4.578	4.578	4.578	4.578
Centrais Termoeléctricas	MW	5.040	5.096	4.234	4.246
Carvão	MW	1.180	1.180	1.180	1.192
CCGT	MW	2.039	2.039	1.176	1.176
Fuelóleo	MW	1.657	1.713	1.713	1.713
Gasóleo	MW	165	165	165	165
Potência em Regime Especial	MW	324	299	279	192
Mini-Hídricas	MW	157	157	157	76
Biomassa	MW	32	32	11	5
Cogeração	MW	136	111	111	111
Total Potência Máxima	MW	9.943	9.974	9.091	9.015
Produção Líquida*					
Produção em Regime Ordinário	GWh	24.468	23.514	21.642	24.718
Centrais Hidroeléctricas	GWh	14.376	7.642	6.435	9.361
Centrais Termoeléctricas **	GWh	10.092	15.872	15.207	15.357
Carvão	GWh	4.889	8.869	6.926	8.048
CCGT **	GWh	5.156	6.696	7.481	6.038
Fuelóleo	GWh	46	307	801	1.271
Gasóleo	GWh	1	0	0	0
Produção em Regime Especial	GWh	1.625	1.222	869	906
Mini-Hídricas	GWh	622	368	170	134
Biomassa	GWh	203	129	49	28
Cogeração	GWh	800	725	650	744
Total Produção Líquida	GWh	26.093	24.736	22.511	25.624
Balanco Energético					
Índice de Hidraulicidade	#	1,31	0,77	0,56	0,77
Centrais do Grupo EDP					
Emissão Hidroeléctrica PRO	GWh	14.376	7.642	6.435	9.361
Emissão Termoeléctrica	GWh	10.092	15.872	15.207	15.357
Emissão Mini-hídricas	GWh	622	368	170	134
Emissão Eólicas (ENERNOVA)	GWh	1.472	1.273	1.026	733
Emissão Biomassa	GWh	203	129	49	28
Emissão Cogeração	GWh	800	725	650	744
Produção Líquida do Grupo EDP	GWh	27.565	26.009	23.537	26.357
Vendas directas a Clientes Industriais	GWh	-	-	-	-21
Emissão para a rede (Grupo EDP)	GWh	27.565	26.009	23.537	26.336
Outros Produtores PRO com CAE	GWh	7.701	8.088	8.596	8.231
Outros produtores PRE	GWh	14.827	11.927	9.670	8.524
Saldo Importador / (Exportador)	GWh	2.623	4.777	9.431	7.488
Bombagem Hidroeléctrica	GWh	-512	-929	-639	-541
Consumo referido à emissão	GWh	52.204	49.872	50.595	50.038
Compensação síncrona	GWh	0	-1	0	-9
Consumos próprios da Produção	GWh	-5	-5	-5	-5
Energia entregue na Distribuição	GWh	52.199	49.866	50.590	50.024

* Exclui Eólicas ** Em 2009 Inclui 497 GWh produzidos no período de ensaios de Lares

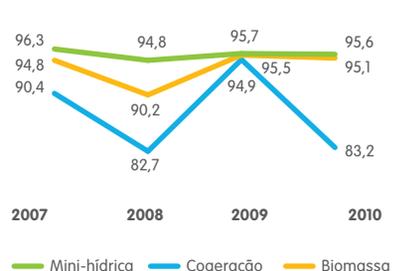
Portfolio de Produção (MW)



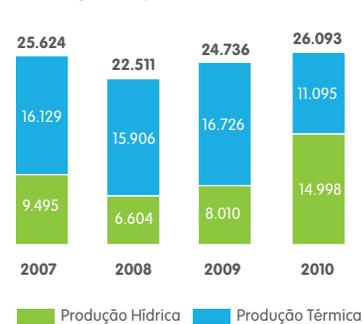
Disponibilidade PRO (%)



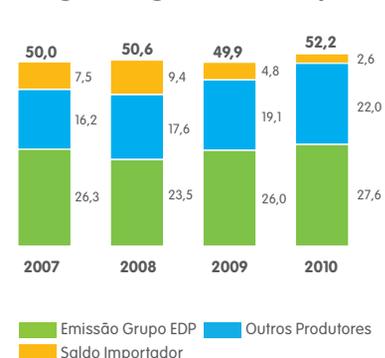
Disponibilidade PRE (%)



Produção Líquida (GWh)



Energia Entregue na Distribuição (TWh)





Central Hidroeléctrica de Alqueva

Central Termoeléctrica de Sines



negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - ESPANHA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM ESPANHA *

*Exclui eólicas

- ▲ Centrais hidroeléctricas
- ▲ Centrais de cogeração
- ▲ Centrais termoeléctricas
- ▲ Central de ciclo combinado a gás natural
- ▲ Nuclear



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM ESPANHA EM 2010

Em Espanha, o Grupo EDP está presente na actividade de produção de electricidade através da HC Energía na produção em Regime Ordinário e em Regime Especial.

No final de 2010 a potência instalada em regime ordinário era de 3.875 MW, dos quais 429 MW (11%) em aproveitamentos hidroeléctricos e 3.444 MW (89%) em centrais termoeléctricas.

Em 2010 a HC Energía atingiu o máximo histórico de produção hidroeléctrica, com uma produção de 1.045 GWh, ultrapassando os valores de 1996.

No mês de Dezembro, registou-se a entrada em exploração da central de Soto 5, com uma capacidade instalada de 428 MW. Esta é a segunda central a ciclo combinado a gás natural das Astúrias, quarta central (CCGT) do Grupo em Espanha, concluída dois meses antes do previsto.

A disponibilidade total dos equipamentos de produção a partir de carvão foi de 92,3% e a indisponibilidade devido a avarias de apenas 1,4%, o que confirma o excelente funcionamento do conjunto de equipamentos a carvão, sobretudo tendo em conta o funcionamento extraordinariamente flexível destes grupos, devido ao carácter complementar do carvão em relação ao gás.

A disponibilidade dos ciclos combinados foi de 88,9% e a indisponibilidade devido a avarias foi de 6,8%. Os ciclos combinados também tiveram um funcionamento bastante flexível, com frequentes paragens nocturnas ao fim-de-semana.



negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - ESPANHA

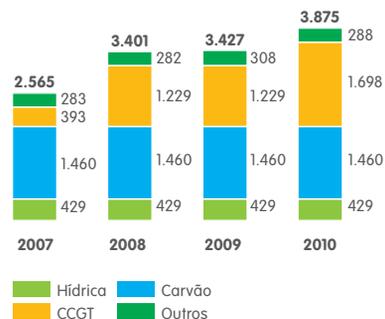
	Unid	2010	2009	2008	2007
Capacidade Instalada Espanha *	MW	77.634	75.010	75.004	71.789
Capacidade Instalada EDP *	MW	3.875	3.427	3.401	2.565
Quota EDP *	%	5,0	4,6	4,5	3,6
Fonte: Informe Anual REE					
Nº de Grupos Geradores*	#	38	40	38	39
Produção em Regime Ordinário	#	21	20	20	18
Centrais Hidroeléctricas	#	12	12	12	12
Centrais Termoeléctricas	#	9	8	8	6
Carvão	#	4	4	4	4
CCGT	#	4	3	3	1
Nuclear	#	1	1	1	1
Produção em Regime Especial	#	17	20	18	21
Centrais Hidroeléctricas **	#	1	1	1	1
Centrais Termoeléctricas	#	16	19	17	20
Biomassa	#	1	2	2	2
Cogeração	#	9	11	9	12
Resíduos	#	6	6	6	6
Potência Máxima em 31 de Dezembro*					
Potência em Regime Ordinário	MW	3.740	3.272	3.271	2.435
Centrais Hidroeléctricas	MW	426	426	426	426
Centrais Termoeléctricas	MW	3.314	2.846	2.845	2.009
Carvão	MW	1.460	1.460	1.460	1.460
CCGT***	MW	1.698	1.229	1.229	393
Nuclear	MW	156	156	156	156
Potência em Regime Especial	MW	135	155	130	130
Centrais Hidroeléctricas **	MW	3	3	3	3
Centrais Termoeléctricas	MW	132	152	127	127
Biomassa	MW	3	7	7	7
Cogeração	MW	46	63	38	38
Resíduos	MW	83	82	82	82
Total Potência Máxima	MW	3.875	3.427	3.401	2.565
Produção Líquida*					
Produção em Regime Ordinário	GWh	10.942	11.346	12.416	13.936
Centrais Hidroeléctricas	GWh	1.038	877	812	786
Centrais Termoeléctricas	GWh	9.904	10.469	11.604	13.151
Carvão	GWh	4.244	5.865	6.575	10.124
CCGT***	GWh	4.470	3.491	3.831	1.795
Nuclear	GWh	1.190	1.113	1.198	1.232
Produção em Regime Especial	GWh	916	896	700	553
Centrais Hidroeléctricas **	GWh	7	2	2	2
Centrais Termoeléctricas	GWh	909	894	698	551
Biomassa	GWh	0	6	6	8
Cogeração	GWh	356	369	192	90
Resíduos	GWh	553	519	500	453
Total Produção Líquida	GWh	11.858	12.242	13.117	14.489
Balanco Energético					
Índice de Hidraulicidade	#	1,34	0,81	0,66	0,64
Centrais do Grupo EDP					
Emissão Hidroeléctrica	GWh	1.038	877	812	786
Emissão Carvão	GWh	4.244	5.865	6.575	10.124
Emissão Nuclear	GWh	1.190	1.113	1.198	1.232
Emissão CCGT	GWh	4.470	3.491	3.831	1.795
Emissão Mini-hídricas	GWh	7	2	2	2
Emissão Eólicas	GWh	4.355	3.275	2.632	2.056
Emissão Biomassa	GWh	0	6	6	8
Emissão Cogeração	GWh	356	369	192	90
Emissão Resíduos	GWh	553	519	500	453
Produção Líquida do Grupo EDP					
Outros Produtores PRO	GWh	178.130	181.116	207.924	209.887
Outros Produtores PRE	GWh	85.242	74.020	62.772	53.762
Saldo Importador / (Exportador)	GWh	-8.339	-8.106	-11.040	-5.750
Bombagem Hidroeléctrica	GWh	-4.413	-3.763	-3.731	-4.349
Consumo referido à emissão					
Consumos próprios da Produção	GWh	-6.604	-7.081	-8.338	-8.753
Consumos próprios da Rede de Transporte	GWh	0	0	0	0
Perdas	GWh	-3398	-3090	-3.440	-3.281
Energia entregue na Distribuição	GWh	256.832	248.613	259.896	258.061

* Exclui Eólicas

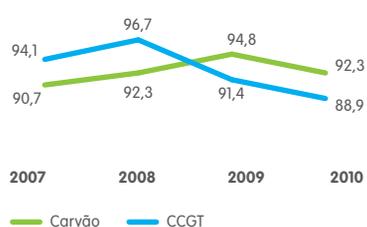
** Inclui Mini-hídricas da EDP Renováveis

*** Em 2010 inclui 284 GWh produzidos no período de ensaios da central de Soto 5

Portfólio de produção (MW)



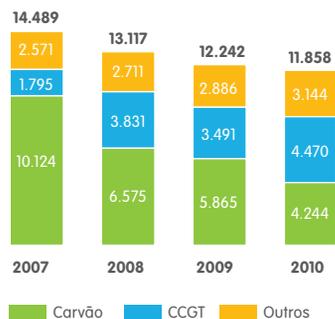
Disponibilidade PRO (%)



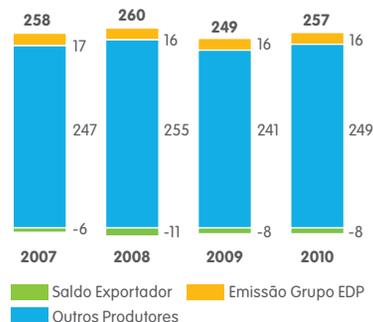
Disponibilidade PRE (%)



Produção Líquida (GWh)



Energia entregue na Distribuição (TWh)





Central de Ciclo Combinado de Soto Ribera – Soto 5

Central Hidroeléctrica de Proaza



Central Hidroeléctrica de Tanes



negócios / síntese de actividade

EDP RENOVÁVEIS

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO MUNDO

MW Capacidade Instalada
MW em construção

(1) Inclui 239 MW de ENEOP2



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DA EDP RENOVÁVEIS EM 2010

O Grupo EDP está presente na actividade de produção de energia eólica através da EDP Renováveis (EDPR), que no final de 2010 se encontra presente em 11 geografias: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, Estados Unidos, Canadá e Brasil.

Durante o ano de 2010, a EDPR aumentou a sua capacidade instalada em 1.101 MW (19,7%), dos quais 501 MW (17,1%) através da plataforma Europeia e 600 MW (22,9%) na subsidiária norte-americana. Esta presença global permite alcançar uma posição relevante de quota de mercado de 4,1% na Europa e 8,0% nos EUA.

O "Load Factor" médio atingiu nos parques da Europa os 27% e nos parques da América do Norte os 32%. A excelência operacional e a "prime location" dos parques da EDPR, permitem-lhe alcançar um prémio face ao mercado (particularmente em Espanha de +200 pontos base).

EDPR – EUROPA (EDPR EU)

A EDPR EU (Neo Energia) encontra-se no topo da lista das empresas que mais construíram nos últimos anos, tendo uma capacidade instalada de 3.439 MW e conta com uma carteira de 11,3 GW em diversos estágios de desenvolvimento, incluindo 480 MW em construção. Em Portugal, a capacidade instalada ascende a 838 MW, após o aumento de 158 MW durante o ano, essencialmente beneficiando da entrada em exploração dos parques construídos pela ENEOP2. No final de 2010 estavam 58 MW em construção.

Em Espanha a capacidade instalada é de 2.050 MW, o que representa um incremento de 189 MW em relação a 2009. No final de 2010, estão 201 MW em construção.

Em 2010 a capacidade instalada em França atingiu 284 MW, sendo o incremento anual de 64 MW, enquanto que na Bélgica permanece nos 57 MW.

No Polónia, no final de Dezembro de 2010, estava em construção o parque eólico Korsze, com 70 MW de capacidade. Neste país, a EDPR tem uma capacidade instalada de 120 MW.

Na Roménia, o ano de 2010 foi marcado pela entrada em operação do primeiro parque eólico da EDPR, o parque de Pestera com 90 MW. O parque eólico de Cernavoda estava em construção no final de 2010, com uma capacidade de 138 MW.

No desenvolvimento de projectos offshore, foi atribuída, no Reino Unido, uma capacidade estimada de 1,3 GW à Moray Renewables, uma "joint-venture" entre a EDPR EU e a SeaEnergy, criada para o desenvolvimento de parques eólicos offshore no nordeste da Escócia.

No início de 2010, a EDPR EU deu mais um importante passo na sua estratégia de expansão através da aquisição de 520 MW de projectos em desenvolvimento em Itália.

EDPR – AMÉRICA DO NORTE (EDPR NA)

A actividade nos EUA está assegurada pela plataforma norte americana EDPR NA.

No final de 2010, a EDPR NA possui 17 parques eólicos em operação, em 10 países diferentes, totalizando uma capacidade instalada de 3.224 MW, o que representa um acréscimo de 600 MW face a 2009.

A EDPR NA entrou no Canadá em 2010, em busca de novas oportunidades de crescimento neste mercado atractivo, com a aquisição de activos em diversos estágios de desenvolvimento em Ontário.

Em "pipeline" a EDPR NA detém, no final de 2010, 19,2GW de projectos, incluindo 99 MW já em construção.

EDPR – BRASIL (EDPR SA)

A EDPR criou, em Junho de 2008, uma "joint-venture" com a EDP – Energias do Brasil/Enernova, com o nome de EDP Renováveis Brasil (EDPR SA).

A EDPR SA tem uma capacidade instalada de 14 MW e 1.251 MW em "pipeline", incluindo 70 MW do parque de Tramandaí, em construção.

As principais actividades da EDPR SA são a prospecção e desenvolvimento de parcerias para a construção de parques eólicos. A prospecção está centrada no nordeste, sudeste e sul do país, regiões que apresentam um "load factor" mais elevado.

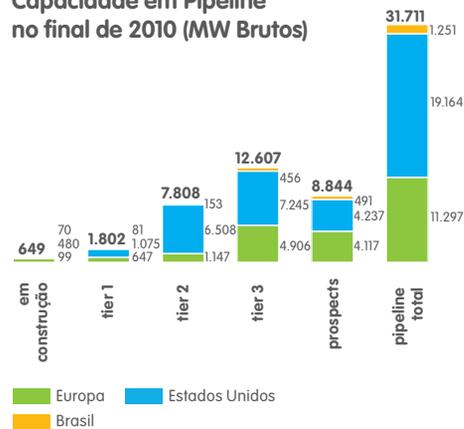
negócios / síntese de actividade

EDP RENOVÁVEIS

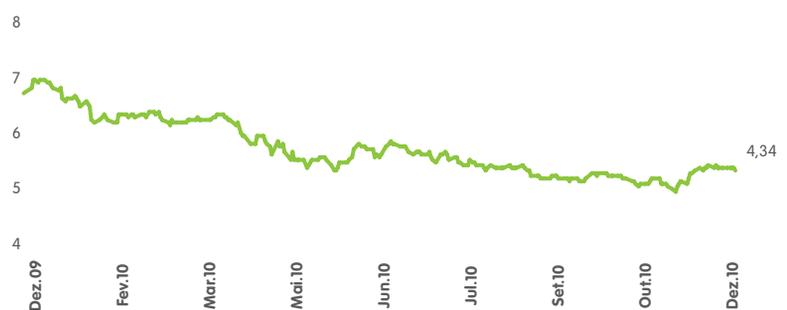
	Unid	2010	2009	2008	2007
Capacidade Eólica Instalada no Mundo	GW	194,4	157,9	120,8	93,9
Capacidade Instalada EDP Renováveis	GW	6,7	5,6	4,4	2,9
Fonte: Global Wind Report 2010, GWEC: Capacidade eólica instalada					
Potência Máxima em 31 de Dezembro*					
Europa**	MW EBITDA	3.439	2.938	2.477	1.776
Portugal**	MW EBITDA	838	680	553	424
Espanha	MW EBITDA	2.050	1.861	1.692	1.265
França	MW EBITDA	284	220	185	87
Bélgica	MW EBITDA	57	57	47	0
Polónia	MW EBITDA	120	120	0	0
Roménia	MW EBITDA	90	0	0	0
Estados Unidos	MW EBITDA	3.224	2.624	1.923	1.124
Brasil	MW EBITDA	14	14	0	0
Total Potência Máxima	MW EBITDA	6.676	5.575	4.400	2.900
Load Factor					
Europa	%	27	26	26	26
Portugal	%	29	28	27	24
Espanha	%	27	26	26	27
França	%	24	23	23	27
Bélgica	%	21	23	0	0
Polónia	%	28	0	0	0
Estados Unidos	%	32	32	34	30
Brasil	%	26	22	0	0
Produção Líquida*					
Europa	GWh	6.632	4.975	3.900	2.911
Portugal	GWh	1.472	1.275	1.028	735
Espanha	GWh	4.355	3.275	2.634	2.056
França	GWh	489	346	238	119
Bélgica	GWh	107	79	0	0
Polónia	GWh	194	0	0	0
Roménia	GWh	15	0	0	0
Estados Unidos	GWh	7.689	5.905	3.907	866
Brasil	GWh	31	26	0	0
Total Produção Líquida	GWh	14.352	10.907	7.807	3.777
Capacidade em Construção em 2010*					
Europa**	MW	480	703	739	685
Portugal**	MW	58	152	138	113
Espanha	MW	201	216	328	308
França	MW	0	25	33	24
Bélgica	MW	13	13	13	13
Polónia	MW	70	70	0	0
Roménia	MW	138	228	228	228
Estados Unidos	MW	99	122	509	398
Brasil	MW	70	70	70	70
Total MWs em Construção	MW	649	895	1.318	1.153

*Exclui mini-hídricas
** Inclui ENEOP2

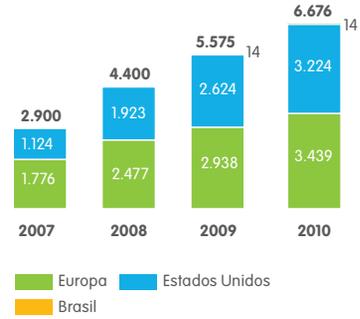
Capacidade em Pipeline no final de 2010 (MW Brutos)



Cotação EDP Renováveis (euros)



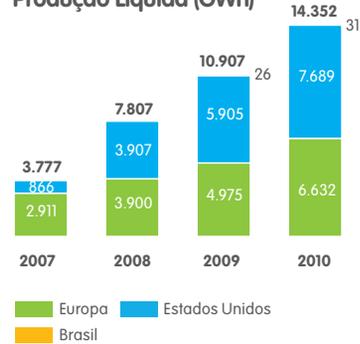
Portfólio de Produção (MW Brutos)



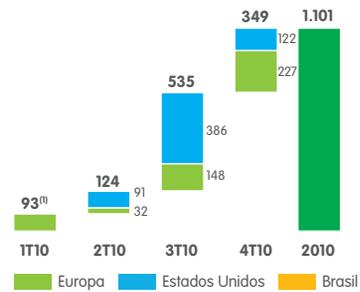
Load Factor (%)



Produção Líquida (GWh)



Entrada em Serviço em 2010 (MW)



(1) Inclui 62 MW de Altos de Voltoya, adquirido em janeiro de 2010



Parque Eólico de Cabeça da Rainha – Portugal

Parque Eólico de Cerros de Radona – Soria – Espanha



Parque Eólico de Marple Ridge – Estados Unidos da América



negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2010

O Grupo EDP está presente na actividade de distribuição de electricidade através da EDP Distribuição, em Portugal, e da HC Energía, em Espanha. Esta actividade, centrada essencialmente na melhoria da eficiência e qualidade de serviço das redes de distribuição, registou em 2010 mais de 57 TWh de energia distribuída.

PORTUGAL

Em Portugal, a EDP Distribuição tem a Concessão da Rede Nacional de Distribuição (RND) de Electricidade em Média e Alta Tensão e a Concessão das Redes de Distribuição em Baixa Tensão da totalidade dos municípios, no território continental, no número de 278. Conta com 220.318 km de rede e distribuiu 47,8 TWh de energia eléctrica em 2010 a um total de 6,2 milhões de clientes.

As políticas de investimento implementadas nos últimos anos, simultaneamente com a aceleração do investimento em automação da rede, e a implementação de novos processos na área da manutenção, têm tido excelentes resultados na evolução dos indicadores que medem a qualidade técnica de serviço, nomeadamente no TIEPI (Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada) que regista, em 2010, 116 minutos, sem eventos extraordinários, valor perfeitamente comparável com o verificado em redes de outros distribuidores com semelhantes estruturas de rede e de consumos. O ano de 2010 foi afectado por três eventos excepcionais, nomeadamente a tempestade Xynthia, em 27 de Fevereiro, e vento e chuva muito fortes em 3 de Outubro, que afectaram 1.200 e 300 mil de clientes, respectivamente, no Norte e Centro do país, e o tornado em 7 de Dezembro nos concelhos de Tomar e Sertã, que afectou 50 mil clientes. Estes eventos excepcionais representaram 30,5 e 1 minutos, respectivamente, de TIEPI.

As novas exigências ao nível da oferta e da procura de energia eléctrica, decorrentes da satisfação dos objectivos traçados de política energética, mantêm o esforço de desenvolvimento de novas capacidades para gerir e integrar o aumento dos níveis de fontes de energia e produção distribuída, através do Projecto InovGrid, tendo sido montados cerca de 20.000 Energy Boxes em instalações de clientes da cidade de Évora, escolhida para integrar o conceito de rede inteligente de energia (InovCity), e 320 DTC's (Distribution Transformer Controller) em postos de transformação cobrindo a sua quase totalidade. Foram ainda concretizados testes, com nova tecnologia baseada em LEDs, na rede de Iluminação Pública.

No âmbito da mobilidade eléctrica, foi constituída a EDP MOP, Operador de Pontos de Carregamento de Mobilidade Eléctrica, S.A., para o desenvolvimento da rede de abastecimento de veículos eléctricos em Portugal, tendo-se concretizado a rede piloto, de âmbito nacional, que abrange 25 cidades.

Verificou-se um incremento na adesão à microprodução em baixa tensão, com a ligação à rede de 5.235 novos microprodutores com uma potência instalada de 18,6 MW. Foram também ligados à rede de distribuição 164 novos Produtores em Regime Especial (PRE) com uma potência instalada de 271,2 MVA. Em ambos os casos, verifica-se uma predominância de tecnologia fotovoltaica e eólica. No final do ano estavam ligados à rede 9.202 microprodutores com 32,6 MW de potência instalada, e 749 PRE com 5.079 MVA de potência instalada.

ESPAÑA

Em Espanha, a HC Energía realiza a actividade de distribuição eléctrica em 5 Comunidades Autónomas com um total aproximado de 22.200 Km de rede e mais de 9 TWh de energia distribuída, com um crescimento de 2% sobre o ano anterior.

Os investimentos levados a cabo nos últimos anos, bem como os procedimentos de actuação postos em prática, permitiram conseguir uma redução do tempo de interrupção de abastecimento a menos de uma hora nas Astúrias, a principal zona de Distribuição, que concentra mais de 96% dos nossos clientes. A HC Energía continua a liderar a qualidade de serviço no Sistema eléctrico Espanhol. Sem ter em conta as inundações dos dias 16 e 17 de Junho 2010, a HC Energía registou o melhor índice de qualidade de serviço de sempre com um valor de 46 minutos (0,77 horas) o que representa uma descida de 9 minutos relativamente ao ano 2009 que foi o anterior recorde registado.

No dia 29 de Julho de 2010, HC Energía vendeu os activos de transporte de electricidade à Rede Electrica Espanhola (REE), operação ainda pendente de autorização pelas autoridades competentes em Espanha.

negócios / síntese de actividade

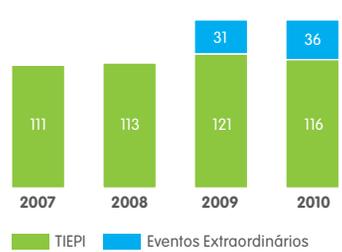
ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

	Unid	2010	2009	2008	2007
PORTUGAL					
Energia Entrada na rede de Distribuição					
Para o Mercado Regulado	GWh	33.484	40.452	48.796	43.779
Para o Mercado Livre	GWh	18.130	8.971	1.306	5.731
Total	GWh	51.614	49.422	50.102	49.510
Nota: inclui consumos MAT					
Energia Saída da Rede Eléctrica					
Energia Entregue à Rede de Distribuição	GWh	51.614	49.422	50.102	49.510
Perdas da Distribuição	GWh	-3.778	-3.277	-3.633	-2.591
Energia Saída da Rede de Distribuição	GWh	47.836	46.146	46.468	46.919
Entregas de Energia ao Mercado Regulado					
Total	GWh	30.581	37.626	45.289	41.546
Muito Alta Tensão	GWh	1.012	1.330	1.667	1.527
Alta Tensão	GWh	2.095	3.723	6.358	6.265
Média Tensão	GWh	4.795	9.128	14.052	10.290
Baixa Tensão Especial	GWh	2.498	3.163	3.340	2.491
Baixa Tensão	GWh	18.653	18.740	18.364	19.523
Iluminação Pública	GWh	1.528	1.542	1.509	1.449
Entregas de Energia ao Mercado Livre					
Total	GWh	17.255	8.520	1.180	5.373
Muito Alta Tensão	GWh	512	208	0	3
Alta Tensão	GWh	4.387	2.089	2	11
Média Tensão	GWh	9.731	4.770	263	4.098
Baixa Tensão Especial	GWh	1.228	413	219	996
Baixa Tensão	GWh	1.398	1.040	695	264
TIEPI	Min	152	152	113	111
Pontos de Abastecimento	m#	6.149	6.120	6.088	6.054
Colaboradores	#	3.670	3.778	3.996	4.242
Indicadores de Estrutura das redes					
Extensão	km	220.318	218.226	214.856	212.317
Linhas aéreas	km	172.181	170.931	169.321	167.486
Linhas subterrâneas	km	48.138	47.295	45.534	44.831
Subestações	#	404	399	397	382
Postos de transformação	#	63.223	62.036	61.157	59.841
Indicadores de eficiência					
Pontos Abastecimento/Colaborador	#	1.675	1.620	1.524	1.427
Energia/Colaborador	GWh	13,0	12,2	11,6	11,2
ESPANHA					
Energia Saída da Rede Eléctrica					
Energia Entregue à Rede de Distribuição	GWh	9.704	9.519	10.029	10.008
Perdas da Distribuição	GWh	384	389	350	386
Energia Saída da Rede de Distribuição	GWh	9.320	9.131	9.679	9.622
Distribuição de Electricidade					
Alta Tensão	GWh	5.401	5.322	5.762	5.882
Média Tensão	GWh	1.273	1.215	1.284	1.204
Baixa Tensão	GWh	2.646	2.594	2.633	2.536
Total	GWh	9.320	9.131	9.679	9.622
Total Mercado Espanha	GWh	237.892	229.899	240.797	238.974
Quota EDP	%	3,9	4,0	4,0	4,0
TIEPI	Min	46	55	65	59
Pontos de Abastecimento	m#	651	645	628	617
Colaboradores	#	386	368	366	389
Indicadores de Estrutura das redes					
Extensão	km	22.265	21.874	21.356	20.995
Linhas aéreas	km	18.148	17.995	17.836	17.669
Linhas subterrâneas	km	4.117	3.878	3.520	3.325
Subestações	#	53	53	48	48
Postos de transformação	#	6.507	6.464	6.327	6.192
Indicadores de eficiência					
Pontos Abastecimento/Colaborador	#	1.687	1.751	1.717	1.585
Energia/Colaborador	GWh	24,1	24,8	26,4	24,7

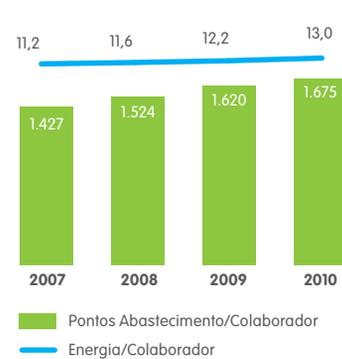
Energia Distribuída (TWh)



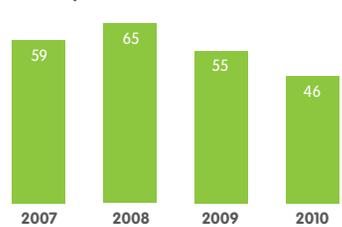
Tempo de Interrupção Equivalente em Portugal (minutos)



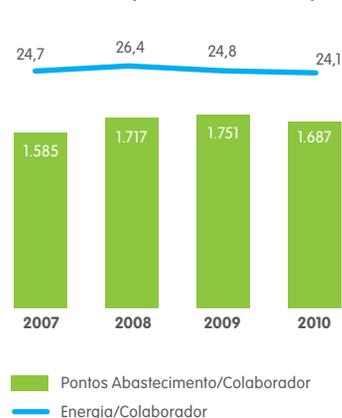
Eficiência Operacional em Portugal



Tempo de Interrupção Equivalente em Espanha (minutos)



Eficiência Operacional em Espanha





Subestação do Desterro

Subestação de S. Francisco



Rede de Distribuição



negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2010

O Grupo EDP desenvolve a actividade de comercialização em Portugal no mercado regulado através da EDP Serviço Universal, que assegura o fornecimento de electricidade cujo tarifário é definido regulamentarmente, e no mercado livre através da EDP Comercial. Em Espanha está presente no mercado regulado através da HC Energía Último Recurso e no mercado livre através da HC Energía e da CHC Energía, actuando em regime de concorrência com outros operadores ibéricos.

PORTUGAL

Durante o ano de 2010 o número global de Clientes no Mercado Regulado (MR) diminuiu 0,9%, em consequência da passagem líquida de cerca de 100 mil Clientes para o mercado livre, parcialmente compensada pela entrada de 51 mil Clientes. As vendas de electricidade no mercado regulado decresceram em termos globais cerca de 19% em relação ao ano anterior, com particular realce na AT e na MT, com reduções próximas de 44% e 47%, respectivamente. Esta quebra deve-se à referida migração de Clientes para o mercado livre.

2010 foi um ano de consolidação do Mercado Livre de energia eléctrica, após o seu relançamento em 2009, em particular no segmento B2B. Um contexto tarifário e de mercado mais favorável permitiu o desenvolvimento de um mercado mais concorrencial onde a EDP Comercial, através da sua relação de parceria com os Clientes, manteve uma posição de liderança.

A EDP Comercial alcançou uma quota de 51%, em energia vendida, fornecendo, no final de Dezembro, 88% das instalações em mercado livre. Este desempenho resultou da acção sustentada das unidades de negócio da empresa.

O segmento B2B, seguindo os passos dados em 2009 para o relançamento do mercado, foi mais uma vez aquele que revelou maior dinâmica concorrencial em 2010, com a entrada de novos “players” no mercado. A oferta de uma proposta de valor ajustada às necessidades dos Clientes resultou num volume de vendas de cerca de 7,5 TWh, ao longo de 2010, e numa carteira de 8.993 instalações no final do ano. No segmento B2C, a EDP Comercial foi a escolha de aproximadamente 305 mil Clientes residenciais e pequenos negócios (90% do Mercado Livre), no final do ano, correspondentes a um volume de vendas de cerca de 1,3 TWh.

Relativamente à EDP Serviços, 2010 foi um ano de consolidação da oferta existente, sempre assente em três vectores estratégicos – Eficiência energética, Serviços multitécnicos e Produção descentralizada de energia – e do desenvolvimento de soluções desenhadas à medida de necessidades específicas como as de Pequenas e Médias Empresas e Clientes residenciais, nomeadamente a solução de Microgeração de Solar Fotovoltaico.

ESPAÑA

O Grupo EDP atingiu um total de aproximadamente 651 mil clientes no Mercado Livre, que representa um aumento de 23% em relação a 2009.

O segmento de mercado B2B registou vendas de 18.124 GWh, verificando-se um crescimento de 41% face ao ano anterior. Por outro lado, também foi optimizado o nível da estrutura da carteira de Clientes, melhorando a margem dos segmentos de Grandes Contas e Empresas. Segundo as acções realizadas, o nível de satisfação geral deste tipo de Clientes é superior a 95%.

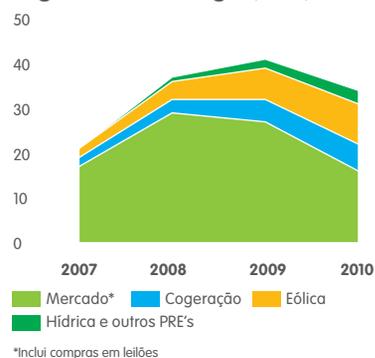
A estratégia no segmento B2C tem-se centrado na análise de carteiras para a captação de Clientes rentáveis e a sua fidelização com uma oferta dual e serviços de manutenção residencial. O nível de satisfação deste tipo de Clientes situa-se em 87%.

negócios / síntese de actividade

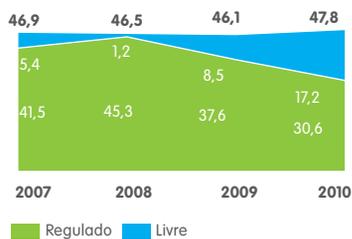
ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

Unid	2010	2009	2008	2007
Comercialização de último recurso em Portugal				
Nº Clientes				
Muito Alta Tensão	# 21	26	53	55
Alta Tensão	# 177	193	234	213
Média Tensão	# 12.803	17.681	22.913	20.748
B. Tensão Especial	# 23.985	28.246	32.170	25.687
Baixa Tensão	# 5.702.584	5.746.352	5.785.797	5.807.784
Iluminação Pública	# 52.113	50.299	49.260	48.308
Total	# 5.791.683	5.842.797	5.890.427	5.902.795
Electricidade				
Muito Alta Tensão	GWh 1.012	1.330	1.667	1.527
Alta Tensão	GWh 2.095	3.723	6.358	6.265
Média Tensão	GWh 4.795	9.128	14.052	10.290
B. Tensão Especial	GWh 2.498	3.163	3.340	2.491
Baixa Tensão	GWh 18.653	18.740	18.364	19.523
Iluminação Pública	GWh 1.528	1.542	1.509	1.449
Total	GWh 30.581	37.626	45.289	41.546
Comercialização livre em Portugal				
Nº Clientes				
EDP Comercial	# 313.608	259.698	197.151	148.319
B2B	# 9.082	7.535	9	5.105
B2C	# 304.526	252.163	197.142	143.214
Outras comercializadoras	# 43.755	17.310	601	3.294
Electricidade	GWh 17.248	8.520	1.180	5.372
EDP Comercial	GWh 8.794	5.529	947	3.010
B2B	GWh 7.510	4.565	271	2.751
B2C	GWh 1.284	963	676	259
Outras comercializadoras	GWh 8.453	2.992	233	2.363
Comercialização regulada / último recurso em Espanha				
Número de Clientes				
Alta Tensão	# 0	0	4	12
Média Tensão	# 0	0	77	306
Baixa Tensão	# 359.145	422.252	549.317	564.773
Total	# 359.145	422.252	549.398	565.091
Electricidade				
Alta Tensão	GWh 0	1.559	5.064	5.629
Média Tensão	GWh 0	11	133	268
Baixa Tensão	GWh 1.099	1.563	2.043	2.142
Total	GWh 1.099	3.133	7.240	8.039
Comercialização livre em Espanha				
Número de Clientes				
HC Energía + NG Energía	# 5.248.118	3.028.182	2.153.754	1.697.340
B2B	# 650.860	530.778	117.175	89.410
B2C	# 7.871	4.848	3.400	2.680
Outras comercializadoras	# 642.989	525.930	113.775	86.730
Electricidade	GWh 183.589	143.298	107.174	72.961
HC Energía + NG Energía	GWh 20.342	16.234	12.507	11.236
B2B	GWh 18.124	12.833	9.941	9.166
B2C	GWh 2.218	3.402	2.566	2.070
Outras comercializadoras	GWh 163.247	127.063	94.666	61.725

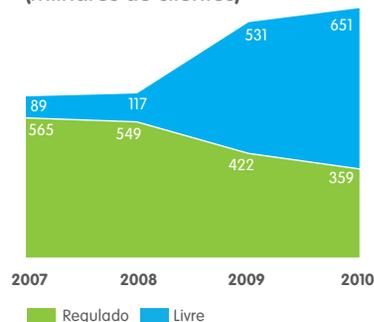
Compras de Energia para o Mercado Regulado em Portugal (TWh)



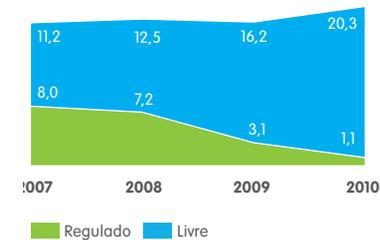
Consumo Mercado Regulado e Livre em Portugal (TWh)



Número de Clientes Mercado Regulado e Livre em Espanha (milhares de clientes)



Consumo Mercado Regulado e Livre em Espanha (TWh)



Quota de Mercado em Energia - Comercialização Livre (%)





Contact Center



negócios / síntese de actividade

NEGÓCIO DO GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO NEGÓCIO DO GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2010

O Grupo EDP detém uma presença de referência no mercado ibérico do gás natural. Está presente em Portugal com a Portgás (actuando sob as marcas EDP Gás Distribuição e EDP Gás Serviço Universal), a EDP Gás.Com (comercializadora licenciada para operação no mercado liberalizado) e uma participação minoritária na Setgás. Em Espanha está presente com o Grupo Naturgas.

Embora o ano de 2010 tenha sido marcado pela crise mundial, o Grupo EDP Gás continuou a crescer em pontos de abastecimento (+3,7%), clientes (+1,3%) e volumes veiculados (+109,2%) e comercializados (+57,7%). O volume de gás distribuído e comercializado teve um aumento acentuado face ao período homólogo em resultado da incorporação dos activos adquiridos à Gas Natural em Dezembro de 2009, nas Comunidades Autónomas de Cantabria e Murcia, por um lado, e do crescimento no mercado industrial português, pelo outro. A actividade de comercialização viveu o ano numa conjuntura económica muito desfavorável nomeadamente ao nível da competitividade do gás oriundo de contratos de longo prazo, que representam a larga maioria das carteiras de aprovisionamento na Europa e, em particular, na Península Ibérica. Desta forma, em Espanha, esta actividade apresenta uma contracção significativa da margem e do número de clientes. Em Portugal, e aproveitando a actual fase de abertura do mercado, foi possível manter uma trajectória ascendente no que toca aos volumes captados.

PORTUGAL

Na actividade de Distribuição continuámos o desenvolvimento da concessão garantindo o alargamento da cobertura da rede de abastecimento a novos concelhos, chegando a Vila Nova de Cerveira, Lousada, Valença e Paços Ferreira, bem como a densificação da mesma, o que resultou num incremento de mais de 24.000 pontos de abastecimento (+10,8% face a 2009).

O mercado de comercialização de gás natural, desde 01 de Janeiro de 2010, é totalmente livre mas, apesar desta nova realidade, a EDP Gás Serviço Universal, empresa regulada, embora tenha diminuído o volume de gás comercializado viu o seu número de clientes aumentar.

Por outro lado, a EDP Gás Comercial solidificou a sua posição de importante agente no mercado livre de grandes consumos (B2B), continuando a concentrar a sua acção estratégica tanto na actividade de "trading", transaccionando 9,9 TWh de Gás Natural, como na actividade de comercialização, atingindo as 186 contas e uma quota de mercado de 28,4%.

Em 2010 foi ainda atribuída a licença de comercialização de gás natural à EDP Comercial que, em paralelo ao seu papel de comercializador de energia eléctrica, opera agora também no mercado de gás natural com uma oferta direccionada ao segmento empresarial (B2B) e ao segmento residencial e pequenos negócios (B2C), tendo sido o primeiro comercializador em mercado livre a apresentar uma oferta dual ao segmento B2C.

Ao longo do ano, a EDP Comercial forneceu cerca de 21 GWh, tendo sido a escolha de cerca de 430 Clientes, dos quais cerca de 340 são Clientes residenciais ou pequenos negócios (B2C).

ESPAÑA

Na actividade de transporte destaca-se a conclusão da construção da terceira e última parcela do desdobramento do gasoduto de transporte Bergara-Irún, do gasoduto Serinyà-Figueras, a entrada em funcionamento do gasoduto Corvera-Tamon bem como o início de construção do gasoduto Bilbao-Treto.

Na actividade de distribuição, o volume veiculado mais do que duplica face ao ano anterior com a inclusão dos activos de alta pressão assim como das duas distribuidoras de Murcia e Cantábria. Os pontos de abastecimento ligados cresceram cerca de 20.000 face ao período homólogo com o incremento do esforço de densificação e com a chegada a novos núcleos populacionais como é o caso de Ólvega, Berriaga Monte (La Bilbaina) no País Basco, Etxebarria PNN (País Basco) e de Villarejo Salvanes (Madrid).

No decurso de 2010, a conjuntura de mercado, de redução da procura e de aumento da oferta "spot" disponível, veio colocar muitas comercializadoras ibéricas sob pressão para escoar o seu gás contratado a longo prazo em regime firme. Tal levou a um forte aumento da concorrência e a uma degradação dos preços no retalho. Para contrariar esse efeito, a Naturgas apostou na diversificação quer da carteira de compra, com um importante recurso ao mercado "spot" durante 2010, quer da de venda, beneficiando ainda das sinergias resultantes de uma gestão conjunta da carteira de aprovisionamento da EDP, e da optimização desta entre os mercados português e espanhol, por um lado, e entre consumos em ciclos combinados ou colocação no retalho de gás, por outro.

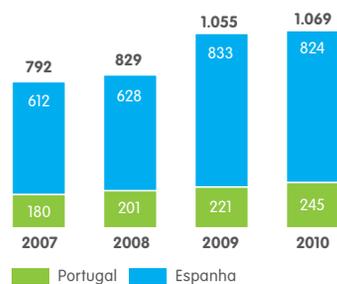
negócios / síntese de actividade

NEGÓCIO DO GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

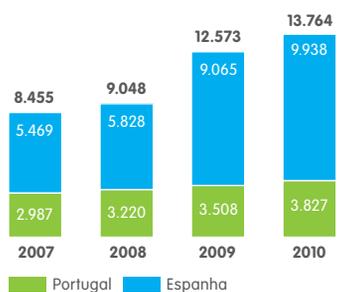
	Unid	2010	2009	2008	2007
Península Ibérica					
Número de Clientes	#	1.069.127	1.054.806	829.282	791.695
Regulados	#	244.721	221.266	200.988	376.407
Último Recurso	#	140.766	214.059	122.000	0
Livres	#	683.640	619.481	506.294	415.288
Pontos de Abastecimento					
Distribuição	#	1.229.220	1.185.225	891.020	844.894
Extensão da Rede	Kms	13.764	12.573	9.048	8.455
Rede de Transporte	Kms	417	362	309	307
Rede de Distribuição	Kms	13.347	12.211	8.739	8.148
Volume de Gás (milhões)					
Distribuído	m3	4,5	2,1	2,3	1,9
Comercializado	m3	3,3	2,1	2,1	1,6
Volume de Gás					
Distribuído	TWh	52,5	25,1	26,6	22,7
Comercializado	TWh	38,7	24,6	28,9	25,3
Regulado	TWh	2,0	2,3	4,2	7,1
Último Recurso	TWh	0,9	1,2	n/a	0,0
Livre *	TWh	35,9	21,1	24,7	18,2
Número de Colaboradores	#	519	537	422	411
Portugal					
Número de Clientes	#	245.335	221.356	200.988	179.802
Regulados	#	244.721	221.266	200.988	179.802
Último Recurso	#	0	0	0	0
Livres	#	614	90	0	0
Pontos de Abastecimento					
Distribuição	#	245.347	221.388	200.988	179.802
Extensão da Rede	Kms	3.827	3.508	3.220	2.987
Rede de Transporte	Kms	0	0	0	0
Rede de Distribuição	Kms	3.827	3.508	3.220	2.987
Volume de Gás (milhões)					
Distribuído	m3	0,6	0,5	0,5	0,0
Comercializado	m3	0,8	0,3	0,2	0,0
Volume de Gás					
Distribuído	TWh	6,8	6,1	6,0	2,6
Comercializado	TWh	8,9	3,3	2,7	2,6
Regulado	TWh	2,0	2,3	2,7	2,6
Último Recurso	TWh	0	0	0,0	0,0
Livre	TWh	7,0	1,0	0,0	0,0
Número de Colaboradores	#	102	101	111	114
Espanha					
Número de Clientes	#	823.792	833.450	628.294	611.893
Regulados	#	0	0	0	196.605
Último Recurso	#	140.766	214.059	122.000	0
Livres	#	683.026	619.391	506.294	415.288
Pontos de Abastecimento					
Distribuição	#	983.873	963.837	690.032	665.092
Extensão da Rede	Kms	9.938	9.065	5.828	5.469
Rede de Transporte	Kms	417	362	309	307
Rede de Distribuição	Kms	9.521	8.703	5.519	5.161
Volume de Gás (milhões)					
Distribuído	m3	3,9	1,6	1,8	1,7
Comercializado	m3	2,6	1,8	2,1	1,6
Volume de Gás					
Distribuído	TWh	45,6	19,0	20,7	20,2
Comercializado	TWh	29,8	21,3	26,3	22,7
Regulado	TWh	0,0	0,0	1,5	4,5
Último Recurso	TWh	0,9	1,2	n/a	0,0
Livre *	TWh	28,9	20,1	24,7	18,2
Número de Colaboradores	#	417	436	311	297

* Inclui em 2008 o consumo de último recurso

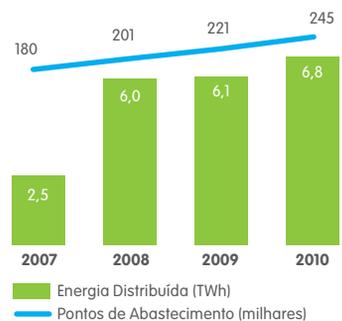
Número de Clientes (milhares)



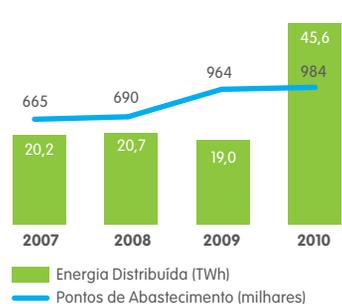
Extensão da Rede (Kms)



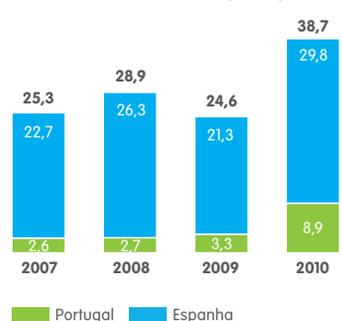
Energia Distribuída e Pontos de Abastecimento - PT



Energia Distribuída e Pontos de Abastecimento - ES



Gás Comercializado (TWh)





Gasoduto Bergara-Irún

Gasoduto Bergara-Irún



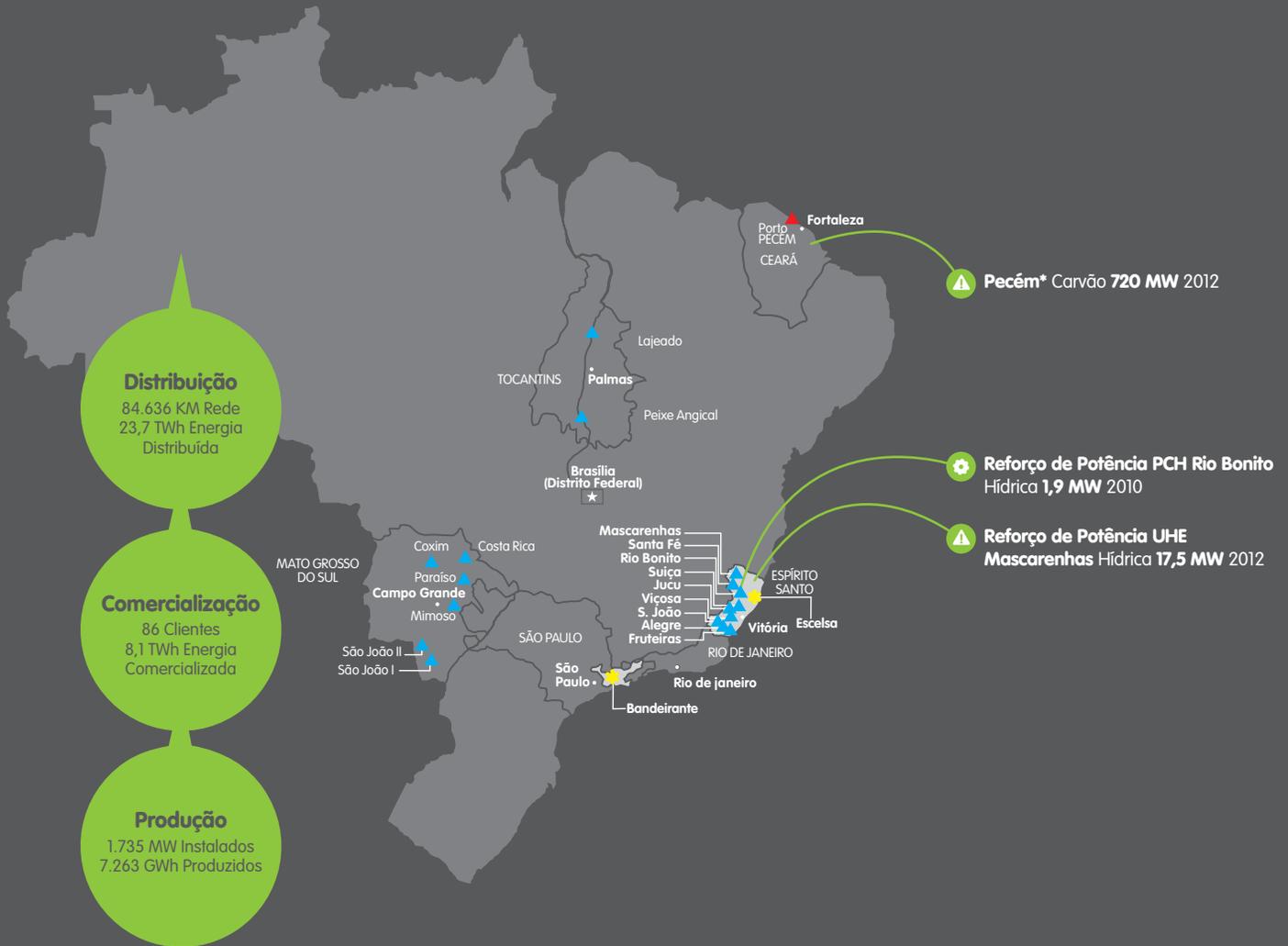
negócios / síntese de actividade

NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL

PRESEÇA DO GRUPO EDP NO BRASIL

- ▲ Centrais Hidroelétricas em exploração
- ▲ Centrais Termoelétricas em construção
- ✱ Distribuidoras
- Áreas de concessão das distribuidoras
- ⚙ Entradas em Serviço
- ▲ Em construção

* EDP Energias do Brasil detém 50% desta central



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL EM 2010

O Grupo EDP está presente no Brasil nas actividades de Produção, Distribuição e Comercialização de electricidade através da EDP no Brasil.

PRODUÇÃO

A actividade de Produção compreende a gestão de Centrais Hidroeléctricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH), com uma capacidade instalada total de 1.735 MW, em Dezembro de 2010.

Durante o ano de 2010 ocorreu a repotenciação da PCH Rio Bonito que aumentou a capacidade instalada em 1,9 MW, e da UHE Mascarenhas que tem previsão de término em 2012.

Aquisição de dois projectos de PCHs no estado do Mato Grosso, a negociação envolve a compra da PCH Cabeça de Boi, com 30 MW de capacidade instalada, e da PCH Fazenda, com 19,5 MW somando 49,5 MW de potência instalada e 27,5 MW médios de energia assegurada.

A previsão para início da construção dos empreendimentos está marcada para março de 2011 e a entrada em operação deve ocorrer em janeiro de 2013.

Em 2009, A EDP no Brasil adquiriu, através de sua "joint-venture" com a EDP Renováveis, controlo integral da empresa Elebrás projectos, que possui um "portfólio" de 533 MW, incluindo o parque eólico de Tramandaí, que possuirá 70 MW de capacidade instalada e cuja entrada em operação esta prevista para 2011.

COMERCIALIZAÇÃO

No segmento de Comercialização de energia eléctrica, actua através da Enertrade, que em 2010 comercializou 8,1 TWh a clientes no mercado liberalizado, com uma quota de mercado de 12,6%.

A energia vendida em 2010 foi 6,1% inferior ao ano anterior. Além da estratégia de aproveitar as oportunidades no segmento de curto prazo ao longo de 2009, justificam a redução do volume comercializado os contratos vendidos no Leilão de Ajuste de 2009, o que levou a Enertrade a bater recordes mensais de comercialização de energia.

DISTRIBUIÇÃO

Na Distribuição, a EDP no Brasil detém o controlo integral das empresas Bandeirante e Escelsa, servindo cerca de 2,74 milhões de clientes e distribuindo 23,7 TWh em 2010.

A Bandeirante distribuiu em 2010 14,3 TWh, superior em 7,7% em relação a 2009. A energia eléctrica distribuída a clientes finais, totalizou o montante de 9,0 TWh, que representou um crescimento de 5,3% sobre o ano de 2009. A empresa encerrou o ano de 2010 com 1,5 milhões de clientes, mais 1,4% do que em 2009. Durante 2010, a energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre e concessionárias, totalizou o montante de 5,3 TWh, o que representou um decréscimo de 12,0 % face a 2009.

A Escelsa distribuiu em 2010 9,4 TWh, um aumento de 17,7% em relação a 2009. O número de clientes atingiu 1,24 milhões, um aumento de 4,4% face ao ano anterior. No mercado cativo, a Escelsa vendeu um total de 5,7 TWh, apresentando um crescimento de 7,0% face a 2009. Para o mercado livre, a Escelsa distribuiu o montante de 3,8 TWh, apresentando um acréscimo de 38,5% face ao ano anterior se recuperando da crise mundial que afectou o estado em 2008/2009.

Destaque ainda para a continuidade do Programa de Combate às Perdas Não Técnicas e os investimentos no mercado de média tensão com a instalação de 620 conjuntos de medição externa em unidades consumidoras de médio e grande portes, com o programa, a EDP Escelsa reduziu as perdas não técnicas de 6,78% para 5,72%, resultado significativo em 2010.

negócios / síntese de actividade

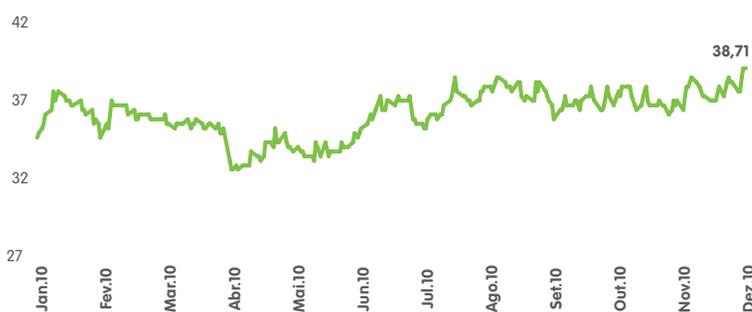
NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL

	Unid.	2010	2009	2008	2007
Produção					
Nº de Grupos Geradores	#	39	39	37	32
Centrais Hidroeléctricas (UHE)	#	14	14	14	9
Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH)	#	25	25	23	23
Potência Máxima em 31 de Dezembro					
Lajeado	MW	903	903	903	250
Peixe Angical	MW	452	452	452	452
Mascarenhas	MW	181	181	181	181
Suiça	MW	34	34	32	32
Mini-hídricas	MW	165	164	130	130
Total Potência Máxima	MW	1.735	1.733	1.697	1.044
Produção Líquida					
Lajeado	GWh	3.205	3.169	1.795	982
Peixe Angical	GWh	2.523	2.093	2.250	2.203
Mascarenhas	GWh	674	846	740	838
Suiça	GWh	118	54	76	141
Mini-hídricas	GWh	742	731	612	539
Total Produção Líquida	GWh	7.263	6.893	5.473	4.704
Distribuição					
Energia Distribuída					
Bandeirante	GWh	14.310	13.292	13.554	13.268
Escelsa	GWh	9.439	8.021	8.652	8.488
Enersul	GWh	0	0	2.202	3.273
Total	GWh	23.749	21.313	24.408	25.029
Pontos de Abastecimento	#	2.740.447	2.667.701	2.582.666	3.206.656
Nº Clientes					
Cativos	#	2.740.345	2.667.611	2.582.572	3.206.546
Bandeirante	#	1.502.815	1.482.355	1.438.651	1.401.302
Escelsa	#	1.237.530	1.185.256	1.143.921	1.095.116
Enersul	#	0	0	0	710.128
Livres	#	102	90	94	110
Bandeirante	#	82	73	72	74
Escelsa	#	20	17	22	21
Enersul	#	0	0	0	15
Total	#	2.740.447	2.667.701	2.582.666	3.206.656
Indicadores de Estrutura das redes					
Extensão da rede	Kms	84.636	82.289	81.579	147.043
Subestações	#	129	122	133	221
Postos de Transformação	#	188.121	180.272	168.691	223.322
Comercialização					
Energia Comercializada no Brasil	GWh	64.211	56.120	54.345	84.566
Enertrade**	GWh	8.061	8.586	7.282	7.188
Outros	GWh	56.150	47.534	47.062	77.378
Clientes Enertrade	#	86	120	64	78

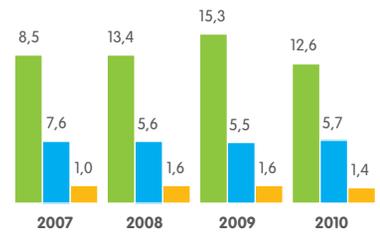
* Exclui Eólicas

** Não considera liquidações financeiras na CCEE

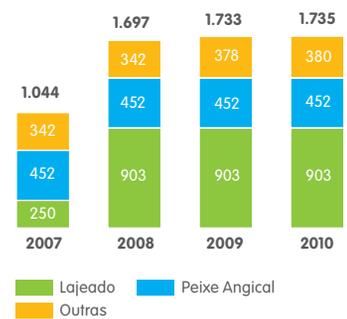
Cotação ENBR3 (BRL)



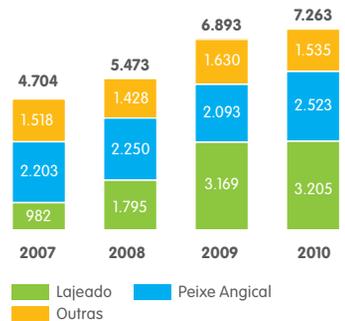
Quota de Mercado (%)



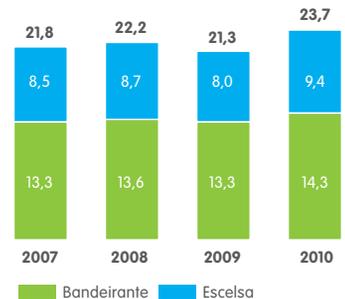
Portfolio de Produção (MW)



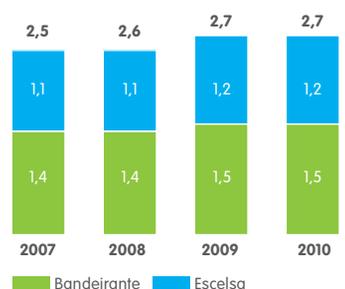
Produção Líquida (GWh)



Electricidade Distribuída (TWh)



Número de Clientes (milhões)





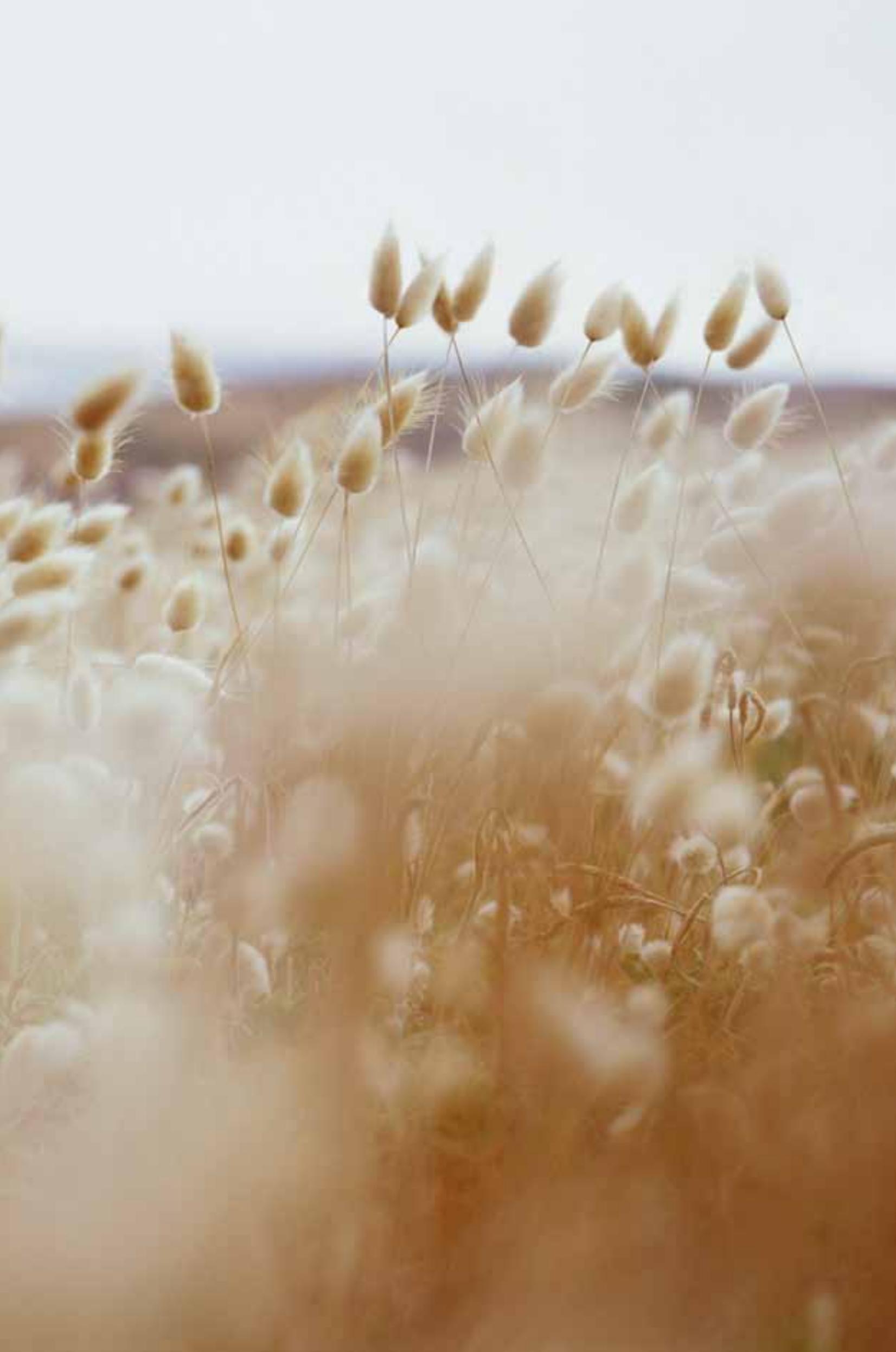
UHE Lajeado

PCH Rio Bonito



**contributo para
a sustentabilidade**

66	RECONHECIMENTO
66	Corporativo
66	Portugal
67	Espanha
67	Brasil
67	Edp Renováveis
68	ABORDAGEM CORPORATIVA
68	Estratégia e Compromissos
70	Diálogo com as partes interessadas
71	I&D E INOVAÇÃO
71	Eficiência Energética
71	Tecnologia de Distribuição
72	Energias Renováveis
72	Tecnologias avançadas de produção
72	Outras iniciativas de Inovação
73	COMUNICAÇÃO
73	Comunicação institucional
73	Marca edp
73	EDP nos meios de comunicação
74	Campanhas institucionais
75	COLABORADORES
76	Políticas de Recursos Humanos
76	Caracterização
77	Atrair e comprometer
77	Valorizar e Desenvolver
78	Avaliação de Potencial e Desempenho
78	Sistemas de Saúde e outros benefícios sociais
79	Satisfação dos colaboradores
79	Comunicação e Gestão da Mudança
79	Relações Laborais
79	Segurança e Saúde no Trabalho
80	Actividades relevantes em 2010
81	Acidentes e Quase-Acidentes
81	Doenças profissionais
81	CLIENTES
81	A Voz dos Clientes
82	Melhorar o acesso à energia
83	Qualidade de serviço
84	Segurança do produto
84	Provedor do Cliente
84	Acesso aos serviços e comunicação
84	Práticas de Privacidade
84	Promoção da Eficiência Energética
84	Serviços e produtos de valor acrescentado
86	Serviços e produtos de valor acrescentado
86	FORNECEDORES
86	Caracterização
86	Diálogo
87	Boas Práticas
89	Ambiente e Segurança
89	Contratados e Subcontratados
89	COMUNIDADE
89	Sociedade
90	ONG
91	Comunidades Locais
92	Apoio ao desenvolvimento
93	Outros apoios à comunidade
96	DESEMPENHO AMBIENTAL
98	Reduzir os Impactes Ambientais
100	Alterações Climáticas
102	Biodiversidade



contributo para a sustentabilidade

1. RECONHECIMENTO

CORPORATIVO

EDP no "ranking" da Forbes

A EDP integra a lista "The World's Leading Companies" da Forbes, no "ranking" das cinco melhores empresas do mundo no sector das "utilities". Os indicadores analisados são: crescimento do volume de negócios a cinco anos, crescimento do resultado líquido, retorno do capital e retorno ao accionista.

António Mexia, Melhor CEO Europeu

O Presidente Executivo da EDP, António Mexia, foi considerado o melhor CEO europeu de empresas de energia (utilities), pela "Institutional Investor".

EDP distinguida com Prémio Business Internationalisation Award

A Embaixada Britânica distingue a EDP na categoria "Internacionalização". O prémio reconhece a aposta que o Grupo está a fazer na produção de energia eólica "offshore" no Reino Unido.

Melhor Reporte Financeiro do mundo

A EDP foi considerada a melhor empresa mundial no "2010 IR Global Rankings", em relato financeiro. Foi, ainda, reconhecida como uma das melhores do sector na área de "Corporate Governance".

DJSI - EDP é líder mundial do sector eléctrico 2010/2011

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integra os índices DJSI World e DJSI Europe, e foi considerada pela 1ª vez líder mundial do sector eléctrico no referencial de avaliação em Sustentabilidade desenvolvido pela SAM. Integra pela 1ª vez o índice DJSI Enlarged, criado pela SAM em 2010.



KAKUMA é parceiro oficial da Sustainable Energy Europe Campaign

O projecto-piloto desenvolvido pela EDP e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no campo de refugiados de Kakuma, no Quênia, foi reconhecido como Parceiro Oficial da Sustainable Europe Campaign, uma iniciativa da Comissão Europeia, lançada em 2005, no âmbito do programa europeu Energia Inteligente.

EDP é "gold class SAM 2010"

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integra o conjunto de 15% das empresas com melhor desempenho em sustentabilidade, de acordo com a SAM ("Sustainable Asset Management"), obtendo a classificação "gold class SAM 2010" no "The Sustainability Yearbook 2010".

EDP integra Carbon Disclosure Leadership Index

A EDP ficou em 2º lugar na classificação Carbon Disclosure Project no sector das "utilities", integrando, pela primeira vez, o CDLI - Carbon Disclosure Leadership Index - constituído pelas empresas com o melhor relato de carbono a nível mundial. Pelo primeiro ano foi lançado inquérito relativo à Performance, no qual a EDP foi classificada como classe B.

EDP no ranking da "responsabilidade climática das empresas"

A EDP foi eleita, pela primeira vez, no ranking da "Responsabilidade Climática das Empresas: Índice ACGE (Alterações Climáticas e Gestão de Empresas) setorial 2010. O "ranking" foi publicado pelo Euronatura - Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado, demonstrando o empenho no combate ao fenómeno das alterações climáticas. No "ranking" a EDP classificou-se com 87,5%.

PORTUGAL

EDP recebe prémio de marca portuguesa mais valiosa

Com um valor de cerca de 3,3 mil milhões de euros, segundo o estudo "Top Portuguese League Table", da Brand Finance, a marca tem um "rating" AA. No ranking das 500 maiores marcas do mundo, a EDP é a 192ª, sendo a marca portuguesa mais bem posicionada.

Nº1 ibérico no Engagement Rating 2010

Com base na metodologia do Accountability Rating, a EDP foi considerada pela Sair da Casca e Revista Exame como número 1 no envolvimento de "stakeholders" em Portugal e em Espanha.

Prémio Melhor Estratégia Global de Investor Relations

A EDP foi reconhecida na categoria Melhor Desempenho em 2010, na iniciativa Investor Relations & Governance Awards, promovida pela Deloitte e pelo Diário Económico.

Contact Center EDP conquista 1º lugar dos Prémios APCC

O Contact Center da EDP em Portugal conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o 1º lugar do Prémio promovido pela Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC), na categoria "utilities".

Prémio Highly Protected Risk (HPR)

Após 6 anos de trabalho conjunto com a EDP em termos de análise do risco existente e assessoria na definição de recomendações para o mitigar, a FM Global reconheceu como HPR, a central Térmica da Ribatejo e as centrais Hídricas de Caniçada, Caldeirão, Alto Rabagão, Desterro, Vila Cova e Régua.

EDP vence Prémios Marketeer

EDP premiada nas categorias "Energia" e "Compromisso Social", na 2ª edição dos Prémios Marketeer. Foram entregues 23 prémios às empresas com melhor desempenho nas áreas do marketing, publicidade e comunicação em Portugal.



Prémio Cidadania das Empresas e Organizações 2010

Pela quarta edição consecutiva, a EDP foi distinguida pela AESE em parceria com a PricewaterhouseCoopers, na categoria das "utilities", pelas suas políticas de responsabilidade social e sustentabilidade.

EDP distinguida em 4 categorias do Grande Prémio APCE 2010

A EDP foi distinguida pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE) nas categorias de melhor vídeo, com o vídeo do Relatório & Contas 2008; melhor intranet, Portal Sou EDP; melhor televisão corporativa, edpON; e melhor campanha de comunicação institucional, com a campanha "Projeções". Estes prémios visam distinguir a excelência na estratégia da comunicação organizacional.

Comunicação EDP distinguida nos Prémios FEIEA

EDP foi distinguida nos prémios FEIEA (Federation of European Business Communicators Associations), com a edpON e o portal Sou EDP em 2º lugar e a capa da Revista ON em 3º lugar. Também nos prémios Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) a edpON foi distinguida na área de Media Audiovisual.

InovGrid premiado com o Optimus Innovation Awards

O projecto da EDP Distribuição foi, distinguido com o prémio Inovação Sectorial, pela inovação das soluções adoptadas, relevância do papel das comunicações na solução e pelo seu contributo para a melhoria da eficácia, eficiência e qualidade dos processos e serviços prestados.

ESPAÑA

HC Energía é a empresa mais valorizada pelos clientes espanhóis

Pelo segundo ano consecutivo, a HC Energía foi reconhecida como líder na satisfação, fidelidade, recomendação e compromisso por parte dos clientes, no sector do fornecimento de energia. Os prémios CM "Líderes em Excelência" 2010 são atribuídos pelo Grupo Iniciativa e a Revista CM, em colaboração com a Stiga.

HC Energía recebe prémio "Experiência de Cliente 2010"

Pelo sexto ano consecutivo, conquistou o Prémio de Melhor Centro de Atendimento aos Clientes (CAC) do sector em Espanha, atribuído pela Asociación Española de Expertos en Centros de Contacto con el Cliente (AEECCC) e Izo System.

HC Energía entre as 100 melhores empresas para trabalhar

A revista Espanhola "Actualidad Económica", considerou a HC Energía, como uma das melhores 100 empresas para trabalhar, destacando os factos que levaram a mesma a entrar no "ranking": o talento, o ambiente e a formação.

BRASIL

EDP no Brasil é empresa-modelo de sustentabilidade

Pelo terceiro ano consecutivo, foi considerada pelo Guia Exame de Sustentabilidade uma das 20 melhores empresas em responsabilidade corporativa.



EDP no Brasil é destaque em "As Melhores da Dinheiro"

A EDP foi eleita, no sector de energia, como a Melhor Empresa na Gestão em Inovação e Qualidade, pela pesquisa anual "As Melhores da Dinheiro", publicação especial da revista "Isto é Dinheiro".

As melhores companhias para os accionistas 2010

A EDP no Brasil é a 2ª melhor empresa para se investir, segundo a revista Capital Aberto.

EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial

Pelo quinto ano consecutivo, a EDP no Brasil integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA.

EDP Bandeirante é destaque no Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

As acções sócio-ambientais praticadas pela EDP Bandeirante são destaque no Relatório de Sustentabilidade 2009 do BID, reconhecendo que a empresa é um exemplo a ser seguido na área de práticas de sustentabilidade.

Ouro no Prémio Qualidade Espírito Santo

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP Escelsa é ouro em Qualidade. Prémio atribuído pelo Programa para Incremento da Competitividade Sistémica do Espírito Santo (COMPETE-ES), coordenado pelo Governo do Estado.

Inventário das emissões de GEE 2009, da EDP no Brasil, é ouro no GHG Protocol

O Inventário desenvolvido pelo Instituto EDP conquistou a categoria ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol. O GHG Protocol é a ferramenta mais utilizada mundialmente pelas empresas e governos para analisar, quantificar e gerir emissões.

Instituto EDP é ouro no X Prémio ABT

O Instituto EDP, no Brasil, é ouro na categoria Responsabilidade Social pelo projecto Letras de Luz, parceria com a Fundação Victor Civita.

EDP RENOVÁVEIS

EDP Renováveis Empresa do Ano

Segundo o "ranking" das 500 Maiores e Melhores empresas com actividade económica e financeira em Portugal, a EDPR foi aquela que mais se destacou em 2009 e a melhor no sector Água, Electricidade e Gás. Este prémio é uma iniciativa conjunta da Revista Exame e das consultoras Deloitte e Informa D&B Portugal.



EDPR nomeada Best Project Developer

A EDP Renováveis foi nomeada, nos Estados Unidos, pela revista mensal "Environmental Finance" como "Best Project Developer in North America Renewable Energy Finance sector".

Melhor Empresa Espanhola de Capital Português

Numa iniciativa do Círculo de "Empresários y Gestores Españoles y Portugueses" (CEGEP), a EDP Renováveis foi considerada a melhor empresa de capital português a operar em Espanha. A empresa destacou-se pela sua força na criação de emprego, na produtividade e resultados obtidos.

EDPR no Top 100 Workplaces da Houston Chronicle

A EDPR NA foi nomeada pela "Houston Chronicle" como uma das empresas do "Top 100 Workplaces in Houston". Foi a primeira vez que a empresa recebeu tal distinção, ficando ainda no top 10 das médias empresas. Este estudo conjunto entre a "Houston Chronicle" e a "Workplace Dynamics" teve como base um inquérito feito a colaboradores da empresa, avaliando os seguintes parâmetros: a credibilidade da gestão, o índice de satisfação, e a relação entre a vida profissional e pessoal.



contributo para a sustentabilidade

2. ABORDAGEM CORPORATIVA

A EDP prossegue a sua estratégia para o sucesso sustentado, procurando a excelência do desempenho, a inovação social de processos e serviços e a manutenção de uma baixa exposição ao risco. Pretende aumentar, desta forma, o capital de confiança junto de todos os seus “stakeholders” e activamente contribuir para o progresso económico e social, melhorando a qualidade de vida das comunidades que serve.

O desempenho alcançado nas três frentes do Desenvolvimento Sustentável – económico, ambiental e social -, foi ao longo do ano, objecto de diversos e importantes reconhecimentos. Em 2010, a EDP alcançou a liderança mundial do sector eléctrico dos índices Dow Jones de Sustentabilidade, projectando o Grupo para um novo patamar de responsabilidade.

Os compromissos assumidos pela EDP reflectem as áreas onde mais pode fazer a diferença e assentam nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, publicados em 2004, e revistos já no início de 2011.

EDP É LÍDER MUNDIAL DO SECTOR ELÉCTRICO NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE 2010



Em 2010, a EDP foi reconhecida como Líder mundial do Sector Eléctrico, evidenciando o esforço de melhoria continuada do seu desempenho em sustentabilidade, procurando a excelência. Este é já o terceiro ano que a empresa integra os índices DJSI World e DJSI Europe. Pela primeira vez, integra o recente índice criado pela SAM, o DJSI Enlarged.

Avaliada em 22 critérios, a EDP atinge a liderança em 10, com a pontuação máxima em 8. Em termos relativos, a EDP assume a liderança isolada em 3 critérios: ferramentas de sistema de controlo de gestão; produção de electricidade e relato social.

A implementação destes Princípios ocorre nos diferentes níveis de gestão, desde a vertente mais estratégica, até à operacionalização nas diferentes áreas de negócio. Maior detalhe sobre a organização da sustentabilidade no Grupo pode ser consultado na secção Governo da Sociedade, Estrutura Funcional da EDP, pág. 126, ou em www.edp.pt > Sustentabilidade.

2.1 ESTRATÉGIA E COMPROMISSOS

De acordo com a Agenda Estratégica EDP, mantêm-se em vigor cinco linhas condutoras para a gestão até 2012:

- Aprofundar a integração da Sustentabilidade e da Gestão Ambiental nos sistemas de gestão e de controlo do Grupo;
- Identificar as melhores práticas e promover parcerias internas e externas;
- Reforçar competências em matéria de gestão da responsabilidade e do risco ambiental;
- Desenvolver uma cultura empresarial de excelência de desempenho em sustentabilidade;
- Alargar, aos diversos “stakeholders”, a aplicação de instrumentos de recolha de expectativas e de avaliação do desempenho do Grupo.

Estas linhas são concretizadas através de um Plano Operacional de Sustentabilidade e Ambiente, estabelecido anualmente, e têm como referencial o modelo base dos Índices Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).

A responsabilidade e a determinação da empresa em manter os mais elevados padrões de desempenho em sustentabilidade são reforçadas pelo conjunto de iniciativas e objectivos sintetizados neste capítulo.

COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE	ESTADO	OBJECTIVOS/METAS
Iniciativas Transversais		
Manter a Classe Ouro da SAM	Novo	Manter o mesmo nível de reconhecimento nos próximos anos
Alargar a metodologia do Balance Scorecard de Sustentabilidade a todas as unidades de negócio	Novo	
Operacionalização das Escolas de Gás, Renováveis e Comercial da Universidade EDP	Novo	
Lançamento do Campus Online para o grupo piloto e posterior roll-out para todo o grupo	Novo	Reforço do princípio de resposta da AA1000, junto dos colaboradores
Aplicação do Programa Ética EDP a todos os colaboradores do Grupo EDP	80%	Concluída a sensibilização em Portugal e Brasil. Durante 2011, este programa será alargado às restantes geografias.
Reforço do diálogo com partes interessadas		
Comunidades Locais: Melhorar a comunicação de sustentabilidade na fase de projecto de novas infra-estruturas	90%	Conclusão, em 2011, da sensibilização de colaboradores para melhoria das práticas de comunicação às comunidades locais (AA1000: Princípio da Inclusão)
Clientes e colaboradores: Promover inquéritos de satisfação	Novo	Iniciativas periódicas (AA1000: Princípios da inclusão e materialidade)
ONG: Publicar relatório de Biodiversidade 2010, tornando a periodicidade anual	Novo	Em estudo modelos de participação, para reforçar princípio da inclusão e da Resposta, no âmbito AA1000.
Fornecedores: Instituir novo prémio de incentivo às boas práticas de inovação e de sustentabilidade	Novo	AA1000: Reforço do Princípio de Resposta
Fornecedores: Promover práticas de relato de sustentabilidade na cadeia de valor	Novo	Concluir a segunda edição do projecto Gantsh e alargar a sensibilização a outros fornecedores (AA1000: Princípio Resposta)
I&D e Inovação		
Implementação da rede de carregamento para automóveis eléctricos, em Portugal	Novo	Implementação de 1.300 pontos de carregamento lento e 50 pontos de carregamento rápido de energia eléctrica até 2012
Implementação do primeiro projecto piloto Windfloat	Novo	
Gestão do Capital Humano		
Alargar a certificação OHSAS 18001:2007 à Central de Ciclo Combinado de Soto, à operação e manutenção da distribuição das Astúrias e a 14 parques eólicos em Espanha.	Novo	
Aumento do número de colaboradores com competências reconhecidas e certificadas do Centro Novas Oportunidades, em Portugal	Novo	Espera-se a inscrição de 200 novos colaboradores
Responsabilidade Social		
Lançamento da Política de investimentos Culturais na EDP Brasil	Novo	
Aplicação da técnica Social Return on Investment (SROI) ao projecto piloto - Operação Nariz Vermelho	60%	Conclusão do projecto piloto em 2011
Alargar o Programa Voluntariado EDP a todas as empresas do Grupo	Novo	
Desenvolvimento de um modelo técnico/económico de soluções energéticas sustentáveis para apoio a países em vias de desenvolvimento	Novo	
Gestão Ambiental		
Inventariar riscos ambientais significativos para as diferentes actividades desenvolvidas	100%	Alargar a avaliação dos riscos às diferentes classes da cadeia de fornecimento, durante 2011
Estabelecer mecanismos de análise de ciclos de vida de empreendimentos EDP (Estudo-piloto: Baixo Sabor)	70%	Projecto a concluir em 2011
Implementação de um sistema de desnitrificação na Central Termoelétrica de Sines	90%	Conclusão prevista para o final de 2011
Aumentar a potência instalada e o número de instalações de distribuição de electricidade com certificação ambiental de acordo com a Norma ISO 14001:2004	Novo	Certificação de mais 1.100 MW de potência instalada e de toda a actividade de distribuição de Espanha
Obter o registo EMAS em mais 14 instalações em Portugal	Novo	Registo EMAS de mais 1.048 MW de potência instalada
Alterações Climáticas		
Afirmar a nova área de negócio através da nova empresa EDP Serviços	Novo	Líder de mercado em 2012
Melhorar a posição obtida no Carbon Performance Project	Novo	Atingir o nível A em 2012
Proceder à avaliação do risco climático para o Grupo EDP	80%	Conclusão do trabalho dependente da elaboração dos cenários nacionais
Determinar a pegada carbónica do Grupo EDP, em Portugal	100%	
Biodiversidade		
Acompanhar a nova cátedra "EDP Biodiversidade"	50%	Concluir o recrutamento do investigador
Iniciar planos de monitorização da qualidade biológica da água a jusante dos aproveitamentos hidroeléctricos em Portugal	100%	
Manual de Boas práticas de gestão de faixas das redes de distribuição, em áreas protegidas em Portugal	70%	Conclusão em 2011
Harmonizar planos de monitorização de biodiversidade para novos projectos hidroeléctricos em Portugal	100%	

contributo para a sustentabilidade

2.2 DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

Como estabelecido nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, o Grupo EDP assume o compromisso de procurar uma relação aberta, transparente e de confiança com os seus “stakeholders” através do:

- Reforço dos canais de comunicação;
- Integração das expectativas dos “stakeholders” nos seus processos de decisão;
- Relato objectivo e credível do seu desempenho nos três pilares de sustentabilidade.

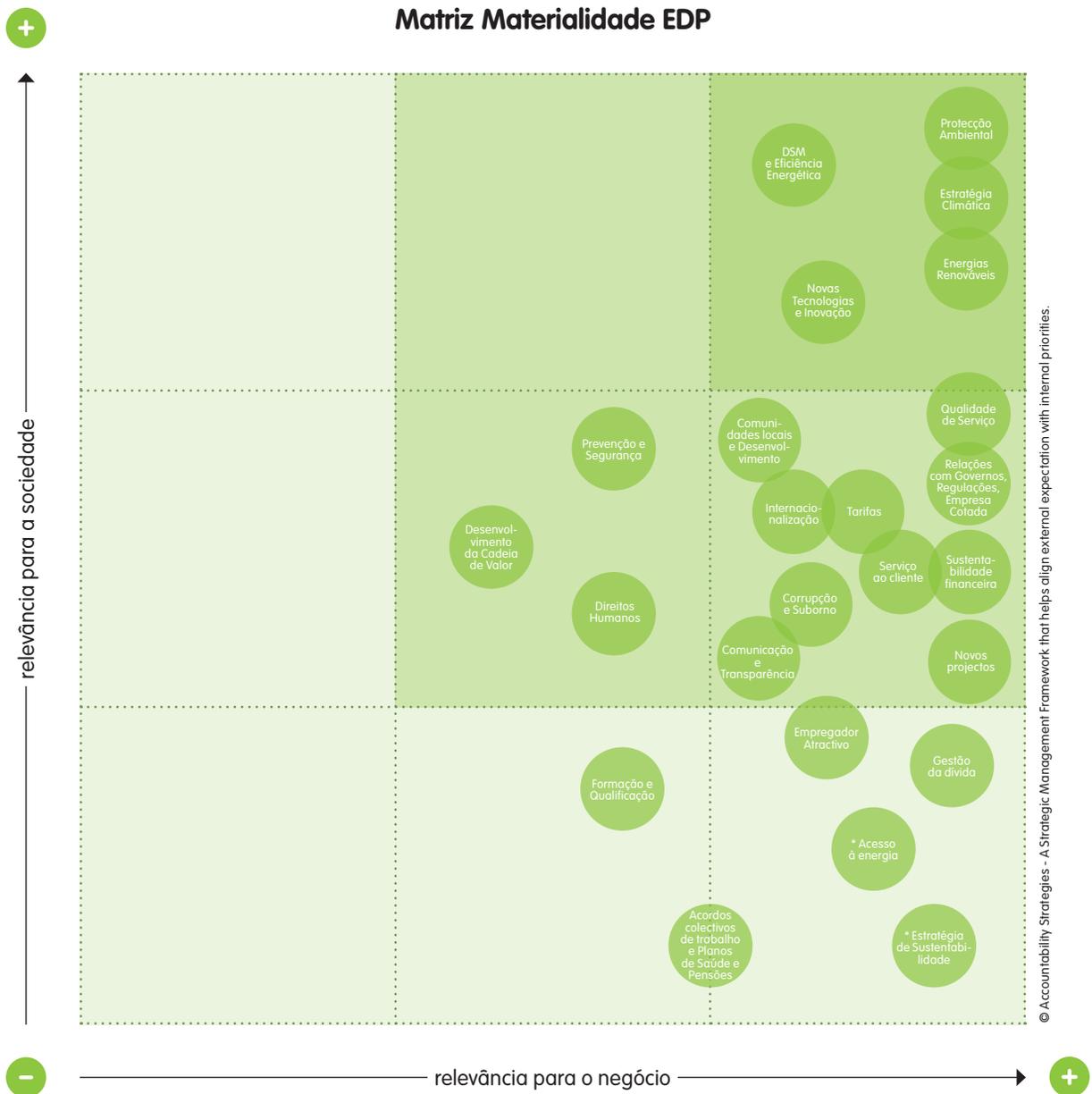
Em 2010, implementou-se um plano de acção de melhoria do cumprimento da Norma Internacional AA1000 APS (2008), definindo linhas estratégicas de actuação, alargando os canais de auscultação e promovendo um “workshop” interno para sensibilizar para as vantagens de incorporar nas práticas de gestão, as expectativas dos diferentes “stakeholders”. Informação detalhada nos anexos “Princípios de Relato”, pág. 282.

Com base na metodologia da Accountability, foi efectuada uma revisão à materialidade dos assuntos de carácter ambiental, social e económico, considerando a sua importância para a sociedade e a sua relevância para o negócio. Este relatório tem em consideração os resultados dessa revisão que se apresentam na Matriz de Materialidade EDP.

Informação detalhada sobre o processo de identificação destes assuntos e identificação dos principais “stakeholders” da EDP pode ser consultada em:

www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes interessadas

À semelhança do ano anterior, as alterações climáticas e a protecção ambiental, mantêm-se no topo das preocupações, com a promoção das energias renováveis, a eficiência energética e a inovação, a emergirem este ano para aquele nível de importância.



3. I&D E INOVAÇÃO

A Inovação é uma área de forte aposta da EDP, porque inovar é um factor decisivo da afirmação das empresas enquanto estruturas competitivas, de produtividade e de crescimento económico a longo prazo.

Os principais objectivos estratégicos estabelecidos, neste domínio são:

- Promoção e disseminação de uma cultura de inovação (estimulando o processo criativo interno e novos métodos de trabalho);
- Abertura do Grupo à Inovação Externa (nomeadamente através de projectos e parcerias);
- Apoio à gestão do conhecimento (sistemas de gestão de conhecimento, Universidade EDP);
- Identificação de novas oportunidades de negócio relacionadas com o sector energético.

A EDP prosseguiu o desenvolvimento da sua estratégia centrada nas seguintes áreas:

- Eficiência energética;
- Energias renováveis (“offshore”: eólico e ondas; solar);
- Geração distribuída;
- Tecnologias de distribuição (ex: “smart grids” e “micro grids”);
- Tecnologias avançadas de produção (ex: captura e sequestro de carbono);
- Serviços de energia.

De realçar a primeira edição da brochura “Investigação e Desenvolvimento + Inovação no Grupo EDP 2005-2009” ([www.edp.pt/Sustentabilidade> I&D+Inovacao](http://www.edp.pt/Sustentabilidade/I&D+Inovacao)), onde se apresentam os projectos de maior relevo desenvolvidos em Portugal, Espanha e Brasil. Em Espanha, a HC Energia publicou “Innovación 2010” (www.hcenergia.com/recursos/sostenibilidad/memoria/memoria2009innovacion/index.htm).

No Brasil, o Programa EDP 2020 integra cinco pilares de inovação: gestão, modelos de negócio, operacional e processos, produtos e serviços, e na área da tecnologia disruptiva. Esses pilares interagem com o avanço da empresa nas áreas de sustentabilidade, geração de energia limpa e renovável, eficiência energética, cidades e redes inteligentes, e mobilidade eléctrica.

Destacam-se algumas das iniciativas levadas a cabo em 2010, desenvolvidas em parceria com diversas instituições nacionais e internacionais:

3.1 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Mobilidade Eléctrica:

- **Projecto OpenCharge** – Desenvolvimento e testes de um poste de carregamento “Low Cost / Open Source”, em parceria com a Indústria e o meio académico, em Portugal. A primeira rede piloto de carregamento de veículos eléctricos conta já com cerca de 50 utilizadores inscritos.
- **Inauguração da 1ª rede de abastecimento de veículos eléctricos** – Criação da primeira rede de recarga de veículos, com 20 postos nos Estados de São Paulo e do Espírito Santo, no Brasil. A utilização dessa rede é feita por 90 bicicletas doadas pela EDP a polícias militares, guardas municipais e secretarias de meio ambiente.
- **Projectos “CITYLEC” e PCTI “Living Car”** – Em Espanha, o projecto “CITYLEC”, enfoca-se na infraestrutura de carregamento de veículos eléctricos. O Projecto PCTI “Living Car”, baseia-se numa plataforma de ensaio para obtenção de dados relativos ao comportamento dos veículos eléctricos em condições reais de utilização.

Eficiência Energética em Edifícios:

- **Projecto EDIFI** – Implementação do módulo de medição de energia eléctrica no edifício sede da EDP, em Lisboa; elaboração da especificação técnica de aplicação generalizada nos restantes edifícios da EDP.
- **Condomínios verdes** – Projecto-piloto, no Brasil, de construção sustentável com painéis solares, bombas geotérmicas e iluminação eficiente.
- **Microgeração com Motores “Stirling”** – Projecto-piloto, em Espanha, para análise da aplicação, em grande escala, de caldeiras de microgeração baseadas em tecnologia “Stirling” e combustão interna, em vivendas unifamiliares.

3.2 TECNOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO

- **ClimaGrid** – Projecto desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no Brasil. Através das potencialidades das redes inteligentes, o ClimaGrid, faz a aquisição de dados sobre fenómenos meteorológicos, permitindo prever e evitar ou reduzir tanto quanto possível as perturbações causadas na rede eléctrica por tempestades e descargas atmosféricas.

contributo para a sustentabilidade

INOVACITY

Lançado em Abril de 2010, o projecto-piloto InovCity visa dotar a rede eléctrica de equipamentos inteligentes que potenciam a eficiência energética, a microprodução e a mobilidade eléctrica, pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável. O objectivo da EDP é que todas as casas, em Portugal, venham a ser equipadas com terminais inteligentes de rede.

Com estes novos terminais eficientes, designados por Energy Box (EB), os clientes poderão consultar o padrão de consumo, podendo adaptar os hábitos de consumo a períodos do dia ou da semana em que o custo da energia é mais baixo. A factura dos clientes reflectirá o seu consumo real, uma vez que a leitura é recolhida automaticamente.

Estes equipamentos permitem a actuação remota, evitando a deslocação da equipa da EDP e a presença dos consumidores para execução de tarefas, como a alteração de potência, ciclo e tarifa.

As redes inteligentes, com inúmeros equipamentos instalados ao longo da sua extensão, permitem controlar e adaptar a capacidade da rede de distribuição às necessidades decorrentes do consumo e da produção de energia, possibilitando o controlo, ao instante, do estado de toda a rede, balancear cargas e prevenir avarias antes que aconteçam. A rede reage de imediato às acções dos consumidores e produtores quando, por exemplo, injectam energia na rede ou solicitam um aumento de potência.

Évora possui as características ideais pelo número de clientes, características da rede, indicadores sócio-económicos e demográficos. No final de 2010, estavam instaladas 18.000 EB dos 31.000 totais cuja instalação deverá terminar no primeiro trimestre de 2011. Para além de Évora serão, ainda, instaladas 10.000 EB noutros locais.

As soluções dedicadas "smartgrid" (redes inteligentes) e doméstica fazem, também, parte das iniciativas de inovação no Brasil, projecto-piloto será posto em prática em 2011, em Tremembé, no Estado de São Paulo.

3.3 ENERGIAS RENOVÁVEIS

- **Windfloat** – Instalação (na Aguçadoura, norte de Portugal) e teste de uma plataforma flutuante, dotada de uma turbina de 2 MW, destinada à geração de energia eólica "offshore" em locais de profundidade superior a 50 m.
- **SunLab** – Implementação de um centro de testes de dispositivos fotovoltaicos em Portugal, com o objectivo de se avaliar o impacto de um conjunto de variáveis reais (temperatura, nível de radiação directa/difusa, modo de instalação), no desempenho das diferentes tecnologias e respectivos componentes.
- **CSP Molten Salt** – Construção, em Évora, de um protótipo inovador de central solar termoeléctrica com concentrador cilíndrico-parabólico, para análise da viabilidade técnico-económica.
- **Innovative Foundation Design** – Projecto, nos EUA, que visa investigar o mecanismo real de transferência de cargas mecânicas de uma turbina eólica para o solo através das fundações, procurando melhorar o conhecimento.

3.4 TECNOLOGIAS AVANÇADAS DE PRODUÇÃO

- **Projecto que prevê a ocorrência de chuvas atípicas** – Parceria entre a Enerpeixe, no Brasil, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desenvolvida para receber com antecedência de um mês, com grau de precisão de 90%, informações sobre a ocorrência de chuvas atípicas na região. A previsão permite preparar o caudal antecipado de água, evitando a inundação de novas áreas, assim como traçar planos de emergência para as localidades, em colaboração com a Defesa Civil.
- **Circuito alternativo ao Sistema de Refrigeração dos Grupos Geradores da Central do Ribatejo** – Melhoria da eficiência energética pela instalação de sistemas de bombagem que permitem reduzir o consumo em cerca de 1,6 GWh.
- **Captura e Sequestro de Carbono** – A actividade de I&D da EDP Produção no ano de 2010 centrou-se fundamentalmente nos projectos: NanoGLOWA, DECARBit, FLEXI BURN CFB e COMET, estes dois iniciados em 2010:
 - * **FLEXI BURN CFB** – Visa o desenvolvimento e demonstração da tecnologia de oxi-combustão em leito fluidizado circulante (CFB). Prevê a experimentação e demonstração numa unidade piloto de 30MWt, em construção pela CIUDEN (www.ciuden.es) em Compostilla, bem como o desenvolvimento de um anteprojecto de uma instalação deste tipo em escala industrial (300 – 500 MWe).
 - * **COMET** – Projecto que visa o estudo técnico, económico e ambiental, de optimização de uma infra-estrutura de transporte e armazenamento geológico que sirva, de forma integrada, a região da Península Ibérica e noroeste africano (Espanha, Portugal e Marrocos), ligando as fontes emissoras com captura de CO₂ aos locais de armazenamento geológico.

3.5 OUTRAS INICIATIVAS DE INOVAÇÃO

Paralelamente, a EDP prosseguiu o desenvolvimento de um conjunto de actividades, com um impacto significativo quer interno quer na relação com os diferentes parceiros. Algumas das principais iniciativas desenvolvidas em 2010:

- **Co-creation** – Rede social para troca de ideias, partilha de conhecimento e de trabalho em equipa. Especialmente dirigido à comunidade em geral, universidades, e empresas interessadas em desenvolver investigação e trabalho nas áreas de: redes eléctricas, "offshore energy", mobilidade eléctrica, energia solar, eficiência energética e "processes IT". (www.cocreation.pt)
- **FabLab** – Desenvolvido em parceria como MIT e YDreams, o FabLab é um laboratório, em Portugal, para a produção de protótipos aberto a toda a comunidade, que fomenta a educação técnica informal, "peer to peer", potenciando uma rede de partilha de conhecimento e ajudando a concretização de ideias. (www.fablabedp.edp.pt)

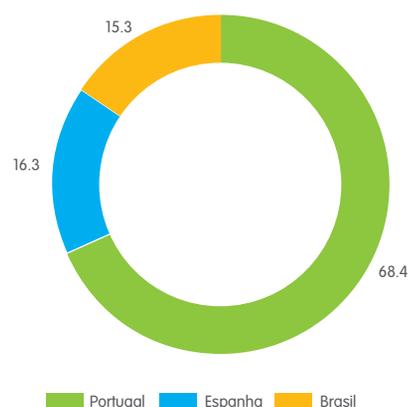


- **Observatório Tecnológico** – Criado em 2010, em Portugal, este órgão de inteligência tecnológica tem por objectivo antecipar tendências e realizar análise tecnológica mais aprofundada, contribuindo para a criação de opções para o Grupo EDP.
- **Plataforma Nacional de CO₂** – Participação da EDP, em Portugal, no lançamento das bases para a constituição de uma plataforma que congregue as instituições e indústrias com maiores emissões de CO₂, no sentido da partilha do conhecimento e experiência que conduza a soluções menos onerosas para mitigação dessas emissões e das correspondentes consequências de restrições regulatórias.
- **Bolsa de Inovação** – Iniciativa lançada pela EDP no Brasil, com formato pioneiro, procura novos conceitos entre os colaboradores. A avaliação das ideias é, no seu todo, um sistema semelhante ao de uma bolsa de valores, respondendo a desafios lançados pelo Comité de Inovação, os participantes podem analisar e investir nas sugestões dos colegas, “comprando” as ideias. A Bolsa de Inovação encerrou 2010 com aproximadamente 250 participantes.
- **Venture Capital – Fundo de Capital de Risco – EDP VENTURES** Criado em 2008, destina-se a investimentos em tecnologias limpas nas áreas de solar, “offshore” (vento e ondas), redes inteligentes, eficiência energética e mobilidade eléctrica, com o objectivo de garantir o acesso a um portfolio de tecnologias inovadoras e a criar opções de crescimento para a EDP. Durante 2010, consolidou-se o relacionamento com os dois investimentos realizados em Fundos na área Energy Related Cleantech (EUA e RU) e adquiriu-se 40% do capital da Arquiled (empresa portuguesa de desenvolvimento de soluções de iluminação baseada em tecnologia LED).

A EDP tem promovido e patrocinado diversos prémios de inovação, nomeadamente:

- **Prémio de inovação do MIT: Clean Energy Prize** – pelo segundo ano consecutivo, a EDP patrocinou a categoria de Renováveis do prémio de inovação do MIT, em Boston. O prémio contou com a presença de 62 equipas de 35 universidades americanas que concorreram em 5 categorias. Em 2010, a equipa vencedora na categoria de renováveis foi a C3Nano, que desenvolveu uma película condutora transparente que irá permitir aumentar a eficiência dos painéis fotovoltaicos em mais 1%.
- **The Lisbon MBA: Business Case Competition** – pelo 3º ano consecutivo, a EDP patrocinou esta competição de estratégia, que tem como objectivo que os alunos resolvam um caso real, aplicando todos os conceitos aprendidos no decurso do MBA e, simultaneamente, fornecendo soluções que acrescentem valor para a empresa patrocinadora.

Custos I&D e inovação no Grupo EDP em 2010 (%)



Em 2010, o Grupo EDP despendeu cerca de 37 Milhões de euros em actividades de I&D+i.

4. COMUNICAÇÃO

A comunicação no Grupo EDP tem como objectivo reforçar o valor da marca, apoiando a estratégias de negócio, contribuindo para o posicionamento da EDP como líder nos diferentes mercados onde opera e dando respostas às necessidades específicas de informação, expressas pelos seus diferentes “stakeholders”.

4.1 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Como em anos anteriores, foram definidos como objectivos: maximizar o impacto mediático da actividade da empresa junto dos órgãos de comunicação social; reforçar o valor da marca EDP junto dos seus “stakeholders”; e prosseguir a uniformização da marca EDP em todas as Empresas do Grupo.

4.2 MARCA EDP

A marca EDP, em Portugal, conta com 100% de notoriedade total e 88% de notoriedade espontânea no mercado da energia, levando uma clara vantagem em relação às restantes marcas do seu sector.

Também a percentagem de clientes que percebem os valores-chave da marca EDP na sua comunicação tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo do tempo, destacando-se uma evolução particularmente positiva das percepções perante temas como a inovação, o dinamismo, a solidez financeira e a proximidade com o cliente.

4.3 EDP NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

No Grupo EDP, a transmissão de informação para o exterior de uma maneira rigorosa e transparente é uma preocupação constante, através do qual se procuram valorizar os valores, a estratégia e a actividade do Grupo, respondendo às necessidades de informação, expressas pelos diversos “stakeholders”.

À semelhança dos anos anteriores, no ano de 2010, efectuou-se uma análise aos meios de comunicação social, em Portugal, com referência ao Grupo EDP ou relacionadas com a sua actividade.

Para este estudo anual, foram analisadas 18.568 notícias, num total de 1.600 meios de imprensa, 14 canais de televisão, 4 estações de rádio e 35 meios online.

contributo para a sustentabilidade

A percentagem de notícias positivas e equilibradas foi de 86%, com destaque para os temas do negócio e infraestruturas energéticas.

Durante todo o ano de 2010, nos órgãos de comunicação social nacionais foram veiculadas 35.436 notícias com referências ao Grupo.

4.4 CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Proximidade e humanização foram valores de referência nos quais a EDP centrou as suas campanhas institucionais, posicionando-se como um Grupo empresarial multinacional, na vanguarda da inovação e da sustentabilidade.

- **Novo “site” EDP** – Aproximação aos diferentes públicos-alvo visados com a reestruturação do “site” da EDP, mais atractivo e mais acessível (mercado residencial, empresas e investidores).



- **Dow Jones Sustainability Index 10-11** – Assinalou a presença da EDP pelo terceiro ano consecutivo nos índices de sustentabilidade Dow Jones 2010/11 e a sua liderança mundial no sector eléctrico. Além de sublinhar valores da marca como a solidez, a transparência e a confiança, a campanha de imprensa e online funcionou como um cartão de agradecimento a todos os nossos “stakeholders”.



- **Vida** – Com o objectivo de demonstrar a importância que a energia tem no dia-a-dia das pessoas, do mais pequeno gesto, ao maior acontecimento, a marca EDP reforçou o seu carácter humano e aspiracional. Além disso, a campanha multimeios sublinhou a dimensão global e sustentável do Grupo.



- **Campanha de Recolha de Bens** – Recuperando o mote do ano anterior “Este Natal dê o que tem a mais a quem tem a menos”, o Grupo EDP mobilizou o público interno e externo, na angariação de bens não perecíveis, a serem entregues em diversas instituições de solidariedade, a nível nacional, tendo introduzido, este ano, a categoria referente a artigos de higiene. Os resultados desta campanha, podem ser consultados no capítulo Comunidade.



5. COLABORADORES

RECURSOS HUMANOS	2010					2009				
	Grupo	Portugal	Espanha ⁽²⁾	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha ⁽²⁾	Brasil	EUA
Emprego										
Colaboradores (n°) ⁽¹⁾	11.989	7.191	2.077	2.395	326	12.009	7.331	2.041	2.339	298
Dirigentes	484	356	103	5	20	437	326	77	10	24
Q. Superiores	2.416	1.827	512	52	25	2.096	1.726	306	50	14
Q. Médios	648	228	223	95	102	803	234	382	96	91
Q. Intermédios	893	109	670	103	11	830	116	627	71	16
Prof. Qualificados	5.792	4.506	528	617	141	6.005	4.742	590	548	125
Prof. Semi Qualificados	1.756	165	41	1.523	27	1.838	187	59	1.564	28
Permanentes	11.928	7.147	2.075	2.380	326	11.932	7.265	2.030	2.339	298
Contratos a termo	61	44	2	15	0	77	66	11	0	0
Part-time	11	4	6	0	1	7	2	5	0	0
Colaboradores masculinos (%)	79	81	77	76	60	79	81	78	76	60
Dirigentes	83	83	90	60	70	85	85	90	80	79
Quadros Superiores	72	72	73	75	76	73	72	76	78	71
Quadros Médios	83	89	83	81	70	82	92	80	82	69
Quadros intermédios	81	80	83	71	73	79	82	78	76	n.d.
Profissionais qualificados e altamente qualificados	80	84	73	62	60	81	84	78	66	56
Profissionais semi-qualificados	80	85	44	81	4	78	85	48	79	4
Colaboradores com necessidades especiais (n°)	200	90	11	98	1	199	98	8	92	1
Índice de rotatividade ou turnover (%)	5,8	3,9	4,5	10,8	19,4	5,5	4,2	5,4	8,1	19,7
Entradas de colaboradores (n°)	695	214	122	282	77	545	154	126	195	70
Saídas de colaboradores (n°)	687	352	63	228	44	787	475	88	182	42
Idade média dos trabalhadores (anos)	46	49	43	40	39	45	48	43	39	39
Idade média de novas entradas (anos)	30	30	32	28	34	31	29	31	29	37
Idade média das saídas (anos)	47	54	46	39	40	50	54	49	45	42
Antiguidade média das saídas (anos)	30	31	14	38	3	18	34	16	17	2
Rácio M/F de novas entradas	2,13	2,19	1,77	2,03	3,27	1,93	1,92	2,07	2,25	1,69
Taxa de absentismo (%)	3,52	3,54	3,05	4,12	1,97	3,61	3,55	3,24	4,41	1,14
Salário mínimo EDP/Salário mínimo nacional	n.a.	1,54	1,88	1,37	2,44	n.a.	1,56	1,88	1,3	2,22
Rácio salarial por género (M/F)	1,01	0,96	1,18	1,01	1,24	1,03	0,96	1,21	1,01	1,35
Formação										
Total de horas de formação	419.737	182.814	88.303	142.441	6.179	353.205	126.212	63.210	157.900	5.882
Ambiente	3.844	1.880	1.880	84	0	3.289	1.966	1.293	30	0
Desenvolvimento Sustentável	610	598	4	8	0	697	140	110	447	0
Ética	19.172	19.052	120	0	0	876	876	0	0	0
Qualidade	5.664	5.063	539	62	0	4.658	3.545	385	728	0
Línguas	26.194	1.966	21.394	2.835	0	16.826	370	16.422	34	0
Prevenção e Segurança	46.798	11.979	18.463	15.910	447	58.349	9.657	14.636	34.056	0
Sistemas de informação	36.616	24.024	5.666	6.675	251	53.444	43.760	5.914	3.771	0
Outras	280.839	118.253	40.238	116.867	5.481	215.066	65.899	24.452	118.834	5.882
Taxa de formação total	35,01	25,42	42,51	59,47	18,95	29,41	17,22	30,97	67,51	19,74
Dirigentes	44,42	46,83	44,49	13,80	8,83	37,82	35,84	50,99	48,30	18,15
Q. Superiores	44,47	41,15	60,52	20,50	8,43	34,72	31,03	56,46	34,80	14,46
Q. Médios	59,93	27,06	113,85	51,12	23,69	26,73	15,58	33,03	31,63	23,80
Q. Intermédios	14,92	23,58	15,39	0,39	36,23	22,89	8,95	24,24	35,38	15,47
Prof. Qualificados	20,81	17,75	29,44	36,71	16,50	19,53	11,74	22,02	84,55	18,11
Prof. Semi Qualificados	66,39	13,45	19,07	74,21	20,70	57,17	2,55	20,25	65,84	15,84
Relações Laborais										
Acordos Colectivos de Trabalho (%)	87	87	85	100	0	87	89	76	100	0
Sindicalização (%)	55	69	21	49	0	58	72	22	53	0
Estruturas sindicais (n°)	37	25	7	5	0	37	26	7	4	0
Horas perdidas por greve (n°)	5.171	4.143	1.028	0	0	231	231	0	0	0
Trabalhadores-estudantes (n°)	34	34	n.d.	n.d.	n.d.	29	24	5	0	0
Estágios profissionais (n°)	293	121	0	172	0	320	145	0	175	0
Estágios curriculares (n°)	413	131	259	0	23	274	69	179	0	26
Prevenção e segurança										
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	60	92	45	52	0	55	85	32	23	0
Acidentes em serviço (n°)	44	26	10	8	0	47	32	7	8	0
Acidentes mortais em serviço (n°)	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0
Índice de frequência EDP (Tf)	2,08	2,13	2,89	1,69	0,00	2,26	2,60	2,15	1,74	0,00
Índice de gravidade EDP (Tg)	117	165	110	14	0	144	175	225	23	0
Total de dias perdidos resultante de acidente (n°)	2.469	2.020	381	68	0	2.984	2.150	730	104	0
Taxa de doenças ocupacionais	0,25	0,14	0,00	0,00	0,00	0,05	0,08	0,00	0,00	0,00
Acidentes mortais de PSE (n°)	6	4	0	2	0	10	6	0	4	0
Dias trabalhados de PSE (n°)	3.738.078	2.039.255	513.543	954.496	230.784	3.350.285	1.745.924	393.685	934.911	275.765
Índice de frequência EDP e PSE (Tf_total)	4,92	5,36	6,08	3,72	2,38	5,00	5,10	7,66	4,06	2,13
Acidentes mortais com terceiros (n°)	24	8	0	16	0	9	3	0	6	0

PSE - Prestadores de Serviço Externo

(1) Para efeitos de análise desagregada, o n° de colaboradores não inclui órgãos sociais (107)

(2) Em 2010 a EDP tinha 80 colaboradores nas restantes geografias (França: 21; Bélgica: 2; Itália: 14; Reino Unido: 8; Polónia: 19; Roménia: 16)

Tx de doenças ocupacionais: n° de doenças a dividir pelo n° de horas trabalhadas*1000000

contributo para a sustentabilidade

5.1 POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS

O Grupo EDP tem vindo a implementar um modelo de organização capaz de responder às características do universo de colaboradores, tendo sempre presente a importância da transversalidade dos valores, da estratégia e da cultura EDP. Para garantir uma uniformização de critérios, definiram-se como compromissos:

- Atrair e Comprometer;
- Valorizar e Desenvolver;
- Reconhecer com Equidade;
- Prevenir;
- Conciliar Vida Pessoal e Profissional;
- Inovar e Gerir a Mudança;
- Gerar Oportunidades;
- Garantir a Diversidade e Respeitar o Valor da Pessoa Humana;
- Motivar e Envolver.

Este novo modelo, tem assegurado oito centros de competência – comunicação e gestão da mudança, selecção e integração, gestão do desempenho, gestão da formação, gestão do potencial, gestão das carreiras, mobilidade e sucessão, compensações e benefícios e informação e tecnologias de apoio à gestão. A sua organização pode ser resumidamente consultada na secção Governo da Sociedade, pág. 126.

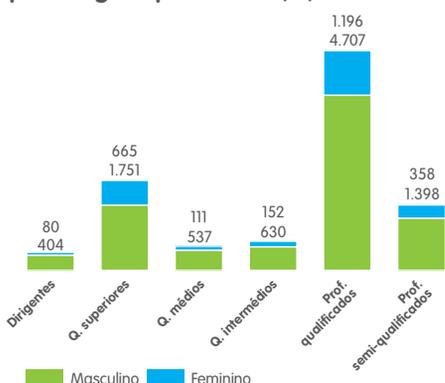
A importância crescente associada à temática de gestão de recursos humanos, e à relação da empresa com a sociedade, levou a EDP a publicar anualmente um relatório social, onde se descrevem com maior detalhe as iniciativas, durante o ano. Aqui, apresenta-se apenas um resumo. O relatório social encontra-se em www.edp.pt > Sustentabilidade > Publicações e Relatórios.

5.2 CARACTERIZAÇÃO

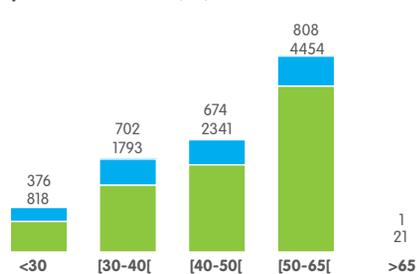
Em 2010, o número total de colaboradores foi 11.989, mantendo-se próximo dos valores de 2009. No que diz respeito à segmentação por género, verifica-se que se mantém a predominância masculina, representando 79% do total do universo da população. Em 2010, a representação de mulheres aumentou 0,4% em relação a 2009.

A EDP promove a igualdade de oportunidades, não fazendo qualquer discriminação salarial entre géneros. Embora o rácio salarial masculino/feminino seja ligeiramente favorável aos homens (com 1,01) verifica-se uma cada vez maior aproximação dos níveis salariais entre ambos os géneros. Em Portugal, onde trabalham 60% dos colaboradores, este índice está invertido, beneficiando as mulheres (0,96).

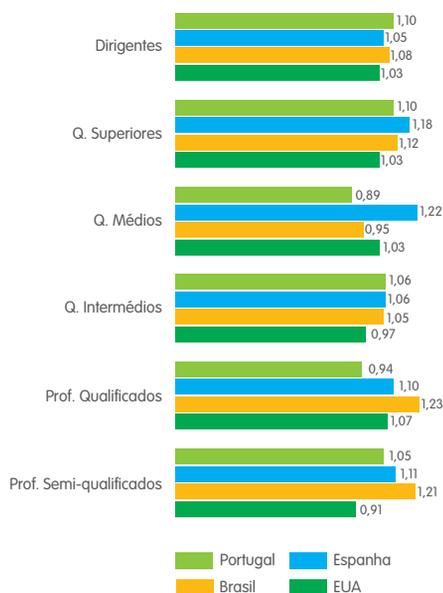
Distribuição dos colaboradores por categoria profissional (nº)



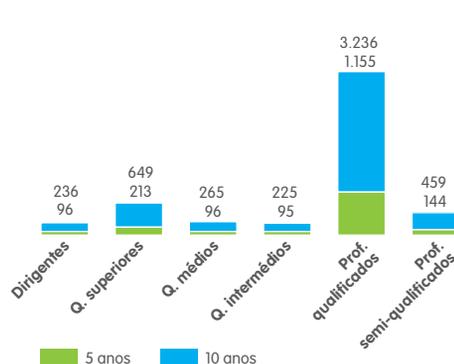
Distribuição dos colaboradores por faixa etária (nº)



Rácio Salarial H/M por Categoria Profissional



Colaboradores elegíveis para reforma (nº)



A actual dimensão do Grupo e o seu contínuo crescimento tornam a internacionalização um permanente desafio para a EDP. Hoje existem já 28 nacionalidades de colaboradores EDP.

A estratégia de internacionalização do Grupo aposta no recrutamento de recursos locais, existindo actualmente 183 colaboradores com nacionalidades distintas do país onde trabalham. 96% dos dirigentes, assim como 84% dos órgãos sociais da empresa são naturais da região onde trabalham.

5.3 ATRAIR E COMPROMETER

Em 2010 entraram para o Grupo 695 novos profissionais, um número crescente face a anos anteriores (545, em 2009), mantendo-se a idade média de recrutamento nos 30 anos (31 em 2009). Estes valores revelam a aposta da EDP nas novas gerações de profissionais e mostram o seu papel enquanto empregador de excelência.

Este crescimento e a evolução das diferentes áreas do negócio nas várias geografias justificam a forte aposta no desenvolvimento das pessoas bem como na aquisição de novos talentos e competências para o Grupo. Na estratégia de atractividade, mantém-se como prioridade a captação de jovens com potencial de crescimento e capazes de criar valor, pelo que se tem acentuado a aproximação à comunidade escolar.

É com o programa de recrutamento ON TOP – EDP Recruitment Program, que o Grupo concretiza a sua comunicação e apresenta a sua proposta de valor ao meio académico. São promovidas iniciativas de cariz pedagógico junto das instituições que constituem as suas principais fontes de recrutamento, para atrair os jovens com o perfil adequado para o Grupo, partilhar o seu conhecimento e divulgar o seu negócio, estratégia e cultura. Destacam-se, também, as parcerias estabelecidas com associações e comunidades nacionais e internacionais, nomeadamente o “Best – Board of European Students of Technology” e o “CEMS – Community of European Management School”.



5.3.1 PROMOÇÃO DE ESTÁGIOS

A EDP prosseguiu a realização de estágios em empresas do Grupo, com o objectivo de contribuir para o enriquecimento pessoal e profissional dos jovens e motivá-los para uma possível futura admissão.

Existem diferentes tipos de estágios, de acordo com o perfil dos jovens e os objectivos pretendidos: estágios de Verão, escolares ou curriculares, de aproximação à vida activa (AVA), profissionais, e realizados ao abrigo de protocolos específicos, alguns exemplos: em Portugal, com a “International Association for the Exchange of Students for Technical Experience” (IAESTE Portugal); nos EUA, EDPR Summer Internship Program; em Espanha, “Ingeniero Interno Resident”; e no Brasil, o programa On Top.

Em 2010, o Grupo promoveu um total de 706 estágios, entre os quais, 413 de cariz profissional e 293 curriculares. Entre 2008 e 2010 registou-se um crescimento de 39% em relação ao número de estágios concedidos.

5.3.2 ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

A EDP pretende contribuir para um ágil processo de adaptação e integração, garantindo a satisfação no trabalho, instituindo várias peças de comunicação, eventos e procedimentos específicos enquadrados neste processo.

O “Manual de Acolhimento” e os “Encontros de Integração” são exemplos de instrumentos desenvolvidos para este processo de adaptação.

5.4 VALORIZAR E DESENVOLVER

A qualificação dos colaboradores e o apoio à sua valorização pessoal e profissional são uma prioridade para o Grupo.

O Plano de Formação constitui, por isso, um referencial orientador da gestão da formação no Grupo e está alinhado com a Visão, Valores, Compromissos e Desafios Estratégicos da EDP.

Estrutura-se em função de cinco grandes objectivos globais:

- Alinhar as necessidades formativas com a estratégia do Grupo e tendências dos negócios;
- Incentivar a actualização profissional dos colaboradores e a sua motivação;
- Enquadrar as necessidades manifestadas;
- Fomentar a partilha de conhecimentos e experiências;
- Desenvolver capacidades, competências, saberes e actuações.

Em 2010, o total de horas de formação foi de 419.737, a que corresponde um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. Destaca-se a vertente técnica à qual se dedicou 58% do volume de horas total, o que equivale a 244.770 horas de formação, e o enfoque especial aos profissionais menos qualificados.

VALORIZAR A EXPERIÊNCIA

O programa “Valorizar a experiência” foi pensado para realçar a experiência e conhecimento acumulados pelos colaboradores mais séniores da EDP e partilhá-los com os restantes recursos humanos do Grupo.

O programa destina-se a colaboradores com 30 ou mais anos de actividade na EDP, pertencentes a diferentes grupos profissionais (desde técnicos a quadros superiores).

Enquadrado no Programa Ética EDP, foi desenvolvido um extenso plano de formação e sensibilização que envolveu todos os colaboradores em Portugal e respectivas hierarquias, representando um volume de formação de 19.172 horas.

Em Portugal, a valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores concretiza-se, também, com a associação ao Programa Novas Oportunidades. Em 2010, a EDP assinou um protocolo de cooperação com a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), no sentido de desenvolver os níveis de qualificação dos colaboradores da Empresa. Inscreveram-se no Centro Novas Oportunidades, 153 colaboradores tendo sido certificadas, até ao final do ano, 32 pessoas.

contributo para a sustentabilidade

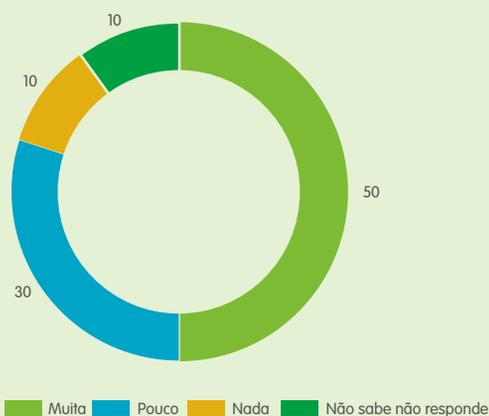
PROGRAMA ÉTICAEDP

O Programa ÉticaEDP decorreu em Portugal entre 2009 e 2010, com os objectivos de: dar a conhecer aos colaboradores o Código de Ética da EDP; sensibilizá-los para a importância e alcance das questões da ética; e divulgar e reforçar a confiança no processo ético da EDP.

Apoiado num plano de comunicação que utilizou os diversos meios internos, o Programa foi desenvolvido em quatro fases: diagnóstico e reflexão, com a realização de um inquérito aos colaboradores sobre o clima ético da organização e a elaboração de um Guia de Interpretação do Código de Ética; formação de 778 chefias; sessões de desdobramento abrangendo cerca de 6.000 colaboradores; e avaliação final. No seguimento destas sessões, foi avaliada, junto dos colaboradores, a percepção da importância da ética, para a EDP.

O Programa teve uma edição paralela na EDP no Brasil, com suporte num produto de "e-learning" e será estendido às restantes Unidades de Negócio fora de Portugal durante o primeiro semestre de 2011.

Qual a importância da Ética para a EDP? (%)



"A éticaedp não é uma coisa para descansar, isto não é uma questão de consciência tranquila, é uma questão de consciência. É o que separa as empresas que ganham e as que não ganham. (...) A palavra-chave nisto tudo é a consistência."

António Mexia
Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP

5.4.1 UNIVERSIDADE EDP

Sendo o activo de conhecimento, existente no Grupo EDP, uma das suas grandes vantagens competitivas, a Universidade EDP surge da necessidade de se gerir eficaz e adequadamente este recurso, para um melhor desenvolvimento do conhecimento e do talento dos colaboradores. A Universidade desenvolve a sua actividade através de cinco Escolas Funcionais, de negócio, e de duas Escolas Transversais, relacionadas com a transmissão de conhecimentos transversais e com o desenvolvimento de competências de gestão. No seu conjunto, as Escolas articulam a formação, o desenvolvimento de carreiras, a gestão de conhecimento e a gestão da mudança, de acordo com as necessidades presentes e futuras do Grupo.

Em 2010, procedeu-se ao lançamento da Escola de Distribuição (escola funcional) e das Escolas EDP e Escola de Desenvolvimento

de Directivos (escolas transversais), assim como aos trabalhos preparatórios de lançamento das outras três escolas funcionais (Gás, Comercial e Renováveis).

Adicionalmente, procedeu-se ao desenho conceptual do Campus Online - campus virtual de suporte aos diferentes modos de aprendizagem e de gestão da formação, prevista concluir a primeira fase em 2011.

5.4.2 FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS LÍDERES

A EDP tem vindo a desenvolver uma série de dinâmicas, instrumentos e ferramentas de apoio ao exercício de liderança.

O "Guia do Líder EDP" é um manual prático que consolida as principais questões de Recursos Humanos com as quais um líder se depara no seu dia-a-dia, reúne informação sobre o seu perfil e os principais processos de RH. Este guia é dinamizado através de mapas de aprendizagem, uma metodologia utilizada pela companhia há mais de 10 anos.

A sensibilização inclui uma abordagem ao tema responsabilidade social, a importância da conciliação da vida pessoal e profissional e a abertura à comunidade, nomeadamente para o programa de voluntariado.

5.5 AVALIAÇÃO DE POTENCIAL E DESEMPENHO

Consciente de que o sucesso da empresa depende directamente das suas pessoas, a avaliação do potencial e do desempenho dos seus colaboradores assume-se como prioridade e ponto de partida. A gestão das pessoas está orientada pelos seguintes objectivos:

- Reconhecer a performance;
- Identificar e recompensar o mérito;
- Orientar o desenvolvimento e as oportunidades de carreira;
- Promover o diálogo entre chefia e equipa;
- Reforçar a cultura de feedback.

Com esta ferramenta, fundamental para a gestão das pessoas, pretende-se estimular a criação de valor através da gestão de competências e de desempenho. Esta avaliação visa estimular comportamentos maximizadores de produtividade, de responsabilidade, de participação e desenvolvimento dos colaboradores, atribuindo a cada pessoa um papel indispensável para alcançar os objectivos globais, valorizando o contributo individual.

Mais uma vez, a organização tem presente a dimensão e representação geográfica do Grupo pelo que os modelos de gestão do desempenho têm vindo a evoluir, assistindo-se a um alinhamento, cada vez maior, dos ciclos de avaliação, em todas as geografias.

5.6 SISTEMAS DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS

A EDP garante, a todos os seus colaboradores, sistemas de protecção na doença, complementares aos serviços públicos de saúde em vigor em cada país, além de seguros de acidentes pessoais, assegurando na velhice planos complementares de reforma. Os colaboradores têm, também, direito a subsídios de estudo específicos para os próprios e para os seus descendentes.

5.6.1 CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

A conciliação da vida pessoal e profissional inclui um vasto leque de benefícios dados aos colaboradores, promovidos ao abrigo do Programa + Conciliar. Este programa é materializado num conjunto de iniciativas com vista à melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e família e à sensibilização da organização para esta temática.



5.7 SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

O inquérito de satisfação dos colaboradores do Grupo, passou a ser realizado a cada dois anos, para permitir uma melhor avaliação dos planos de acção implementados em função dos seus resultados, dado que as melhorias neste domínio dificilmente se capturam numa base anual. O último inquérito global de satisfação realizou-se em 2009, tendo-se obtido uma taxa de participação (86,4) e um índice de satisfação global elevado (81 pontos). O próximo inquérito ocorrerá em 2011.

5.8 COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA MUDANÇA

A EDP tem na comunicação a base de transmissão dos seus princípios, valores e cultura. Comunicar e mobilizar são prioridades do plano estratégico para os próximos anos. A comunicação apoia a gestão da mudança e mobiliza para a execução da estratégia, considerando:

- Compromisso com os valores EDP: sou+edp;
- Partilha de informação;
- Garante da passagem de conhecimento geracional;
- Inovação constante;
- Foco internacional;
- Motivação para fazer e crescer.

A comunicação das temáticas de recursos humanos é suportada por duas identidades: sou+edp e ON TOP – EDP Recruitment Program, desenhadas para a comunicação interna e externa, respectivamente, com o objectivo de uniformizar, reforçar, clarificar e comunicar mais eficazmente.

Ao desenvolver iniciativas específicas para o público-alvo interno, a EDP pretende contribuir para o aumento do conhecimento e do orgulho em ser EDP. A EDP promove “Rotas com Energia”, iniciativas que levam os colaboradores a conhecer algumas das principais estruturas de produção e distribuição da EDP.

Em 2010, foram promovidas iniciativas como: o programa Saiba Mais Sobre, conversas informais em que se debatem temas variados com interesse para os colaboradores; ou os “Momentos com Energia”, reuniões de grupo de pessoas de diferentes

geografias que, tendo como ponto de partida um pequeno-almoço com o Presidente do Conselho de Administração Executivo (Pcae) do Grupo EDP, desenvolvem trabalhos práticos e reflexões sobre temas estratégicos.



5.9 RELAÇÕES LABORAIS

A EDP mantém um relacionamento regular com entidades oficiais e os representantes dos colaboradores, Comissões de Trabalhadores e Sindicatos, na introdução, modificação ou extinção de normas ou procedimentos regulamentares, bem como no âmbito de processos negociais de revisão e actualização da regulamentação colectiva. Durante o ano, realizaram-se mais de 95 reuniões, em Portugal, com sindicatos de forma individual e mais de 10 reuniões com todos os sindicatos presentes e na garantia da adequação dos regulamentos e normas internas à legislação.

Durante 2010, não se verificou qualquer tipo de conflito laboral por razões internas ao Grupo EDP.

Foi, ainda, mantido o apoio a organizações de trabalhadores com fins recreativos, culturais e sociais, designadamente, o Clube do Pessoal EDP, Associação de Dadores de Sangue e a Associação de Reformados e Pensionistas, nas suas iniciativas, que atingiu 1,2 milhões de euros.

É de salientar que, dependendo da sua complexidade, as mudanças operacionais da empresa, com impacte nos colaboradores, em Portugal são comunicadas aos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e colaboradores com uma antecedência nunca inferior a 30 dias.

5.10 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A segurança e saúde no trabalho são valores essenciais no desenvolvimento sustentável do Grupo EDP. A importância atribuída a este tema ultrapassa o cumprimento dos imperativos legais e está explicitada na sua Política de Segurança, orientada para o objectivo estratégico “Zero acidentes, nenhum dano pessoal”.

Para melhor gerir este objectivo estratégico, a EDP adoptou um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, baseado na norma OHSAS 18001, seguindo as directrizes da Organização Internacional do Trabalho, expressas no documento ILO-OSH 2001 e na Convenção n.º 155 relativa à Segurança e Saúde dos Trabalhadores.

No sector eléctrico, em Portugal, a Potência Total Instalada certificada de acordo com Sistemas de Gestão de Segurança reconhecidos por normas internacionais (OHSAS 18001: 2007) é de 9.724 MW. Em Espanha, este valor é de 2.571 MW e no Brasil é de

contributo para a sustentabilidade

902,5 MW. Estas certificações abrangem 15,57% dos trabalhadores em Portugal, 31% em Espanha e 3% no Brasil.

No sector do gás, a Naturgas está certificada em Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a norma OHSAS 18001: 2007, estando abrangidas por estas certificações 80% dos colaboradores.

5.10.1 RESPONSABILIDADES EDP

A “Política de Segurança da EDP” evidencia o compromisso com uma Gestão da Segurança no Trabalho numa perspectiva de melhoria contínua, e na convicção de que, o desenvolvimento laboral num ambiente seguro e saudável constitui um factor determinante para a satisfação dos colaboradores e uma mais-valia para o sucesso nos resultados.

A responsabilidade pela prevenção e controlo dos riscos laborais está integrada na cadeia hierárquica. A estrutura organizacional para a gestão da segurança no trabalho pode ser consultada em www.edp.pt > Sustentabilidade.

Em matéria de saúde ocupacional, os serviços internos de medicina do trabalho, do Grupo EDP, são responsáveis por vigiar a saúde dos colaboradores através dos exames médicos, promover a educação sanitária e verificar as condições nos locais de trabalho e dos equipamentos de primeiros socorros.

5.10.2 PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

O Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho institui a constituição de Comissões e Subcomissões de Segurança e Saúde no Trabalho nas empresas e suas unidades de negócio de maior dimensão.

Estas Comissões são paritárias e integram os Representantes dos Trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho, eleitos em conformidade com exigências legalmente estabelecidas, e representantes das Empresas, reunindo com a periodicidade por elas estabelecida.

Em Portugal, estão formalmente eleitos 95 trabalhadores que representam cerca de 95% do efectivo da EDP. Durante 2010, foram realizadas 69 reuniões das Comissões e Subcomissões de Segurança.

Em Espanha, Estados Unidos e Brasil, estão, também, constituídas estruturas representativas semelhantes, com uma representação muito significativa: 69%, 100%, e 100% dos trabalhadores, respectivamente. Relativamente à actividade desenvolvida, foram efectuadas 80 reuniões em Espanha, 21 nos Estados Unidos e 204 no Brasil.

5.11 ACTIVIDADES RELEVANTES EM 2010

A execução do programa anual de Segurança e Saúde no Trabalho da EDP, teve por base um conjunto de acções com vista a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais, que inclui, nomeadamente, a formação e treino dos trabalhadores da EDP e de prestadores de serviços, a permanente avaliação e controlo de riscos laborais, e a execução de um programa de inspecções e auditorias internas e externas às instalações e obras da EDP.

5.11.1 FORMAÇÃO DE COLABORADORES E DE PRESTADORES DE SERVIÇO EXTERNOS

O compromisso em assegurar, a colaboradores e prestadores de serviços, as condições adequadas para um desenvolvimento sustentável em matéria de segurança no trabalho, resulta do Código de Ética EDP e da Política de Segurança do Grupo.

A sua concretização, em 2010, passou por um extenso programa de formação aos colaboradores e prestadores de serviços. Foram realizadas 1.212 acções de formação para colaboradores da EDP, correspondendo a um volume de 67.077 horas (11 formandos/acção). Para aos colaboradores de prestadores de serviços, houve 4.326 acções de formação, representando um volume total de formação de 20.047 horas (4 formandos/acção).

Para além da formação acima referida, foram ministradas 154 acções de formação em Primeiros Socorros, envolvendo 970 colaboradores no universo do Grupo EDP.

A sensibilização para esta temática é trabalhada de diferentes formas, sendo atribuído o “Prémio anual de Prevenção e Segurança no Trabalho”, que pretende distinguir os colaboradores e os prestadores de serviços da EDP, que no ano anterior se destacaram pelas suas acções ou contributos para a consolidação da cultura de prevenção na EDP.

Prémios de Prevenção e Segurança no Trabalho 2010

APRESENTE A SUA CANDIDATURA
A EDP atribui o “Prémio de Prevenção e Segurança no Trabalho” a colaboradores, equipas e empresas prestadoras de serviços que, em 2009, contribuíram de forma relevante para o fortalecimento da cultura de prevenção da EDP. Apresente a sua candidatura ou proponha um candidato até ao dia 15 de Setembro de 2010.

Prémio Individual
Podem concorrer todos aqueles que tenham contribuído de forma significativa para a consolidação da cultura preventiva na EDP através de projectos, estudos, ou procedimentos com repercussão positiva na segurança no trabalho.

Prémio de Equipa
Podem concorrer as equipas que se tenham destacado pela apresentação de ideias, projectos ou trabalhos destinados a melhorar a gestão da prevenção, ou pelo esforço e motivação demonstrados diariamente no seu trabalho, na aplicação correcta das práticas preventivas.

Prémio Empresa Exterior
Podem concorrer empresas exteriores cuja gestão eficaz em matéria de segurança no trabalho se tenha repercutido de forma significativa nos trabalhos, serviços ou produtos fornecidos à EDP.

Para mais esclarecimentos, contacte a EDP Valor - Direcção de Segurança e Saúde no Trabalho
Tel: 210013310 ou 210013461
e-mail: edp.prevencao.seguranca@edp.pt
Consulte o regulamento em www.edp.pt ou no edp.pt em www.sociedade.edp.pt

edp
viva a nossa energia

5.11.2 ACÇÕES DE INTERVENÇÃO NA SOCIEDADE

Em colaboração com corporações de bombeiros, escolas profissionais e secundárias, associações empresariais e sindicatos, foram realizadas, pelo Grupo EDP, 74 acções de sensibilização sobre os procedimentos a respeitar em situações de combate a incêndios em instalações eléctricas, em redes e instalações de gás ou em locais na sua proximidade, assim como os cuidados a ter no manuseamento de equipamentos eléctricos.

Em 2010, foram registadas 42.527 visitas a instalações de Produção de Energia Eléctrica, as quais foram precedidas de uma sessão de sensibilização e esclarecimentos sobre a produção de energia eléctrica e cuidados a ter nas proximidades de infraestruturas eléctricas.

5.11.3 PREPARAÇÃO PARA RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

No âmbito da gestão de resposta a situações de emergência, foram realizados, no Grupo EDP, 172 (103 em Portugal, 34 em Espanha, 21 no Brasil e 14 nos EUA) exercícios de simulacro de resposta a cenários de acidentes em diversas instalações industriais e administrativas, tendo como finalidade testar a eficácia dos respectivos planos de emergência internos, que contaram com o envolvimento de entidades externas como a protecção civil, os bombeiros e autoridades de polícia e segurança pública.

5.11.4 PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA A GRIPE PANDÉMICA

O Plano de Contingência EDP para a pandemia de Gripe A, foi activado em finais de 2009 e esteve operacional até Junho de 2010, em resposta à declaração de pandemia emitida pelas entidades internacionais e nacionais de saúde.

A execução do Plano passou pelo reforço da informação e sensibilização das pessoas, reforço das medidas regulares de limpeza e desinfeção das instalações e na concretização do plano de vacinação previsto para assegurar a continuidade dos serviços essenciais à comunidade e ao negócio.

A implementação do Plano de Contingência EDP foi feita com a participação e inclusão de colaboradores dos prestadores de serviços.

Para informação à comunidade, o Plano de Contingência EDP foi disponibilizado em www.edp.pt > Sustentabilidade.

5.12 ACIDENTES E QUASE-ACIDENTES

Para a EDP, o conhecimento, análise e correcção de situações de quase-acidentes constitui uma ferramenta essencial para atingir os objectivos e metas de redução dos riscos e danos pessoais nas operações conduzidas nas empresas do Grupo, tendo para este efeito desenvolvido um procedimento específico no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança Corporativo implementado de acordo com a OHSAS 18001:2007.

Durante 2010, foram reportadas nas empresas do Grupo EDP, em Portugal, 41 situações de quase-acidentes.

Em 2010, no Grupo EDP ocorreram 44 acidentes de trabalho com ausência de um ou mais dias. Para informação sobre a evolução dos principais indicadores de segurança consultar Tabela, pág. 75.

Não obstante o esforço desenvolvido ao longo do ano em reforço da melhoria das condições de segurança no trabalho, há a lamentar a ocorrência de 1 acidente rodoviário mortal com um trabalhador da EDP ocorrido em Portugal. No que respeita ao Grupo EDP, ocorreram 6 acidentes mortais com trabalhadores de prestadores de serviço.

5.13 DOENÇAS PROFISSIONAIS

Em 2010, foram reconhecidos, em Portugal, 5 casos de doença profissional, dos quais apenas 3 com desvalorização.

A taxa de doenças ocupacionais é de 0,25 em Portugal e de 0,14 no universo do Grupo EDP.

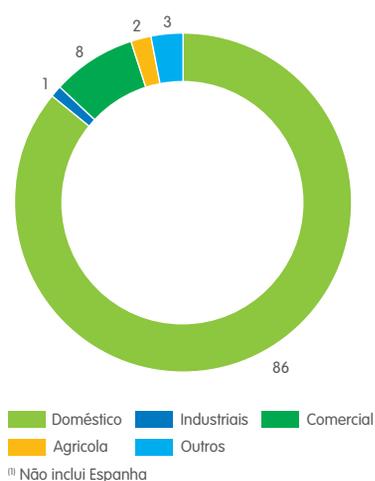
6. CLIENTES

Na EDP, a experiência do cliente orienta o desenvolvimento de projectos e iniciativas que visem a sua melhoria e o aprofundamento do diálogo com os clientes. A EDP tem actualmente cerca de 1,1 milhões de clientes de gás e 9,8 milhões de clientes de electricidade, distribuídos segundo a tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES EDP POR TIPO DE MERCADO (Nº)

2010	Portugal	Espanha	Brasil	Total
Electricidade				
Mercado Regulado	5.791.683	359.145	2.740.345	8.891.173
Mercado Livre	313.608	650.860	86	964.554
Total	6.105.291	1.010.005	2.740.431	9.855.727
Gás				
Último recurso	244.721	140.766	n.a.	385.487
Mercado Regulado	0	0	n.a.	0
Mercado Livre	614	683.026	n.a.	683.640
Total	245.335	823.792	n.a.	1.069.127

Distribuição de clientes de electricidade do mercado regulado⁽¹⁾ por tipo de uso (%)



6.1 A VOZ DOS CLIENTES

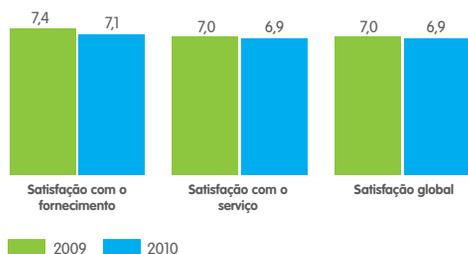
Em parceria com entidades externas certificadas, a EDP realiza, nas várias geografias, estudos de mercado que permitem conhecer a experiência dos clientes e sustentar iniciativas e projectos, no sentido da melhoria dessa experiência.

A experiência dos clientes é traduzida num conjunto de macroindicadores, de que se destacam: a Satisfação Global, a Satisfação com o Fornecimento de Energia (electricidade e/ou gás) e Satisfação com o Serviço.

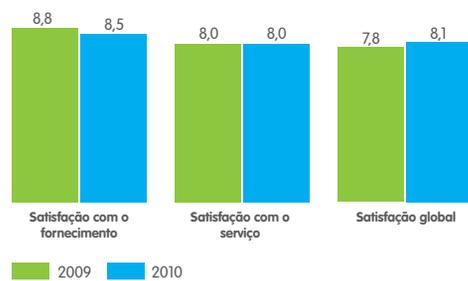
contributo para a sustentabilidade

Evolução dos principais indicadores de satisfação dos clientes domésticos em Portugal

Electricidade



Gás natural

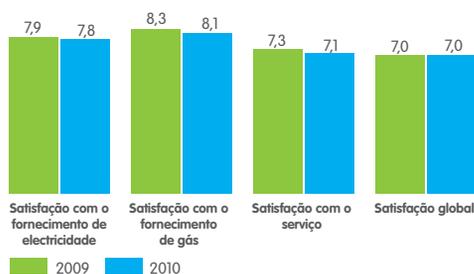


Escala: 0-10

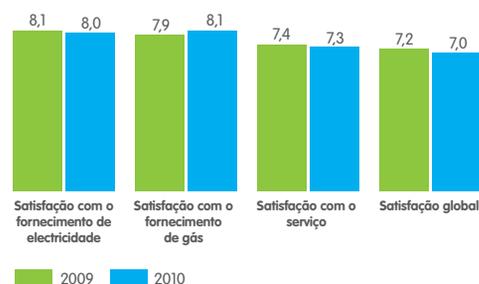
Em 2010, em Portugal, foi reforçado o sistema de recolha, análise e reporte da informação. A análise integrada dos indicadores de Voz do Cliente e dos indicadores operacionais revelou-se uma ferramenta poderosa para a melhoria dos processos e procedimentos. Melhorar a relação com os clientes implica reforçar a proximidade e a simplicidade na interacção.

Evolução dos principais indicadores de satisfação dos clientes domésticos em Espanha

HC Energía



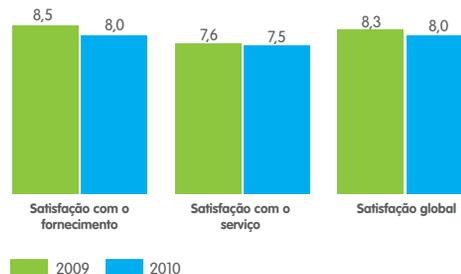
Naturgas



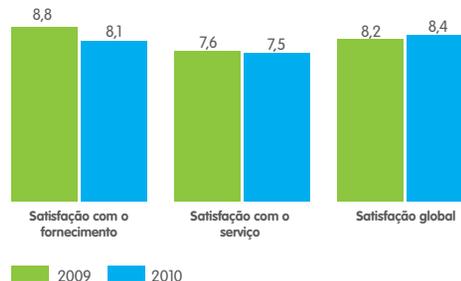
Escala: 0-10

Evolução dos principais indicadores de satisfação dos clientes domésticos no Brasil

EDP Bandeirante



EDP Escelsa



Escala: 0-10

6.2 MELHORAR O ACESSO À ENERGIA

O acesso à energia é entendido de diferentes formas, consoante a geografia onde a EDP opera.

Na Europa, melhorar o acesso à electricidade e ao gás traduz-se, essencialmente, numa melhoria contínua dos indicadores de qualidade de serviço técnico, associado às empresas distribuidoras, e na melhoria da qualidade de serviço comercial, associado aos comercializadores. Segundo as regulamentações portuguesas e espanholas, já se considera que a população está inteiramente servida pelas áreas de concessão das empresas da EDP.

Em Espanha, a HC Energía tem em curso, desde a década de oitenta, um Plano de Electrificação Rural destinado a fazer chegar electricidade a todas as zonas rurais de mais difícil acesso e a melhorar a qualidade de serviço onde esta já existe. Em Portugal, a EDP tem vindo a participar no Programa de Desenvolvimento Rural Agris, na componente de apoio à electrificação das zonas rurais.

No Brasil, a EDP mantém uma parceria com o Governo Brasileiro no Programa Luz para Todos. Este programa está concluído na área da EDP Bandeirante, prevendo-se que no Estado de Espírito Santo, região da EDP Escelsa, a cobertura rural esteja concluída em 2011. Em 2010, foram efectuadas 5.821 ligações na área da EDP Escelsa. Desde o primeiro contrato assinado em 2004 pelas distribuidoras da EDP no Brasil e o governo brasileiro, foram investidos cerca de 264,5 milhões de reais, e ligados 60.515 clientes.

6.2.1 TARIFAS

No quadro dos diferentes regulamentos em vigor nos diversos países e com o objectivo de proteger os consumidores com carências sócio-económicas, a EDP disponibiliza uma tarifa social, assumindo, ainda, um conjunto de compromissos para clientes com necessidades especiais.

Clientes com tarifa social e com necessidades especiais (n°)

Tarifa Social	2010	2009
Portugal	7.221	6.663
Espanha	57.559	49.617
Brasil	357.971	358.748
Total	422.751	415.028

Necessidades Especiais	2010	2009
Portugal	497	557
Espanha	0	0
Brasil	262	240
Total	759	797

Em Espanha, foi definida em 2009 a tarifa de último recurso para proteger os consumidores mais vulneráveis e permitir uma transição suave entre a tarifa regulada e a não regulada. Esta tarifa garante o congelamento dos preços até 2012 e cobre os clientes com uma potência instalada inferior a 3 kW, ou com outro tipo de carências sócio-económicas.

Informação adicional sobre a utilização das tarifas sociais nos países onde a EDP opera é disponibilizada nos Relatórios e Contas ou Relatórios de Sustentabilidade, publicados pelas empresas, disponível em www.edp.pt/sustentabilidade/publicacoes_e_relatorios.

Para detalhes sobre o fim das tarifas reguladas, em Portugal, para clientes de electricidade fornecidos em Muito Alta Tensão, Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial, consultar o capítulo "Enquadramento Regulatório", pág. 30.

6.3 QUALIDADE DE SERVIÇO

6.3.1 SERVIÇO TÉCNICO

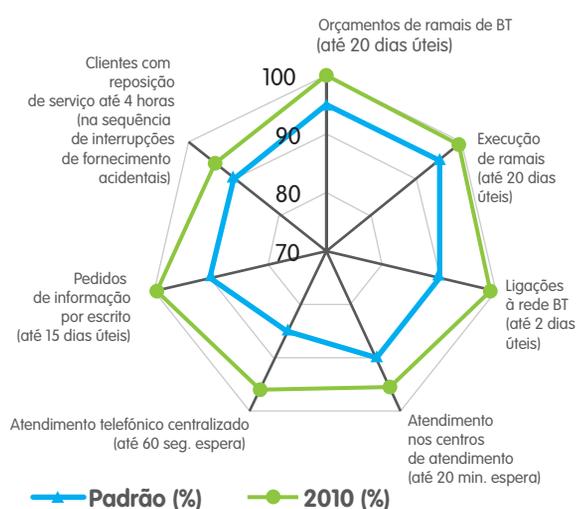
Em 2010, o TIEPI (Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada) na actividade de distribuição na Península Ibérica, em termos médios foi de 179,5 minutos, com Portugal a atingir os 115,8 minutos e Espanha os 63,7. No Brasil, a Duração Equivalente por Consumidor (DEC) foi de 12,2 horas para a EDP Bandeirante e 9 horas para a EDP Escelsa. Para mais informação acerca dos resultados na qualidade técnica de serviço consultar a Secção Negócios, capítulos "Síntese da Actividade" e "Negócio Eléctrico no Brasil", pág. 61.

6.3.2 SERVIÇO COMERCIAL

A EDP tem prosseguido na melhoria dos processos para ouvir os seus clientes, comunicando com transparência e simplicidade.

Em Portugal, mantêm-se níveis elevados de qualidade de serviço prestado aos clientes pelo operador da rede de distribuição, visível através do cumprimento dos indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS).

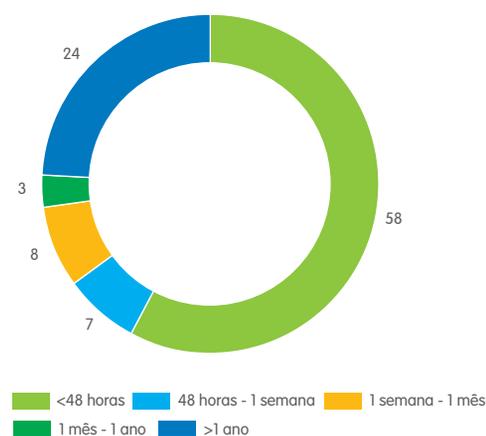
Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço - Portugal (%)



Destaca-se, ainda, um número total de cortes por não pagamento, na rede baixa tensão, de 434.763 (7% dos clientes do mercado regulado) os quais têm, por cumprimento legal, de ser repostos em menos de 24 horas. Apenas 0,4% dos restabelecimentos foram efectuados fora de prazo.

Em Espanha, a Política de Qualidade está orientada para a contínua adaptação às novas exigências dos clientes e do contexto onde operam. Os inquéritos de satisfação anuais procuram avaliar a evolução do conhecimento da marca, do posicionamento da empresa face à concorrência e a satisfação dos clientes com os canais e serviços prestados, como pode ser observado nos gráficos disponibilizados na Experiência do Cliente.

Restabelecimento de ligações por não pagamento - Clientes domésticos em Espanha (%)



Também em Espanha o regime regulatório exige um restabelecimento das ligações em 24 horas, havendo penalizações graves se tal acontecer após uma semana. Durante 2010, menos de 2% das reLigações ultrapassaram as 24h.

No Brasil, os cortes por motivo de não pagamento, foram religados, em 82% (média das duas distribuidoras) dos casos, em menos de 24 horas. Informação detalhada pode ser encontrada no Relatório Anual da EDP Brasil.

contributo para a sustentabilidade

6.4 SEGURANÇA DO PRODUTO

Nas várias geografias, a preocupação relativamente à segurança na utilização da electricidade e do gás está presente na disponibilização de informação aos clientes, sob várias formas: na internet, em pequenos folhetos, em Guias de Cliente, etc.

Quer via internet, quer telefonicamente, podem ser comunicadas às empresas, situações que configurem perigo ou iminência de acidentes, designadamente linhas caídas, armários eléctricos abertos, ramos de árvores próximos de linhas, etc.

No Brasil, o Programa Boa Energia na Comunidade, promove conferências sobre consumo em segurança e sobre os perigos e riscos no uso indevido da energia eléctrica.

6.5 PROVEDOR DO CLIENTE

Desde 2009, que os clientes de electricidade e gás, em Portugal, podem recorrer ao apoio do Provedor do Cliente, através do “site” provedordocliente.edp.pt. Sendo uma entidade externa e independente, o Provedor do Cliente, pauta a sua actuação por princípios de rigor, isenção e equidade, “contribuindo para fortalecer a confiança nas relações entre as empresas do Grupo EDP e os seus clientes”.

Os clientes submetem os seus pedidos de apreciação via internet e podem, a qualquer momento, conhecer a evolução do respectivo estado. No final de 2010, tinham sido submetidos 1.102 pedidos de apreciação, 92,1% correspondentes a reclamações referentes a electricidade. A maioria dos pedidos de apreciação (55%) foi referente a assuntos relacionados com Fornecimento e Leitura/Facturação/Cobrança. Dos 1.102 pedidos submetidos, 920 (83,5%) foram respondidos até final do ano. Para estes 920 pedidos, o parecer do Provedor foi concordante com o solicitado em 54,2% dos casos e discordante em 26,7% dos casos.

Ainda no âmbito da sua actividade, o Provedor apresentou à EDP um conjunto de 17 recomendações, 7 das quais foram logo implementadas em 2010.

6.6 ACESSO AOS SERVIÇOS E COMUNICAÇÃO

Em Portugal, continuam a ser emitidas facturas em Braille e disponibilizados Guias de Cliente e de Eficiência Energética criados em 2009, em parceria com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, com o objectivo de melhorar a relação com este segmento de clientes. Para clientes com deficiências auditivas, a EDP no Brasil, mantém um canal dedicado para ultrapassar barreiras de comunicação.

Os clientes da EDP, em Portugal, têm disponível uma linha telefónica para acesso aos serviços, a partir do estrangeiro. Em Espanha, são editados folhetos em Basco e em Catalão sobre o uso seguro da energia. O “site” da Naturgas Energía é bilingue, podendo os clientes aceder a conteúdos quer em Castelhanos, quer em Basco.

Também o “site” EDP tem uma versão com funcionalidades de acessibilidade para que pessoas com necessidades especiais possam aceder à informação. Em curso está o projecto de disponibilizar, em Portugal, também em língua inglesa, a informação na área de clientes no “site” EDP, tendo em vista facilitar o acesso a residentes não fluentes em português.

Em Portugal e no Brasil, os colaboradores continuam a poder intervir de forma estruturada através do canal interno Cliente OK, na resolução de questões ou problemas que lhes sejam colocados por pessoas do seu círculo familiar ou de relações.

Durante 2010, A EDP distribuiu o canal TV interno a toda a rede de lojas EDP, criando mais um canal de contacto/informação para os todos clientes dos diferentes mercados e negócios.

6.7 PRÁTICAS DE PRIVACIDADE

A garantia de privacidade dos dados dos clientes está salvaguardada nas condições gerais dos contratos de fornecimento de energia eléctrica e de gás nas diferentes geografias onde a EDP opera, estando os dados protegidos pelas melhores técnicas, práticas e procedimentos disponíveis para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

Para fins de prospecção ou de marketing directo, é solicitado ao cliente autorização para gravar e utilizar os seus dados pessoais, bem como a sua comunicação a terceiros.

Mais informação sobre a garantia de privacidade dos dados pode ser consultada em www.edp.pt.

6.8 PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

BARÓMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, EM PORTUGAL

A monitorização de atitudes e comportamentos dos consumidores domésticos, em Portugal, é efectuada desde 2007 e traduzida num Índice de Eficiência Energética.

Em 2010, foi desenvolvido, em parceria com o ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, um novo modelo que permitiu identificar travões e alavancas para um comportamento mais sustentável e aperfeiçoar o cálculo do Índice.

Em 2010, o Índice de Eficiência Energética situou-se nos 73,4%, reflectindo uma melhoria na adopção de comportamentos energeticamente eficientes, por parte dos consumidores.

O estudo revelou ainda que:

- A EDP é considerada, por mais de metade dos inquiridos, como boa promotora da eficiência energética;
- Os principais comportamentos adoptados pelos respondentes centram-se na utilização de lâmpadas economizadoras, no fecho de portas e janelas quando existem sistemas de aquecimentos/arrefecimento ligados e na maior procura do sistema bi-horário, entre outros;
- A poupança energética é o grande móbil para comportamentos eficientes.

A adopção massificada de medidas de Eficiência Energética é largamente reconhecida como a forma mais racional de limitar os impactes climáticos causados por emissões de gases de efeito de estufa podendo, segundo a IEA (“International Energy Agency – Energy Technology Perspectives 2010”), vir a ser responsável por mais de 50% da redução de emissões até 2050.

IMPACTE AMBIENTAL PREVISTO NAS ACÇÕES PPEC 2011-2012*

Descrição das medidas	Orçamento total (k€)	Número intervenções	Energia total evitada (MWh)	CO ₂ total evitado (t)
Medidas Intangíveis				
Sistema de Gestão de Consumos em Escolas Secundárias	233,0	n.d.	n.a.	n.a.
TWIST - Sensibilização EE para o Ensino Secundário	459,1	n.d.	n.a.	n.a.
Energy bus – Energia em movimento	367,7	n.d.	n.a.	n.a.
A tua energia - projecto educação 1º ciclo do Ensino Básico	395,9	n.d.	n.a.	n.a.
Painel de Consumidores - Sistemas de Gestão de Consumos	200,0	n.d.	n.a.	n.a.
Gestão de consumos domésticos online	222,7	n.d.	n.a.	n.a.
Tangíveis - Residencial				
Distribuição de 4 Lâmp. Economiz. através de IPSS	1.230,0	150.000	117.516	43.481
Kit Casa Eficiente - LED + Standby Killer	949,6	60.000	78.096	28.896
Promoção da Iluminação Eficiente - LEDs	2.150,0	250.000	98.950	36.612
Standby Killer - telecomando	195,3	12.000	8.961	3.315
Tangíveis - Comércio e Serviços				
LFCs standard em IPSS	612,0	400.000	90.794	33.594
Semáforos LED	450,9	10.000	36.944	13.669
Sist. de Regulação de Fluxo na IP de Ambiente Urbano	2.157,2	300	190.439	70.463
Sist. Regulação de Fluxo na IP de Acessos Rodoviários	1.091,5	218	139.656	51.673
Relógios Astronómicos na IP	220,0	2.000	68.333	25.283
Freecooling	340,0	20	28.500	10.545
Tangíveis - Agricultura e Indústria				
Motores de Alto Rendimento	927,1	620	62.955	23.293
VEVs em Sistemas de Ventilação	1.035,0	150	86.686	32.074
VEVs em Sistemas de Refrigeração	340,6	101	25.731	9.520
VEVs em Sistemas de Bombagem	2.650,0	500	185.573	68.662
Substituição Lâmpadas de Descarga por T5	2.040,8	20.000	158.155	58.517
Total	18.268,4	905.909	1.377.290	509.597

* Tendo em conta o período de vida útil dos equipamentos

NOTA: do total do investimento previsto. 72% provém do Programa PPEC. 17% dos beneficiários e 11,2% contribuição directa da EDP.

Neste contexto, a EDP tem continuado a promover a eficiência energética no consumo, de modo a assegurar aos seus clientes a melhor utilização do produto comercializado.

No Brasil, em 2010, foram investidos cerca de 25 milhões de reais em programas e iniciativas de eficiência energética, nas duas empresas distribuidoras, correspondendo a uma economia de 22.358 MWh/ano, o equivalente ao consumo médio de 9,3 mil famílias.

Este investimento privilegiou consumidores de baixos rendimentos e entidades sem fins lucrativos, com os programas:

- **Boa Energia na Comunidade** – Distribuição de “kits” de instalação interna, lâmpadas economizadoras e acções de sensibilização, promovido pela EDP Escelsa. Desde 2006, já foram beneficiadas 136 mil famílias e distribuídas 527 mil lâmpadas economizadoras.
- **Boa Energia Solar** – Parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo, promove a substituições de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas e a instalação de

sistemas de aquecimento solar de água, em substituição de chuveiros eléctricos.

- **Comunidade Eficiente** – Desenvolvido em 33 bairros da área da Grande Vitória, incidiu entre outras, em acções de formação, distribuição de 103.765 lâmpadas fluorescentes compactas e na substituição de 78 frigoríficos por equipamentos mais eficientes.

Com outros focos, estão em curso ainda os seguintes programas:

- **Eficientização Semafórica** – Promovido pela EDP Bandeirante, este projecto consiste no uso de iluminação LED em sistemas de sinais de trânsito, substituindo as lâmpadas incandescentes normalmente usadas. Nos quatro anos de desenvolvimento deste projecto, houve reduções até 90% de consumos de energia eléctrica.
- **Reluz** – Lançado em 2007, o Programa Reluz tem como objectivo a modernização dos pontos de Iluminação Pública, oferecendo, assim, maior segurança à população. Foram já substituídas 69.000 lâmpadas, prevendo-se que até 2012 sejam substituídas mais 98.000 lâmpadas.

contributo para a sustentabilidade

Em Portugal, prosseguiu-se com o **Programa ECO**, que tem por objectivo mobilizar os consumidores para acções concretas de maior eficiência energética e garantir a mudança de comportamentos através de uma actuação integrada. As acções desenvolvidas e respectivos resultados são apresentados, detalhadamente no site ECO – www.eco.edp.pt.

No seguimento do novo concurso do PPEC – Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica – lançado pela ERSE em 2010, a EDP ganhou as seguintes medidas, que serão implementadas em 2011/2012, pág. 85.

6.9 SERVIÇOS E PRODUTOS DE VALOR ACRESCENTADO

Em linha com a sua estratégia de sustentabilidade, a EDP estabeleceu, em 2009, a EDP Serviços em Portugal. No final de 2010, a EDP Serviços foi reorganizada em 5 áreas de negócio dirigidas aos segmentos chave do mercado: Geração Distribuída, Serviços Técnicos a Instalações Energéticas, Projectos Integrados de Eficiência Energética em Indústria, Projectos Integrados de Eficiência Energética em Estado & Serviços e Casa & Negócios.

Para 2011 e 2012 foi definido um plano de negócios e investimentos com o objectivo de tornar a EDP num líder de mercado nesta área e de vir a tornar esta actividade num novo negócio principal do Grupo.

Em 2010, foram, também, alcançados marcos importantes no desenvolvimento da EDP Serviços, com destaque para:

- Criação de uma abordagem comercial inovadora com partilha de investimento com os clientes;
- Lançamento das primeiras campanhas de abordagem integrada ao mercado;
- Aquisição da Home Energy, uma empresa líder do sector, acelerando o crescimento e sinalizando a entrada em força da EDP neste mercado.

Em Espanha, a HC Energía e a Naturgas dispõem, desde 2010, de uma nova direcção de Serviços de Eficiência Energética, comum a ambas as empresas. O objectivo é desenvolver e coordenar os mecanismos necessários para conseguir um adequado posicionamento do negócio dos serviços energéticos, permitindo reforçar a oferta comercial do Grupo. Hoje já são oferecidos os seguintes produtos e serviços, para clientes residenciais: Auditorias energéticas, planos de financiamento para aquisição de equipamentos mais eficientes; serviços de água quente solar e solar fotovoltaico, planos de climatização e de substituição por equipamentos mais eficientes.

Durante 2010, no âmbito da actividade de comercialização de energia eléctrica das diferentes empresas do Grupo, desenvolveu-se, igualmente, um conjunto de serviços que pretendem melhorar simultaneamente a qualidade de serviço prestado e a eficiência na utilizações dos recursos:

- **Factura Electrónica** – Em 2010, na Península Ibérica, 764.000 clientes aderiram a este meio, o que representa uma taxa de penetração global de 9,7%.
- **HC Powerhome** – Um dispositivo inovador oferecido pela HC Energía permitindo que os clientes reduzam a potência contratada ao mínimo necessário. Este dispositivo permite distinguir um conjunto de electrodomésticos prioritários, mantendo-os em funcionamento e gerir os restantes de forma mais optimizada e quando os preços são mais reduzidos, nomeadamente para clientes com tarifas bi-horárias.

- **Electricidade Verde** – Em 2010, a EDP atingiu os 394.717 clientes, duplicando o número face a 2009, que consumiram um total de 11.484 GWh de electricidade verde, sendo o maior consumo nos EUA, onde toda a electricidade vendida é certificada como electricidade verde.

- **WattDrive** – A EDP abriu, gratuitamente, em Portugal, a rede de pontos de carregamento de veículos eléctricos em Maio, aos clientes utilizadores destes veículos.

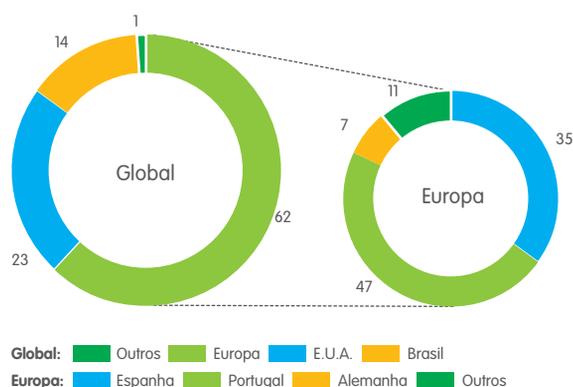
7. FORNECEDORES

7.1 CARACTERIZAÇÃO

O relacionamento entre a EDP e os seus fornecedores é estabelecido com base em princípios de parceria e de promoção do desenvolvimento sustentável. Reforçando a importância dos aspectos de integridade na estratégia de negócio, a EDP desenvolveu iniciativas de informação junto dos seus fornecedores, relativas aos valores éticos afirmados no Código de Ética da EDP.

Durante 2010, a actividade de Procurement do Grupo EDP (excepto energia) atingiu os 3.309 Milhões de euros, tendo-se distribuído geograficamente da seguinte forma:

Distribuição geográfica da actividade de procurement (excepto energia) (%)



A EDP desenvolve uma influência positiva na economia local ao promover o crescimento dos negócios locais. A proporção das compras a fornecedores estrangeiros representa cerca de 14% das compras globais.

Informação mais detalhada sobre a actividade de “procurement”, pode ser consultada em www.edp.pt > fornecedores.

7.2 DIÁLOGO

A EDP promove a capacidade empresarial e a optimização dos processos de negócio com os seus fornecedores:

- Promovendo a competência técnica e a competitividade do mercado;
- Mantendo relações de integração e colaboração;
- Promovendo um diálogo permanente e aberto, que possibilite o conhecimento das expectativas deste importante segmento de “stakeholders”;
- Promovendo o conhecimento recíproco.

É objectivo da EDP “dar resposta aos desafios, para estabelecer, controlar e desenvolver as relações com fornecedores”, através de Soluções de “SRM – Supplier Relationship Management”. Neste âmbito, está em fase de implementação um programa de Análise de Risco de fornecedores estratégicos, que permitirá à EDP identificar, atempadamente, situações críticas ou de ruptura, assegurando a continuidade dos fornecimentos contratados.

Este programa assenta num modelo de gestão de alertas, que permite obter, de forma consolidada, informação diversa acerca dos seus fornecedores e acompanhar a “aptidão” de uma empresa para manter o reconhecimento de qualificação enquanto fornecedora do Grupo EDP. As soluções de SRM favorecem a comunicação com os diferentes parceiros, permitindo a partilha de metodologias e fomentando a proximidade entre ambas as partes.

O SRM facilita, ainda, a familiarização dos fornecedores com o negócio da empresa e as suas reais necessidades, promovendo melhores condições de aquisição e optimização de todo o processo de fornecimento.

A EDP disponibiliza, um canal online de diálogo com os fornecedores, onde promove a partilha de conhecimento e boas práticas: www.edp.pt> [Fornecedores](#) > [Fórum Sustentabilidade](#).

De forma a incorporar, cada vez melhor, as exigências e expectativas deste grupo de “stakeholders”, a EDP lançou, no final de 2010, um inquérito aos fornecedores do qual se destaca:

- Assuntos mais relevantes tendo em conta a actividade da EDP: a aposta nas novas tecnologias e inovação (77%), a promoção de energias renováveis (76%), e o investimento nos novos projectos (70%);
- Assuntos de maior importância na qualidade de fornecedor: o estabelecer parcerias que fomentem a melhoria do desempenho em sustentabilidade (67%), melhorar a disponibilização de informação/canais de comunicação (58%), e reforçar os processos de negociação e compra (51%).

Mais informações sobre os resultados deste inquérito em: www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Partes Interessadas](#)> [Diálogo](#)> [Fornecedores](#).

7.3 BOAS PRÁTICAS

A EDP dispõe de um sistema de pesquisa, selecção e segmentação de fornecedores – Sistema de Registo de Fornecedores do Grupo EDP (SRF), que lhe permite agir de forma clara, transparente e eficiente, potenciando relações de parceria duplamente ganhadoras.

Este sistema é suportado por uma base de dados partilhada por todas as empresas do Grupo, sendo actualmente o registo um requisito indispensável a qualquer empresa que pretenda ser qualificada, consultada, ou apresentar a sua proposta de fornecimento. Neste mesmo suporte informático, os fornecedores tomam conhecimento do Código de Ética da EDP e declaram a aceitação dos valores e princípios nele contidos. Em 2010, existiam 12.800 fornecedores registados no Grupo EDP, mais 17% face a 2009.

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Em 2009, a EDP no Brasil, aderiu ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, cujo objectivo é implementar ferramentas para que o sector empresarial e a sociedade brasileira não comercializem produtos de fornecedores que recorram a trabalho escravo. A EDP realizou, em São Paulo e no Espírito Santo, uma formação para fornecedores, focada no tema do trabalho escravo. Com mais de 2.000 fornecedores registados na área a si dedicada, a EDP monitoriza as suas actividades com recurso a uma ferramenta da ONG Repórter Brasil, que divulga uma lista de empresas que recorrem ao trabalho escravo. Assim, a EDP compromete-se a romper o contrato com o fornecedor, caso o mesmo se encontre nessa lista. Todas as acções estão alinhadas com o Código de Ética EDP e com a Política da EDP no Brasil, “contra o trabalho infantil e escravo”.

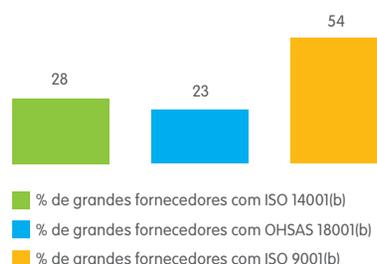
Para figurar na base de dados, um fornecedor deverá aceder à área de fornecedores no “site” EDP (www.edp.pt> [fornecedores](#)) e preencher um questionário de pré-registo que implica o fornecimento de informação relativa a sistemas de qualidade, ambiente, segurança, políticas de responsabilidade social corporativa, entre outros. O alargamento da informação solicitada às empresas fornecedoras, nomeadamente a caracterização do seu desempenho social, está em curso e prevê-se a disponibilização desta informação para 2011.

A empresa registada usufrui, igualmente, de um conjunto de vantagens, das quais se destacam:

- A igualdade de oportunidades para áreas de negócio equivalentes/distintas;
- O aumento das oportunidades de negócio;
- A garantia de que os seus clientes têm acesso à informação de forma rápida e confiável;
- Um único registo com visibilidade para várias empresas;
- Dispensa de apresentação de variada documentação em sede de candidatura ou pedido de qualificação.

Em 2010, 58% dos fornecedores em Portugal, Espanha e Brasil, com bens e serviços recepcionados superiores a 75 mil euros, estão inscritos no SRF do Grupo EDP. Neste Universo de fornecedores, 54% possuem Sistemas de Gestão da Qualidade certificados por terceiros. Já na área do Ambiente estão certificadas 28% das empresas, bem como 23% em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.

Fornecedores certificados (%)



(b) Número de Fornecedores registados nos Sistema Corporativo de Registo de Fornecedores do Grupo EDP.

contributo para a sustentabilidade

A EDP tem implementada uma ferramenta de Sourcing suportada em ambiente web que permite uma partilha de informação de mercado e de fornecedores – “O Sinergie – Supply Integration for Energy”. Este sistema, implementado em todas as empresas do Grupo, serve de base a todos os processos de consulta e negociação com valor superior a 75.000 euros na Europa e 150.000 euros nas restantes geografias e tem como principal objectivo a partilha de informação de processos de consulta e negociação transversalmente ao Grupo EDP, independentemente da unidade de negócio, ou mercado onde operam, utilizando para isso a Internet como motor da agilização de todos os processos de compras a nível global.

As soluções e práticas apresentadas permitem uma maior eficiência, transparência e rapidez no tratamento dos processos assim como uma forte redução nos custos ambientais e na carga administrativa.

Com o estatuto de Organizational Partner da GRI, a EDP mantém-se parceira do projecto The GRI Global Action Network for Transparency in the Supply Chain, com o objectivo de apoiar iniciativas de empresas dirigidas à promoção da elaboração de relatórios de sustentabilidade conformes com as directrizes da GRI ao longo das suas cadeias de valor. Desde 2009, a EDP já assegurou o apoio a 9 fornecedores em Portugal, para que estes possam receber gratuitamente, por parte da GRI e de entidades

parceiras por este certificadas, a formação e o apoio de consultoria necessários para internalizar as competências de elaboração de relatórios de sustentabilidade conformes com as directrizes da GRI (www.globalreporting.org).

Ainda no âmbito da actividade como Organizational Partner da GRI, a EDP integra o grupo de trabalho multi-stakeholder Supply Chain Disclosure Working Group cujos objectivos são: contribuir para melhorar os conteúdos objecto de relato, relativos aos desempenhos ao longo da cadeia de valor; e elaborar, onde necessário, guias suplementares para apoio à interpretação e aplicação dos requisitos de relato relativos à cadeia de valor.

Alinhada com esta preocupação, a EDP constituiu um grupo de trabalho interno com vista a identificar e avaliar os riscos para o Desenvolvimento Sustentável relacionados com a sua cadeia de fornecimento.

Neste âmbito, foi definida a matriz de riscos fornecimento, encontrando-se em desenvolvimento o seu desdobramento para as diferentes classes de fornecimento, bem como a identificação de eventuais medidas adicionais necessárias para a sua minimização e controlo.

MATRIZ DE CARACTERIZAÇÃO DE RISCOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADOS COM A GESTÃO DA CADEIA DE FORNECIMENTO

Aspectos	Riscos para o Desenvolvimento Sustentável	Exemplos de Risco	Possíveis impactes específicos para a EDP	Compromissos EDP	
Direitos Humanos e do Trabalho	Condições de trabalho	Trabalho forçado ou equiparado	Emprego de trabalhadores ilegais ou indocumentados Incumprimento da legislação sobre horários de trabalho	Perda económica-financeira Dano de Reputação	Global Compact Código Ética EDP Condições Gerais de Compra
		Práticas salariais injustas	Práticas salariais injustas/ilegais Não pagamento pontual da retribuição salarial		
		Trabalho infantil	Empregos de menores de idade		
		Restrições à liberdade de associação e contratação colectiva	Não reconhecimento do direito à sindicalização Recusa da contratação colectiva		
		Práticas de Discriminação e não garantia de igualdade de oportunidades	Discriminação por: Género; Orientação Sexual; Credo religioso; Estado Civil; Deficiências; Orientação Política ou de outra natureza; Origem étnica ou social		
	Tratamento desumano	Habituação insalubre			
Saúde e segurança ocupacional	Acidentes de trabalho	Doenças profissionais	Surdez Patologias Musculo-esqueléticas Silicose	Perda económica-financeira Dano de Reputação	Global Compact Código Ética EDP Condições Gerais de Compra Política de Segurança
		Doenças profissionais	Surdez Patologias Musculo-esqueléticas Silicose		
Ambiente	Danos ambientais	Deterioração dos recursos energéticos e materiais Emissão gases de efeitos de estufa Outras emissões atmosféricas Stress Hídrico Emissão de efluentes líquidos poluentes Produção, armazenamento, transporte e destino final de resíduos sólidos perigosos Derrames de substâncias perigosas Perda de Biodiversidade	Perda económica-financeira Dano de Reputação Insuficiência de informação necessária para o relato	Global Compact Código Ética EDP Condições Gerais de Compra Política de Ambiente Política de Biodiversidade	
Integridade e Ética	Corrupção e suborno Coação Moral ou psicológica Assédio sexual Incumprimento legal		Perda económica-financeira Dano de Reputação	Global Compact Código Ética EDP	
	Concorrência desleal	Quebra de sigilo contratual Práticas de dumping económico, social e ambiental	Deterioração do Clima organizacional	Condições Gerais de Compra	

7.4 AMBIENTE E SEGURANÇA

Independentemente do tipo e dimensão da obra ou do trabalho a realizar, o recurso a empresas exteriores tem sempre implícito, em cada fase, um controlo rigoroso da qualidade dos serviços, numa estratégia que assenta nos seguintes princípios:

- Integração do Ambiente e Segurança no Sistema de Qualificação dos prestadores de serviços (que inclui um questionário de aspectos ambientais);
- Cumprimento da Política de Ambiente e Política de Segurança, assim como de todos os requisitos legais de aplicação e da responsabilidade do prestador de serviço;
- Aplicação de novos instrumentos de prevenção e controlo, nomeadamente na exigência de Formação Básica de Segurança a todos os trabalhadores;
- Acompanhamento e avaliação do desempenho em ambiente e segurança na realização dos trabalhos através de um programa de auditorias;
- Realização de questionários e avaliação de fornecedores de serviço e atribuição de um prémio anual de reconhecimento aos prestadores de serviços que se distinguem pelo seu desempenho e contributo em matéria de segurança no trabalho.

7.5 CONTRATADOS E SUBCONTRATADOS

Estão a ser desenvolvidos e implementados sistemas de qualificação destinados exclusivamente a subempreiteiros, especialmente para tarefas consideradas mais críticas, sendo de salientar a construção e manutenção de redes eléctricas AT, MT e BT, e os trabalhos em tensão AT, MT e BT.

Em 2010, foi utilizado como critério de ponderação de propostas, para efeitos de adjudicação, o volume de subcontratação, sendo penalizada a subcontratação excessiva.

Em sede de programas de qualificação/caderno de encargos foram introduzidos critérios que obrigam, também, as empresas subcontratadas a assumir compromissos, entre outros, de não utilização de mão-de-obra ilegal, implementação de sistemas de garantia da qualidade e compromisso de adesão a políticas de protecção ambiental.

Em 2010, no âmbito da formação de equipas de prestadores de serviços externos em trabalhos em tensão – TET – e em Segurança, foi implementado um processo de definição de requisitos e reconhecimento de entidade formadoras para efeitos de qualificação de contratados e subcontratados.

Com este projecto procurou-se garantir a melhoria e a uniformização dos requisitos da formação ministradas aos colaboradores das empresas contratadas e subcontratadas.

No terreno, a EDP mantém auditorias a empreiteiros e subempreiteiros onde são avaliadas as práticas ambientais, de prevenção e segurança e relacionadas com os direitos humanos, tendo em Portugal efectuado um total de 1.158 auditoria, cobrindo 133 empreiteiros e subempreiteiros.

Para informação adicional sobre práticas de prevenção e segurança de fornecedores, ver capítulo Colaboradores, págs. 75 e 80.

8. COMUNIDADE

8.1 SOCIEDADE

O relacionamento com a sociedade e os seus diferentes actores assume uma importância crescente, pela interdependência reconhecida entre as partes. A estratégia de comunicação com a comunidade adopta diferentes expressões e abordagens dentro do Grupo, sendo predominantemente protagonizada pelas respectivas Fundações:

- Fundação EDP, em Portugal;
- Fundação Hidrocontábrico, em Espanha;
- Instituto EDP, no Brasil.

Complementarmente, a EDP privilegia o estabelecimento de parcerias como estratégia primordial de intervenção, certos de que a eficiência na afectação de recursos, a partilha de conhecimento e a implementação de boas práticas são factores fundamentais para uma empresa sustentável.

Um conjunto mais detalhado de informação sobre as diferentes parcerias estabelecidas na área ambiental, de cidadania e cultura, podem ser consultadas em www.edp.pt > Sustentabilidade. De relevar, são ainda as iniciativas inovadoras de relacionamento com a comunidade, como é o caso dos projectos cocriação e fablab (Capítulo I&D+Inovação), pág. 72.

MEDIR O IMPACTE NA COMUNIDADE



O modelo LBG aplica-se para:

- Suportar a estratégia de investimentos na comunidade;
- Medir o desempenho desse investimento;
- Identificar oportunidades de realizar projectos;
- Maximizar a eficácia social do investimento.

A melhoria da aplicação dessa metodologia concretiza-se com a capacidade de implementar a técnica SROI – Social Return on Investment (ver glossário online), já aplicada pela EDP num caso piloto – Associação Operação Nariz Vermelho.

O sucesso deste modelo levou a Fundação EDP a estabelecer uma parceria com a Universidade Católica do Porto, com vista à realização de estudos de avaliação dos impactes sociais alcançados, com os investimentos sociais realizados no âmbito de alguns projectos do programa EDP Solidária. Em 2010, esta parceria será alargada à Universidade Nova de Lisboa.

Conhecer as contribuições voluntárias da EDP para projectos de apoio à comunidade é hoje considerado, pela empresa, como insuficiente, pois importa compreender os resultados e os impactes das iniciativas, ou seja, o contributo efectivo para a alteração de comportamentos, melhoria do bem-estar social, e o retorno social do investimento.

Esta alteração de foco está na base da adesão da EDP, em 2007, ao Modelo LBG (“London Benchmarking Group”).

contributo para a sustentabilidade

CONTRIBUIÇÕES^(a) PARA A COMUNIDADE EM 2009 E 2010

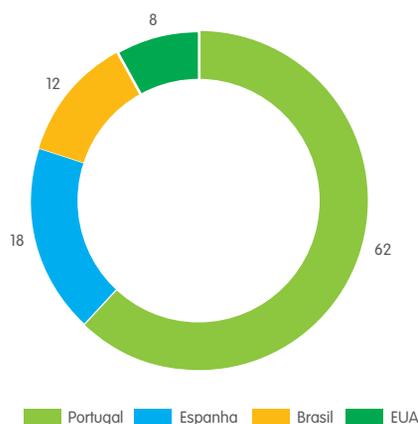
Valor total das contribuições (€) (b)		2010	2009
Categoria	Investimento não estratégico	2.263.399	1.625.551
	Investimento estratégico	15.501.914	12.393.356
	Iniciativa comercial	3.456.009	3.088.798
	Não aplicável		
Natureza	Educação	3.104.213	2.623.431
	Saúde	465.709	353.650
	Desenvolvimento económico	895.514	329.332
	Ambiente	2.435.853	982.160
	Arte e cultura	5.288.359	6.489.601
	Bem-estar social	1.806.032	2.236.195
	Resposta a situações de emergência	215.054	
	Outras	7.010.589	4.093.337
	Contribuições monetárias	Valor	19.711.331
"Staff" voluntário	Nº colaboradores envolvido em acções de voluntariado no tempo de trabalho	379	248
	Nº horas em trabalho voluntário durante o horário de trabalho	10.886	5.817
	Valor do tempo voluntário	442.172	149.762
Contribuições em espécie	Valor das contribuições em espécie	1.067.820	1.731.357
Custos de gestão		121.064	50.538
Valor total das contribuições (incluindo os custos de gestão)		21.342.386	17.158.242

(a) Valores de 2010: ainda não validados pela Corporate Citizenship
 (b) Excluindo os custos de gestão

Este modelo, com diferentes níveis de complexidade e exigência, é hoje aplicado aos projectos, predominantemente protagonizados pelas diferentes fundações.

Estes projectos agrupam-se na área da educação, desenvolvimento económico, bem-estar social e resposta a situações de emergência. Os recursos adicionais foram obtidos junto de fornecedores, clientes, colaboradores e outras instituições.

Contribuição da EDP por região (%)



Valores provisórios, ainda não validados pela Corporate Citizenship

Em 2010, o valor total das contribuições do Grupo EDP foi cerca de 21 milhões de euros, correspondendo a 1,03% do EBIT (consultar tabela Contribuições para a Comunidade em 2009 e 2010). Cerca de 93% das contribuições da EDP são monetárias, tendo-se registado cerca de 2,5 milhões de euros em alavancagem, de acordo com a terminologia LBG (ver glossário online). O voluntariado envolveu 379 colaboradores do Grupo, correspondeu a 2% das contribuições e a mais de 10.000 horas de trabalho em acções de campanhas de recolhas de bens nas diferentes geografias, aulas de empreendedorismo em várias escolas em Portugal e no Brasil e apoio a instituições sociais.

8.2 ONG

Para a EDP, as Organizações Não Governamentais (ONG) são "stakeholders" importantes, com os quais, ao longo dos anos, a empresa tem vindo a desenvolver parcerias de várias naturezas, garantindo um canal de comunicação activo com as diferentes entidades parceiras. Este tipo de relacionamento é complementado com um canal de diálogo "online", aberto a todas as ONG's, onde se compromete a responder às questões colocadas (www.edp.pt/sustentabilidade> partes interessadas> ONG).

Conhecer e incorporar no processo de decisão, as expectativas deste segmento activo e organizado da sociedade, em particular das ONG de ambiente (ONGA), é um compromisso que o Grupo assume nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável. Um dos objectivos da EDP tem sido a clarificação das suas estratégias de actuação, com minimização e compensação dos impactes ambientais, e já no início de 2011, a EDP lançou, em Portugal, um inquérito às ONGA, para complementar e aferir as diferentes percepções existentes no terreno. Os resultados obtidos foram, em síntese, os seguintes:

- Os assuntos de maior relevância para as ONG's, tendo em conta a actividade da EDP foram: a eficiência energética no consumo (75%), a promoção de energias renováveis (75%), e a eficiência na produção e distribuição de energia (71%);
- Os assuntos mais relevantes tendo em conta o relacionamento entre a EDP e ONGA foram: a promoção de energias renováveis (74%); a protecção da biodiversidade (70%); a diminuição da poluição atmosférica; e a eficiência energética no consumo (ambos com 65%).

Os resultados deste inquérito vão permitir, à EDP, construir respostas mais eficazes no futuro.

Durante 2010, destacam-se algumas das iniciativas promovidas conjuntamente com ONG:

Ambiente:

- **Festa das Aves no Parque Natural do Douro Internacional**
Encerramento do projecto PEAR (Plano de Emergência para Aves Rupícolas) que teve como principal objectivo inverter o declínio de três espécies de aves - Águia de Bonelli, Abutre do Egípto e Cegonha Negra - numa região de elevada sensibilidade ecológica, como é o Douro Internacional, e onde a EDP tem alguns projectos em curso.
- **Ecofamilias** – Projecto desenvolvido em parceria com a Quercus, que visa a sensibilização dos cidadãos para as questões ligadas ao consumo de energia no sector doméstico, nomeadamente para a sua redução e racionalização. Medida financiada no âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.
- **Protocolo Avifauna** - Projecto desenvolvido em colaboração com a Quercus, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), que visa promover o equilíbrio entre a qualidade de serviço técnico e a protecção da avifauna, em vigor desde 2003.
- **Conservação da abetarda, sisão e peneireiro das torres, nas estepes cerealíferas do Baixo Alentejo, projecto Life +** - Com o objectivo de promover a conservação destas espécies, considerando a minimização de factores de perturbação, como as linhas eléctricas.

Mais informação poderá ser obtida no Relatório de Biodiversidade, disponível em www.edp.pt > **Sustentabilidade** > **Ambiente** > **Biodiversidade**.

Social:

- **Campos de Férias** – A HC Energia, em parceria com a ONG Solidaridad Educación y Desarrollo (SED), patrocinou os campos de férias em Navalguijo (Ávila) e “Espiral” em Fuenlabrada (Madrid) contemplando 120 crianças em situação de risco e de famílias de baixos recursos. Durante o mês de Novembro, a EDP Renováveis, em Espanha, levou a cabo com a SED, sessões de formação sobre voluntariado em acções locais, nacionais e internacionais.
- **Triciclo com suporte de soro para crianças** – O Hospital D. Estefânia foi a 1ª unidade a ser contemplada com a entrega destes equipamentos, adquiridos no decurso dos encontros anuais da EDP, em Portugal. Por cada nariz da Operação Nariz Vermelho usado por colaborador, a empresa doou 1 euro. O dinheiro angariado com esta acção foi investido em 20 triciclos a serem distribuídos pelos 12 hospitais nos quais a Operação Nariz Vermelho trabalha.
- **Lanterna mágica** – Projecto desenvolvido pela Girassolidário – Agência em Defesa da Infância e Adolescência, com o apoio do Instituto EDP, no Brasil, que visa fomentar a produção audiovisual com adolescentes e educadores de escolas públicas de Ribas do Rio Pardo (MS) para contribuir para o “Enfrentamento

ao Trabalho Infantil”. Este projecto envolveu 25 jovens e adolescentes.

8.3 COMUNIDADES LOCAIS

A forte expansão do negócio, com foco na construção de novos centros produtores, necessita de um envolvimento e de uma participação activa das comunidades locais, havendo um esforço muito substancial da EDP no diálogo e na promoção de iniciativas que se adequem às expectativas destas comunidades.

Exemplos disso são, por um lado, Plano de Comunicação associado aos novos aproveitamentos hidroeléctricos, o qual assentou em inquéritos de aferição de expectativas das comunidades, cujos resultados permitiram à empresa definir um conjunto de iniciativas de promoção de melhoria da qualidade de vida das populações vizinhas, em implementação pela Fundação EDP, em Portugal.

No aproveitamentos em exploração, a EDP tem vindo a alargar os Sistemas de Gestão Ambiental, ao Registo Europeu EMAS – Eco Management Audit Scheme, que prevê um relacionamento próximo com as comunidades locais e a publicação anual de um plano de actividades de melhoria, denominado Declaração Ambiental. Neste contexto, a EDP iniciou um conjunto de inquéritos junto destas comunidades, para aferir as suas expectativas e tentar melhorar as formas de diálogo.

Durante 2010, destaca-se um conjunto de iniciativas em curso junto das comunidades locais, às quais acrescem outras associadas à promoção da eficiência energética, descritas na página 84:

- **Prémio EDP Empreendedor Sustentável Sabor 2010** - Integra um conjunto de serviços de formação e orientação, bem como um prémio monetário para os melhores projectos com vista à criação de emprego e novas empresas nos Concelhos das barragens do Sabor, Picote e Bemposta. A execução do programa está a cargo da EEIG Glocal – Agrupamento Europeu de Interesse Económico com reconhecida experiência na promoção do empreendedorismo na região transmontana.



contributo para a sustentabilidade

- **Grupo Reflexão Novos Lagos** - Criação de um grupo de reflexão diversificado que inclui “embaixadores” representantes de várias instituições parceiras do Projecto Barragens, em Portugal, e personalidades reconhecidas pela comunidade local, com o objectivo de partilhar informação relevante, discutir temas estruturantes, encontrar e propor soluções inovadoras para a Região.
- **EDP Solidária Barragens 2010** - Programa específico para os 10 Concelhos de Sabor, Foz-Tua, Picote e Bemposta atribuiu apoios no valor de 200 mil euros, para 8 projectos locais, que beneficiam 14.500 pessoas.



- **Orquestra Geração para Amarante e Mirandela** - A EDP alargou a Amarante, o Projecto Orquestra Geração e ofereceu, simbolicamente, 20 instrumentos aos primeiros 20 jovens músicos de Amarante, entre os 10 e os 12 anos. Em Mirandela, as primeiras 27 crianças receberam, cada uma delas, um novo instrumento. Este protocolo entre a Fundação EDP e as escolas de música são reconhecidas pelo Ministério da Educação.



- **EDP ilumina Cova da Moura** - Durante cinco dias, a EDP distribuiu 5.000 lâmpadas eficientes, porta a porta, aos moradores do bairro da Cova da Moura, na Amadora. Cada agregado familiar recebeu, gratuitamente, 4 lâmpadas e informação sobre eficiência energética. Esta acção está integrada na campanha de distribuição de 800.000 lâmpadas economizadoras a moradores de bairros sociais e históricos.
- **Projecto Quilombola** - A EDP no Brasil, através do Instituto EDP, apoia o fortalecimento étnico-cultural e ambiental da Comunidade Quilombola de Retiro de Mangaraí no Estado de Espírito Santo.
- **Celebração do Global Wind Day em dois dos seus parques eólicos** - Os Parques eólicos de Los Altos del Voltoya e Cerros de Radona, receberam visitantes da Fundación Síndrome de Down de Madrid (FSDM) e estudantes de engenharia da Universidad Nacional de Educación a Distancia. O Global Wind Day é uma iniciativa da União Europeia, da Wind Energy Association (EWEA) e da Spanish Wind Energy Association (AEE).



- **Dia aberto no Antelope Ridge Wind Farm** - O dia aberto pretendeu responder às questões da comunidade local sobre o novo Parque Eólico no Union County (EUA). Estiveram presentes mais de 200 pessoas no encontro realizado na Blue Mountain Conference Center, em Oregon, onde os principais temas abordados foram: biodiversidade, ruído/saúde, valores paisagísticos e de propriedade, turismo, construção e oportunidades de emprego.
- **Celebração anual do Dia da Terra** - O Parque Eólico Blue Canyon Wind Farm, em Oklahoma (EUA), recebeu mais de 500 estudantes e professores da região, nos dois dias de celebração do dia da Terra. Para além da visita ao parque eólico, foram desenvolvidas actividades relacionadas com o tema da energia.



- **Letras de Luz** - Projecto de incentivo à leitura, levado a cabo pela EDP no Brasil. Com oficinas de capacitação de multiplicadores para o fomento à leitura, grupos teatrais e doação de livros aos órgãos públicos municipais de educação. O projecto já realizou 70 oficinas de leitura, 170 apresentações de teatro, doou 7.072 livros e teve, no total, 35.149 espectadores.

8.4 APOIO AO DESENVOLVIMENTO

2010 foi marcado, essencialmente pelo projecto Kakuma, reconhecido internacionalmente como inovador e criador de bem-estar económico e social com repercussões a médio e longo prazo. Um projecto centrado num modelo sustentável de desenvolvimento económico.

CAMPO DE REFUGIADOS DE KAKUMA



A EDP aliou-se ao ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e implementou no Quênia, um projecto-piloto com o objectivo de quebrar o ciclo de pobreza e promover o desenvolvimento sustentável da região através de uma atuação integrada em todas as frentes: energia para cozinhar (fogões solares), luz eléctrica para as famílias, iluminação das ruas, abastecimento e purificação de água, energia para os edifícios públicos (escolas, hospitais), empreendedorismo social, formação técnica de 100 refugiados, agricultura caseira e reflorestação de uma área de 10 hectares.

Um importante contributo para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2000.

Para além deste projecto, destacam-se os seguintes:

- **Apoio a vítimas do sismo no Haiti** – a EDP lançou uma campanha de recolha de fundos junto dos seus colaboradores, em Portugal, Espanha e Brasil, os quais puderam contribuir através da Bolsa de Valores Sociais. A Fundação EDP duplicou o valor dos donativos e as receitas recolhidas foram doadas à Cruz Vermelha (que coordena o apoio humanitário para o Haiti a nível mundial). Paralelamente, em parceria com a Fundação Benfica e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a EDP associou-se ao movimento de solidariedade internacional, através do apoio ao Jogo Contra a Pobreza, cujas receitas reverteram a favor do apoio à população do Haiti.
- **Painéis fotovoltaicos num centro de saúde de Benim** – Iniciativa levada a cabo pela Fundação Hidroantábrico em parceria com a Energía sin Fronteras, envolvendo todos os colaboradores da HC, com vista ao fornecimento de energia a um centro de Saúde de Benim, em África, através da instalação de painéis fotovoltaicos. Por cada euro que o colaborador doou, a Fundação dobrou o valor. O objectivo era totalizar os 60.900 euros (20.300 euros por parte dos colaboradores e 40.600 euros da Fundação), no entanto o valor doado excedeu as expectativas, tendo revertido para a aquisição de vacinas e medicamentos para o mesmo centro de saúde.

Informação mais detalhada no Relatório Social do Grupo, em www.edp.pt > Sustentabilidade > Publicações e Relatórios.

8.5 OUTROS APOIOS À COMUNIDADE

Desenvolvendo uma actividade fundamental para a qualidade de vida de todos os cidadãos, a EDP continuou a assumir como eixos orientadores os programas de apoio à comunidade que:

- Privilegiem o princípio da equidade;
- Desenvolvam conhecimento e novas competências;
- Sejam inovadores na área da inovação, do empreendedorismo social e da educação;
- Contribuam para afirmar e divulgar a arte e a cultura, com especial atenção para a revelação das tendências estéticas contemporâneas;
- Promovam e incentivem o voluntariado.

Destacam-se alguns dos projectos levados a cabo em 2010:

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E APOIO À JUVENTUDE

- **Portal Geração EDP** – Novo portal destinado ao público infante-juvenil (www.geracaoedp.edp.pt) que pretende contribuir para uma consciência das novas gerações para a questão da eficiência energética e para as alterações climáticas. Constituído por 4 projectos diferentes interagindo com linguagens e pedagogias adaptadas aos diferentes níveis de ensino, em Portugal: a tua energia, o ambiente é de todos, twist e university challenge.



- **Olimpíadas da Física 2010** – Competição desenvolvida pela Sociedade Portuguesa de Física e a Fundação EDP, que desafia os alunos do ensino básico e secundário de todo o país, a demonstrar os seus conhecimentos de física através de provas teóricas e práticas.
- **University Challenge 2010** – Projecto destinado a alunos universitários, desenvolvido em Portugal e Espanha (EDP Renováveis). Trata-se de um concurso anual cujo objectivo é estimular a população universitária a aplicar os seus conhecimentos académicos no desenvolvimento de um tema/projecto, no âmbito da estratégia e do marketing. O grupo vencedor recebe uma bolsa de estudo no valor de 10.000 euros e estágios de 3 meses na EDP (Portugal, Espanha ou Brasil). O docente que acompanhou o projecto é premiado com 3.500 euros.



contributo para a sustentabilidade

- **Arte com Energia** – Concurso da EDP no Brasil, dirigido aos estudantes que integram as 27 escolas do Programa EDP nas Escolas (1º ao 5º ano ou 1º a 4ª série do ensino fundamental), que visa estimular os alunos a criarem arte em torno do tema da energia. Em 2010, a partir do tema “Biodiversidade, quanta vida diferente!”, os jovens elaboraram um jornal, onde a criatividade foi avaliada através escrita, desenho e pintura. Foram premiados os 3 melhores trabalhos.
- **“Los Regeneracionistas como Formadores de Opinión”** – Palestra apresentada pelo historiador Santos Julia, prêmio Nacional de Historia y Catedrático de Historia Social y Pensamiento Político, integrada no ciclo de conferências sobre “La España de los tres primeros decenios del siglo XX: De la Monarquía a la República”, em Espanha.
- **“MIT Clean Energy Prize”** - A EDP Inovação patrocinou, nos EUA, o evento organizado pelo MIT que contou com a presença de várias equipas, constituídas por jovens empreendedores, cuja ambição é contribuir para um mundo melhor.

AMBIENTE

- **Campanha “Sai para a Rua”** – Integrada no Ano Internacional da Biodiversidade, esta campanha mobilizou todos os cidadãos a participarem na iniciativa do Dia B, com o intuito de aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade, em Portugal. Alguns colaboradores da área de ambiente foram os anfitriões, um pouco por todo o País, acolhendo e acompanhando alguns grupos de observação. As fotografias das observações foram inseridas no site www.biodiversity4all.org, criando uma base de dados nacional.
- **Fundo EDP para a biodiversidade:** Com vista ao aprofundamento do conhecimento científico sobre os diferentes aspectos da biodiversidade e optimização da conservação e melhoria da dinâmica dos ecossistemas, a EDP tendo vindo a apoiar, em Portugal, projectos através deste fundo deste 2007. Em 2010, os quatro projectos vencedores que partilharão 500.000 euros, incidem sobre: os hábitos das aves migratórias (SPEA), as florestas do fundo do mar (Centro de Ciência do Mar Algarve), árvores ribeirinhas (Instituto Superior de Agronomia – UTL) e os usos e saberes associados às espécies do Parque Natural do Douro Internacional (Frauga).
- **Substituição de sacos plásticos por sacos 100% biodegradáveis** - A HC Energía passou a usar sacos reutilizáveis fabricados a partir de fécula de batata e tintas à base de água, garantindo a sua biodegradação e compostagem. Antecipa, assim as suas acções no âmbito do Plano Nacional Integrado de Resíduos, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente espanhol.



SAÚDE E SOLIDARIEDADE

- **Do Something.pt** - Portal desenvolvido em parceria com a TESE - Associação para o Desenvolvimento, que surge da necessidade de aumentar a participação cívica. Tem como objectivo mobilizar os jovens dos 15 aos 30 anos para o voluntariado, utilizando acções de rua, internet e redes sociais. O projecto Do Something acredita que os jovens de Portugal podem ser o motor de transformação social e podem contribuir para as questões relacionadas com o ambiente, pobreza, desigualdades, discriminação, cidadania e direitos humanos.
- **Manual de Convivência com Pessoas com Deficiência** – Em consonância com a sua Política de Valorização da Diversidade, a EDP no Brasil, lançou um manual de convivência, reunindo recomendações para melhorar a cultura e as relações entre as pessoas.

ARTE E CULTURA

- **World Press Photo 10** - A World Press Photo é uma exposição, em Portugal, composta pelas fotografias vencedoras do Prémio de fotojornalismo, um dos mais importantes a nível mundial. Este ano, o júri da 53ª edição do Prémio escolheu 167 fotografias, de 62 fotógrafos, de 22 nacionalidades diferentes. As imagens vencedoras foram seleccionadas entre as mais de 100.000 inscritas, um recorde do concurso. Num período de 2 semanas, a exposição teve mais de 12.400 visitantes.
- **Ilustrarte** - IV Bienal Internacional de Ilustração para a Infância – Este projecto visa criar um espaço internacional de encontro e de discussão da melhor ilustração para a infância, colocando Portugal na rota dos grandes eventos nesta área. Concorreram a esta edição da bienal, 1.400 ilustradores de 61 países. Para além das 150 ilustrações seleccionadas, a exposição incluiu ainda dois outros núcleos: uma retrospectiva da obra do ilustrador alemão Wolf Erlbruch e um olhar sobre a obra da escritora Luísa Ducla Soares, aquando da publicação do seu centésimo livro.
- **Aberto Circuito EDP Teatro a Bordo** - A abertura do projecto teve lugar no Estado de Espírito Santo, no Brasil, e contou com oficinas de materiais recicláveis, confecção de brinquedos, e outros objectos. Participaram crianças das escolas públicas municipais e a população local. Na sessão foram abordados temas como a preservação do ambiente e segurança e teve lugar uma sessão de cinema com exibição de curtas-metragens de ficção e documentários.



- **Concurso “A Arte de Fotografar”**- Foi elaborada uma exposição das obras vencedoras do concurso que recebeu 3.642 fotos, de 998 fotógrafos, de 28 cidades paulistas, onde a EDP no Brasil está presente.

- **Ciclo de concertos natalícios da Camerata Revillagigedo** – Foi realizado um ciclo de concertos no Claustro de la Casa Miranda del Palacio de Valdecarzana, Grado, em Espanha.
- **Los cuadros del Bellas Artes en el Campo** – Com o objectivo de promover Oviedo a Capital Europeia da Cultura, foi organizada uma exposição de pintura no Jardim El Campo de San Francisco, em Espanha, onde foram suspensas nas árvores 24 reproduções de Goya, El Greco, Sorolla o Picasso.



- **Ecomuseu Terra Mater de Trás-os-Montes** – Localizado na aldeia de Picote, em Miranda do Douro, em pleno Parque Natural do Douro Internacional dá a conhecer o território e património do Planalto Mirandês, destacando práticas tradicionais ainda vivas na região. O projecto, liderado pela associação local Frauga, contou com o apoio financeiro da EDP.

BEM-ESTAR SOCIAL

- **Turma do Bem - OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público** - Implementação do projecto "Dentistas do Bem/Brasil" em Portugal que conta com o trabalho voluntário de médicos-dentistas que atendem crianças e adolescentes com poucos rendimentos, entre 11 e 17 anos, proporcionando-lhes tratamento odontológico gratuito até completarem 18 anos. Os pacientes são seleccionados através de uma triagem feita entre estudantes do 2º e 3º ciclos em escolas da rede pública e associações ou instituições de todo o país.
- **Campanha de Recolha de Bens Usados EDP** - Embora decorrendo em todas as geografias, os resultados obtidos em Portugal são exemplificativos do empenho de todos, não só como ofertantes, mas também como voluntários para a realização da campanha.



- **Reciclando Juntos** – A EDP Escelsa, no Brasil, apoia o projecto na cidade de Castelo, no Espírito Santo, que reverte a coleta de lixo reciclável em rendas para 26 famílias.
- **Programa 5S** – Esta acção do programa + Lean recolheu 2,3ton de papel separadas pelos colaboradores da EDP, número equivalente a 23 árvores, foram doadas à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Tocantins e a empresas de reciclagem de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, no Brasil.
- **www.voluntariadoedp.com.br** – A EDP no Brasil lançou o Portal do Voluntariado EDP, que incentiva os seus colaboradores a dedicar o seu tempo a acções solidárias.

DESPORTO

- **A Escola, O Desporto e o Bicas** - Programa desenvolvido pela Fundação EDP e a ANDEMMOT - Associação Nacional de Desporto para Deficientes Motores, que pretende cativar mais atletas para a prática desportiva do basquetebol em cadeira de rodas e sensibilizar a sociedade para os temas e questões relacionados com a prática desportiva de cidadãos com deficiência motora.
- **European Green Mobility Tour** – A European Green Mobility Tour percorreu as cidades de Berlim, Nuremberga, Munique, Freiburg e Estugarda, com a finalidade de conhecer e presenciar as soluções inovadoras em mobilidade sustentável e de transporte urbano adoptadas pelas cidades e pelas principais empresas alemãs.
- **Maratonas de Lisboa, Porto, Douro e ciclismo: Biketour** Estas provas congregam milhares de praticantes em Portugal. A biketour realiza-se em Portugal, Espanha e Brasil.



contributo para a sustentabilidade

9. DESEMPENHO AMBIENTAL

INDICADORES AMBIENTAIS	2010					2009				
	Grupo	Portugal	Espanha ⁽¹⁾	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Consumo de energia primária (TJ)	176.519	94.788	81.643	62	26	242.878	144.472	98.341	64	n.a.
Carvão	81.816	45.780	36.036	n.a.	n.a.	132.628	81.675	50.952	n.a.	n.a.
Fuelóleo	1.566	1.404	162	n.a.	n.a.	6.105	5.909	196	n.a.	n.a.
Gás natural	78.581	44.042	34.539	n.a.	n.a.	89.051	52.472	36.579	n.a.	n.a.
Gás de alto forno	8.058	n.a.	8.058	n.a.	n.a.	7.996	0	7.996	n.a.	n.a.
Gás de coque	1.353	n.a.	1.353	n.a.	n.a.	1.483	0	1.483	n.a.	n.a.
Gasóleo	205	111	94	n.a.	n.a.	109	16	93	n.a.	n.a.
Resíduos florestais	3.280	3.280	n.a.	n.a.	n.a.	4.227	4.227	0	n.a.	n.a.
Gás siderúrgico	1.380	n.a.	1.380	n.a.	n.a.	1.030	0	1.030	n.a.	n.a.
Combustível da frota automóvel	281	171	22	62	26	249	172	13	64	n.a.
Consumos de electricidade										
Consumos próprios da Produção (MWh)	1.815.385	1.250.389	557.922	7.074	n.d.	2.429.843	1.800.337	629.506	n.d.	n.d.
Serviços administrativos (MWh)	36.370	15.158	7.378	12.837	997	33.256	18.590	942	7.463	6.261
Perdas nas redes (%)	8,6%	7,5%	4,0%	12,3%	n.a.	8,32%	6,84%	4,97%	12,68%	n.a.
Certificação Ambiental (ISO 14001)										
Instalações de produção certificadas (n°)	106	55	47	4	0	79	52	26	1	0
Potência líquida máxima instalada certificada (MW)	15.103	9.711	3.992	1.401	0	12.633	8.835	3.347	452	0
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	69	92	63	80	0	62	84	63	26	0
Subestações certificadas (n°)	21	18	0	3	n.a.	3	3	0	0	n.a.
Potência das subestações certificadas (MVA)	792	617	0	175	n.a.	60	60	0	0	n.a.
Potência das subestações certificadas (%)	2,8	3,7	0,0	2,8	n.a.	0,22	0,37	0	0	n.a.
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	100	n.a.	n.a.	100	100	100	0	n.a.
Emissões atmosféricas										
Emissões Totais (kt)										
CO ₂ ⁽²⁾	14.699	6.990	7.708	n.a.	n.a.	20.007	11.075	8.932	n.a.	n.a.
SO ₂	9,5	3,4	6,2	n.a.	n.a.	17,07	8,24	8,84	n.a.	n.a.
NOx	18,3	10,8	7,4	n.a.	n.a.	33,31	21,49	11,83	n.a.	n.a.
Partículas	0,6	0,3	0,3	n.a.	n.a.	1,05	0,55	0,50	n.a.	n.a.
Merúrio (kg)	69,8	52,8	17	n.a.	n.a.	142	100	42	n.a.	n.a.
SF ₆ (kg)	363	256	83	24	n.a.	280	227	5	48	n.a.
Emissões específicas globais de CO ₂ (g/kWh)	244	242	497	n.a.	n.a.	362,3	411	594	n.a.	n.a.
Emissões específicas do parque térmico (g/kWh)										
CO ₂	654	565	763	n.a.	n.a.	705	632	821	n.a.	n.a.
SO ₂	0,42	0,27	0,61	n.a.	n.a.	0,60	0,47	0,74	n.a.	n.a.
NOx	0,81	0,88	0,74	n.a.	n.a.	1,17	1,23	0,99	n.a.	n.a.
Partículas	0,02	0,02	0,03	n.a.	n.a.	0,04	0,03	0,04	n.a.	n.a.
Emissões de GEE⁽³⁾										
Emissões directas (âmbito 1) (ktCO ₂ eq)	14.744	7.015	7.722	5	2	20.039	11.100	8.933	6	n.d.
Emissões indirectas (âmbito 2) (ktCO ₂ eq)	1.027	866	68	92	1	1.274	1.122	109	40	4
Outras emissões indirectas (âmbito 3) (ktCO ₂ eq) ⁽⁴⁾	25,0	15,1	6,1	1,7	2,1	8,9	3,7	3,7	1,5	n.d.
Água captada por fonte de origem (10³x m³)										
Oceano	1.074.512	727.889	346.622	n.a.	n.a.	1.606.412	1.166.003	440.409	n.a.	n.a.
Rio/Ribeira	77.592	66.548	11.035	9	n.a.	119.170	104.887	14.283	n.a.	n.a.
Albufeira	154	154	0	n.a.	n.a.	316	316	0	n.a.	n.a.
Furo	227	227	0	n.a.	n.a.	1.086	745	341	n.a.	n.a.
Poço	39	14	0	25	n.a.	40	12	0	28	n.a.
Serviços Municipalizados	5.078	3.101	1.877	63	37	5.641	3.257	2.324	59	n.d.

INDICADORES AMBIENTAIS	2010					2009				
	Grupo	Portugal	Espanha ⁽¹⁾	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Utilização da Água (10³x m³)										
Água de refrigeração	1.150.342	793.217	357.125	n.a.	n.a.	1.726.053	1.271.032	455.021	n.a.	n.a.
Água bruta	7.578	5.199	2.379	n.a.	n.a.	6.577	4.013	2.564	n.a.	n.a.
Água potável	302	168	15	83	35	245	134	24	86	n.a.
Águas residuais (m³)										
Efluente tratado na actividade de produção	3.705.478	1.591.911	2.113.567	n.a.	n.a.	3.624.412	1.368.573	2.255.839	n.a.	n.a.
Rejeição para meio marítimo	1.076.223.280	728.292.687	347.930.593	n.a.	n.a.	1.608.305.923	1.166.689.787	441.616.136	n.a.	n.a.
Rejeição para águas interiores e estuarinas	64.122.426	57.496.239	6.626.187	n.a.	n.a.	112.435.382	100.952.408	11.482.974	n.a.	n.a.
Resíduos encaminhados para destino final										
Total de resíduos (t)	765.340	484.466	274.548	6.055	271	929.642	587.289	333.287	8.931	136
Total de resíduos perigosos (t)	4.741	3.896	675	58	113	3.012	1.776	1.129	91	22
Resíduos valorizados (%) ⁽⁵⁾	92	88	99	99	58	94	98	86	99	98
Principais categorias de resíduos (t)										
Cinzas volantes de carvão valorizadas	318.118	171.187	146.931	n.a.	n.a.	580.062	333.303	246.759	n.a.	n.a.
Óleos usados	503	284	137	9	73	959	600	222	58	79
PCB	236	79	140	17	0	314	0	314	0	0
Metais	2.463	1.379	518	494	72	3.072	799	685	1.525	63
Gesso	250.533	208.585	41.947	n.a.	n.a.	129.179	86.736	42.443	n.a.	n.a.
Biodiversidade										
Linhas AT em áreas classificadas (km)	946	843	39	64,6	n.a.	948	844	39	65	n.a.
Linhas MT em áreas classificadas (km)	12.281	7.701	616	3.963	n.a.	12.930	8.383	613	3.934	n.a.
Subestações em áreas classificadas (n ^o)	40	18	11	11	n.a.	42	19	11	12	n.a.
Despesas Ambientais (mil €)										
Investimento ambiental	74.943	56.193	7.394	9.231	2.124	86.670	62.889	11.079	9.495	3.207
Gastos ambientais	23.534	9.530	12.632	1.328	44	32.228	10.804	16.714	1.933	2.777
Cumprimento										
Multas e penalidades Ambientais (mil €)	36	0	36	0	0	29	0	29	0	0
Reclamações ambientais (n ^o)	366	41	297	28	0	101	89	n.d.	12	n.d.

(1) Inclui os resultados do Resto da Europa

(2) Não inclui a frota automóvel e consumo e perdas de gás natural

(3) Ver detalhe no capítulo das alterações climáticas

(4) O aumento de valor do âmbito 3 deve-se ao aumento de itens reportados e não ao aumento absoluto de emissões.

(5) Não inclui dados da EDP Renováveis Europa

contributo para a sustentabilidade

9.1 REDUZIR OS IMPACTES AMBIENTAIS

A EDP tem publicada uma Política de Ambiente onde sublinha a sua ambição em ser líder de referência na gestão ambiental das suas actividades, considerando os diversos “stakeholders” no processo de decisão e promovendo as boas práticas neste domínio. Esta política pode ser consultada em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Ambiente](#).

MORAY FIRTH - PARQUE EÓLICO “OFFSHORE”



Projecto de energia eólica offshore, com uma capacidade instalada de cerca de 1,3GW.

A região de Moray Firth no Reino Unido, alberga alguns sítios de importância nacional e internacional para a vida selvagem. Apesar do impacto directo das turbinas eólicas ser pouco significativo, têm vindo a ser realizados estudos ambientais (ecologia bènctica, peixes, mamíferos marinhos, ornitologia) de forma a evitar ou, se não for possível, minimizar possíveis impactes.

Um abrangente Plano de Gestão Ambiental incorporará o contrato de construção para o desenvolvimento do parque eólico, de forma a assegurar o cumprimento das condições de aprovação do projecto, bem como a implementação das melhores e mais actuais práticas ambientais.

A melhoria contínua na gestão ambiental é promovida pelos registos voluntários EMAS, pela manutenção dos Sistemas de Gestão Ambiental de acordo com a ISO 14001:2004 e pelo Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SIGAC), implementado e certificado com referência à mesma norma, o qual tem como âmbito: “gestão corporativa das políticas ambientais e dos planos estratégicos de ambiente, da informação ambiental e do desempenho ambiental das organizações do Grupo EDP”.

O conjunto destes sistemas permite à EDP, o correcto enquadramento e reforça o seu compromisso em integrar os aspectos ambientais significativos em todos os processos de planeamento e tomada de decisão nos diferentes níveis da organização, designadamente no que respeita à sua avaliação, controlo e minimização. As abordagens de gestão associadas a cada um dos aspectos ambientais mais significativos podem ser encontradas em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Ambiente](#)

Hoje, a EDP apresenta sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com a ISO 14001:2004 que abrangem 106 instalações de produção de electricidade, correspondentes a 69 % de potência líquida máxima instalada, a actividade de manutenção de 21 subestações correspondente a 2,8% de potência instalada, toda a actividade de distribuição e comercialização de gás, e a prestação de serviços de ensaios laboratoriais em domínios específicos, calibração de equipamentos no domínio eléctrico e estudos

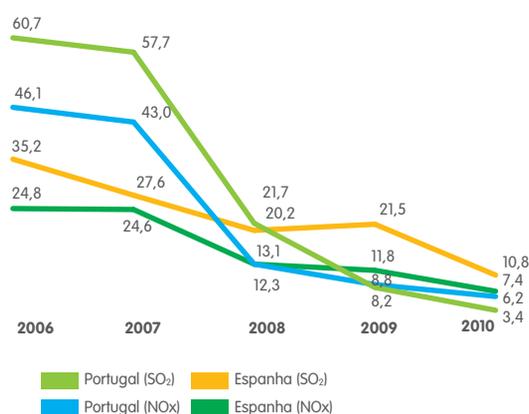
electrotécnicos. A EDP conta, ainda, com o registo no EMAS de 34 instalações, correspondentes a 28 % da sua potência líquida máxima instalada.

A EDP detém uma participação financeira (15,5%) na central nuclear de Trillo, em Espanha, não consolidando a informação ambiental desta central. No entanto, informação sobre o seu desempenho está disponível em www.cnaf.es.

9.1.1 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Para além dos “queimadores de baixo NOx” já implementados nas centrais a carvão, encontra-se, actualmente, em instalação, na Central de Sines, um sistema de desnitrificação catalítica dos gases de combustão. Este sistema permite uma redução de cerca de 70% das emissões de NOx, face aos níveis actuais. Prevê-se a conclusão deste projecto no final de 2011.

Evolução das emissões atmosféricas (kt)



As centrais a carvão possuem, ainda, sistemas de dessulfuração, o que permitiu uma redução de emissão específica de SO₂ da produção térmica de 3,12 g/kWh, em 2007, para 0,42 g/kWh, no ano de 2010.

9.1.2 ÁGUA

A EDP iniciou, em 2010, uma abordagem mais estratégica ao consumo e uso da água nas suas actividades. Pela primeira vez, foi lançado o inquérito Water Disclosure Project, a EDP foi uma das 150 empresas no mundo a responder. Uma das acções desenvolvidas foi a análise dos activos de produção tendo por base a Global Water Tool. Esta análise permitiu concluir que as principais instalações da EDP não estão localizadas em áreas consideradas actualmente em stress hídrico.

Não obstante, a EDP continua a implementar medidas de eficiência no uso de recursos, em particular a água é sempre considerada. Neste contexto, destaca-se a instalação de cinzeiros por via seca nos grupos térmicos de carvão e a instalação na Central Termoeléctrica de Sines do sistema de dessulfuração que, em 2010, permitiu reaproveitar o efluente tratado em 56%.

Na actividade hidroeléctrica, a EDP no Brasil seleccionou para a repotenciação da UHE Mascarenhas uma tecnologia mais eficiente, obtendo-se uma maior produção de energia com a mesma quantidade de água turbinada.

9.1.3 RESÍDUOS E SUBPRODUTOS

A Central Termoelétrica de Sines desenvolveu um projecto para a utilização de uma mistura de cinzas volantes com cinzas de fundo para conseguir reduzir o volume de resíduos produzido e consequentemente o espaço ocupado em aterro.

CENTRAL DE SINES



A Central de Sines é a primeira instalação do espaço económico europeu a obter uma Aprovação Técnica Europeia (ATE) para "Cinza volante modificada SN" (mistura de cinzas volantes com cinzas de fundo), possibilitando assim a sua comercialização e circulação no Espaço Económico Europeu. www.inec.pt/qpe/eta/

A Central de Sines tem actualmente a capacidade para utilizar cerca de 20.000 toneladas/ano de cinza de fundo na cinza volante modificada.

A substituição de cimento por cinza volante modificada na preparação de betão, reduz a quantidade de cimento utilizado. Esta redução de betão corresponde no mínimo a uma redução das emissões de CO₂ de cerca de 13.000 toneladas.

Foi efectuado o registo no REACH das cinzas de carvão e do sulfato de cálcio como substâncias, possibilitando a sua total utilização.

Na actividade de distribuição de electricidade, foi definido contratualmente que a contar de 2010, a responsabilidade dos resíduos produzidos nas obras de construção, reparação e manutenção de redes em regime de empreitada contínua seria dos respectivos prestadores de serviço. Nestes processos foram enviados para destino final 7.007 toneladas de resíduos, dos quais aproximadamente 21% perigosos, e 80% destinaram-se a processos de valorização.

De acordo com a Convenção de Basileia, a EDP limita o movimento transfronteiriço dos seus resíduos. A sua exportação é limitada aos resíduos de PCB ou a situações acidentais, em que se verifica que o país onde o resíduo é gerado não dispõe da capacidade técnica/instalações necessárias para a sua eliminação. Durante 2010 não houve registo deste tipo de ocorrências.

De acordo com os imperativos e prazos legais previstos, concluiu-se em 2010 o programa de despistagem e eliminação de equipamento contendo PCB. Foram recolhidas e encaminhadas a destino final de eliminação por operador licenciado, 236 toneladas de equipamentos e óleo com concentração de PCB superior a 500 ppm. De acordo com a legislação aplicada, os restantes transformadores contaminados mantêm-se até ao final da sua

vida útil, estando, contudo, a EDP a antecipar a sua eliminação dando prioridade a este tipo de equipamentos no âmbito dos planos de substituição.

9.1.4 PREVENÇÃO

A EDP identifica os quase-acidentes e acidentes ambientais, promovendo o seu registo e análise e agindo tendo em vista a imediata correcção das circunstâncias em que ocorreram e a prevenção da sua recorrência. Ainda assim, ocorreram alguns incidentes ambientais:

INCIDENTES AMBIENTAIS

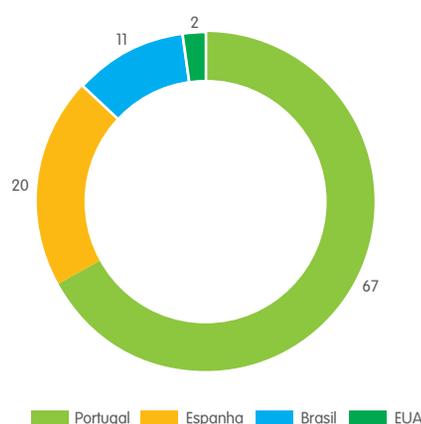
Na actividade de Distribuição, ocorreram cerca de 245 pequenos derrames de óleo de transformadores de potência, estimando-se num total de 200 m³ de óleo derramado. Na EDP Renováveis registaram-se 12 pequenos derrames que originaram cerca de 1,5 m³ de óleo derramado. Em todos os casos foi efectuada a sua limpeza, tendo os resíduos resultantes sido encaminhados para tratamento, sem outro tipo de consequências ambientais.

Na actividade de Produção, registou-se um derrame de ácido clorídrico aquando de uma descarga para abastecimento de um tanque. A área foi lavada e o efluente líquido resultante encaminhado para a instalação de tratamento de efluentes líquidos da Central, não se tendo produzido nenhum resíduo nem impacte significativo no ambiente.

9.1.5 DESPESAS AMBIENTAIS

Em 2010, a EDP incorreu em gastos ambientais para evitar, reparar ou minimizar os danos ambientais num montante de cerca de 98 milhões de euros. O investimento ambiental foi de 75 milhões de euros, correspondendo a 2,8% no total do investimento do Grupo. Destacam-se os valores gastos para minimizar os efeitos da poluição atmosférica (cerca de 56 milhões de euros) e para reduzir os impactes sobre a biodiversidade e paisagem (cerca de 20 milhões de euros). As receitas ambientais provenientes da venda de resíduos e de subprodutos foram de 6 milhões de euros.

Gastos Ambientais (%)



Para informação detalhada sobre informação financeira ambiental, consultar o Caderno Financeiro, nota 50.

Destacam-se, ainda, as provisões ambientais para o desmantelamento da central nuclear de Trillo no valor de

contributo para a sustentabilidade

22.136 mil euros e para o desmantelamento de Parques Eólicos, no valor de 53.156 mil euros. Para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos, onde se encontram localizados os centros electroprodutores, o valor da provisão ascende a 11.411 mil euros e 7.386 mil euros, para os parques electroprodutores térmicos em Portugal e Espanha.

9.1.6 CAMPOS ELÉCTRICOS E MAGNÉTICOS

A EDP tem acompanhado os desenvolvimentos científicos associados ao estudo da potencial perigosidade associada à exposição de longa duração aos campos eléctricos e magnéticos (CEM) gerados nas linhas de distribuição de energia eléctrica.

No âmbito do Programa de Promoção do Desempenho Ambiental, promovido pela ERSE, a EDP tem em curso o projecto de Divulgação de Publicação Não Científica sobre CEM e Implementação de Soluções-Tipo, o qual incluiu entre outras acções, a continuação de medições dos campos eléctricos e magnéticos em instalações-tipo, assim como o estudo de soluções técnicas consideradas prioritárias para a aplicação de medidas de redução das emissões de CEM. Este projecto estará concluído no final de 2011.

Informação pedagógica sobre os efeitos na saúde decorrentes da exposição prolongada aos campos eléctricos e magnéticos está disponível em www.edp.pt.

9.1.7 NOVOS PROJECTOS

A estratégia de crescimento da EDP tem definido como prioridade a expansão do seu parque electroprodutor renovável, nomeadamente a produção eólica e hídrica.

A incorporação da componente ambiental em fase de planeamento e projecto é comum e transversal a todas as actividades da EDP. No “site” EDP é disponibilizada a base de dados Browsedp (www.browsedp.edp.pt), onde os Estudos de Avaliação de Impacte Ambiental estão gradualmente a ser colocados para o acesso facilitado à comunidade em geral.

Em fase de construção, a EDP tem equipas próprias para coordenação dos programas ambientais definidos, que permitem controlar o desempenho ambiental das entidades em obra. Durante 2010, iniciou-se o processo de recolha e consolidação corporativa da informação já existente nas operações, de forma a considerar a realidade apurada para efeitos dos planos de acção futuros e melhoria do relato de desempenho, consultável em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Ambiente](#).

Em todas as fases de projecto e construção de novos centros de produção, há um envolvimento activo das comunidades dentro dos quadros regulamentares dos diferentes países, associadas aos processos de Avaliação de Impacte Ambiental. A EDP tem igualmente um conjunto de iniciativas voluntárias, orientadas para as comunidades locais. Exemplo disso são as iniciativas em curso nos novos aproveitamentos hidroeléctricos em Portugal, onde informação mais detalhada pode ser consultada em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Sociedade](#)> [Comunidades locais](#).

No Brasil, a EDP está a construir uma central a carvão que vai entrar em operação no 2º semestre de 2011. Esta central foi projectada para conferir maior segurança ao sistema eléctrico brasileiro e destina-se a suprir parte do fornecimento de energia eléctrica em períodos de seca. Esta central está abrangida por um plano de controlo e monitorização ambiental que contempla várias iniciativas, entre as quais, se destacam actividades de

recuperação de áreas degradadas e de protecção à fauna. O impacto da central é monitorizado, com acompanhamento de equipas técnicas especializadas em biologia e geologia.

9.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No quadro dos desafios que se colocam actualmente à EDP e, em geral, às empresas que operam no sector energético, as Alterações Climáticas constitui seguramente um dos mais importantes desafios, numa dupla perspectiva: por um lado, a EDP é uma empresa geradora de emissões de dióxido de carbono (CO₂), um dos gases responsáveis pelo aumento do efeito de estufa; por outro lado, os activos da empresa estão sujeitos aos riscos que as alterações climáticas e, em particular, os fenómenos climáticos extremos, tendem a acentuar.

Nos últimos anos, a EDP tem vindo a reduzir, de modo consistente e à escala global, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) das suas centrais. Esta redução assenta essencialmente na estratégia de diversificação de fontes energéticas, com um forte investimento em centrais de fontes convencionais mais eficientes e menos poluentes (gás natural), descomissionamento das centrais a fuelóleo e aumento do aproveitamento das energias renováveis, com especial destaque para a eólica e a hídrica. Esta estratégia visa o objectivo de reduzir em 70% as emissões específicas de CO₂ em 2020, face ao ano de referência de 2008, nos termos do compromisso público assumido pela EDP por ocasião da Conferência de Copenhaga sobre Alterações Climáticas.

O Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), que abrange as instalações termoeléctricas da EDP na Península Ibérica, constitui igualmente um importante mecanismo de mercado no combate às alterações climáticas. O processo encontra-se presentemente no chamado período de Quieto (2008-2012), no qual foram alocadas à EDP – PNALE II (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão) em Portugal e PNA (Planes Nacionales de Asignación) em Espanha - licenças de emissão da ordem das 18 Mt CO₂.

A par das iniciativas tendentes à redução da pegada carbónica da EDP do lado da oferta de energia, a empresa tem tido um papel muito interventivo junto dos seus clientes, e dos consumidores em geral, promovendo a melhoria da eficiência energética e a consequente redução de emissões. Nesta perspectiva, a EDP prosseguiu e reforçou as acções de eficiência energética nas principais geografias em que opera, quer numa óptica de sensibilização e contributo para alterações comportamentais, quer numa óptica de prestação de serviços de energia. Este tópico é abordado com mais detalhe no capítulo de Clientes, pág. 84.

A EDP relata as suas emissões de GEE, bem como os objectivos de redução e desempenho e a estratégia de mitigação e adaptação às alterações climáticas no âmbito do Carbon Disclosure Project (CDP). Em 2010, a EDP entrou no Carbon Disclosure Leadership Index, tendo ficado classificada em 2º lugar a nível mundial, no segmento “utilities”, com 90 pontos (em 2009 tinha obtido apenas 75). No que respeita à “Performance”, a EDP ficou classificada na banda B (empresas com pontuação entre 51 e 80).

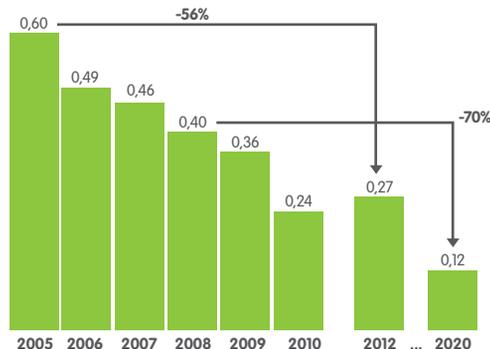
EMISSIONES DE CO₂ EQ DO GRUPO EDP

Emissões de CO ₂ eq	2010				
	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Âmbito 1 (ktCO₂ eq)	14.744,3	7.015,1	7.721,8	5,2	2,2
Combustão estacionária	14.698,8	6.990,4	7.708,4	n.a.	n.a.
Emissões SF ₆	8,2	5,8	1,9	0,5	n.a.
Frota Automóvel	20,7	12,6	1,6	4,6	1,8
Consumo de gás natural	4,1	0,1	3,6	n.a.	0,4
Perdas de gás natural	12,5	6,2	6,3	n.a.	n.a.
Âmbito 2 (ktCO₂ eq)	1.027,1	866,0	68,5	92,0	0,6
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	6,2	3,4	1,5	0,7	0,6
Perdas de energia eléctrica na distribuição	1.020,9	862,5	67,0	91,4	n.a.
Âmbito 3 (ktCO₂ eq)	25,0	15,1	6,1	1,7	2,1
Viagens de negócios	8,6	1,7	3,0	1,7	2,1
Viaturas alugadas	0,8	0,3	0,5	n.d.	n.d.
Mobilidade	2,0	0,1	1,9	n.d.	n.d.
Transporte de Combustíveis/subprodutos	3,3	2,6	0,7	n.d.	n.d.
Subcontratados (estaleiros)	10,3	10,3	n.d.	n.d.	n.d.

Em termos quantitativos, em 2010, observou-se um aumento significativo do aproveitamento das fontes renováveis, com um acréscimo de 946 MW em capacidade instalada face a 2009. Os activos renováveis passaram a representar 61,2% da capacidade total instalada do Grupo EDP (60,7% em 2009). A produção de base renovável, que beneficiou igualmente do facto de o ano de 2010, na Península Ibérica, ter sido particularmente húmido (Índice de Hidráulidade IPH=1,31) e com recurso eólico superior à média (índice de eolicidade = 1,08), resultando uma menor utilização de combustíveis fósseis, contribuiu com 65,2% para a produção total do Grupo (50,5% em 2009).

Esta situação teve duas consequências imediatas:

- O factor de emissão global baixou para 0,244 tCO₂/MWh (0,362 em 2009), acentuando a tendência decrescente dos últimos anos, ultrapassando desde logo a meta assumida para 2012 (0,27 tCO₂/MWh) e convergindo rapidamente para a meta de 2020 (-70% face a 2008, ou seja, 0,12 tCO₂/MWh).
- Da carteira de licenças de CO₂ atribuídas no quadro do CELE, resultou um superavit de cerca de 3,7 Mton CO₂.
- Um valor de emissões de CO₂ evitadas pela geração de origem renovável de cerca de 18Mton de CO₂, um aumento superior a 30%, face a 2009.

Emissões Específicas de CO₂ do Grupo EDP e objectivos de redução (t CO₂/MWh)

LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂ ATRIBUÍDAS AO GRUPO EDP EM 2010 (Kt)

Instalações	Portugal		Espanha		
	Licenças atribuídas	Emissões reais	Licenças atribuídas	Emissões reais	
Sines	5.833,32	4.438,20	Aboño	5.243,98	4.621,80
Setúbal	1.119,00	29,74	Soto de Ribera	1.455,77	884,00
Carregado	377,23	49,98	Soto 4	328,30	550,70
Barreiro	138,98	0,53	Castejón	627,45	1.043,00
Fisigen	158,29	113,81	H. Central Oviedo	27,66	30,68
Tunes	4,54	0,92	EITO Cogeneración	20,27	19,37
Ribatejo	1.423,10	1.167,34	Tercia	52,91	67,30
Energim	225,96	200,66	Intever	29,83	59,39
Soporgen	239,31	192,50	Sinova	52,91	62,03
Ródão	1,97	0,59	Biogas y Energía	28,38	39,42
Mortágua	0,58	0,72	Sidergás Energía	271,92	330,70
Figueira da Foz	4,78	0,26			
Constância	1,97	0,20			
Lares	690,32	794,96			
Total	10.219,33	6.990,42	Total	8.139,38	7.708,38

Notas:

- 1 - As emissões das centrais de Biomassa (Ródão, Mortágua, Figueira da Foz e Constância são relatadas a 50%
- 2 - Inclui emissões de CO₂, produzidas pelas centrais Sidergás, Aboño 1 e 2 que queimam gás siderúrgico. Estas são diferenças face ao apresentado na informação financeira, nota 46.

A gestão da carteira de CO₂, passou pela utilização de créditos adquiridos de projectos CDM (Clean Development Mechanism) em que a EDP participa, bem como pela venda em mercado do excedente das centrais com CMEC (Custos para Manutenção do Equilíbrio Contratual), em Portugal.

contributo para a sustentabilidade

No Brasil, a carteira de projectos CDM engloba cinco projectos já registados no Executive Board do UNFCCC e dois em processo de validação, a mini-hídrica de Santa Fé e um bloco constituído pelo reforço de potência das máquinas 1, 2 e 3 da Central de Mascarenhas, Central de Suíça e mini-hídrica de Rio Bonito. Em 2010, foram vendidos no mercado europeu 24.790 VERs (Verified Emission Reductions) provenientes do projecto de reforço de potência da Central de Mascarenhas, de acordo com o standard VCS ("Voluntary Carbon Standard").

PROJECTOS CDM NO BRASIL

Projecto	Tipo	Reduções anuais (tCO ₂ e/ano)	Validade	Reduções totais (tCO ₂ e/ano)
Mascarenhas	Hídrica	50.466	2015 (renovável)	353.262
Paraíso	Mini-hídrica	30.310	2018	303.095
S.João	Mini-hídrica	32.344	2015 (renovável)	226.408
Água Doce	Eólica	13.704	2013 (renovável)	95.928
Horizonte	Eólica	6.227	2011 (renovável)	43.587

O consumo global de energia primária, incluindo frota e consumo de gás natural no negócio do gás, foi de aproximadamente 177 mil TJ em 2010, o que representou uma redução da ordem dos 27% face a 2009.

A eficiência das centrais termoelétricas para as diferentes tecnologias de produção, mostra-se no quadro seguinte:

EFICIÊNCIA TÉRMICA EM INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO (%)

	2010			2009		
	Grupo	Portugal	Espanha	Grupo	Portugal	Espanha
Térmica Convencional	35,9	37,6	34,1	37,6	39,3	35,0
Ciclo Combinado	53,0	53,2	52,8	53,9	54,8	52,6
Cogeração e Resíduos	77,9	81,8	77,9	69,4	80,0	60,4
Biomassa	22,1	22,1	-	21,7	21,7	-

Em Portugal, a EDP está, também, presente no Sistema de Certificação de Energia Renovável, o RECS - Renewable Energy Certificate System, com quatro centrais mini-hídricas: Ponte de Jugais (19,22 MW), Sabugueiro I (13,24 MW), Desterro (12,592 MW) e Vila Cova (23,4 MW). A utilização destes certificados verdes tem sido reduzida – apenas no âmbito da edp5d Verde –, estando em curso, iniciativas que contribuam para dinamizar este mercado.

9.3 BIODIVERSIDADE

GESTÃO EDP EM ÁREAS CLASSIFICADAS

Gestão EDP em áreas classificadas em 2010	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	
Redes de Distribuição (km)					
AT	Aérea	843	39	65	n.a.
	Subterrânea	10	0,5	0,1	n.a.
MT	Aérea	7.701	587	3.963	n.a.
	Subterrânea	788	29	10,3	n.a.
Nº de Subestações	18	11	11	n.a.	
Actividade de Produção (ha)					
Áreas inundadas por albufeiras(*)	3.426	260	0	n.a.	
Áreas afectas à produção eólica	792	624	0	0	
Parques eólicos em áreas sensíveis (%)	17	11	0	0	

(*) Não inclui Alqueva e Pedrógão

Durante 2010, a EDP publicou o seu primeiro Relatório Anual de Biodiversidade, onde explicitou a estratégia definida até 2015, assente na sua Política de Biodiversidade. Este relatório terá uma periodicidade anual, dando a conhecer, com maior detalhe, as inúmeras iniciativas que a empresa tem vindo a desenvolver nesta matéria.

2010 ANO INTERNACIONAL DA BIODIVERSIDADE



2010 Ano Internacional da Biodiversidade

No quadro da sua estratégia de biodiversidade, a EDP participou ou promoveu as seguintes iniciativas:

Mecenas do Programa Oficial em Portugal, constituído por um conjunto muito diferenciado de actividades que envolveram, não só, a comunidade científica como escolas, universidades e a comunidade em geral.

Inquérito interno sobre Biodiversidade – onde se aferiram conceitos associados a esta temática;

Sessão de Sensibilização, transmitida em directo pelo canal de televisão interno - edp ON, permitindo a todos os colaboradores colocar questões, as quais foram respondidas pelo CAE e pelo Director de Sustentabilidade do Grupo.

Promoção da actividade Dia B – Dia Internacional da Biodiversidade, mobilizando os colaboradores e a comunidade para a actividade e contribuindo para a iniciativa www.biodiversity4all.org.

Patrocínio da edição do Guia de Campo distribuído a todos os colaboradores EDP que participaram na iniciativa Dia B.

Programa de envolvimento da comunidade escolar local, na vizinhança dos projectos dos novos aproveitamentos hidroeléctricos, onde se pretende, experimentalmente, validar um plano de acção didático que possa servir no futuro à restante comunidade.

Estão actualmente definidas até 2015 as seguintes linhas de actuação:

- Promover a inventariação da biodiversidade em torno das infraestruturas de produção;
- Minimizar os impactes na biodiversidade nos aproveitamentos em exploração;
- Promover medidas de minimização/ compensação de espécies que se encontram em risco e que são negativamente afectadas pelas actividades da empresa;
- Promover as boas práticas de gestão de faixas de protecção de linhas eléctricas, dando preferência a zonas classificadas;
- Promover uma abordagem por serviços de ecossistemas dentro da empresa;
- Operacionalizar a Cátedra EDP Biodiversidade, estabelecida com a Universidade do Porto.

No quadro da nova Lei de Responsabilidade Ambiental, a EDP tem vindo a promover a inventariação da biodiversidade nas áreas de influência dos aproveitamentos em exploração. O objectivo é determinar o estado base dos habitats e estabelecer as práticas de gestão e minimização dos riscos necessários para evitar a sua afectação, tanto em fase de exploração, como perante uma eventual emergência ambiental.

Em Espanha, Soto Ribera, Castejon e La Barca utilizaram para estes levantamentos os inventários oficiais da fauna e flora das comunidades autónomas e outros documentos descritivos daqueles lugares, catalogados como Lugares de Interesse Comunitário.

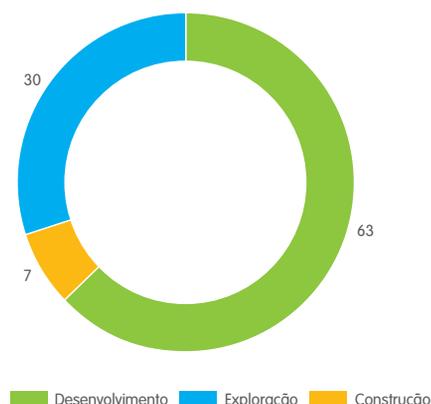
A estratégia corporativa de certificação ambiental tem permitido a identificação e sistematização dos impactes nos ecossistemas circundantes, com planos de acção de melhoria contínua a contemplarem iniciativas concretas de minimização.

No Brasil, a Enerpeixe iniciou, em 2010, um projecto pioneiro de I&D com o objectivo de criar uma barreira invisível que evite a passagem dos peixes para a zona das turbinas, quando estas estão paradas, substituindo o actual procedimento de resgate e salvamento. Depois de desenvolvido e testado, o projecto poderá ser aplicado em todas as hidroeléctricas do sistema brasileiro.

Nas novas centrais hidroeléctricas no Brasil, a monitorização ambiental continua muito exigente, cobrindo espécies como a arara azul, o boto, a tartaruga, etc. A pesquisa de ictiofauna (população de peixes) feita pela Investco, na fase de enchimento da albufeira, foi o mais completo estudo já realizado no Tocantins, o que determinou a continuidade das pesquisas, conduzidas pela Universidade Federal do Estado.

Em Espanha, as centrais térmicas de Soto de Ribeira encontram-se num Lugar de Interesse Comunitário, e por conseguinte, mantêm um controlo contínuo dos efluentes (incluindo os efluentes térmicos) que despejam para o Rio Nalón, garantindo o cumprimento das licenças ambientais atribuídas.

Estudos de impacte ambiental na actividade eólica (%)



Na produção eólica, em franca expansão, a componente ambiental é privilegiada em fase de selecção de locais e de planeamento dos projectos, mantendo-se em fase de exploração uma monitorização intensa dos impactes ambientais, em particular na fauna e flora. Durante 2010, 800 estudos de carácter ambiental ocorriam no desenvolvimento, construção e exploração de parques eólicos, dos quais a sua maioria em fase de desenvolvimento e projecto.

Na actividade de Distribuição, o impacte na avifauna permanece o aspecto ambiental mais relevante, com a gestão da vegetação nas faixas de protecção a merecerem mais recentemente uma atenção especial.

Em Portugal, foram corrigidos mais de 60 km de linhas, em 2010, no âmbito dos protocolos existentes e feita a monitorização de aproximadamente 54 km de linhas eléctricas. Esta permite aferir a eficiência das medidas implementadas, nomeadamente dos novos dispositivos anti-colisão.

Na actividade de gestão das faixas, Portugal mantém dois programas distintos de relevância nacional:

- Projecto aprovado pela ERSE, que tem por objectivo desenhar um manual de Boas Práticas de Gestão nas Faixas de Protecção de Linhas de Alta e Média Tensão, com particular enfoque para regiões com estatuto de protecção ambiental, e no qual tem actualmente 30 Casos Piloto seleccionados;
- Projecto Saflinet, para implementação de um "Sistema de Caracterização de Boas Práticas de Gestão de Faixas de Gestão de Combustível associadas às Redes de Distribuição de Energia Eléctrica", que permite, entre outros aspectos, identificar as faixas e prever ciclos de intervenção, assim como minimizar os impactes na biodiversidade causados por esta intervenção obrigatória.



anexos

274	REFERÊNCIAS FINAIS
275	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
276	AVALIAÇÃO GRI
280	RELATÓRIO, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES
294	EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL



anexos

REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração Executivo agradece a todos aqueles que apoiaram e acompanharam a actividade do Grupo EDP ao longo do ano de 2010.

Desde logo e em primeiro lugar agradecemos aos Senhores Accionistas pela confiança e apoio dado ao actual Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros.

Um agradecimento especial também aos membros dos Órgãos Sociais responsáveis pela fiscalização e supervisão do Grupo, bem como pelo apoio prestado ao longo do ano, particularmente ao Conselho Geral e de Supervisão na orientação dada à actividade do Conselho de Administração Executivo.

O actual modelo de governo da EDP encontra-se perfeitamente consolidado, continuando a revelar-se como um exemplo na fiscalização da actividade da gestão da Sociedade e como garante do interesse de todos os “Stakeholders” do Grupo.

Adicionalmente, o Conselho agradece o apoio prestado às actividades do Grupo, em particular ao longo do último exercício, aos membros dos Órgãos de Soberania dos países em que a EDP tem presença e que contribuíram para a actuação da Empresa em prol do desenvolvimento económico e social das respectivas populações.

No âmbito do sector da Energia, importa também fazer referência ao diálogo constante e construtivo entre a EDP e as várias entidades reguladoras do sector. Realçamos, em particular, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em Portugal, assim como as entidades reguladoras dos países em que a actividade do Grupo EDP assume maior expressão, designadamente a CNE, em Espanha, a ANEEL no Brasil, e a FERC e NERC nos EUA.

Os agradecimentos do Conselho de Administração Executivo são ainda extensíveis a todas as outras entidades que interagiram com o Grupo ao longo de 2010, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisbon, Interbolsa, CNMV, CVM e BOVESPA;
- Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras, Obrigacionistas e Agências de Rating;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico;
- Associação Portuguesa das Empresas do sector eléctrico – ELECPOR;
- Asociacion Española de la Industria eléctrica – UNESA;
- European Wind Energy Association – EWEA e American Wind Energy Association – AWEA;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses e Câmaras Municipais;
- Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional da Água;
- Organizações não governamentais de carácter ambiental e social.

Aos clientes das Empresas do Grupo EDP é igualmente devido um agradecimento especial. Reafirmamos o nosso empenho na procura da excelência na prestação de serviços e na plena satisfação das suas necessidades. É, e continuará a ser, uma prioridade constante para todo o Grupo EDP.

Os agradecimentos do Conselho são ainda extensíveis aos fornecedores, nossos parceiros na execução do Plano Estratégico da Empresa, bem como aos órgãos de comunicação social que acompanharam a Empresa ao longo de 2010 e cuja atenção dada ao que mais relevante aconteceu no Grupo EDP é um factor que exige rigor e profissionalismo adicional a todos os que colaboram com a Empresa.

Para finalizar, uma palavra especial a todos os colaboradores da EDP. O seu empenho, competência e energia foram decisivos para os resultados alcançados pela Empresa.

O Conselho de Administração Executivo

António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)

Ana Maria Machado Fernandes

António Fernando Melo Martins da Costa

António Manuel Barreto Pita de Abreu

João Manuel Manso Neto

Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 30.º do contrato de sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO

RESULTADOS LÍQUIDOS ESTATUTÁRIOS Individuais	Exercício 2010
- Reserva Legal	36.256.784,77 €
- Dividendos	621.611.411,55 €
- Dotação para a Fundação EDP	7.000.000,00 €
- Resultados Transitados	60.267.499,12 €
Resultado Líquido	725.135.695,44 €

O dividendo proposto é de 0,17 euros por acção.

anexos

1. AVALIAÇÃO GRI

O Relatório e Contas EDP 2010 foi preparado de acordo com as orientações da “Global Reporting Initiative”. A tabela seguinte sintetiza os indicadores conforme o Protocolo do Sector Eléctrico. São assumidos compromissos para o relato completo das respostas parciais a alguns indicadores, assim como a razão para a sua omissão. Em www.edp.pt > **Sustentabilidade** > **Relatórios** encontra-se uma tabela GRI completa.

Em simultâneo, a tabela seguinte identifica a informação disponível que responde aos 10 princípios de Global Compact, demonstrando o seu compromisso da EDP com esta iniciativa.

TABELA GRI EDP

Fonte de informação	Global Compact
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
Pág. 6; 20; 138	
2. PERFIL ORGANIZACIONAL	
Anexos - Pág. 278	
EU1 Pág. 38; 42; 46; 62	
EU2 Pág. 38; 42; 46; 62	
EU3 Pág. 81	
EU4 Pág. 50; 62	
EU5 Pág. 101	
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO	
Perfil do Relatório	
Anexos - Pág. 278	
Âmbito e Limites do Relatório	
Anexos - Pág. 278	
Verificação	
Anexos - Pág. 277; 288	
4. GOVERNAÇÃO	
Governança	
4.1 Pág. 112; www.edp.pt > Governo Societário	
4.2 Pág. 114; www.edp.pt > Governo Societário	
4.3 www.edp.pt > Governo Societário > Órgãos do Governo da Sociedade	
4.4 Pág. 121; 155	
4.5 Pág. 146-147	
4.6 Pág. 110; 114; www.edp.pt > Governo Societário	
4.7 Pág. 12	
4.8 Pág. 8; www.edp.pt > Sobre a edp > Os nossos compromissos	
4.9 Pág. 68; www.edp.pt > Sustentabilidade > Abordagem à Sustentabilidade > Organização	
4.10 Pág. 146-147	
Compromissos com Iniciativas Externas	
4.11 Pág. 100; 137	
4.12 www.edp.pt > Sobre a edp > Participações	
4.13 www.edp.pt > Sobre a edp > Participações	
Participação das Partes Interessadas	
4.14 Pág. 70; 278; www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes Interessadas	
4.15 Anexos - Pág. 70; 278	
4.16 Anexos - Pág. 70; 278	
4.17 Pág. 70	
5. ABORDAGEM DE GESTÃO	
DESEMPENHO ECONÓMICO	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
EU6 Pág. 28; 31; www.eco.edp.pt	
EU7 Pág. 73; 84-85; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Alterações Climáticas	
EU8 Pág. 73	
EU9 Pág. 72-73	
DESEMPENHO	
EC1 Pág. 19	
EC2 Pág. 101; 139; 190	
EC3 Nota 3 das Demonstrações Financeira, pág. 193; Nota 35, pág. 229	
EC4 Pág. 19 (I)	
PRESEÇA NO MERCADO	
EC5 Pág. 75	
EC6 Pág. 86	
EC7 Pág. 76	
IMPACTES ECONÓMICOS INDIRECTOS	
EC8 Pág. 90	
EC9 Pág. 90	

TABELA GRI EDP

Fonte de informação	Global Compact
EU10 Pág. 29 (2)	
EU11 Pág. 102	
EU12 Pág. 96	
DESEMPENHO AMBIENTAL	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
Materiais	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
Água	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
Biodiversidade	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Biodiversidade	
Emissões, Efluentes e Resíduos	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
MATERIAIS	
EN1 Pág. 96	7; 8
EN2 não existem	
ENERGIA	
EN3 Pág. 96	
EN4 Pág. 96	
EN5 Pág. 96	7; 9
EN6 Pág. 85	
EN7 Pág. 96; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Alterações Climáticas	
ÁGUA	
EN8 Pág. 96	
EN9 n.d.	7; 8
EN10 n.m. (3)	
BIODIVERSIDADE	
EN11 Pág. 102	
EN12 www.edp.pt > Sustentabilidade > Biodiversidade	
EU13	7; 8
EN13 www.edp.pt > Sustentabilidade > Biodiversidade > Relatório Biodiversidade	
EN14 Biodiversidade	
EN15	
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	
EN16 Pág. 96	
EN17 Pág. 96	
EN18 Pág. 101	
EN19 n.m. (4)	
EN20 Pág. 96	8
EN21 Pág. 96; www.edp.pt > Sustentabilidade Ambiente > Desempenho	
EN22 Pág. 96	
EN23 Pág. 99	
EN24 Pág. 99	
EN25 n.d.	
PRODUTOS E SERVIÇOS	
EN26 Pág. 98	
EN27 n.a. (5)	7
CONFORMIDADE	
EN28 Pág. 96	8
TRANSPORTE	
EN29 n.d.	7
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS	
EN30 Pág. 99; nota 50 das Demonstrações Financeiras, pág. 259	7; 8; 9
DESEMPENHO SOCIAL	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
EU14 Pág. 78	

TABELA GRI EDP

Fonte de informação		Global Compact
EU15	Pág. 76	
EU16	Pág. 79, 89	
EMPREGO		
LA1	Pág. 75-76 (6)	
LA2	Pág. 75-76	
LA3	n.d.	6
EU17	Pág. 75-76	
EU18	Pág. 96 (2)	
TRABALHO/RELAÇÕES DE GESTÃO		
LA4	Pág. 75 (2)	
LA5	Pág. 79 (2)	1, 3
SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL		
LA6	Pág. 79	
LA7	Pág. 75	
LA8	Pág. 75	1
LA9	n.d.	
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO		
LA10	Pág. 75	
LA11	www.edp.pt > Sustentabilidade > Publicações > Relatório Social EDP 2010	6
LA12	100%	
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		
LA13	Pág. 75-76	
LA14	Pág. 75-76	2, 6
DIREITOS HUMANOS		
INVESTIMENTO E PRÁTICAS DE PROCUREMENT		
HR1	100%; referidas nas condições gerais de compras do Grupo	
HR2	Pág. 89 (7)	1
HR3	Pág. 78	
NÃO DISCRIMINAÇÃO		
HR4	Pág. 128	1, 6
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO		
HR5	0%; Pág. 75; www.edp.pt > Governo societário > Código de ética	1, 3
TRABALHO INFANTIL, FORÇADO E COMPULSÓRIO		
HR6	Pág. 78; www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	1; 4; 5
HR7	Pág. 78; www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	
PRÁTICAS DE SEGURANÇA		
HR8	n.d.	
HR9	0	1
SOCIEDADE		
ABORDAGEM DE GESTÃO		
EU19	Pág. 100	
EU20	www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de Impacte > Peixe angical	
EU21	Pág. 81; 100	

Indicadores específicos do sector eléctrico
 Indicadores essenciais
 Indicadores adicionais

n.d. – Não disponível
 n.a. – Não aplicável
 n.m. – Não material

- (1) A informação será desagregada de acordo com a GRI, no próximo relatório.
 (2) Pela multiplicidade e características dos mercados onde a EDP opera, prevê-se a disponibilização completa da informação apenas em 2012.
 (3) O uso de água reciclada não é materialmente relevante.
 (4) A EDP terminou o plano de substituição dos sistemas de ar condicionado mais antigos.
 (5) O produto vendido pela empresa não é embalado.
 (6) A EDP tem em curso uma caracterização dos seus fornecedores, que disponibilizará a partir de 2011.

TABELA GRI EDP

Fonte de informação		Global Compact
COMUNIDADE		
SO1	Pág. 98; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente	
EU22	0	
CORRUPÇÃO		
SO2	100%; Pág. 136: Modelo SCIRF; Pág. 88: Cadeia de Valor	
SO3	Pág. 78: programa ÉticaEDP	10
SO4	Pág. 128	
POLÍTICA PÚBLICA		
SO5	www.edp.pt > edp > Sobre a edp > Princípio e Políticas; www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes interessadas > Diálogo (Instituições governamentais); www.edp.pt > Sustentabilidade > Abordagem à Sustentabilidade > Participações	
SO6	www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 4.1.2.)	
CONCORRÊNCIA DESLEAL		
SO7	n.d.	10
CUMPRIMENTO		
SO8	Pág. 19 (8)	
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
ABORDAGEM DE GESTÃO		
EU23	Pág. 82	
EU24	Pág. 84	
SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR		
PR1	Pág. 79; www.edp.pt > Sustentabilidade > Prevenção e Segurança > Segurança e Cidadania; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho > Campos Eléctricos e Magnéticos	
PR2	0	
EU25	Pág. 75	
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS		
PR3	(10)	
PR4	n.d.	
PR5	Pág. 82-83	
PUBLICIDADE E PRIVACIDADE DO CONSUMIDOR		
PR6	não existe	
PR7	não existe	
PR8	n.d.	
CUMPRIMENTO E ACESSO AO PRODUTO		
PR9	n.m. (8)	
EU26	0% (9)	
EU27	Pág. 83	
EU28	www.edpdistribuicao.pt > Qualidade > Documentação > Relatórios de Qualidade de Serviço (2)	
EU29	Pág. 50 (Portugal e Espanha); Pág. 83 (Brasil)	
EU30	Pág. 38; 41 (11)	

- (7) Pela multiplicidade e características dos mercados onde a EDP opera, prevê-se a disponibilização completa da informação apenas em 2013.
 (8) O valor monetário das multas do Grupo EDP decorrem, na sua maioria, de falhas no fornecimento e uso de produtos e serviços.
 (9) De acordo com os reguladores nacionais.
 (10) Em Portugal e Espanha as emissões de CO₂ são comunicadas nas facturas.
 (11) Pela multiplicidade e características dos mercados onde a EDP opera, prevê-se a disponibilização completa da informação apenas em 2011.

NÍVEL DE CUMPRIMENTO

O nível de cumprimento alcançado foi de A+, verificado pela KPMG e confirmado pela Global Reporting Initiative, pág. 299.

anexos

PRINCÍPIOS DE RELATO 2010

A EDP publica um Relatório e Contas integrando a componente económica-financieira, social e ambiental desde 2008, permitindo uma visão transversal do negócio. O relatório está dividido em 5 secções distintas: EDP; Negócios; Contributo para a Sustentabilidade; Relatório do Governo da Sociedade; Informação Financeira e descreve o desempenho da empresa entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010, incluindo alguns factos relevantes do primeiro trimestre de 2011. Complementar a este relatório anual:

- A EDP comunica ao mercado os resultados trimestrais e disponibiliza, “online”, o conjunto de indicadores de sustentabilidade considerados mais relevantes;
- Disponibiliza on-line informação qualitativa e quantitativa operacional e ambiental ;
- São publicados relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas do Grupo HC Energía e EDP no Brasil, cuja consulta poderá complementar, em maior detalhe, a informação sobre o desempenho em matéria de sustentabilidade destas empresas.

Informação detalhada sobre os conteúdos e a organização do relato anual da EDP, consultar www.edp.pt > [Sustentabilidade > Relatórios](#).

AA1000 APS (2008)

A EDP assume nos seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, o compromisso de: garantir uma relação aberta transparente e de confiança com os seus diferentes “stakeholders”; instituir canais de auscultação das partes interessadas e integração das suas preocupações; reportar de forma credível e objectiva o desempenho, na sua vertente económica, ambiental e social.

Em 2009 foi iniciado um processo exaustivo de avaliação dos níveis de maturidade da empresa, na perspectiva estratégica, procedimental e operacional, dentro do quadro definido pelo standard AA1000 APS (2008). Estes “standards”, assentes nos princípios da Inclusão, Materialidade e Resposta, são importantes para melhorar o trabalho de alinhamento das diferentes formas de comunicação e diálogo às expectativas e crescentes exigências dos diferentes “stakeholders”.

O trabalho em curso desenvolve-se corporativamente, incluindo uma análise das especificidades portuguesas, mas também nas empresas de maior dimensão, como a EDP Renováveis, a HC Energía e a EDP no Brasil. Com diferentes estados de maturidade, o desafio actual é garantir alinhamento de estratégias e diferenciação clara de abordagens, alinhadas às especificidades locais. É objectivo da EDP garantir que os assuntos de prioridade estratégica sejam comuns, podendo existir assuntos específicos que assumem importâncias distintas nas diferentes regiões onde a EDP opera. Procedimentos de harmonização serão definidos em 2011.

VERIFICAÇÃO DE ACORDO COM AA1000 AS (2008)

A EDP solicitou à KPMG a verificação de acordo com a AA1000 AS (2008), tipo 2. Para além da verificação da informação constante do relatório e contas da empresa, esta inclui a avaliação do alinhamento das práticas da empresa aos princípios da inclusão, materialidade e resposta. Em www.edp.pt > [Sustentabilidade > Partes interessadas > Diálogo](#) pode ser consultada a lista dos principais segmentos de “stakeholders”, assim como as diferentes práticas EDP, no quadro dos referenciais AA1000.

PRINCÍPIO DA INCLUSÃO

Um “stakeholder” é todo e qualquer agente que influencia ou é influenciado de forma directa ou indirecta pela empresa. Uma empresa inclusiva promove a participação dos “stakeholders” no desenvolvimento de uma resposta estratégica à sustentabilidade. A EDP reconhece este princípio nos processos contínuos de participação existentes na sua organização, e compromete-se a melhorar o processo de identificação de forma a garantir que a perspectiva do “stakeholder” é sempre considerada.

Do conjunto de iniciativas desenvolvidas foi possível conhecer melhor as preocupações e expectativas dos diferentes “stakeholders”, e manter em curso planos de resposta que se espera sejam traduzidos na melhoria contínua do desempenho da sustentabilidade.

PRINCÍPIO DA MATERIALIDADE

O contexto actual macro-económico, onde os desafios da sustentabilidade são crescentes, somado à diversidade de “stakeholders” da empresa, resulta uma elevada e complexa lista de assuntos, que devem conseguir ser prioritizados, de acordo com a sua relevância e significado. Um assunto material é aquele que influencia a decisão, a acção e o desempenho de uma organização e dos seus “stakeholders”.

A determinação dos assuntos materiais da EDP decorreu com base na metodologia da “Accountability” que garante uma análise clara e equilibrada da informação recolhida quer internamente, quer pelos canais de auscultação dos diferentes “stakeholders”: Estudos de satisfação; Inquéritos para análise das percepções de diferentes “stakeholders” à actuação da empresa; reuniões para avaliar o nível actual de envolvimento, etc.

Comparando com o processo de 2009, em 2010, mantiveram-se as alterações climáticas e a protecção ambiental no top das preocupações, emergindo a inovação, a promoção das energias renováveis e a eficiência energética para o mesmo nível de importância.

Estes assuntos, assim como outros de importância partilhada, são cobertos pelo Relatório e Contas, estando em curso um trabalho de reforço de comunicação do trabalho desenvolvido nestas áreas, assim como um plano de acção futuro de identificação de novas oportunidades e de fortalecimento das parcerias já existentes.

RESPOSTA

Uma empresa garante o princípio de resposta através da melhoria do seu desempenho de sustentabilidade resultante de decisões e implementação de planos de acções, num diálogo contínuo com os seus “stakeholders”.

A EDP tem um conjunto de políticas, com objectivos e metas definidas num quadro de melhoria contínua dos processos de negócio e iniciativas onde se procura reforçar o envolvimento dos diferentes “stakeholders”. Melhorar o foco destas iniciativas nos assuntos materiais e nos “stakeholders” apropriados é uma área de melhoria já definida, que permitirá à empresa maior eficiência nos processos e eficácia no alcance dos objectivos, comuns a esses mesmos “stakeholders”.

Para informação complementar sobre o desenvolvimento do trabalho, consultar em www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes Interessadas > Diálogo.

PRINCIPAIS INICIATIVAS DESENVOLVIDAS OU EM CURSO

Tendo efectuado um primeiro levantamento exaustivo de todos os “stakeholders” da empresa, durante 2008, a EDP tem actualmente em curso:

- Um processo de revisão deste levantamento, tendo já definido corporativamente uma área de Coordenação de Relação com “Stakeholders” (ver pág. 128).
- Durante 2010:
 - * O Conselho de Administração Executivo reuniu com o Conselho de Sustentabilidade – órgão consultivo estatutário (ver pág. 120);
 - * Foi promovido um encontro com um grupo de especialistas, para uma reflexão conjunta e estratégica sobre a materialidade dos diferentes assuntos;
 - * Foram efectuados inquéritos junto das comunidades locais, vizinhas dos centros produtores em exploração;
 - * Foram reforçados os canais de relacionamento com investidores, assim como promovidos estudos de satisfação;
 - * Foram efectuados inquéritos junto de fornecedores e ONG;
 - * Foram promovidos encontros e reuniões com os “Media”, Fornecedores e Instituições Públicas;
 - * Foi efectuada uma acção de sensibilização interna, junto de todos os responsáveis pelo relacionamento com diferentes segmentos de “stakeholders”, para reforçar a incorporação, nos seus processos, dos diferentes princípios da AA1000.

Com muitas das iniciativas a assumirem um carácter anual, o desafio está em garantir uma articulação eficaz e eficiente entre as partes, assim como promover as melhores práticas nas diferentes empresas do Grupo.

Durante 2011, a EDP promoverá o feedback dos resultados a todos os participantes, assim como desenhará planos de resposta, com enfoque nos assuntos materiais identificados.

Na secção Contributo para a Sustentabilidade, pág. 69, podem ser encontrados mais alguns compromissos para 2011.

CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO CORPORATIVOS

Na figura do organograma do Grupo EDP (págs. 24 e 25) está devidamente identificado o universo das empresas incluídas no relato anual e na página 196 descrito o perímetro da consolidação.

Os critérios de consolidação da informação operacional e de sustentabilidade seguem os métodos de consolidação de contas do Grupo EDP:

- Método de consolidação integral: quando a empresa-mãe detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto (% de controlo ou domínio) da filial. Neste caso, o desempenho das empresas filiais é relatado a 100%.
- Método de consolidação proporcional: quando uma empresa incluída no perímetro de consolidação de contas dirige outra empresa conjuntamente com uma ou mais empresas não incluídas no perímetro. Neste caso é apenas relatado o desempenho correspondente à percentagem de participação que detém na empresa conjuntamente controlada.

Uma lista com as empresas e respectivo método de consolidação encontra-se disponível na nota 52 às demonstrações financeiras deste relatório, pág. 262.

Esta verificação foi efectuada por uma entidade independente, KPMG Advisory, Consultores de Gestão, Lda, seleccionada com base num processo de consulta, em Portugal, ocorrido em 2008, dirigido a 4 entidades de reconhecida experiência na matéria.

GLOSSÁRIO

De forma a melhorar a transparência do relato pode ser consultado o glossário “online” onde se inclui a definição dos indicadores quantitativos e métodos utilizados, apresentados ao longo do documento: www.edp.pt/pt/pages/glossário.aspx

anexos - relatório, certificações e declarações



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia de Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 40.488.853 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 7.854.558 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da sociedade de 1.078.925 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios consolidados e o rendimento integral consolidado;
 - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no artigo 453.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios consolidados e o rendimento integral consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório sobre o governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 3 de Março de 2011


 KPMG & Associados
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

anexos - relatório, certificações e declarações



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^a
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**Contas Consolidadas****Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

- 1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- 2 Acompanhamos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
- 3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas consolidadas.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa consolidados, das alterações nos capitais próprios consolidados e o rendimento integral consolidado e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.
- 5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
 - i) o Relatório consolidado de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 3 de Março de 2011

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados – S.R.L. S.A.
Capital Social: 2.940.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º
PT 502 161 078 - Inscrição na G.R.C.C. N.º 189 -
Inscrito na C.M.V.M. N.º 3030

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Piaçã de Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 18.167.608 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.702.149 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 725.136 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos seus capitais próprios e o rendimento integral;
 - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

anexos - relatório, certificações e declarações

**Âmbito**

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no artigo 453.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório sobre o governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 3 de Março de 2011


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.** Telefone: +351 210 110 000
Edifício Monumental Fax: +351 210 110 121
Av. Frei da Vitória, 71 - A, 11.º Internet: www.kpmg.pt
1050-006 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Contas Individuais

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

- 1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e sobre as demonstrações financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- 2 Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
- 3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas individuais.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço, as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações no capital próprio e o rendimento integral e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade.
- 5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprova:
 - i) o Relatório de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras.

Lisboa, 3 de Março de 2011

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaigne (ROC n.º 1013)

anexos - relatório, certificações e declarações

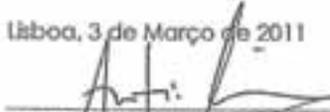


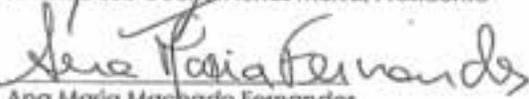
EDP – Energias de Portugal, S.A.
Conselho de Administração Executivo

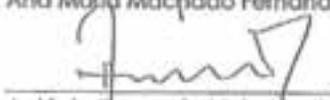
DECLARAÇÃO

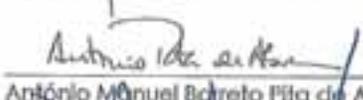
Com referência ao exercício de 2010 e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, na qualidade de administradores, declaram que, tanto quanto é do conhecimento de cada um deles, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S. A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que estas se deparam.

Lisboa, 3 de Março de 2011


António Luís Guerra Nunes Mexia, Presidente


Ana Maria Machado Fernandes


António Fernando Melo Martins da Costa


António Manuel Barreto Pita de Abreu


João Manuel Manso Neto


Jorge Manuel Proença da Cruz Morais


Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



EDP – Energias de Portugal, S.A.
Miguel Tiago Perestrelo da Câmara Ribeiro Ferreira
Director - Centro Corporativo

DECLARAÇÃO

Com referência ao exercício de 2010 e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, declaro que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que estas se deparam.

Lisboa, 3 de Março de 2011



anexos - relatório, certificações e declarações



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

**Ao Conselho de Administração Executivo da
EDP - Energias de Portugal, S.A.**

Introdução

- 1 Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Responsabilidades

- 2 O Conselho de Administração Executivo da EDP é responsável:
 - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3)") do Global Reporting Initiative (GRI) e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo "Avaliação GRI" do Relatório e Contas de 2010, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
 - Pela determinação dos objectivos da EDP no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a Norma AA1000APS (2008) para os princípios da inclusividade, materialidade e resposta; e,
 - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade "ISAE 3000 - Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. Esta Norma requer que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 está isenta de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho incluiu ainda a verificação moderada de acordo como a Norma de Verificação AA1000AS (2008) para o nível 2 emitida pela Accountability, que consiste na verificação da natureza e nível de extensão da aderência da EDP aos princípios da Norma AA1000 APS (2008) e avaliação da fiabilidade da informação referente ao desempenho relatado no Anexo "Avaliação GRI".

Estas normas requerem o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência.



Âmbito

- 4 Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:
- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
 - Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade;
 - Visitas às instalações situadas em Portugal, Espanha, Brasil e Estados Unidos da América, seleccionadas com base na análise de risco que teve em consideração factores quantitativos e qualitativos;
 - Comparação da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, com as respectivas fontes de informação para determinar se todas as informações relevantes incluídas nessas fontes de informação foram incluídas no Relatório;
 - Leitura da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2010, de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP.
- 5 Os procedimentos de recolha de prova efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade.
- 6 A nossa equipa multidisciplinar inclui especialistas nas Normas AA1000APS/AS, no diálogo com “stakeholders” e no desempenho social, ambiental e económico da Empresa.

Conclusão

- 7 Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” e Anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3)”) do Global Reporting Initiative (GRI) e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas de 2010. Ainda baseado no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que a EDP não tenha aplicado os princípios de Inclusividade, Materialidade e Resposta da Norma AA1000APS (2008) emitida pela Accountability, conforme referido no Anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas de 2010.

Sem prejuízo das conclusões anteriores detalhamos as principais observações:

Relativamente ao Princípio da Inclusividade

A EDP fez um esforço importante na identificação e priorização dos principais “stakeholders”, a nível corporativo e nas geografias onde está presente. Recomenda-se que a EDP prossiga o trabalho de definição de processos e mecanismos que permitam aprofundar o processo já iniciado de forma objectiva e homogénea em todo o Grupo.

anexos - relatório, certificações e declarações**Relativamente ao Princípio da Materialidade**

Em 2010, a EDP desenvolveu um trabalho interno que lhe permitiu identificar os temas materiais, nas geografias onde está presente e integrado a nível corporativo, para os grupos de "stakeholders" mais relevantes. Recomenda-se a adopção de um processo que facilite de forma periódica a actualização dos temas materiais.

Relativamente ao Princípio da Resposta

A EDP tem já implementado em Portugal um conjunto de meios para dar resposta aos assuntos materiais. Recomenda-se que desenvolva e implemente mecanismos semelhantes nas restantes geografias que lhe permitam dar resposta localmente aos temas identificados.

- 8** O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para a EDP de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente como o objectivo de relatar à EDP, situações para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades, para além da EDP, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 3 de Março de 2011



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Paia da Vitória, 71 - A, 11.^o
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Relatório Independente sobre o Sistema de Controlo Interno do Grupo EDP referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Introdução

- 1 Fomos contratados pela EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP" ou "Empresa") para realizar um trabalho com o objectivo de avaliar o desenho e eficácia operacional do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado ("SCIRF") da Empresa e das suas subsidiárias ("Grupo EDP"), do período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo o desenho, a implementação e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado sobre o relato financeiro consolidado, bem como a avaliação da eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho com o objectivo de avaliar sobre se existiu aderência, nos aspectos materialmente relevantes, do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado do Grupo EDP ao requisito descrito no parágrafo 2 anterior.

Âmbito

- 4 O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade - "ISAE 3000 - Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* de forma a avaliar se, nos aspectos materialmente relevantes, existiu aderência do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado do Grupo EDP ao requisito descrito no parágrafo 2 anterior.
- 5 O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado é um processo desenhado, conforme descrito no parágrafo 2, de forma a fornecer uma segurança razoável quanto à fiabilidade da informação financeira e preparação das demonstrações financeiras consolidadas para fins externos, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

O controlo interno sobre o relato financeiro consolidado inclui as políticas e procedimentos que:

- respeitem à manutenção de registos, que com um detalhe razoável, reflectam de forma fiável e adequada as transacções e as alienações de activos do Grupo EDP;
- garantam razoável fiabilidade que as transacções são registadas, de forma a permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e que os recebimentos e pagamentos do Grupo EDP foram efectuados apenas de acordo com as autorizações do Conselho de Administração Executivo ou Direcção do Grupo EDP; e
- garantam razoável fiabilidade em relação à prevenção ou detecção atempada de aquisições não autorizadas, utilização ou alienações de activos do Grupo EDP, que pudessem ter um efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas.

anexos - relatório, certificações e declarações



- 6 O trabalho de avaliação consiste em executar procedimentos de forma a obter evidência sobre a descrição do sistema, e do desenho e eficácia operacional do mesmo. Os procedimentos efectuados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos da descrição não estarem correctamente apresentados e que os controlos não estejam desenhados de forma eficiente ou a funcionarem efectivamente. Os nossos procedimentos incluíram testes, por amostragem, à eficácia operacional dos controlos que considerámos necessários para o efeito. Para tanto o referido exame inclui:
- a obtenção do entendimento do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado;
 - a avaliação do risco da existência de deficiências materialmente relevantes;
 - os testes por amostragem e a avaliação da eficácia, da concepção e do funcionamento dos controlos internos baseados na avaliação do risco; e,
 - a realização de outros procedimentos que considerámos necessários às circunstâncias.
- 7 Devido às limitações inerentes ao controlo interno sobre o relato financeiro consolidado, incluindo a possibilidade de conluio ou indevida gestão dos controlos, distorções materialmente relevantes devido a fraude podem não ser prevenidas ou detectadas atempadamente. Além disso, quaisquer projecções de avaliação da eficácia do controlo interno sobre relato financeiro consolidado para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa deteriorar-se.
- 8 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

- 9 Tanto quanto é do nosso conhecimento, com base nos procedimentos realizados e acima descritos, concluímos que nos aspectos materialmente relevantes:
- Os procedimentos de controlo analisados relativamente ao desenho e eficácia operacional do sistema de controlo interno necessário para o cumprimento dos objectivos referidos no parágrafo 2 durante o período de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010;
 - Os controlos existentes que constituem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado do Grupo EDP foram adequadamente desenhados durante o período de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010;
 - Os controlos existentes para o cumprimento dos objectivos referidos no parágrafo 2, funcionaram efectivamente durante o período de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010;
- asseguraram de uma forma adequada o cumprimento dos objectivos referidos no parágrafo 2.

Lisboa, 3 de Março de 2011

KPMG & Associados, SROE

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



anexos - extracto da acta da assembleia geral

----- Extracto da Acta n.º 1/2011 da Assembleia Geral da EDP -----

--- No dia catorze de Abril do ano de dois mil e onze, pelas quinze horas, reuniu na Rua Ofélia Diogo da Costa, número 39, no Porto, a Assembleia Geral da EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade aberta (doravante simplesmente designada por “EDP” ou “Sociedade”), com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, em Lisboa, com o capital social de € 3 656 537 715, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa número 500 697 256. A reunião realizou-se fora da sede da Sociedade dado que as instalações da sede não permitiriam que a reunião aí se efectuasse em condições satisfatórias, tendo em conta que, por ser uma sociedade aberta, é sempre elevado o número de accionistas presentes.

--- O Presidente da Mesa, Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, saudou os presentes, em particular o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o Presidente do Conselho de Administração Executivo e o representante do Revisor Oficial de Contas, e explicou as regras de participação na presente Assembleia Geral e o respectivo funcionamento, tendo, de seguida, e coadjuvado pelo Vice-Presidente da Mesa, Dr. António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, e pelo Secretário da Sociedade, Dra. Maria Teresa Isabel Pereira, verificado a regularidade da convocatória pelas publicações obrigatórias efectuadas nos sítios da Internet do Ministério da Justiça, da CMVM e da própria EDP (para além de terem sido efectuadas publicações no Boletim de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon de 17 de Março de 2011).

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que a lista de presenças se encontrava devidamente organizada e que existiam cartas de representação para os accionistas que fossem pessoas colectivas ou que não se encontrassem fisicamente presentes. -- De seguida, o Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram a percentagem do capital social que se encontrava presente ou representada na Assembleia Geral – a qual, adicionando os votos por correspondência, representava 58,2966% do capital social e 57,3830% dos direitos de voto – com base nas declarações de registo de acções emitidas pelos intermediários financeiros responsáveis pelo registo individualizado das acções de cada accionista.

O Presidente da Mesa salientou, de seguida, que o exercício dos direitos de participação e de voto na Assembleia Geral não seria prejudicado pela transmissão de acções em momento posterior à data de registo das mesmas, nem dependeria do respectivo bloqueio entre a data de registo e a presente data. Advertiu, porém, que os senhores accionistas que tivessem declarado a intenção de participar na Assembleia Geral e que tivessem transmitido a titularidade das acções entre a data de registo e a presente data, tinham o dever de comunicar essa transmissão imediatamente, quer ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral quer à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

O Presidente da Mesa referiu também que os senhores accionistas que, a título profissional, detivessem acções em nome próprio, mas por conta de clientes, podiam votar em sentido diverso com as suas acções, desde que, para além da declaração de participação e do envio, pelo respectivo intermediário financeiro, da declaração de registo das acções, tivessem apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao dia 6 de Abril de 2011, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais, (i) a identificação de cada cliente (entendendo-se como prova bastante a indicação da firma e o Número de Identificação de Pessoa Colectiva) e o número de acções a votar por sua conta, e (ii) as instruções de voto específicas para cada ponto da ordem do dia, dadas por cada cliente. O Presidente da Mesa salientou ainda que, no caso de um mesmo accionista ter designado diferentes representantes relativamente às acções detidas em diferentes contas de valores mobiliários, não poderia qualquer dos representantes votar em sentido diverso sobre a mesma proposta, sob cominação da anulação da totalidade dos votos expressos. Se algum dos representantes não comparecesse na Assembleia Geral, não seriam desconsiderados os votos dos representantes presentes, desde que estes votassem todos no mesmo sentido. A presença na Assembleia Geral de um accionista que tivesse indicado um ou mais representantes teria como consequência a revogação dos poderes de representação conferidos.

O Presidente da Mesa declarou ainda que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º dos estatutos da EDP, não seriam considerados votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista em nome próprio ou como representante de outro, que excedessem 5% da totalidade dos votos, bem como que, uma vez que tal limitação não se aplica às acções de categoria B, as accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. poderiam votar com mais de 5% dos direitos de voto correspondentes ao capital social.

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que foram respeitadas as demais formalidades prévias à realização da Assembleia Geral, designadamente que as propostas e demais informação relativa aos pontos da ordem do dia haviam sido disponibilizadas aos accionistas, na sede social e nos sítios da Internet da CMVM e da EDP, dentro dos prazos legais aplicáveis.

(...)

--- O Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, dando início aos trabalhos da Assembleia Geral, colocou à discussão o Ponto Um da ordem do dia com o seguinte teor: *“Deliberar sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2010, incluindo o relatório único de gestão (que integra um capítulo referente ao governo societário), as contas individuais e consolidadas, o relatório anual e o parecer do Conselho Geral e de Supervisão e a certificação legal das contas individuais e consolidadas”*.

O Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Conselho de Administração Executivo e ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que apresentassem os documentos de prestação de contas, tendo começado por dar a palavra ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia.

(...)

O Presidente da Mesa agradeceu ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, Dr. António de Almeida, para que apresentasse o parecer e o relatório de actividade do órgão a que preside relativos ao exercício de 2010.

(...)

Terminado o debate e não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo sido emitidos 2 257 404 232 votos, a que correspondem 2 257 404 232 acções, os quais representam 61,7361% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, o relatório único de gestão, os demais documentos de prestação de contas do exercício de 2010 e o Relatório do Conselho Geral e de Supervisão foram aprovados por maioria dos votos emitidos (99,9998 % de votos a favor).

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo passado ao Ponto Dois da ordem do dia, cujo teor é o seguinte: *“Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2010”*. Na sequência, solicitou ao Secretário da Sociedade que procedesse à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração Executivo no âmbito do referido ponto, do seguinte teor: *“Em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 30.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe aos Senhores Accionistas que os resultados do exercício, no montante global de € 725 135 695,44, tenham a seguinte aplicação:”*

<i>Reserva legal</i>	€ 36 256 784,77 -----
<i>Dividendos (o dividendo proposto é de € 0,170 por acção)</i>	€ 621 611 411,55 -----
<i>Dotação para a Fundação EDP</i>	€ 7 000 000,00 -----
<i>Resultados Transitados</i>	€ 60 267 499,12" -----

O Presidente da Mesa agradeceu ao Secretário da Sociedade e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, o qual mencionou os critérios e fundamentos da proposta de aplicação de resultados apresentada. -----
 O Presidente da Mesa agradeceu ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, para que apresentasse os principais aspectos do programa de mecenato da Fundação EDP. -----
 (...)

Em seguida, não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo sido emitidos 2 247 120 960 votos, a que correspondem 2 247 120 960 acções, os quais representam 61,4549% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9998% de votos a favor). -----

--- Entrando no Ponto Três da ordem do dia, o Presidente da Mesa passou a ler o respectivo teor, a saber, "*Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do disposto no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais*". Seguidamente, o Presidente da Mesa solicitou ao Secretário da Sociedade que procedesse à leitura da proposta apresentada pelas accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Caja de Ahorros de Asturias, José de Mello Energia, SGPS, S.A., Senfora, SARL, Banco Espírito Santo, S.A., Banco Comercial Português, S.A. e Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach"), com o seguinte teor: -----
 "*Considerando o disposto no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais,* -----

Propõe-se: -----
 1º - *Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010.* -----
 2º - *Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010.* -----

3º - *Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010.* -----

Na sequência, o Presidente da Mesa questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura do Parecer do Conselho Geral e de Supervisão sobre o voto de confiança no Conselho de Administração Executivo em relação ao exercício de 2010, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser muito extensa e já ser do conhecimento de todos. Tendo os accionistas dispensado a leitura da proposta, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (...). -----

Não havendo quem se quisesse pronunciar, antes de dar início à votação o Presidente da Mesa advertiu os senhores accionistas de que a Mesa da Assembleia Geral havia deliberado dividir este ponto da ordem do dia em quatro subpontos, por considerar que, deste modo, a votação dos senhores accionistas se concretizaria de forma mais eficiente. Efectuada a advertência, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto Três (3A1) da ordem do dia – "*Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010*" – tendo sido emitidos 2 257 171 020 votos, a que correspondem 2 257 171 020 acções, os quais representam 61,7297% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9574% de votos a favor). -----

De seguida, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Três (3A2) da ordem do dia – "*Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010*" – tendo sido emitidos 2 257 097 420 votos, a que correspondem 2 257 097 420 acções, os quais representam 61,7277% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9469% de votos a favor). -----

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Três (3A3) da ordem do dia – "*Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010*" – tendo sido emitidos 2 257 454 105 votos, a que correspondem 2 257 454 105 acções, os quais representam 61,7375% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9403% de votos a favor). -----

Por fim, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Três (3B) da ordem do dia – Parecer do Conselho Geral e de Supervisão sobre o voto de confiança no Conselho de Administração Executivo em relação ao exercício de 2010 – tendo sido emitidos 2 081 135 085 votos, a que correspondem 2 081 135 085 acções, os quais representam 56,9155% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9469% de votos a favor). -----

--- O Presidente da Mesa passou a ler o teor do Ponto Quatro da ordem do dia – "*Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de acções próprias pela EDP e sociedades participadas*" – e questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração Executivo, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser muito extensa e já ser do conhecimento de todos. Tendo os accionistas dispensado a leitura da proposta, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Conselho de Administração Executivo para apresentação da mesma. -----
 (...)

De seguida, e não havendo quem mais se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Quatro da ordem do dia, tendo sido emitidos 2 218 576 797 votos, a que correspondem 2 218 576 797 acções, os quais representam 60,6742% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9499% de votos a favor). -----

--- Relativamente ao Ponto Cinco da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do referido ponto – "*Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de obrigações próprias pela EDP e sociedades participadas*" – e, à semelhança do que havia acontecido no âmbito do ponto anterior, questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser bastante extensa e já ser do conhecimento de todos. Dispensada a leitura da proposta, tomou a palavra o Eng. Nuno Maria Pestana de Almeida Alves que explicou sucintamente os termos da referida proposta (...). -----

anexos - extracto da acta da assembleia geral

Não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta constante do Ponto Cinco a votação, tendo sido emitidos 2 218 382 464 votos, a que correspondem 2 218 382 464 acções, os quais representam 60,6689% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9054% de votos a favor). -----

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo passado ao Ponto Seis da ordem do dia, cujo teor é o seguinte "Deliberar sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo apresentada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão". Tendo em conta a extensão da declaração e dado que a mesma já era do conhecimento dos accionistas, o Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a dispensa da leitura do documento cujo teor é o seguinte:-----

"Declaração à Assembleia-Geral de 14 de Abril de 2011 sobre a Política de Remunerações dos Membros do Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. para o mandato do triénio 2009-2011 -----

- 1. Na Assembleia Geral realizada em 16 de Abril de 2010 foi aprovada a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP para o mandato do triénio 2009-2011, a qual foi devidamente executada em conformidade com o deliberado.-----*
- 2. Recorda-se que a política de remunerações aplicável aos membros do Conselho de Administração Executivo tem a preocupação de garantir um alinhamento do comportamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da sociedade. Com base numa análise de benchmarking, desenhou-se, para o efeito, um pacote remuneratório suficientemente competitivo para permitir atrair e reter gestores de qualidade, assente numa componente fixa e num sistema de incentivos que reflecta o desempenho da empresa numa perspectiva de sustentabilidade económica e financeira e não apenas de curto prazo. Com este propósito, foi reforçada a parte variável da remuneração que depende da consecução de objectivos de médio e longo prazo, o que vai ao encontro das orientações e recomendações de tanto de instituições como a Comissão Europeia e a CMVM como de vários estudos internacionais. -----*
- 3. Tendo sido definida para o período do mandato em curso (triénio 2009-2011) e encontrando-se plenamente em execução, faz-se constar registo da aludida política de remunerações conforme os termos e condições detalhados na comunicação dirigida à Assembleia Geral, no ano passado, por esta Comissão de Vencimentos, que está disponível para consulta no sítio da internet da EDP (www.edp.pt) e que se propõe manter nos mesmos termos até ao final do mandato em curso." -----*

Tendo os accionistas presentes dispensado a leitura da declaração supra, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Prof. Alberto João Coraceiro de Castro, Presidente da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão, que, após cumprimentar os accionistas presentes, efectuou um breve resumo da declaração preparada pela Comissão de Vencimentos a que preside (...). -----

Terminada a exposição, o Presidente da Mesa agradeceu ao Prof. Alberto João Coraceiro de Castro e declarou aberto o debate. -----

Não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a votação o Ponto Seis da ordem do dia, tendo sido emitidos 2 203 841 267 votos, a que correspondem 2 203 841 267 acções, os quais representam 60,2713% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (com 98,5159% de votos a favor). -----

Seguidamente, o representante da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e da Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A., Dr. Joaquim Reis, solicitou o uso da palavra para pedir que se fizesse constar da acta a declaração de voto que se transcreve: -----

"Estando em vigor uma política de contenção e redução dos vencimentos dos titulares de cargos de administração, gestão e controle de empresas com participação societária Estatal, a qual está bem patente nas orientações estratégicas definidas pelo Governo, nomeadamente através dos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças nº 11420/2009 e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, nº 5696-A/2010 e ainda através da RCM nº 4/2011, orientações estas emanadas também pela Assembleia da República no âmbito da Lei 55-A/2010, de 27 de Dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2011. -----

Estas orientações estão a ser aplicadas nas empresas com participação societária maioritária do Estado. Nas empresas em que o Estado não possui maioria de capital e votos não deve o accionista público deixar de pugnar para que essas mesmas regras se apliquem, sobretudo na conjuntura austera em que o País vive, obrigando-se a reduções remuneratórias drásticas no Sector Público Administrativo mas também no seu Sector Empresarial. -----

Na Assembleia Geral havida em 2010, a Parpública e a Capitalpor votaram contra a "Política de Remunerações dos membros do Conselho de Administração", tendo na ocasião apresentado Declaração de Voto onde ficou explícita a natureza do nosso desacordo.-----

Essa mesma Assembleia Geral decidiu aprovar a Política de Remunerações para o triénio correspondente ao mandato actual deste Conselho de Administração Executivo.-----

Atendendo a que a declaração sobre "Política de Remunerações dos membros do Conselho de Administração" para os anos de 2010 e 2011 apresentada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão, no âmbito do ponto 6. da Ordem do Dia da presente assembleia, segue os mesmos princípios da proposta apresentada no ano transacto, mantém-se assim a divergência face ao entendimento que a Parpública e a Capitalpor têm das orientações definidas sobre esta matéria. -----

Porém, tendo aquela política remuneratória para o mandato 2009-2011 obtido o acordo maioritário dos accionistas na Assembleia Geral de 2010 e tratando-se de uma empresa cotada com um peso muito significativo na capitalização da bolsa nacional, com uma elevada dispersão e variedade de accionistas, em que o Estado, através da Parpública e da Capitalpor, detém uma posição minoritária, apesar das divergências assinaladas quanto à política definida para o presente triénio, entende abster-se neste ponto, respeitando assim as decisões maioritárias adoptadas anteriormente, contribuindo para a solidez do modelo de governança da sociedade e ultrapassando qualquer divergência que a pudesse colocar em causa." -----

--- O Presidente da Mesa passou a ler o teor do Ponto Sete da ordem do dia – "Deliberar sobre a política de remuneração dos membros dos demais órgãos sociais apresentada pela Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral" – e, à semelhança do que se verificou com as propostas anteriores, questionou os accionistas presentes sobre a dispensa de leitura da declaração do seguinte teor: -----

"Declaração da Comissão de Vencimentos da EDP – Energias de Portugal, S.A. sobre a Política de Remunerações dos Órgãos Sociais -----

1. Nos termos do disposto no artigo 11.º, n.º 2, alínea d), do Contrato de Sociedade da EDP – Energias de Portugal, S.A., compete à Assembleia Geral nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, à excepção das remunerações dos administradores (Conselho de Administração Executivo), as quais, ao abrigo do artigo 27.º do aludido Contrato de Sociedade, deverão antes ser fixadas por uma Comissão nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS). -----

2. O Contrato de Sociedade da EDP – Energias de Portugal, S.A. dispõe, no seu artigo 8º, nº 1, que são Órgãos Sociais da Companhia:-----

a) A Assembleia Geral (AG)-----

b) O Conselho Geral e de Supervisão (CGS) -----

c) O Conselho de Administração Executivo (CAE) -----

d) O Revisor Oficial de Contas (ROC).-----
por outro lado, os Estatutos da Sociedade prevêem ainda a existência de outros Corpos Sociais, com dignidade estatutária:-----
e) O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade (CAS)-----
f) A Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral e, no seio do CGS, uma Comissão de Acompanhamento de Matérias Financeiras, que nos Estatutos assume igualmente a designação de Comissão de Auditoria-----
g) A Mesa da A.G.-----
São estes, pois, os corpos sociais da EDP – Energias de Portugal, S.A.-----
3. Compete, assim, à Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixar as remunerações dos membros dos seguintes corpos sociais: Mesa da Assembleia Geral; Presidente e Membros do CGS; Revisor Oficial de Contas e Conselho de Ambiente e Sustentabilidade. A Comissão de Acompanhamento de Matérias Financeiras, ou Comissão de Auditoria, será tratada juntamente com as outras Comissões do CGS.-----
4. A A.G. da Sociedade, reunida em 15 de Abril de 2009, elegeu para membros da Comissão de Vencimentos:-----
- José Manuel Galvão Teles, Presidente-----
- Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Vogal, inicialmente representada por João Plácido Pires, substituído em Maio de 2010, por José Castel-Branco-----
- Carlos Veiga Anjos, Vogal-----
para exercer o seu mandato ao longo do triénio de 2009 a 2011.-----
5. No cumprimento dos poderes que lhe foram atribuídos pela A.G., a Comissão de Vencimentos fixou, em finais de 2009, princípios de 2010, as remunerações dos membros dos Corpos Sociais da EDP, para o triénio 2009 a 2011 (com excepção do CAE), embora com a reserva expressa de que a Comissão cumpriria o seu dever de acompanhar todos os anos a actividade dos respectivos órgãos sociais.-----
Decorridos cerca de 3/4 meses, a Comissão de Vencimentos, em obediência à Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, foi chamada, pela primeira vez, a submeter à A.G. uma proposta para aprovação da Declaração sobre a Política de Remunerações dos Órgãos Sociais.-----
A A.G., reunida em 16 de Abril de 2010, decidiu rejeitar a Declaração que lhe foi submetida. O que fez, porém, sem apresentar qualquer alternativa e sem, de igual modo, se pronunciar sobre qualquer aspecto da Declaração ou da Política de Remunerações a adoptar pela EDP. Quer no decurso da reunião da A.G., quer em qualquer outro momento, nunca, até à presente data, a Comissão de Vencimentos recebeu a mínima crítica ou a mínima indicação sobre a política de remunerações que os accionistas entendem dever ser prosseguida pela EDP. Salvo, evidentemente, no que se refere à posição do Estado, transmitida directamente à Comissão, bem como através da Declaração de Voto apresentada pela Parpública na referida reunião da A.G.-----
Assim, tendo em conta o circunstancialismo descrito, verificou-se nada haver de novo que, de uma forma ou outra, pudesse influir a decisão a tomar ou pudesse justificar qualquer outra medida.-----
Razão pela qual, todas as deliberações tomadas pela Comissão de Vencimentos são válidas e eficazes, nenhuma censura lhes podendo ser assacada, conforme, aliás, foi confirmado pela opinião dos Jurisconsultos ouvidos.-----
6. Aqui chegados, à porta da A.G. de 2011, a Comissão de Vencimentos tem por dever, para além de prestar contas aos accionistas pela sua actividade, cumprir o estabelecido na citada Lei nº 28/2009, submetendo à apreciação da A.G. a sua proposta de Declaração sobre a Política de Remunerações da Sociedade.-----
É precisamente o que a Comissão vem fazer perante os Senhores accionistas, na esperança de conseguir interpretar, compreender e respeitar o que irá no pensamento de cada um.-----
7. Como facilmente se compreenderá, a Comissão de Vencimentos impôs a si mesma a maior serenidade, bom senso e abertura de espírito para apresentar aos accionistas uma proposta de Declaração que vá ao encontro das suas legítimas aspirações enquanto verdadeiros donos da empresa.-----
Tendo em conta a situação económica e social, quer a nível internacional quer nacional, não se poderá deixar de dizer que, por um lado, há que procurar implementar uma política de moderação salarial, por respeito pelo agravamento das dificuldades sociais e, por outro lado, é de igual modo indispensável defender uma política de remunerações que tenha como princípio fundamental o critério da justa compensação do valor do trabalho realizado, reconhecendo o devido mérito pessoal e da equipa. Tendo sempre como pano de fundo a real situação económica e financeira da empresa, sua evolução e resultados, sem esquecer o indispensável enquadramento na situação da economia do país e até mesmo do mundo.-----
8. Assim se dará cumprimento ao disposto no Ponto 7 da Ordem do Dia da Assembleia Geral anual, a ter lugar no próximo dia 14 de Abril.---
Em face do exposto, a Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral vem, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, submeter à apreciação dos Senhores accionistas a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da EDP – Energias de Portugal, SA., a que respeita a sua competência.-----
Proposta da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais-----
Na prossecução das suas atribuições, esta Comissão guiou-se por critérios de ordem geral e também de carácter específico.-----
No que diz respeito aos aspectos de ordem geral, teve-se em atenção principalmente os seguintes princípios orientadores:-----
(i) A exigência de uma política de remuneração baseada, tanto quanto possível, na avaliação e estímulo de uma actuação criteriosa em que o mérito deve ser devidamente recompensado.-----
(ii) Os exemplos nacionais e internacionais de comparação das remunerações dos diversos membros dos órgãos sociais nas empresas com maior capitalização bolsistas e congéneres ibéricas.-----
(iii) As mais recentes recomendações emanadas da União Europeia e da CMVM.-----
(iv) Nas circunstâncias actuais de grave crise económica e constrangimento financeiro, a moderação salarial com o objectivo de cumprir as exigências de uma maior justiça social no âmbito geral do país, bem como no âmbito dos diversos regimes remuneratórios da empresa.----
A política de remuneração dos corpos sociais da EDP deve, em suma, ser simples, transparente, moderada, adaptada às condições de trabalho realizado e à situação económica da empresa, mas também, competitiva, de modo a poder garantir a finalidade de criação de valor para os accionistas e demais stakeholders.-----
Estabelecidos os critérios que presidem à política de remunerações da Sociedade e ponderados os diversos factores em causa, esta Comissão propõe, em linhas gerais, as seguintes medidas:-----

anexos - extracto da acta da assembleia geral

(i) As remunerações dos membros do CGS, incluindo a do seu Presidente, devem ser fixadas em valores inferiores aos atribuídos aos membros do CAE, nomeadamente quanto à não atribuição de uma componente de remuneração variável ou Plano Poupança Reforma.-----

(ii) Tendo em consideração as dificuldades que o país atravessa em consequência da generalizada crise económica, financeira e social instalada no mundo, deve proceder-se a ajustamentos remuneratórios no sentido da contenção – que, neste momento, não deve ir além dos 10% – e, em qualquer caso, sempre se deverá ter em linha de conta o mérito da actuação dos membros de cada órgão, de modo a não pôr em risco a coesão, a estabilidade e o desenvolvimento da empresa.-----

(iii) Não devem ser introduzidos quaisquer ajustamentos quanto às remunerações dos membros da Comissão de Auditoria, mantendo inalterável o valor das remunerações do mandato anterior, apesar de se verificar um progressivo acréscimo de trabalho e de responsabilidade dos membros desta Comissão.-----

As circunstâncias actuais, nas quais as empresas com relevância nacional desenvolvem a sua actividade, merecem, do nosso ponto de vista, um particular cuidado no desenvolvimento da cadeia de valor que, para além dos aspectos económicos, relevem a sua imagem de sustentabilidade social, pelo qual solicitamos o melhor acolhimento desta Assembleia Geral à proposta que agora vos submetemos.”-----

Tendo os accionistas dispensado a leitura da declaração da Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da referida Comissão, Senhor Dr. José Manuel Archer Galvão Teles, que começou por cumprimentar os accionistas e os membros dos órgãos sociais presentes, tendo, de seguida, reportado à Assembleia Geral que, atento o facto de o conteúdo da proposta em discussão estar devidamente descrito na declaração preparada pela Comissão de Vencimentos a que preside, a sua intervenção seria muito breve. (...)-----

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou a votação o Ponto Sete da ordem do dia, tendo sido emitidos 2 203 812 471 votos, a que correspondem 2 203 812 471 acções, os quais representam 60,2705% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (71,4614% de votos a favor).-----

--- No que respeita ao Ponto Oito da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do respectivo teor – “*Deliberar sobre a eleição de dois membros do Conselho Geral e de Supervisão, para o período remanescente do mandato em curso (trienio 2009/2011)*” – e manifestou uma palavra de especial agradecimento ao Senhor Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira e ao Senhor Dr. Vasco Maria Guimarães José de Mello, que renunciaram aos cargos de membros do Conselho Geral e de Supervisão. De seguida, o Presidente da Mesa informou os senhores accionistas de que, uma vez que seria submetida a votação a eleição de dois membros do Conselho Geral e de Supervisão, este ponto da ordem do dia seria dividido em dois subpontos, os quais seriam objecto de votação autónoma.-----

O Presidente da Mesa questionou os accionistas presentes sobre a dispensa de leitura da proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., com o seguinte teor:-----

“Considerando que o Senhor Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, os accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A. decidiram propor a eleição de Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., que detêm uma participação na EDP correspondente a 25,05% do seu capital social, para o cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, assumindo funções para o mandato de 2009-2011 em curso.” Da nota informativa relativa à Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., disponibilizada aos senhores accionistas no prazo legal, constam os elementos de identificação da mencionada sociedade.-----

Tendo a leitura da proposta descrita sido dispensada, o Presidente da Mesa voltou a questionar os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta apresentada pelos accionistas José de Mello Energia, SGPS, S.A. e Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., com o seguinte teor:-----

“Considerando que o Senhor Doutor Vasco Maria Guimarães José de Mello apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, os accionistas José de Mello Energia, SGPS, S.A. e Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., decidiram propor a eleição de José de Mello Energia, S.A., que detêm uma participação na EDP correspondente a 4,82% do seu capital social, para o cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, assumindo funções para o remanescente do mandato de 2009-2011 em curso.” Da nota informativa relativa à José de Mello Energia, S.A., disponibilizada aos senhores accionistas no prazo legal, constam os elementos de identificação da mencionada sociedade.-----

Em seguida, não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta relativa à eleição da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. para membro do Conselho Geral e de Supervisão a votação, tendo sido emitidos 2 218 732 817 votos, a que correspondem 2 218 732 817 acções, os quais representam 60,6785% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,8006% de votos a favor).-----

O Presidente da Mesa colocou, de seguida, a proposta relativa à eleição da José de Mello Energia, S.A. para membro do Conselho Geral e de Supervisão a votação, tendo sido emitidos 2 218 543 496 votos, a que correspondem 2 218 543 496 acções, os quais representam 60,6733% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,8371% de votos a favor).-----

--- Concluída a discussão e deliberação sobre todos os pontos da ordem do dia, o Presidente da Mesa agradeceu a todos os presentes a cooperação prestada, a qual foi decisiva para o bom andamento dos trabalhos da presente Assembleia Geral e destacou os magníficos resultados alcançados pela EDP – que, num contexto difícil, conseguiu aumentar os seus capitais próprios e demonstrar uma posição de resiliência no que respeita à política de distribuição de dividendos – sendo um exemplo para o País e para o Estado Português. (...)-----

--- Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e cinquenta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.-----

Lisboa, 19 de Abril de 2011

O Secretário da Sociedade
Maria Teresa Isabel Pereira

anexos - declaração exame do nível de aplicação pela GRI



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que EDP - Energias de Portugal S.A. apresentou seu relatório "Relatório e Contas 2010" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

19 de Abril 2011, Amsterdã



Nelmar Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque EDP - Energias de Portugal S.A. submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social.
www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 14 de Abril 2011. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

contactos

INFORMAÇÕES ÚTEIS

SEDE

EDP – Energias de Portugal
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 001 25 00
Fax: +351 21 001 14 03

INVESTIDORES

DRI - Direcção de Relação com os Investidores
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 001 28 34
Fax: +351 21 001 28 99
Contactos online: www.edp.pt> Investidores

CLIENTES

Linhas EDP

Apoio comercial	808 505 505
Leituras do contador	808 507 507
Assistência técnica	800 506 506
EDP conforto	800 501 501

Contactos online: www.edp.pt> a edp> Contactos

DRE – Direcção de Relação com o Cliente

Praça Marquês de Pombal, 13
1252-162 Lisboa
Portugal
Fax: +351 21 002 15 20

FORNECEDORES

Rua Camilo Castelo Branco, 46, 4º
1050-045 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 00 55 50
Contactos online: www.edp.pt> Fornecedores

ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DMC - Direcção de Marca e Comunicação

Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 001 26 80
Fax: +351 21 001 29 10
Contactos online: www.edp.pt> a edp> Contactos

COMUNIDADE

Canal ONG: www.edp.pt> Sustentabilidade> Partes Interessadas> ONG
E-mail: Sustentabilidade@edp.pt

Fundação EDP

Av. De Brasília, Central Tejo
1300-598 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 002 81 01
Fax: +351 21 002 81 04
www.fundacao.edp.pt
E-mail: fundacaoedp@edp.pt

ECO – Eficiência Energética

www.eco.edp.pt
E-mail: eficienciaenergetica@edp.pt
ppec@edp.pt

Recursos humanos

Tel.: +351 21 001 25 89
Fax: +351 21 001 29 11

SUGESTÕES

www.edp.pt> a edp> Contactos> Sugestões & Reclamações

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são objecto dum processo científico e sustentado de reflorestação.

EDIÇÃO EDP - Energias de Portugal, S.A.
Direcção de Marca e Comunicação
Praça de Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa

DESIGN happy brands

IMPRESSÃO Dilazo - Artes Gráficas, Lda

TIRAGEM 1500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL XXXXXXXX

Abril 2011

